

Juciene Batista Félix Andrade
Organizadora

HISTÓRIA DOS SERTÕES: CIÊNCIA E NATUREZA



COLEÇÃO
SERTÕES,
CAMINHOS E
FRONTEIRAS



PPGHC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DO CERES



Criação Editora

COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS



COMISSÃO CIENTÍFICA

Abimael Esdras C. Lira (Doutorando – UFRN)	Juciene Batista Félix Andrade (UFRN)
Abrahão Sanderson N. F. da Silva (UFRN)	Kamillo Karol Ribeiro e Silva (FVJ)
Adson Rodrigo Silva Pinheiro (Doutorando – UFF)	Kleiton Souza de Moraes (UFC)
André Ricardo Heráclio do Rêgo (MRE)	Laila Pedrosa da Silva (Doutoranda – FIOCRUZ)
Antonio José de Oliveira (UFRN)	Layra de Sousa C. Sarmento (Doutoranda – UnB)
Antônio Zilmar da Silva (UECE)	Leda Agnes Simões (Doutora – UERJ)
Artur Vítor Santana (Doutorando – UNICAMP)	Lucas Gomes de Medeiros (Doutorando – UFRPE)
Avohanne Isabelle Costa de Araújo (UFMA)	Mairton Celestino da Silva (UFPI)
Bruno Kawai Souto Maior de Melo (UFPE)	Marcio Antônio Both da Silva (UNIOESTE)
Cassio Expedito Galdino Pereira (URCA)	Márcio dos S. Rodrigues (Doutorando – UFPA)
Darlan de Oliveira Reis Júnior (URCA)	Marcos Antonio de Menezes (UFJ)
Débora Strieder Kreuz (UESPI)	Marcos Luã Almeida de Freitas (Doutor – UFSC)
Elson de Assis Rabelo (UNIVASF)	Marina Monteiro Machado (UERJ)
Eurípedes Antônio Funes (UFC)	Michelle F. Maia (Centro Universitário UNINTA)
Fabiola Cristina Alves (UFRN)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE)
Fernando Bagiotto Botton (UESPI)	Pedro Abelardo de Santana (UFAL)
Francisco Ramon de Matos Maciel (UFC)	Rafael Ricarte da Silva (UFPI)
Francisco Ruy G. Pereira (SEEC – CE)	Raimundo Moreira das Neves Neto (IFPA)
Gabriel Pereira de Oliveira (IFRN)	Raimundo Nonato Rodrigues de Souza (UVA)
Gabriela Berthou de Almeida (UESPI)	Renata Felipe Monteiro (SME – Fortaleza)
Israel da Silva Aquino (Doutorando – UFRGS)	Roberto Viana de O. Filho (Doutorando – UFC)
Janaína Freire dos Santos (IAUPE)	Robson William Potier (SEEC-RN)
Janille Campos Maia (Doutoranda – FIOCRUZ)	Sônia Maria de Magalhães (UFG)
João Fernando Barreto de Brito (UERN)	Tatiana Gonçalves de Oliveira (UESPI)
João Paulo Peixoto Costa (IFPI)	Thiago Reisdorfer (UESPI)
Joaquim dos Santos (URCA)	Tiago Bonato (UNILA)
Johnnys Jorge G. Alencar (Doutorando – UFBA)	Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)
José Ferreira Júnior (FAFOPST)	Valério Rosa de Negreiros (UESPI)
José Leonardo do Nascimento (UNESP)	Valter Gomes Santos de Oliveira (UNEB)
José Vieira da Cruz (UFS)	Wania Alexandrino Viana (UFOPA)



HISTÓRIA DOS SERTÕES: CIÊNCIA E NATUREZA

Juciene Batista Félix Andrade
Organizadora



Criação Editora

Aracaju (SE) | 2023



COLEÇÃO SERTÕES, CAMINHOS E FRONTEIRAS

Organizadores da Coleção
Ane Luíse Silva Mecnas Santos
Helder Alexandre Medeiros de Macedo
Juciene Batista Félix Andrade

História dos Sertões: Ciência e Natureza (n. 3)

Organizadora

Juciene Batista Félix Andrade

ISBN

978-85-8413-395-6

Projeto Gráfico

Adilma Menezes

EDITORA CRIAÇÃO CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes - CRB-8 8846

A554h

Andrade, Juciene Batista Félix (org.).

História dos Sertões: Ciência e Natureza / Organizadora: Juciene Batista Félix Andrade. – 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora; Caicó, RN: Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN), 2023.

263 p. (Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras, **n.3**).

E-book: PDF.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-8413-395-6

1. História do Brasil. 2. Nordeste – Brasil. 3. Sertão. 4. UFRN.

I. Título. II. Assunto. III. Organizadora.

CDD 981.3

CDU 94(81)

Coleção Sertões, Caminhos e Fronteiras

Os livros que compõem a coleção **Sertões, caminhos e fronteiras** materializam o esforço de pessoas que apresentaram resultados de suas investigações científicas, remotamente, em 2021, durante o II Seminário Nacional de História Social dos Sertões/IV Jornada de História dos Sertões – Caminhos e sertões: territórios e culturas, evento que teve como objetivo geral proporcionar um compartilhamento de saberes acadêmicos sobre o domínio temático da História dos Sertões a partir do cruzamento de esforços institucionais que partiram, nesse caso, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O II SEHIS apostou no fortalecimento desse campo - o da História dos Sertões -, a partir da confluência de pesquisadores da História e das Humanidades para importantes discussões de temas a ele correlatos.

O evento se constituiu enquanto uma ação de continuidade que deu prosseguimento ao I Seminário Nacional de História Social dos Sertões – O papel da História na compreensão do “Brasil profundo” realizado na Universidade Regional do Cariri (URCA – Crato-CE) em 2018, bem como, ao I Colóquio de História Social dos Sertões, realizado na Universidade Estadual do Ceará (UECE – Quixadá-CE) em 2016.

A edição de 2021 foi promovida pelo Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e co-promovida pelo Mestrado em Geografia do CERES (GEOCERES-UFRN), em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN-Caicó. Contou com apoio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PPG) e de Extensão Universitária (PROEx) da UFRN, bem como, do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) e dos Departamentos de História (DHC-CERES-UFRN) e de Geografia (DGC-CERES-UFRN).

O evento deveria ter se realizado em Caicó (RN), no Campus do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES) da UFRN, porém, o afluxo da pandemia de



Covid-2019 impossibilitou que isso acontecesse. A programação sênior (conferências e mesas) foi realizada no Canal do PPGHC no Youtube (<https://www.youtube.com/ppghcufm>), enquanto os simpósios temáticos e minicursos, na Plataforma *Google Meet*.

Os caminhos, como insinua o título da coleção, são entendidos a partir de um duplo significado: nos referimos tanto aos percursos vividos por homens e mulheres, na construção de suas vivências empíricas nos espaços, quanto àqueles de natureza intelectual, responsáveis pela constituição de um saber sobre os sertões. O ponto de partida para se pensar em caminhos é a enunciação da palavra sertão – e seu plural, sertões – no processo histórico da ocidentalização, no contexto das navegações marítimas e suas conquistas em terras afastadas da Península Ibérica, empreendidas a partir do século XV por portugueses.

Antes desse período, a palavra sertão era utilizada, no âmbito de Portugal, para designar lugares afastados da costa. Viajando junto com os exploradores portugueses, ela foi utilizada em diferentes partes das Índias Orientais (Península Arábica, Índia, China) e Ocidentais (Ceuta, Angola, Brasil) para designar espacialidades com os sentidos de mata, vegetação contínua, floresta, oposto ao mar, interior, afastado, coração da terra, travessia, verde, árido, vazio. Diferentes caminhos, assim, foram sendo traçados pelos homens e mulheres que se lançaram ao mar e depararam-se, inclusive, com uma nova natureza, proporcionada pelo impacto com o desconhecido.

A transformação da natureza, pelo homem, culminou em processos de territorialização que geraram formas institucionais e não institucionais de controle do espaço, como as feitorias, fortalezas e, a partir da colonização, sítios, fazendas, ribeiras, currais, povoados, vilas, cidades, termos e freguesias. Os sertões foram sendo construídos, dessa maneira, a partir da confluência de muitos caminhos, em múltiplas fronteiras, que podemos enxergar na experiência histórica de pessoas saídas da Ibéria e que, ao cruzarem os oceanos, construíram novos modos de vida em espaços afastados de seu lugar de origem, vivências essas intercruzadas com os nativos encontrados nas novas terras e com as populações que vieram da Costa da África.

Ao longo do tempo, no âmbito da história traçada no que hoje chamamos de Brasil, sertão, enquanto conceito, foi apropriado de diferentes maneiras, pelas pessoas que dominaram o saber burocrático (padres, escrivães, tabeliães)



e/ou geográfico (cosmógrafos, pilotos, agrimensores), por cronistas e viajantes – nativos ou não da América –, mas, também, por homens e mulheres sem conhecimento técnico e que tiveram a experiência do viver nos sertões. Esse conceito foi retomado e reapropriado, a partir do século XIX, pelos saberes acadêmicos em construção no Brasil, sobretudo no Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro, e, posteriormente, no pensamento social brasileiro e nas universidades, constituindo, pouco a pouco, um domínio temático, a História dos Sertões, campo de estudos sem o qual é praticamente impossível compreender a História do Brasil.

Os capítulos que compõem os livros da coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*, assim, contribuem para o fortalecimento do campo da História dos Sertões, ao proporem reflexões sobre as diferentes possibilidades de pesquisa dentro desse tema. Demonstram o compartilhamento de saberes sobre experiências humanas ocorridas em diversos tempos e espaços no atual território brasileiro, reforçando a ideia da imprescindibilidade da difusão do conhecimento científico, numa época em que, no Brasil, fazer ciência é tão dificultoso. Esperamos, assim, que os textos aqui apresentados proporcionem outros diálogos e novas experiências de contato com a História.

Ane Luíse Silva Mecenas Santos

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Professor do Departamento de História (CERES-UFRN), do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA (PPGH-UFRN)
Organizador da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*

Juciene Batista Félix Andrade

Professora do Departamento de História (CERES-UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES (PPGHC-UFRN)
Organizadora da Coleção *Sertões, caminhos e fronteiras*



APRESENTAÇÃO

Os dezesseis textos que compõem a coleção são oriundos dos seguintes simpósios temáticos: História Ambiental: sociedade e natureza nos sertões; História das Ciências e da Saúde nos sertões brasileiros; História, natureza e ciência nos sertões e Uma História dos Sertões em perspectivas institucionais. Como a coleção própria enuncia, os Sertões são pensados por percursos e sujeitos diversos experienciando esse espaço por interfaces entre a História ambiental e a natureza, a História das Ciências, da Saúde e as Instituições.

O livro intitulado “História dos Sertões: ciência e natureza” reúne em seu entorno uma gama de artigos múltiplos de experiências temáticas, documentais e reflexivas que demonstram a riqueza do domínio temático em História dos Sertões.

O primeiro texto “Cadeia de Pombal no século XIX: uma perspectiva do Sertão paraibano” de João Jacó de Souza Júnior elenca em suas reflexões o sertão paraibano tendo como espacialidade sertaneja a cidade de Pombal e a cadeia do município, a Cadeia de Pombal e sua importância regional. O artigo aborda como documentos oficiais, relatórios dos presidentes da Província da Paraíba e dos chefes de polícia, foram fundamentais para se compreender as continuidades e discontinuidades dos processos e da sistemática prisional. Ao problematizar mudanças históricas nesse sistema apontando para a construção de “edifícios próprios” para abrigar os presos, práticas prisionais e punitivas, o artigo aponta que a capacidade de receber mais presos, inclusive de comarcas vizinhas, indica a referência que passou a ter essa cadeia na região do sertão paraibano. Assim como, o texto revela as condições de vida



dos presos, sobretudo dos mais pobres, submetidos às precariedades infraestruturais, dentre elas a má alimentação. Em “Do Sertão ao Litoral: o algodão e a experiência institucional na integração territorial do semiárido Norte-Rio-Grandense (1924-1942)” de Angela Lucia Ferreira e Breno de Assis Silva Araújo enceta uma discussão acerca da presença do Estado por meio de Instituições como o Ministério da Agricultura (MAG), a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCs), o Departamento de Agricultura e Obras Públicas do estado (DAOP) e suas obras infra estruturantes com a finalidade de ofertar o escoamento para mercadorias como a produção algodoeira e a modernização territorial do sertão potiguar. O artigo é alinhavado por documentações produzidas pelos órgãos institucionais por ocasião de sua atuação no território Potiguar. Em sequência, o texto intitulado “Determinismo biológico e social atuando na construção literária sobre o banditismo rural no sertão nordestino” de Erika Gonçalves de Mendonça problematiza como a literatura é um espaço construtor de uma imagética tanto sobre o banditismo e o sertão nordestino. Para tanto, lança mão de dois clássicos da literatura cearense: O Cabelo de Franklin Távora de 1876 e Os Brilhantes de Rodolfo Teófilo de 1895, duas obras de fim do século XIX e de autores/homens de letras representantes no Norte da geração de 1870, caracterizada pela crença na ciência e nos ideais de progresso. A autora discute como a literatura foi um espaço edificador de representações sobre o outro, a exemplo dos sertanejos pautados pelas ideias deterministas inerentes ao período estudado. Já em “Fronteiras e sertões: ocupação territorial entre o estado do Maranhão e Grão Pará e o Estado do Brasil no final do século XVII” de Tamires dos Santos Duarte discute o processo de ocupação na América Portuguesa levando em conta os conceitos de sertão e fronteiras. Para tanto a autora analisa a trajetória de um personagem: João Velho do Vale, sertanista e seu desafio de mapear o sertão Oriental do Maranhão e seus registros de correspondências com o governador do Maranhão Gomes Freire de Andrade. Os registros dessa correspondência demarca a difícil tarefa de estabelecer



caminhos e fronteiras entre os dois estados, Maranhão e Grão Pará e os interesses da Coroa Portuguesa e das nações autóctones. O texto “A situação sanitária do Piauí versus a operação progresso: interiorização da medicina e assistência médica no Piauí (1968-1975)” de autoria de Jônatas Lincoln Rocha Franco analisa a precária assistência médica no estado do Piauí entre os anos de 1968-1975 no governo de Alberto Silva. Para uma reflexão acurada o autor lança mão de uma documentação rica em informações como jornais, mensagens do governador e documentos da Assembleia Legislativa e programas de Interiorização da saúde como o PIASS (Programa das Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste). O texto ainda enfatiza a relação entre saúde e os ideais desenvolvimentistas naquele momento, marcando uma relação entre modernização e progresso. Em seguida, o texto “Progresso para os sertões: análise da atuação dos postos de Profilaxia Rural no combate as endemias Rurais no Rio Grande do Norte (1921-1927)” de Julia Elisa de Freitas Arcanjo visa problematizar a atuação do Serviço de Saneamento Rural nos sertões através dos estabelecimentos dos Postos de Profilaxia Rural. A autora aponta que essa demanda surgiu na esteira do movimento nacional do início do século XX em prol do saneamento rural, ou seja, combater as endemias rurais por meio do estabelecimento de postos de profilaxia era possibilitar ao homem sertanejo desenvolvimento. Realiza sua consideração focalizando essa experiência no estado do Rio Grande do Norte, na capital Natal, no agreste e sertão potiguar dos Postos de Profilaxia e da relação entre saúde e progresso. E para tanto convoca para sua análise os relatórios dos presidentes dos Estados Brasileiros especialmente a seção da Saúde Pública.

O texto de Jussier de Souza “Versos de luto: saúde e morte na segunda metade do século XIX no Rio Grande do Norte a partir da obra de Auta de Souza (1850-1900)” possibilita uma instigante análise sobre a obra de Auta de Souza, um dos importantes nomes da literatura nor-riograndense. Nos manuscritos Dhálias publicadas entre 1893 e 1897 e Horto de 1900, o autor constata como a poetisa retratou o contexto



da seca de 1877 de dor e sofrimentos dos sertanejos e suas fugas em busca de socorro na capital do estado e o precário estado da saúde do Rio Grande do Norte por ocasião de surtos epidêmicos muito graves, a exemplo da tuberculose, varíola, febre amarela e cólera. A autora termina por registrar a falta de políticas públicas, de profissionais de saúde e espaços adequados que pudessem acolher a população adoecida. Constatou-se que sua própria família foi atingida por tragédias decorrentes dessas doenças como seu pai e irmão mais velho (Eloy de Souza) vitimado pela tuberculose. Auta de Souza também foi vitimada pela tuberculose e morreu aos 24 anos de idade. Em “Medicinas e doenças nos sertões: uma análise das plantas medicinais na América portuguesa do século XVI” de Rodrigo Perles Dantas trata de analisar a medicina colonial e o uso das plantas utilizadas pelos ameríndios na América portuguesa nos processos de cura. O autor aponta como o adentramento nos sertões profundos, no processo de expansão da colônia levou os colonizadores ao contato com uma biodiversidade local registrada em crônicas, cartas e relatos de viagens. Assim como no contexto das Grandes Navegações e o contato dos europeus com os ameríndios proporcionou a circulação, apropriação e comercialização dos saberes nativos entre continentes e dentro da própria América portuguesa. Sergio Medeiros de Almeida em “Cícero Doido: visões sobre a loucura nos sertões de Caicó na primeira metade do século XX” aborda o caso de Cícero Leandro da Silva e o tema da loucura. O texto é instigante pois além dos prontuários médicos das Casas de Caridade e ou Santas Casas, o autor se debruça em um processo crime mostrando a trajetória de “Cícero Doido”. Por ocasião, termina por analisar a loucura no Brasil tanto do ponto de vista jurídico quanto do saber médico e por focar em um caso específico no sertão do Seridó Potiguar, na cidade de Caicó. O texto de Vanessa Dias da Silva Batista e Ana Clara Farias Brito “Mulheres, médicas e formas de nascer: a medicalização do parto na imprensa de Petrolina (1920 – 1940)” demonstra por meio de matérias publicadas no jornal “O Pharol” o processo de medicalização do parto no sertão pernambucano, espe-



cificamente na cidade de Petrolina. As autoras realizam uma pesquisa que aponta como no início do século XX a ascensão do saber médico científico e institucionalizado vai ofuscando os saberes populares, sobretudo no trabalho realizado ao parto e parturientes. A institucionalização de práticas médicas relacionadas aos partos vai desautorizando os saberes populares das parteiras, agentes nos processos do nascer de longa data. A criação de hospitais, maternidades, medicamentos e da área de especialização da obstetrícia com médicos especialistas como o Doutor Pacífico Rodrigues da Luz personagem estudado na pesquisa, aponta para a emergência de nova mentalidade das formas de nascer. Em “O Cerrado é minha casa: a presença das populações extrativistas no sul do Maranhão” de Ana Karina Almeida Teotonha e Jaime Garcia Siqueira Jr. trata da Unidade de Conservação o “Parque Nacional da Chapada das Mesas” criado em 2005 e localizado no centro sul do Maranhão. O parque é um espaço rico que apresenta uma biodiversidade assentada com perfis do Cerrado, da Amazônia e Caatinga. A sua emergência como parque nacional está relacionada aos moradores da região, considerados comunidades tradicionais (que vivem da atividade e subsistência, agricultores tradicionais) e visa sobretudo proteger esta espacialidade de ações predatórias. Para tanto, o artigo aborda os instrumentos protetivos que o Estado lança mão para proteger este espaço: geoprocessamento ambiental, estudos de impacto, educação ambiental e o plano de atividades potencialmente poluidoras. O artigo lança luz acerca das questões de Unidade de Conservação, aponta a necessidade de investimentos básicos como saneamento e eletricidade para os moradores locais e a carência de uma forte educação e consciência ambiental aos que frequentam a região, a exemplo do turismo que fomenta um amplo movimento na região. O texto de Edson Silva “Xukuru do Ororubá: os índios na História e a História ambiental no semiárido Pernambucano” de autoria de Edson Silva, o povo Xukuru do Orubá, no município de Pesqueira e Poção, interior de Pernambuco, é o foco do trabalho do autor supracitado. Como eixo central de sua abordagem,



encontra-se a problemática histórica da luta pela terra e seus significados para aquele povo. No texto de Jane D. Semeão e Silva “O Cariri é Lindo e Rico, não pode ser Sertão: Instituto Cultural do Cariri, natureza e narrativas da região (1950-1970)”, a autora discute como a fundação do Instituto Cultural do Cariri (ICC) em 1953, teve como objetivo valorizar o espaço caririense. Ressalta a natureza política e cultural do projeto com clara intencionalidade de valorizar e visibilizar o sul cearense com historiografia própria considerando aspectos específicos. Para tanto, utiliza como fonte de suas reflexões a obra: “O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes” publicado em 1950 por Irineu Pinheiro como exemplo de uma história regional. O autor da obra analisada serve-se de um discurso regionalista que busca atribuir valor a natureza do lugar como diferenciada, dando ênfase à geografia do espaço, enfatizando a ocupação territorial pelos indígenas e a presença progressista dos colonizadores. A autora realiza uma instigante discussão acerca dos aspectos identitários Caririense que ora se cruzam com o sertão e ora se opõem. O texto de João Davi Oliveira Minuzzi “Um novo mundo a sua frente: a viagem de Herbert Huntington Smith pelos campos da Fronteira Meridional do Brasil” analisa a viagem exploratória e científica do estudioso estadunidense Herbert Huntington Smith, zoólogo, dentro da ótica da História Ambiental pelos Pampas gaúcho. A viagem resultou na publicação de matérias de jornais e a obra “Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista” o qual é analisado por Minuzzi. Dialogando com Donald Worster, o autor aponta como o crescimento populacional ocorrido no período imigratório, século XIX e as guerras geraram impactos no bioma que é pouco estudado do ponto de vista da historiografia brasileira. E aponta ainda que o espaço é associado a interior e sertão em virtude do distanciamento dos grandes centros urbanos brasileiros. O texto de Leila Mourão “Sertão e Sertões na História da Amazônia” tematiza uma perspectiva de categoria sertão em suas diferentes linguagens. Em especial, retoma a produção historiográfica e articula a historicização do termo em seus múltiplos referenciais, e



centraliza a sua atenção nos sertões amazônicos. O texto “O papel dos Rios na Conquista das Capitâneas do Norte” de Olga Suely Teixeira e Magnus Rodrigues de Medeiros buscou identificar o papel dos rios no processo de conquista das capitâneas do Norte na experiência colonial da América Portuguesa nos séculos XVI e XVII. O Rio como elemento natural funcionou como uma espécie de caminho para desbravamento do território colonial. Os autores recorrem ao “Sumário das Armadas” de 1873 como documento norteador da pesquisa. A referida fonte apresenta uma descrição da natureza pontuada como divina, mas que também deveria servir aos propósitos maiores do projeto de expansão da América Portuguesa. Portanto, o texto indica que o caminho das águas também foi o caminho desbravador da futura nação brasileira.

Os textos são instigantes, desafiadores, desbravam caminhos e lançam luz sobre as diversas experiências de Sertão/Sertões.

Boa leitura!





COLEÇÃO
SERTÕES,
CAMINHOS E
FRONTEIRAS

3

Sumário

- 19 **Cadeia de Pombal no Século XIX: Uma Perspectiva do Sertão Paraibano**
João Jacó de Sousa Júnior
- 31 **Do Sertão ao Litoral: O Algodão e a Experiência Institucional na Integração Territorial do Semiárido Norte-Rio-Grandense (1924-1942)**
Breno de Assis Silva Araújo; Angela Lucia Ferreira
- 47 **Determinismo Biológico e Social Atuando na Construção Literária Sobre o Banditismo Rural no Sertão Nordestino**
Erika Gonçalves de Mendonça
- 62 **Fronteiras e Sertões: Ocupação Territorial Entre o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o Estado do Brasil no Final do Século XVII**
Tamires dos Santos Duarte
- 77 **A Situação Sanitária do Piauí Versus Operação Progresso: Interiorização da Medicina e Assistência Médica no Piauí (1968-1975)**
Jônatas Lincoln Rocha Franco
- 94 **Progresso Para os Sertões: Análise da Atuação dos Postos de Profilaxia Rural no Combate às Endemias Rurais no Rio Grande do Norte (1921-1927)**
Júlia Elisa de Freitas Arcanjo

- 108** **Versos do Luto: Saúde e Morte na Segunda Metade do Século XIX no Rio Grande do Norte a Partir da Obra de Auta de Souza (1850-1900)**
Jussier Dantas
- 125** **Medicinas e Doenças nos Sertões: Uma Análise das Plantas Medicinais na América Portuguesa do Século XVI**
Rodrigo Perles Dantas
- 139** **“Cícero Doido”: Visões Sobre a Loucura nos Sertões de Caicó na Primeira Metade do Século XX**
Sérgio Medeiros de Almeida
- 155** **Mulheres, Médicos e Formas de Nascer: A Medicalização do Parto na Imprensa de Petrolina (1920-1940)**
Vanessa Dias da Silva Batista; Ana Clara Farias Brito
- 171** **O Cerrado é Minha Casa: A Presença das Populações Extrativistas no Sul Do Maranhão**
Ana Karina Almeida Teotonho; Jaime Garcia Siqueira Jr
- 186** **Xukuru do Ororubá: Os Indígenas na História e a História Ambiental no Semiárido Pernambucano**
Edson Silva
- 200** **“O Cariri é Lindo e Rico, Não Pode ser Sertão”: Instituto Cultural do Cariri, Natureza e Narrativas da Região (1950-1970)**
Jane D. Semeão e Silva
- 217** **Um Novo Mundo a Sua Frente: A Viagem de Herbert Huntington Smith Pelos Campos da Fronteira Meridional do Brasil**
João Davi Oliveira Minuzzi
- 232** **Sertão e Sertões na História da Amazônia**
Leila Mourão
- 247** **O Papel dos Rios na Conquista das Capitânicas do Norte**
Olga Suely Teixeira; Magnus Rodrigues de Medeiros
- 260** **Índice Remissivo**

CADEIA DE POMBAL NO SÉCULO XIX: UMA PERSPECTIVA DO SERTÃO PARAIBANO

 João Jacó de Sousa Júnior¹

INTRODUÇÃO

As instituições prisionais são das matérias mais controversas sobre a punição na sociedade atual. Por sua complexidade a matéria carece de estudos que colaborem na solidificação historiográfica no Brasil (MAIA, 2009). A importância da elaboração historiográfica brasileira sobre o tema é necessária para que seja construída um panorama autêntico. Entre as várias regiões e sub-regiões, o sertão compõe um elemento imprescindível na composição das prisões nacionais. As características regionais serão aqui trabalhadas no recorte temporal do século XIX, e na principal cadeia à época do sertão paraibano: Cadeia de Pombal. O entendimento específico da prisão em local distante da capital administrativa é de extrema importância para formação de conteúdo diverso da grande maioria dos trabalhos já elaborados, com suas peculiaridades regionais, visando somar o desenvolvimento histórico das cadeias estaduais e a formação de um cenário nacional.

As pesquisas contemplam primordialmente as fontes extraídas da produção documental oficial dos presidentes da então Província da Paraíba, e em alguns casos, dos chefes de polícia. Os relatórios provín-

¹ Graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB



cias consistiam em delimitar tópicos da administração pública, entre os quais, separavam um espaço para informar sobre as cadeias. Apesar da assiduidade dos relatórios sobre as cadeias da Paraíba não representarem informações do cotidiano prisional de forma minuciosa, foi possível extrair das entrelinhas das informações administrativas e das opiniões pessoais, por vezes emitidas por presidentes e chefes de polícia, informações riquíssimas em conteúdo. Por isso, a importância dos documentos oficiais para a composição da temática prisional no sertão paraibano em questão, e todas as possíveis transformações, ou continuidades durante o século XIX. O avanço da pesquisa incide na formação de nova historiografia sobre as cadeias paraibanas em meio ao sertão e suas características, e da possibilidade de acréscimo contextual no panorama nacional.

O período a ser tratado representa um momento de grande apreciação de assuntos relacionados às cadeias por todo o mundo. O século XIX define um momento importante de debates e reformulações dos moldes da recém construída forma de punição que concebeu a “Mitigação das Penas” (FOUCAULT, 2012, p. 100). Na Paraíba muitas foram as construções e as reformas de novos edifícios que serviam de prisão, onde a grande maioria das modificações não atendiam a risca os novos critérios estabelecidos na constituição criminal vigente.

A prisão de Pombal passou de uma casa alugada, que aparentemente era adaptada para tal serviço, com apenas duas divisões para um prédio destinado a esse fim, mesmo que não correspondesse fielmente as normas. A cadeia descava-se das demais dos seus arredores, que muitas das vezes eram troncos onde amarravam-se os presos.

O primeiro capítulo ressalta a importância e a estrutura da Cadeia de Pombal, em receber os presos dos arredores locais, evitando o deslocamento dos apenados até Capital, onde encontrava-se a principal cadeia da província. A posição da prisão de Pombal aumentou sua notabilidade, que passou a vislumbrar como a segunda de mais atenção depositada nos relatórios para adquirir verbas públicas. A cadeia



passou a ter edificação própria para tal, diferente da casa alugada de antes. E até o final do século XIX houveram reformas e melhorias, com o objetivo de evitar as fugas. No segundo capítulo reserva-se a descrever a capacidade da prisão, os eventos criminosos das fugas dos presos, e os problemas de precariedade da alimentação na cadeia.

IMPORTÂNCIA E ESTRUTURA DA CADEIA DE POMBAL

A cidade de Pombal se destacava por sua importante localização, polarizando o sertão paraibano, conseqüentemente a cadeia desta cidade significava uma estrutura de captação dos presos da região. Era situada na década de 1840, na sede da terceira das três Comarcas da província paraibana, distante cerca de 370 km da capital. A prisão pombalense até meados do século XIX, não fazia jus a sua significância, pois não existia cadeia construída, como constatado no relatório sobre o estado das cadeias de 1845. E funcionava como prisão uma casa alugada de um particular, dividida em duas salas, prisão para homens e outra para mulheres, sem carcereiro e nem livro de escrituração, para determinar a entrada e saída dos presos.

A concretização de um edifício para a cadeia de Pombal ficou pronto no ano de 1849, uma década antes, em relatório provincial, era exposto a destinação de verba para a construção desta. Mas, nos anos consecutivos não haviam iniciado as obras, apenas eram providenciados concertos na casa que servia de prisão, onde no ano de 1846, o administrador provincial alude da urgência para a construção da cadeia. O presidente da província paraibana, Ricardo José Gomes Jardim, em discurso a 4 de agosto de 1843, autoriza a construção da cadeia na Vila de Pombal, empregou a quantia 9:500\$000 réis, que antes era de 8:500\$000 reis. Pois o projeto passou a incluir o lajeamento do edifício e uma calçada subterrânea de pedra e cal, repassada ao senhor Bernardino José da Rocha, responsável pela construção da obra. Em relatório de maio de 1845, o presidente, tenente-coronel Frederico Carneiro de Campos avalia erros na planta da



cadeia, e atesta a necessidade de rescindir o contrato. Entre os problemas estão às dimensões pequenas e com divisões em apenas quatro salas. O contrato foi rompido só em 1847, e refeito um novo, com novas exigências a respeito da obra, para que pudesse atender as exigências da legislação criminal, com isso despendido mais 5:400\$000 réis. Não se sabe como estava o andamento da construção quando foi interrompido o contrato, e não há vestígios se foi feito um novo edifício ou adaptação da construção inicial do projeto, mas as evidências é que só tenha iniciado a obra no ano de 1847. Após dois anos, segundo o relatório de 1º de agosto de 1849, a Cadeia de Pombal se encontrava pronta, e também servia a mesma edificação como júri e câmara municipal.

A recém construída Cadeia de Pombal dispunha de boa estrutura e foi erguida em um só pavimento, era considerada segura pois aparentemente podiam-se dificultar as fugas. Estava dividida em 10 cômodos, eram eles: enxovia, casa forte, sala livre, custódia, prisão para mulheres, prisão para escravos, enfermaria, cozinha, habitação para o carcereiro e para a guarda, e cozinha. Passou a dispor de um carcereiro com ordenado de 125\$000 reis, mas sem regulamento especial. Segundo o chefe de polícia, no ano de 1857, mesmo com estas divisões, a nova obra não atendia a todas as separações adequadas da legislação criminal. Em relatório do ano seguinte, sem citar o porquê, a cadeia é detalhada com nove cômodos, e em ambos os documentos, é sempre reiterada às boas condições de arejamento e de salubridade.

Os primeiros seis anos de funcionamento da prisão de Pombal não vivenciaram nenhum acontecimento atípico do cotidiano, as menções a cadeia até então, destacavam-se positivamente. O bom funcionamento da cadeia será interrompido em 1856, quando acontece a primeira fuga como veremos mais adiante, mencionada no relatório de 1857, onde são descritos os primeiros problemas na estrutura e são feitos pedidos para reparos, mencionando problemas nas paredes do prédio.

A autorização para reparos e aumento da cadeia de Pombal perdurará até o ano de 1862, quando são confirmados os concertos, mas



seguiu-se a seguinte constatação do chefe de polícia da província: “... depois dos concertos nella feitos ultimamente, presta-se menos mal ao seu destino, mas está muito longe de ser uma casa de prisão regular...” (PARAYBA, 1862, fl. 05).

Voltam-se os comentários de problemas na Cadeia de Pombal, quatro anos após a primeira reforma. Em 1866, o vice-presidente Felisardo Toscano de Brito, põe à disposição do delegado Antonio Fernandes de Freitas, da cidade de Pombal, a quantia de 2:190\$900 réis para variados reparos, entre eles, de reparar rachaduras nas paredes, fazer concertos e por novos ladrilhos, reparos na cozinha, além de reboco de toda cadeia, concluídos no ano posterior. Um longo período transcorre até que novas reclamações sejam feitas, quase vinte anos depois, em 1886, são solicitados reparos em caráter de urgência na prisão.

Não existem informações sobre a conclusão ou não dos reparos, e as novas notícias de intervenção na cadeia de Pombal, só apareceram ao final do século na mensagem do presidente do estado, Antonio Alfredo da Gama e Melo, em 2 de setembro de 1897, onde autoriza por meio do § 14 de artigo 1º da Lei nº. 34 de 7 de março de 1896, intervenções na edificação, com a quantia consignada de 3:000\$000 réis.

Entre as idas e vindas, de obras e reparos, a cadeia de Pombal exerceu uma eficiente colaboração as demais cadeias do sertão e da capital, absorvendo um número elevado de presos das comarcas vizinhas e restando muitos que possivelmente seriam enviados a cadeia da capital. Apesar de parecer contraditório em alguns momentos, era sempre mencionada como uma das melhores da província da Paraíba, e sem dúvidas a melhor cadeia do sertão. Fama não difícil de conquistar, pois em muitas localidades das redondezas, eram utilizados troncos para deter os presos.

CAPACIDADE, FUGA E FOME

A casa que servia de prisão em Pombal até meados do século 1800, era continuamente arrombada, inclusive, o relatório provincial de 1839,



apresenta à fuga de dois presos condenados à morte. Com a construção de uma nova edificação para servir de cadeia, a capacidade de receber presos sobe para algo em torno de cem vagas, mas esses números são imprecisos e variam conforme a avaliação dos chefes de polícia ou dos presidentes. Uma vez que o chefe de polícia, no ano de 1861, informa que a capacidade da cadeia é de até oitenta presos.

As primeiras informações sobre a entrada de presos na cadeia eram da entrada de apenas onze presos no ano de 1844, ainda na casa improvisada de prisão. Em 1851, na recém construída cadeia de Pombal, registra o número de sessenta e cinco presos recolhidos em suas dependências. As prisões efetuadas no mesmo ano na cidade foram de sete, dos quais seis foram por homicídio e uma por fuga de presos. Já em 1852 as únicas informações dão conta de uma pequena diminuição do número de presos recolhidos, passando para um total de sessenta e dois.

A prisão pombalense estava sujeita a receber todos os presos das 3º e 6º Comarcas, e em 1856 estavam recolhidos um total de 102 presos. As qualificações dos seus crimes eram de: 41 homicidas, 5 de ferimento, 4 de desobediência, 3 de furto, 1 de estelionato, 1 por consentir fuga de preso, 1 por tirada de preso do poder da justiça, 3 desertores, 5 para correção e 1 escravo fugido.

Os reparos pela qual passava a cadeia tinham a intenção de receber convenientemente mais presos das imediações, para evitar ao máximo a transferência para a cadeia da capital, que além de arriscada era dispendiosa para os cofres públicos. O que tornava de Pombal um polo receptor de presos do sertão paraibano, como relata o presidente provincial: "... cuja posição exige por sua distância da capital uma cadeia nos termos de receber todos os réos daquellas paragens remotas." (PARAHYBA, 1859, P. 29). A fala do presidente da província, em 1873, confirma o grande número de presos que recebe a cadeia de Pombal, só atrás da cadeia da capital. No ano de 1859 deram entrada na cadeia cento e cinquenta e quatro presos, em 1860 achavam-se recolhido cento e vinte e nove indivíduos, sem contar os recrutas e desertores. No final do



mesmo ano, novas informações deram conta do número de quarenta e seis réus, com apenas vinte e quatro sentenciados e dezesseis pronunciados, sendo o restante indiciado.

Nos cinco primeiros meses de 1861, a cadeia recolheu quarenta e nove presos, já em 1864 entraram sessenta e oito presos. Na década seguinte, mais precisamente no mês de abril de 1877 foi registrado um número de cinquenta presos recolhidos. Apesar de não serem apresentadas informações contínuas de entrada e saída de presos anuais, os números apresentaram uma quantidade significativa de entrada de presos paralelo a capacidade da cadeia.

A grande quantidade de presos fez da Cadeia de Pombal um alvo potencial de fugas e resgates, facilitando possíveis arrombamentos. A primeira fuga de presos da nova estrutura, só aconteceu no ano de 1856, quando dos vinte e quatro presos que ali se encontravam, treze fugiram, apenas um foi recapturado na cidade de Patos. Essa fuga foi auxiliada por duas praças da polícia, no horário da visita da cadeia, que por ocasião atacaram a guarda, inclusive foram realizados alguns disparos de arma de fogo.

Uma espetacular operação de resgate de presos é mencionada no relatório provincial de 1863. A cadeia de Pombal sofreu um ataque por meio de um grupo de trinta a quarenta homens, às 2h da manhã do dia 5 de junho de 1863. O bando era chefiado por José Virgulino, e tinha a intenção de libertar os acusados da morte do subdelegado do distrito de Piancó, dos quais um, era parente do líder da investida. Por ocasião do confronto com a guarda da cadeia, resultou na morte de um guarda e mais dois componentes feridos. Todos os seis participantes do homicídio ao subdelegado evadiram-se, e aproveitando a oportunidade do arrombamento das portas da cadeia, outros cinco presos fugiram. O relatório de 1863 informa que estes seguiram para Piancó ou Pajeú, em Pernambuco, com a proteção de pessoas influentes das localidades.

Em outra ocasião um plano de fuga é frustrado, em 7 de março de 1865, os presos tramavam para no momento da revista atacar o carce-



reiro com água fervente, e então subtraírem as chaves da cadeia. Mas essa trama foi descoberta a tempo, e suprimida. No ano de 1874 a Cadeia de Pombal é atacada por meio de arrombamento, na manhã de 19 de fevereiro do referido ano, o acusado desta prática foi o alferes da Guarda Nacional, Eustáquio do Rego Toscano de Oliveira Nobrega, em parceria com o Coronel João Dantas de Oliveira. O relatório não deixa claro do êxito da investida contra a cadeia, e nem as motivações do ataque.

Os ataques e planos de fugas, vistos anteriormente na cadeia de Pombal, originaram em um interessante pedido do juiz da cidade para com o 1º vice-presidente da província, José Paulino de Figueiredo, em 1877. O pedido resume-se na transferência de todos os presos de Pombal para a cadeia da capital. Esse desesperado pedido não foi atendido pelo administrador, entre outros motivos, devido à lotação de presos na capital. Mas, vale mencionar os três argumentos que o referido juiz apresentou. O primeiro, sobre os inúmeros ataques que vem sofrendo a cadeia, com a perspectiva iminente de fuga dos presos. O segundo, do incômodo causado pela utilização de todas as praças da guarda de linha para a segurança da cadeia, ficando desguarnecida a cidade dos constantes crimes a pessoa e a propriedade. E o terceiro, eram relacionados aos grandes gastos com as diárias com alimentação dos presos. A falta de alimentação e a má administração com essa tribulação foi um dos mais graves problemas que enfrentou presos do sertão paraibano.

A Cadeia de Pombal passou por grandes dificuldades para alimentar os presos ali recolhidos. No ano de 1861, por conta da falta de alimento e do atraso do dinheiro para a compra deste, o delegado da cidade ordenou a compra de farinha, e que matassem bois para alimentação dos presos, para que futuramente fossem cobrados da província. Já em 1882, as reclamações sobre alimentação partem diretamente dos presos. O relatório provincial não descreve nem distingue essas reclamações.

Os graves problemas de alimentação dos presos eram apontados pelos administradores da província como resultado do grande número



de presos considerados pobres, que deviam ser amparados pela ação provincial. Contribuíram com esses problemas, o fato de que as poucas verbas eram arrecadadas pelas coletorias das vilas do sertão, uma espécie de órgão que arrecadava impostos nas vilas. A relação dos presos considerados pobres e que recebiam alimentação eram feitas pelos delegados, promotores ou juízes. E não foram constatados quais eram os critérios utilizados para essa avaliação, como consequência causavam situações de extrema miséria dos presos nas cadeias, principalmente as do sertão. As dificuldades com alimentação dos presos estão entre um dos grandes embaraços com a qual passam os administradores das cadeias, e não foi diferente na Cadeia de Pombal.

Apesar desses infortúnios, não foram informados de mortes ou outras mazelas em decorrência de tais problemas, a única morte de preso mencionada nos relatórios provinciais é de um acusado capturado já baleado. Foi preso já baleado em 25 de julho de 1882, nas proximidades de Pombal, vindo a falecer poucos dias depois na Cadeia, em 4 de agosto do mesmo ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer das análises textuais dos Relatórios Provinciais da Paraíba observou-se uma importante fonte historiográfica dos acontecimentos administrativos oficiais da Cadeia de Pombal no transcorrer do século XIX. Das referidas fontes pode-se desprender riquíssimas informações para a construção de possíveis cenários históricos que envolvam desde a realidade cotidiana da estrutura da cadeia, dos presos e guardas, até a opinião pessoal dos agentes que redigiam os documentos.

Mesmo que os relatórios sejam direcionados para atender uma demanda estatística e contábil da administração pública, os estudos dos materiais contribuíram na consolidação da conjuntura da Cadeia de Pombal entre as demais prisões da época. Em meio ao direcionamento do recorte temporal estabelece uma conexão cronológica da formação



prisional no Sertão Paraibano. A Cadeia de Pombal assumiu importância regional, representando uma referência em concentração de presos e de interesse dos administradores nas apresentações dos relatórios, resultantes em um apanhado maior de informações.

Por usufruir de um patamar de destaque geográfico entre as demais cidades e vilas da região, a prisão da cidade de Pombal recebeu maiores atenções para possíveis investimentos, mesmo que de forma morosa para sair do papel. A pesquisa, em si, destacou o aparecimento de alguns períodos de maior investimento. Ao certo, não foi possível encontrarmos o que diferenciava um momento de incremento das cadeias maior que outros. Algumas hipóteses podem ser elencadas, como a elevação da condição de distrito para cidade, a questão financeira provincial à época ser conveniente para investimentos, e as questões que afetavam indiretamente os meios de melhorias das cadeias, como as ações climáticas, a exemplo da seca na região.

A Cadeia de Pombal destacou-se na segunda metade do século XIX com uma função precípua de acumular presos. Muitas das melhorias projetadas para os presos nunca foram efetivadas, pois esbarravam em dificuldades como projetos mal elaborados, construções de má qualidade e na falta de investimentos em geral. As crises oriundas das secas transcenderam as paredes da Cadeia de Pombal, a fome principalmente esteve sempre presente no cotidiano dos presos. A prisão de Pombal, definitivamente, exerceu apenas a função de acumular prisioneiros em meio as condições precárias e peculiares do sertão paraibano.

A construção do conteúdo sobre as prisões no sertão paraibano do Século XIX, especificamente em Pombal, representa uma relevante contribuição, que não restringe apenas a formação documental do assunto, e sim, em subsídio de conhecimento para novas pesquisas. E por trata-se do sertão torna o tema mais rico em características e especificidades regionais. Sem esquecer o valor social da temática prisional no desenvolvimento historiográfico do sertão paraibano no presente, e projetando o conhecimento para melhorias no debate teórico e prático futuro.



REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil – Império**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

BRETAS, Marcos. **O crime na historiografia brasileira**: uma revisão da pesquisa recente. Boletim Informativo e bibliografia de ciências sociais. Rio de Janeiro. Nº 32, pp. 44-61, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 40ª Ed., Petrópolis. RJ: Vozes, 2012.

JESUS, Alysso Luiz Freitas. **No sertão das Minas**: escravidão, violência e liberdade 1830 – 1888. 1ª Ed., São Paulo; Belo Horizonte, 2007.

MACHADO, Maximiano Lopes. **História da província da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977.

MAIA, Clarissa Nunes, et al. **História das Prisões no Brasil**. Vol. I. Rio de Janeiro. Rocco, 2009.

PAIVA MARTINS, Guilherme; CARVALHO AMARAL, Marcela. **A genealogia do poder em Foucault**: As práticas discursivas e a sociedade disciplinar. Prisma Jurídico, Vol. 10, Pp 93-110 (2011).

PARAHYBA. **Relatórios Presidenciais Provinciais**: Paraíba. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/paraiba>. Acesso em: 03 de nov. 2014.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Incultura e criminalidade**: estereótipos sobre a educação do jovem, da criança e do camponês no século XIX. História, Franca-SP, v.24, n.1, p. 227-246, 2006.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto; FERNANDES MARIZ, Silvana; FONTELES NETO, Linhares. Cap. 13 – **Cárceres, cadeias e o nascimento da prisão no Ceará**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. P. 155-183.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto; VASCONCELLOS NETO, Edson Peixoto de. Foucault: da microfísica à biopolítica. In: ALMEIDA FILHO, Agassiz; BARROS, Vinícius Soares de Campos. (Org.). **Novo Manual da Ciência Política**. 1 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008, v. 1, p. 455-459.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto; VASCONCELOS, Edson. Foucault: Da microfísica à biopolítica. **Revista Aulas**, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Crime, Violência e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POJO DO REGO, Isabel. **Sociologia da Prisão**. Sociedade e Estado. 2004. Vol. 19. p. 227

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. 9ª Ed. Rio, São Paulo, Martins, 1976.



SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822-1940**. 2ª Ed., Annablume; Fapesp, 2006.

SÉRGIO PAULO, Benevides. **As Prisões da Miséria**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS - Mana, Vol.7, Pg. 214-217, 2001.



DO SERTÃO AO LITORAL: O ALGODÃO E A EXPERIÊNCIA INSTITUCIONAL NA INTEGRAÇÃO TERRITORIAL DO SEMIÁRIDO NORTE-RIO-GRANDENSE (1924-1942)

 Breno de Assis Silva Araújo¹

 Angela Lucia Ferreira²

INTRODUÇÃO

O quadro instaurado de aprimoramento da cultura algodoeira no Rio Grande do Norte (RN), por meio da melhoria e expansão das vias de comunicação e do processo produtivo dessa fibra, desembocou, nas primeiras décadas do século XX, numa série de intervenções governamentais encabeçadas pelo Ministério da Agricultura (MAG), Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e governo estadual. Esses entes estatais atuaram sobre o espaço norte-rio-grandense, e especialmente na região assolada pelas irregularidades climáticas, posteriormente delimitada como Polígono das Secas, a fim de possibilitar a infraestrutura logística adequada à otimização do arranjo das atividades econômicas.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (PPGe/UFRN), bolsista CAPES e membro do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb).

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCUrb), bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq).



A estrutura produtiva local estava assentada no plantio, comercialização e exportação de gêneros agrícolas. O maior destaque e importância ficava por parte do algodão “mocó”, característico das áreas com estiagem mais prologada do estado. Tal situação representava naturalmente um entrave ao desenvolvimento econômico, considerando haver a necessidade de deslocar a produção do interior até o litoral para acessar os portos marítimos de escoamento e pelo fato das vias de transporte terrestre responsáveis por encadear essas zonas serem, em sua maioria, inviáveis ao tráfego de veículos com carregamentos do produto.

Destarte, o objetivo do presente trabalho consiste em apontar elementos para compreender a influência das intervenções institucionais atreladas ao aperfeiçoamento da cotonicultura nas ações voltadas ao transporte de mercadorias e modernização do território no sertão potiguar, entre os anos de 1924 e 1942. Mais detalhadamente, se busca entender o desenrolar das obras públicas de caráter infraestrutural, no âmbito do “combate à seca” e do aperfeiçoamento das práticas agrícolas; discutir a reverberação dessas intervenções na articulação das regiões do estado; além de relacionar o uso do território com a dinâmica das redes. Por fim, almeja-se oferecer aportes à historiografia potiguar e aos estudos desenvolvidos no HCUrb atinentes à Geografia Histórica.

Para tanto, atribui-se às contribuições do professor Milton Santos (2008, 2009) o constructo teórico fulcral, ao tratar as Instituições como elementos constituintes e modeladores do espaço e sua proposição acerca do uso do território como categoria de análise. Esse conjunto de ideias é associada a dinâmica das redes geográficas tratadas por Roberto Lobato Corrêa (2012), Leila Dias (2000), Fábio Cunha (2002) – alicerce da discussão conceitual – e por Mário Santana (2004), ao apontar objetivos e funções dos agentes envolvidos na sua constituição.

É a interação entre ambos princípios abstratos que permite a leitura mais ampla do território no seu aspecto material e imaterial. Em adição às ideias de Santos, André Gomes (2015) e Mirlei Pereira (2019) acrescentam ao uso do território, respectivamente, a determinação de



normas que o procedem e a imposição que se coloca no entendimento de uma dada configuração territorial para operacionalizar-se o ordenamento e a organização espacial dos objetos geográficos.

O arcabouço teórico serviu de amparo na análise dos relatórios governamentais de, fundamentalmente, três órgãos: IFOCS, MAG e Departamento de Agricultura e Obras Públicas do estado (DAOP). Interessa salientar que, apesar de retratados no decorrer do trabalho associados uns aos outros a fim de garantir a concepção de totalidade e uma ordem cronológica coerente, os documentos examinados têm propósitos específicos de acordo com a função de cada órgão: os materiais do MAG fornecem informações necessárias ao reconhecimento do aspecto político-administrativo do serviço algodoeiro, da IFOCS provêm elementos da malha viária e seu prolongamento, enquanto os do DAOP aprovizionam a realidade mais aproximada da conjuntura político-econômica e social local. Por conseguinte, é uma análise pautada na figura do Estado (em suas diferentes esferas e instituições), entendendo que o processo analisado envolve outras nuances e agentes (i.e, trabalhadores, proprietários de terras e comerciantes) não contemplados nesse trabalho.

O conjunto de relatórios acima explicitados constituem a substancial fonte de informações e dados aqui trabalhados. Realizou-se a coleta em arquivos e bibliotecas digitais, como no acervo digital da Biblioteca Nacional e da Memória Estatística do Brasil, e físicas, a exemplo do Arquivo Público estadual do RN e no Laboratório de Imagens do departamento de História da UFRN (LABIM).

No âmbito das produções do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo (HCURb), notadamente acerca do conteúdo que envolve as obras contra as secas e o processo de “modernização” do território nordestino, destacam-se as contribuições de Adielson Silva (2017) e Hélio Farias (2018). Ademais, abalizam a discussão sobre a historiografia potiguar Maria do Livramento Clementino (1985) e Denise Takeya (1987) – acerca do algodão potiguar e suas singularidades –; Manuel Correia de Andrade (1994); Lászlo Árbocz (1986); José Lacerda



Felipe (2011) e Fagner Silva (2016) quanto aos elementos da construção do território potiguar em sua dinâmica geoeconômica. A seguir, em dois tópicos, para dar conta do material levantado, o trabalho apresenta num primeiro momento a esfera institucional que estrutura a política algodoeira e em seguida o desdobramento dessa política no uso do território.

A ESFERA INSTITUCIONAL DA POLÍTICA ALGODOEIRA NO RIO GRANDE DO NORTE

No Nordeste, a exploração dos pouco conhecidos entraves geográficos inatos ao território sertanejo designaram algo a ser superado e encetaram ampla discussão sobre as possibilidades e forma de incorporação da região ao Estado-nacional no cerne da Primeira República (FARIAS, 2018). A irregularidade pluviométrica, a topografia e a vegetação de difícil acesso compunham um desafio ao próprio desenvolvimento do RN.

A economia potiguar fundamentava-se, naquele momento, em dois grandes pilares: no cultivo do algodão e na salicultura. No referente ao primeiro, Takeya (1987, p. 66) coloca que “a partir de 1880 a expansão de seu cultivo no Rio Grande do Norte ganhou novo e decisivo impulso, caracterizado pelo avanço da cultura sobre a Zona da Mata e pela disseminação de uma variedade de algodão característica do meio - o mocó - de fibra longe e resistente”.

O consumo dessa fibra ocorria, até o fim do séc. XIX, majoritariamente no mercado externo, sobretudo pela indústria têxtil inglesa. Como a produção da linhagem mais procurada estava no interior e a exportação ocorria pelos portos marítimos de Natal e Areia Branca, o transporte representava significativo elemento de constituição tanto do valor final dos fardos quanto da própria escala produzida.

Questões atinentes ao baixo nível técnico do setor primário nacional ganharam volume nos primeiros anos do século XX, assentadas na



crise do setor agroexportador nacional (TAKEYA, 1987). Em vista disso, a criação do Serviço Nacional do Algodão (SNA) em 1915, e reestruturado em 1920 pelo MAG (SANCHES JR, 2014), objetivava “incrementar e melhorar a produção algodoeira no Brasil, mediante o estudo, propaganda dos processos culturais e de beneficiamento mais convenientes ao país, e aplicação das medidas de defesa sanitária agrícola” (MAG, 1921). Com a inviabilidade financeira de dar continuidade ao impulso ferroviário com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), a alternativa rodoviária ganhara prioridade na, então federalizada, IFOCS a partir da década de 1920. Os trajetos anteriormente estabelecidos obedeciam quase à mesma rota das linhas férreas de penetração do estado – Mossoró-Souza e Central do RN - mas alcançaram localidades mais longínquas em menor tempo de construção.

As duas primeiras redes de estradas de rodagem concebidas pela IFOCS não guardavam ligação e dependiam exaustivamente do repasse de recursos da União nas situações de calamidade pública ocasionadas pelas secas para sua construção e manutenção. A primeira, encetada pela Estrada de Automóveis do Seridó, iniciada em 1915, conectava a capital, Natal, ao Seridó, ou seja, o litoral ao sertão. Abria caminho às obras dos açudes Gargalheiras e Cruzeta, em Acari, e Mundo Novo, em Caicó, além de facilitar o escoamento do algodão mocó.

A segunda, intitulada rede do Assú, situada no interior e iniciada em 1919, vinculava o município homônimo ao distrito de Lajes e, via ramal, à Santana dos Matos. Seu itinerário se justificava por dois motivos: levar os materiais necessários ao represamento das águas na bacia do rio Piranhas-Assú (MVOP, 1925) e promover o acesso a esse último local, onde ocorreriam futuras intervenções da própria política algodoeira (ÁRBOCZ, 1986). Ao objetivo inicial, de superação da descontinuidade na conexão territorial, foram acrescentados esforços em prover um sistema viário eficiente à circulação do algodão.

Por parte do DAOP, ações voltadas ao estímulo da cotonicultura e do plantio do algodão mocó eram incentivadas constantemente, mas a



baixa disponibilidade financeira obstruía a composição de uma política devidamente estruturada. Tal preocupação com a questão técnica levou o então governador Antonio Melo a convocar, em 1923, a “Conferência Algodoeira de Acari”, onde instituiu medidas de proteção e fomento ao cultivo especializado do algodão mocó, como a proibição do plantio de outras espécies em certas zonas e a distribuição de sementes selecionadas adquiridas pelo governo (CAMARA, 1923).

Paulatinamente, a cotonicultura nordestina perdia espaço no mercado internacional do algodão em face da não correspondência ao aumento da exigência de atributos técnicos (TAKEYA, 1987; CLEMENTINO, 1985). Encontrava, contudo, no mercado interno a possibilidade de sustentar sua demanda, tendo em vista o florescimento da indústria têxtil no centro-sul do país. Neste contexto, engendrava a premência em organizar um sistema que articulasse o território e providenciasse melhorias técnicas ao algodão estadual, o capacitando a disputar a competição no mercado de fibras têxteis. Destarte, pode-se dizer que três instâncias estatais atuaram sobre o território potiguar objetivando a modernização territorial e o aprimoramento da economia algodoeira (Figura 01).

Figura 01 - Instâncias governamentais e suas funções no uso do território pela política algodoeira no RN

Instituição	Função
Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ministério da Viação e Obras Públicas)	Construção de ferrovias/rodovias Obras hidráulicas Reconhecimento do território
Serviços do Algodão (Ministério da Agricultura)	Instalação de estabelecimentos técnicos Classificação do algodão Distribuição de sementes selecionadas
Departamento de Agricultura e Obras Públicas (governo do Estado)	Inventigar potencialidade locais Estímulos fiscais/financeiros Conversação e construção de vias

Fonte: Elaboração dos autores



Numa espécie de cooperação institucional, cada órgão exercia diferentes serviços que, direta ou indiretamente, articulavam as três esferas de ação e promoviam, em alguma medida, os requisitos desejáveis para o alavancamento da produção local.

A POLÍTICA ALGODOEIRA E OS JUSOS DO TERRITÓRIO NORTE-RIO-GRANDE

Apenas em 1924 criou-se no estado a primeira Estação Experimental pertencente ao SNA, tendo a instalação atendido a várias condições da configuração territorial, entre elas: situações climatérica e agroecológica; localização próxima aos centros populacionais e as vias de comunicação ademais da existência de cursos permanentes d'água para irrigação (MAG, 1928). Ao atender a tais critérios, definiu-se o município de Acari, área central do Seridó, aproveitando de sua ocupação na área de irrigação do já projetado Açude Gargalheiras, assim como da inserção na anteriormente estabelecida Estrada de Automóveis do Seridó.

Assim, instalou-se em 14 de outubro de 1924 a Estação Experimental do Seridó (EES), primeiro centro de operações técnicas do SNA no RN. Além desse estabelecimento central, o serviço subdividir-se-ia em outros departamentos como Campos de Cooperação, Seções de Classificação do produto, Fazenda de Sementes e Delegacia do Serviço. Entretanto, a estrutura material do serviço apenas adensaria sua configuração a partir de 1927. Nesse ano foram inauguradas a primeira Fazenda de Sementes, em Jundiaí (Macaíba), com terrenos cedidos pelo estado, duas Seções de Classificação nos portos de Natal e Mossoró e outras duas subseções, em Lajes e Jardim do Seridó. Os campos de cooperação eram cinco, distribuídos em Natal, Ceará-Mirim, Santa Cruz, Baixa-Verde, Macau e Assú.

Até aquele momento a trama viária usufruída pela política algodoeira atendia as necessidades de conexão, estando todas as seções do serviço, excetuando-se a de Macau, incluídas nas redes rodoviária ou



ferroviária. Também estrategicamente, as divisões de classificação localizavam-se nos pontos de exportação, assim como suas subseções nas áreas de convergência da produção interiorana (Figura 02).

Figura 02 - Sistema viário do RN, 1927, destacando as unidades do Serviço do Algodão



Fonte: IFOCS, 1927. Acervo digital do HCUrb. Nota: editado pelos autores.

A necessidade crescente de instalação dos atributos participantes da cadeia produtiva distribuídos no território potiguar evidenciava o obsoleto e incompleto sistema de intercomunicação interna. Ao pretender superar tal entrave, a IFOCS se apressou em empreender ações como a construção, em 1928, de uma estrada de rodagem partindo do ramal de Catolé do Rocha, na Paraíba, até a recém inaugurada Fazenda de Sementes no povoado de Sacramento (pertencente à Santana dos Matos), promovendo contato direto entre a seção e municípios produtores do Seridó (MVOP, 1929).

É no ano de 1929 que, possivelmente, transcorreu o marco da simbiose entre os três órgãos aqui analisados. A EES foi transferida para terras servidas pelo recém construído Açude Cruzeta, no povoado homônimo. O terreno, destinado à represa hidráulica e à estação, pertenc-



cia ao governo do RN, que o cedeu tanto à IFOCS quanto ao MAG para utilização (GÓIS, 2017). Cruzeta, nesse sentido, representava um atributo estratégico na configuração territorial, posto que estava locada centralmente em relação às principais cidades seridoenses e facilitava a distribuição das sementes selecionadas, dinamizando a articulação intrarregional.

Com o rompimento institucional instaurado a partir do governo de Getúlio Vargas (1930) e as mudanças macroeconômica e institucional suscitadas, a bússola da política algodoeira local alterou-se. O reformulado MAG passou a enfatizar a diversificação da produção agrícola nacional, buscando mitigar os impactos da crise de 1929 na agricultura (SANCHES, 2014). Dado que o café era o principal produto paulista e símbolo maior daquela recessão, o estado de São Paulo passou a priorizar a cotonicultura e disputar mais efetivamente com o mercado nordestino.

No caso do governo estadual, as intervenções executadas pela nova administração da União o colocava, em grande parte, num alinhamento ao poder central. A IFOCS voltava sua atenção à estruturação de grandes sistemas de irrigação, aproveitando os vales dos principais rios (FARIAS, 2018). Quanto as vias de comunicação, estabeleceram-se grandes linhas-tronco que interligariam a região e seriam alimentadas por várias estradas subsidiárias. No RN, definiu-se a o trajeto da Rodovia Central partindo do povoado de Barra, norte da Paraíba, passando por Acari, Currais Novos, Assú e Mossoró até a divisa com o Ceará (MVOP, 1934). Esse trecho promovia a conexão entre o Seridó e Mossoró, segunda principal rota de exportação do estado.

Apenas entre 1936-1938 é que o serviço adquire maior capilaridade sobre o território. Implanta-se um novo edifício técnico-prático: a Estação Experimental Valbert Pereira, na localidade de Baixa-Verde (Figura 03). É interessante notar que a sede desse município era atendida pela EFCRN, denotando a exploração do arranjo geográfico local na decisão locacional.



Figura 03 - Estação Experimental Valbert Pereira



Fonte: COSTA, 1940. Nota: Sede, Capela, Escola, Cata-vento (esquerda) e a Usina de Beneficiamento (direita).

Distintamente da estação de Cruzeta, essa objetivava empreender pesquisas na variedade do algodão conhecido por “Verdão” – tipo inferior ao Mocó, mas melhor adaptado aos atributos geográficos do Agreste (MAG, 1939). Além disso, foram criados campos de sementes em Acari, Caraúbas e Pau dos Ferros, evidenciando um aparente direcionamento da política algodoeira para a região Oeste potiguar, certamente com o propósito de aproveitar o recente prolongamento da EFMS até o distrito de Almino Afonso. Esse alento e expansão das materialidades da política algodoeira sobre o território potiguar ocasionaram na ocorrência de uma safra com mais de 70% de sua produção classificada em tipos superiores – ou “de primeira” – (Quadro 01).

Quadro 01 - Classificação do algodão do RN, por tipo, entre as safras 1934-1938

Safras	Tipos (%)			
	<i>Primeira</i>	<i>Mediano</i>	<i>Segunda</i>	<i>Diversos</i>
1934/1935	69,02	15,19	13,23	1,84
1935/1936	42,40	26,84	25,50	1,50
1936/1937	48,87	16,29	32,67	2,17
1937/1938	79,33	13,35	5,58	1,74

Fonte: Revista Potyguar, 1937. Nota: Editado pelos autores.



Com a concreção da política algodoeira, logo o governo estadual, em parceria com a IFOCS, tratou de construir/ reparar vias de comunicação que pudessem manter o serviço devidamente articulado para seus fins. Construiu-se, como parte da Estrada de Rodagem Central do RN, um trajeto que ligava diretamente Currais Novos a Mossoró (via Santana dos Matos, Angicos e Assú), trecho que entroncava na primeira localidade à antiga Estrada de Automóveis do Seridó e estabelecia elo direto com a capital. Nota-se que a escolha de passagem por Santana dos Matos entrelaçava a EES com o campo de cooperação de Santana e também às outras municipalidades do centro-norte potiguar, onde expandia-se o emprego das variedades selecionadas nas estações experimentais.

De Currais Novos também partiu uma estrada de rodagem subsidiária cortando o norte do Seridó e ligando-o a Jucurutu de onde, via Augusto Severo, chegava à Caraúbas e permitia o contato com todas as municipalidades do Oeste, já que esse último município era sede tanto de linha férrea como rodoviária. Entre 1938-1942, outras vias carroçáveis também seriam construídas nessa última região, especialmente para integrá-la ao restante do estado e promover dinamicidade à EFMS (RN, 1940).

No que tange ao serviço algodoeiro, em 1940 seu arcabouço normativo pulverizou-se ainda mais com a construção de vários postos de classificação e fiscalização por todas as regiões do estado (Figura 04). Ao promover o uso do território com instalação de variados objetos e interligá-los em uma rede de circulação, propiciou a aparente propagação do plantio e aumento da produção de algodão no RN, ademais de possibilitar ao estado manter um produto competitivo voltado ao mercado nacional.



Figura 04 - Distribuição espacial das seções técnicas do algodão no RN (1940)



Fonte: Elaboração dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Milton Santos nos orienta a entender o uso do território como primordial e não apenas em uma leitura isolada e voltada ao seu caráter tangível. Portanto, a concretude do território, evidenciada pela sua configuração, não deve antepor-se à imaterialidade, ou seja, as relações sociais, políticas, econômicas, culturais, que se realizam sobre a sua dimensão. O uso do território impõe, destarte, a compreensão do processo e da totalidade das ações realizadas, mas também do terreno onde sucedem, num movimento complementar. Isso porque, possivelmente, é a materialidade que definirá o uso do território (SANTOS, 2009). Esse uso é, via de regra, normatizado, mensurável (GOMES, 2015). Por esse



motivo, sua interpretação não pode desprender-se da noção do conceito de redes (DIAS, 2000, CORRÊA, 2012), na medida em que é por meio destas que se dará efetivamente. Nesse sentido, as Instituições, no seu papel de elementos constituintes do espaço geográfico, atuam diretamente no uso do território e na constituição de diferentes redes geográficas.

No Rio Grande do Norte, a consolidação do principal bem produtivo e de arrecadação durante as primeiras décadas do século XX engendrou inúmeras intervenções para melhoria das condições básicas de produção e comercialização. A simbiose entre Serviço do Algodão, IFOCS e Governo local produziu numerosos procedimentos de utilização e otimização do território. A exigência, por exemplo, de instalação das Estações Experimentais, Delegacias de Classificação, Fazendas de Sementes e Campos de Cooperação, levou a ações como a doação de terrenos estaduais aos órgãos federais. Em troca, potencializava-se a fibra potiguar, aumentando competitividade e valor no mercado nacional, gerando mais receitas ao orçamento público.

De uma utilização dos atributos precedentes da configuração territorial estadual, pulverizou-se e expandiu-se o escopo de atuação numa teia de redes geográficas. Em meio à atenção mais específica sobre as obras contra as secas, a IFOCS também garantia, direta ou indiretamente, os requisitos essenciais à ligação entre os objetos operacionais do intento de modernização. Precisamente, o uso do território instituído por meio das instituições pertinentes ao partir de uma dimensão técnica e científica, estabelecer a necessidade de trocas constantes entre distintos órgãos administrativos ligados à cotonicultura e impelir o melhoramento de antigas rotas e incrementar novas redes de circulação, intensificou a articulação intrarregional dos municípios sertanejos engendrando uma fundante continuidade territorial entre diferentes localidades.



FONTES

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (MAG). **Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Commercio Miguel Calmon du Pin e Almeida. Ano de 1924.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (MAG). **Relatório apresentado ao presidente da República pelo ministro de Estado dos negócios da Agricultura, Indústria e Commercio Ildefonso Simões Lopes. Ano de 1920.** Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Villas Bolas & Cia, 1921.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio (MAG). **Trabalhos realizados em 1938. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, pelo ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Fernando Costa.** Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas no Serviço de Publicidade Agrícola, 1939.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP). **Relatório dos trabalhos executados durante o ano de 1920.** Rio de Janeiro: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1925.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP). **Relatório dos trabalhos executados no ano de 1928 apresentado ao ministro Exmo. Snr. Dr. Victor Konder pelo Inspector J. Palhano de Jesus.** Rio de Janeiro: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1929.

BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP). **Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933 apresentado ao Ministro José Américo de Almeida pelo Inspetor Luiz Augusto da Silva Vieira.** Fortaleza: Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, 1934.

CAMARA, Amphiloquio. **Scenários Norte-Riograndenses.** Rio de Janeiro: O Norte, 1923.

COSTA, Fernando. **As Atividades Agrícolas do Brasil em 1939.** v. I. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1940.

Revista Potyguar. Ano II, n. X. Rio de Janeiro-RJ: Órgão Oficial da Associação Potyguar, novembro de 1937.

RIO GRANDE DO NORTE (RN). **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas Presidente da República pelo Dr. Rafael Fernandes Gurjão Interventor Federal no Rio Grande do Norte, 1938-1939.** Natal/RN: Imprensa Oficial, 1940



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. 2 ed. Natal: UFRN, Pró-Reitoria de Extensão; FUNPEC, 1994.

Árbocz, István Inre Lászlo. **Ensaio sobre a história econômica do RN**. Natal: EDUFRN, 1986.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **O maquinista de algodão no Rio Grande do Norte e o capital comercial**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. **Cidades**, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2012.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CUNHA, Fábio César Alves da. Redes técnicas e poder: a “relevância” dos agentes relevantes. **Geografia**, v. 11, n. 2, p. 265-269, 2002.

FARIAS, Hélio Takashi Maciel de. As secas e a ordenação do território do Nordeste (1919-1959). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George Alexandre Ferreira; SIMONINI, Yuri. **Contra as secas: Técnica, Natureza e Território**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital; INCT/Observatório das Metrôpoles, 2018.

FELIPE, José Lacerda Alves. **Economia - Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico**. João Pessoa: GRAFSET, 2011

GÓIS, Terezinha de Jesus Medeiros. **Noções de Geografia e História do município de Cruzeta**. Brasília: Edição do autor, 2017.

GOMES, André Luís. **Uso do território, normas e política: dos compartimentos quilombolas à comunidade Cafundó (Salto de Pirapora-SP)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Espaço e Território - organização, ordenamento e uso: notas teórico-epistemológicas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1-16, 2019.

SANTANA, Mário R.C. Redes Técnicas: os avatares geográficos da cidade mediada eletronicamente. In: SANTOS, Jemison Mattos dos, et. al. (orgs.). **Reflexões e Construções Geográficas Contemporâneas**. Salvador: Copyright, 2004

SANCHES JR, Jefferson de Lara. **A Estação Experimental de Café de Botucatu e as transformações na cafeicultura nacional na era Vargas (1934-1945)**. Dissertação



tação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, Adielson Pereira da. **Concepções e resultados das “obras contra as secas”: aportes territoriais para modernização agrícola potiguar**. Monografia (Graduação em Geografia). Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.

SILVA, Fagner David da. **Traçando caminhos e ligando espaços: as estradas do Rio Grande do Norte e o automóvel (1914-1934)**. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

TAKEYA, Denise Monteiro. **A modernização agrícola na expansão da cotonicultura no Rio Grande do Norte (1880-1915)**. *Ciência e Trópico*, v. 15, n. 1, p. 65-71, 1987.



DETERMINISMO BIOLÓGICO E SOCIAL ATUANDO NA CONSTRUÇÃO LITERÁRIA SOBRE O BANDITISMO RURAL NO SERTÃO NORDESTINO

 Erika Gonçalves de Mendonça¹

INTRODUÇÃO

A literatura, enquanto prática intelectual, constrói uma história da cultura e do social, institui uma memória em prejuízo de outras. Esse trabalho busca compreender algumas construções elaboradas por autores cearenses no final do século XIX, ao tratarem de dois bandidos, o Cabeleira e Jesuíno Brilhante, que atuaram no sertão nordestino ao longo dos séculos XVIII e XIX, ficando famosos por suas façanhas. Entendemos que a forma como esses bandidos foram apresentados nas obras *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora, e *Os Brilhantes* (1895), de Rodolfo Teófilo, constitui um repertório que contribuiu para a construção de um imaginário sobre o sertão nordestino e sobre o banditismo que assolava aquela região. E como prática intelectual, esses romances instituem a memória de homens letrados e cidadãos sobre os sertanejos.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestra Interdisciplinar em História e Letras pela Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: erikamendonca55@gmail.com.



As obras aqui analisadas, além de serem pioneiras na abordagem sobre o banditismo no sertão nordestino, fazem parte do efervescente momento de transição do século XIX para o XX. Naquele momento, o país passava por importantes transformações, principalmente com a crise do sistema escravista e do governo monárquico. Os Intelectuais brasileiros depositavam muita esperança no futuro do país. De acordo com Nicolau Sevcenko (1983), a crença na ciência constituía-se numa visão otimista sobre o desenrolar do processo histórico. Mais do que isso, eles se viam como o lume do progresso, os representantes dos novos ideais, de acordo com o espírito da época, a indicar o único caminho seguro para o futuro do país.

Esse pensamento aparece de forma muito intensa na literatura de Franklin Távora e Rodolfo Teófilo ao tratarem sobre a vida dos sujeitos por ele representados, principalmente os sertanejos pobres, mestiços e incultos. Detentores do saber erudito, eles acreditavam que estavam incumbidos da missão de guiar aqueles sujeitos pelo melhor caminho na superação de adversidades como a ignorância, a pobreza e o banditismo, caminho esse que seria indicado pela educação e pela ciência.

A crença na ciência e nos ideais de progresso que ela poderia proporcionar levou os intelectuais a terem uma nova postura diante da realidade brasileira. Ao tomarem o modelo europeu como exemplo de vida progressista, esses pensadores reivindicavam mudanças mais profundas, tais como a elevação do nível cultural e material da população. Era necessário livrar-se das amarras do passado e ingressar em uma nova era, mais democrática, onde imperasse o progresso e a civilização. Tais amarras estariam atreladas às instituições consideradas conservadoras e ultrapassadas, como a monarquia, o catolicismo e a escravidão (SEVCENKO, 1983, p. 78-79).

As bases teóricas que guiaram esse grupo de intelectuais dos três últimos decênios do século XIX, denominado “Geração modernista de 1870”, foram as teorias científicas europeias de cunho positivista, evolucionista e determinista. A década de 1870 é, desse modo, enten-



didada como um marco para a história das ideias no Brasil, uma vez que representa o momento de inserção de um novo aporte teórico. O discurso científico se instalou nas diversas áreas do conhecimento e da produção escrita. Estava presente na historiografia, na crítica, nos estudos sociais, no direito e mesmo na poesia. De modo geral, foi na literatura que aqueles intelectuais depositaram suas expectativas na tentativa de reformar ou civilizar o país. Assim, podemos afirmar que o romance foi a principal ferramenta de propagação do pensamento intelectual do período.

Entendendo que no Brasil do século XIX não é possível falar em um campo intelectual autônomo do político, a experiência da geração de 1870 é diretamente política. Essa intervenção política era tão marcante no referido movimento, que Ângela Alonso (2000) caracteriza como sendo o seu sentido principal. Dessa forma, esses intelectuais recorriam ao repertório de ideias estrangeiras para expressarem seus descontentamentos com a situação nacional. Ou seja, não se tratava apenas do compartilhamento de um ideário científicista, mas de algo maior: uma postura social e política. Rodolfo Teófilo e Franklin Távora se constituíram em exímios representantes dessa Geração de 1870, pois possuíam, em paralelo, tanto a atividade intelectual quanto a atividade política em suas províncias de residência. E ainda haviam se formado nas instituições brasileiras de ensino superior que funcionavam como principais meios de divulgação do aporte teórico científicista.

Rodolfo Teófilo (1863-1932), embora tenha nascido na Bahia, viveu quase toda a sua vida na província cearense, se ausentando apenas durante o período de formação acadêmica (1873-1875), em que cursou Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia. Esteve envolvido em importantes momentos da história do Ceará na passagem do século XIX para o XX, como o movimento abolicionista, a luta contra a oligarquia Accioly e o combate às epidemias que dizimaram centenas de pessoas, ficando conhecido nesse meio por ter sido o responsável pela fabricação da vacina contra a varíola no Ceará. Como literato, ele participou



de importantes agremiações literárias do Ceará, publicou 28 livros e era um articulista constante dos jornais.

Já Franklin Távora (1842-1888), nascido no Ceará, foi muito jovem morar em Pernambuco, onde se bacharelou em Direito pela Faculdade de Direito de Recife (1859-1863). Foi nesse ambiente intelectual que estabeleceu um profícuo diálogo com Tobias Barreto e Silvio Romero que, juntos com alguns outros, fundariam a “Escola de Recife”. Colaborou para diferentes jornais de Pernambuco. Nessa província também atuou como advogado e assumiu os cargos de Diretor da Instrução Pública (1867) e de deputado provincial (1868), aos vinte e cinco anos. Em 1874, Távora mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou como funcionário da Secretaria do Império. Alguns de seus romances foram publicados na *Revista Brasileira*.

DETERMINISMO SOCIAL, VIOLÊNCIA E BANDITISMO EM O CABELEIRA

O romance *O Cabeleira* foi publicado em 1876, quando Franklin Távora já residia no Rio de Janeiro, e foi o primeiro de uma produção intitulada pelo mesmo como *Literatura do Norte*². Ele também classifica essa obra como um romance histórico sobre as ações de Cabeleira, famoso bandido do sertão pernambucano, no século XVIII. Para escrevê-lo, Franklin Távora recorreu à tradição oral pernambucana e aos registros históricos presentes no livro *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* (1840), do historiador José Bernardo Fernandes Gama. Des-

² O projeto literário de Franklin Távora, conforme ele apresenta no prefácio da primeira edição de seu romance inaugural, tinha como propósito produzir uma literatura propriamente brasileira que revelasse a autêntica cultura nacional, a partir das tradições preservadas pelo Norte, dos seus tipos e heróis. Isso porque, na sua visão, essa região ainda não haveria sido invadida por influências estrangeiras como estava acontecendo no Sul. Távora defendia a construção de uma literatura que fosse fiel à paisagem do Norte e criticava a falta de observação e a postura dos escritores de gabinete. Assim, ele se dedicou a produzir obras de caráter regionalista que abordam os costumes e tradições do povo do Norte e agregam diferentes tendências literárias, compondo a sua trilogia: *O Cabeleira* (1876), *O Matuto* (1878) e *Lourenço* (1881).



se modo, ressaltamos que *O Cabeleira* foi produzido no final do século XIX e ambientado no período colonial.

O momento de atuação desse bandido coincide com a expansão colonizadora que possibilitou, através da criação de gado, a conquista de territórios para além dos limites da zona açucareira. Segundo Pernambucano de Mello (2011), esse avanço para o interior do Nordeste favoreceu a formação de uma cultura sertaneja muito diversa daquela que se configurou na região litorânea. Ao se distanciar do litoral, o homem sertanejo, para sobreviver e estabelecer moradia, teve que travar intensa luta contra os indígenas e a natureza hostil. Além disso, teve que conviver com o isolamento populacional, a ausência de uma administração pública eficiente e do aparato policial. Acredita-se que essas condições favoreceram a formação de uma cultura baseada na violência e na justiça pessoal.

Ana Marcia Siqueira afirma que “durante o longo período de isolamento do sertão, o uso da violência como a única forma de sobrevivência constituiu aspecto rotineiro, porque está imiscuída no modo de ver e sentir das pessoas” (SIQUEIRA, 2007, p. 29-30). Assim, não é difícil compreender por que a figura do valentão era tão cultuada pelo imaginário popular. Franklin Távora soube se apropriar muito bem desses elementos para construir seus personagens, em especial Joaquim, o pai de Cabeleira, que é a personificação da figura do valentão. De acordo com a narrativa, Joaquim “era o gênio da destruição e do crime” (TÁVORA, 2002, p. 23) e, desde muito cedo, empenhou-se em ensinar ao filho a ser valente e violento: “Hei de ensiná-lo a ser valente. Há de aprender comigo a jogar a faca [...]. Não sabes que o assassino é respeitado e temido?” (TÁVORA, 2002, p. 42).

A José Gomes, o Cabeleira, o narrador atribuiu diversos adjetivos, alguns positivos, outros negativos, que caracterizaram diferentes fases de sua vida. Sua trajetória foi marcada por uma nítida dualidade entre o bem e o mal, representados pelas figuras materna e paterna, respectivamente. Da mãe, ele havia herdado a sua boa índole: “No caminho



da vida veio encontrar o Cabeleira a seu lado Joana, exemplo vivo e edificante pela ternura, pela bondade, pelo espírito de religião que a caracterizava” (TÁVORA, 2002, p. 39). Joana representa a idealização da mulher virtuosa e religiosa, típica do Romantismo. Já o pai representa a violência, a perversidade e a bestialidade humana, tão exaltada no Naturalismo: “Em contraposição porém a este salutar elemento de edificação, do outro lado da criança achava-se Joaquim, não só naturalmente mau, mas também obcecado desde a mais tenra idade na prática das torpezas e dos crimes” (TÁVORA, 2002, p. 39). Como podemos verificar, a construção dos personagens dessa obra é marcada por paradigmas do Romantismo e do Naturalismo.

As influências teóricas e estéticas de Távora eram muito diversificadas e a sua interpretação sobre a relação do homem com a sociedade estava permeada pela compreensão proposta por Rousseau de que o homem nasce bom e é a sociedade que o corrompe. No caso de Joaquim, as baixas paixões “havia crescido sem freio e lhe tinham apagado os lampejos da consciência racional que todo homem traz do berço” (TÁVORA, 2002, p. 23). Numa perspectiva mais ampla, o autor propõe que aqueles bandidos que atuavam no sertão nordestino, por mais perversos e irracionais que se tornassem, haviam nascido com a semente do bem. Ele acreditava que as influências externas é que definiriam como esses sujeitos seriam moldados. O meio, dominado pela ignorância e pela impunidade, no qual Joaquim se formara, incutiu nele os piores sentimentos e estimulou a prática de crimes hediondos. Já Cabeleira, embora durante a infância desse prova da bondade que herdara da mãe, a forte influência do pai operou uma grande transformação nos seus ânimos:

Segundo as tradições mais correntes e autorizadas o Cabeleira trouxe do seio materno um natural brando e um coração benévolo. A depravação, que tão funesta lhe foi depois, operou-se dia por dia, durante os primeiros anos, sob a ação ora lenta ora violenta do poder paterno, o qual em lugar de desenvolver e fortalecer os



belos pendores, desencaminhou o menino como veremos, e o reduziu a uma máquina de cometer crimes.

(...)

É que a mais forte das constituições, ou índoles, está sujeita a alterar-se sempre que as forças estranhas, que atuam sobre a existência, vêm a achar-se em luta com suas inclinações. Por mais enérgicas que tais inclinações sejam, não poderão resistir a estas três ordens de móveis das ações humanas – o temor, o conselho e o exemplo, que formam a base da educação, segunda natureza, porventura mais poderosa do que a primeira. (TÁVORA, 2002, p. 38-39)

A partir desse trecho podemos ver que, na perspectiva do narrador, por mais forte que seja a índole humana, ela sempre estará sujeita a alterar-se em conformidade com a atuação de agente externos, os quais ele chama de “forças estranhas”. Entre essas forças, a educação seria a mais forte e atuante. Assim, as inclinações com as quais o indivíduo nasce constituiriam a sua primeira natureza e a educação seria a segunda, que porventura é a mais poderosa. Desse modo, embora José Gomes tenha herdado as inclinações da mãe, o que prevaleceu sobre a sua conduta foi a influência maléfica do poder paterno.

Na continuação do trecho acima, o narrador lamenta que a educação de Cabeleira não tenha sido outra, pois “poderia ter vindo a ser uma das glórias da pátria se a sua bravura e a sua firmeza houvessem servido antes a causas nobres que a reprovados interesses e cruéis necessidades” (TÁVORA, 2002, p. 39). Podemos constatar que a concepção de influência do meio se sobrepõe às demais. O meio social, nesse caso, a educação ou a ignorância, seria determinante na formação do indivíduo. Assim, nessa obra, os ideais românticos e o pensamento de Rousseau aparecem mesclados ao determinismo mesológico.

Sobre o determinismo mesológico podemos destacar que, ao lado do determinismo racial, teve grande influência na formação dos intelectuais brasileiros da denominada “Geração Modernista de 1870”. Entre os teóricos europeus do determinismo mesológico, podemos



destacar Hyppolite Taine³ e Henry Thomas Buckle⁴. Porém, as teorias deterministas não foram adotadas de forma irrestrita entre os nossos intelectuais, afinal, elas condenavam o povo à decadência. De modo geral, o que prevaleceu entre os pensadores brasileiros foi a crença na possibilidade de desenvolvimento da nação, mesmo diante de um arsenal teórico estrangeiro pessimista. A peculiaridade da sociedade foi decisiva nesse processo de apropriação e adaptação teórica, pois ela fazia com que a adesão simples e direta aos postulados estrangeiros fosse impossibilitadora de se pensar um futuro para o país. Esses intelectuais propunham arranjos teóricos bem originais, na medida em que conciliavam diferentes teorias, selecionando, muitas vezes, apenas o que fosse conveniente com a realidade do país. Eles se ancoravam na ideia de que o povo brasileiro, mesmo sendo inferior racialmente, era adaptado ao seu meio (MAIO, 2004).

Era através dessa perspectiva otimista que Távora acreditava no poder regenerador da sociedade sertaneja por meio da educação. Conforme já foi exposto, o destino de Cabeleira teria sido diferente se “sua bravura e a sua firmeza houvessem servido antes a causas nobres”. Em outras palavras, o protagonista dessa história, assim como tantos outros bandidos do sertão nordestino, poderia não ter se tornado crimi-

³ Segundo Luciana Murari, H. Taine foi um dos pensadores mais influentes na França da segunda metade do século XIX e também entre os intelectuais brasileiros, a partir de 1870. Sua famosa tríade meio-raça-momento marcou intensamente a produção naturalista e tornou-se uma fórmula bastante recorrente em diferentes análises sobre a sociedade brasileira (MURARI, 2009, p. 70). Lilia Schwarcz afirma também que, para Taine, “nenhum fenômeno aconteceria sem uma causa exterior a motivá-la” (SCHWARCZ, 1993, p. 82-83).

⁴ Buckle defendia a ideia de que “o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio” (SCHWARCZ, 1993, p. 76). Sem nunca ter visitado o Brasil, esse teórico elaborou uma tese extremamente negativa sobre desenvolvimento desse país devido ao seu clima tropical e à sua natureza exuberante. Mesmo assim, sua obra obteve grande receptividade entre os intelectuais brasileiros. Além do determinismo geográfico e climático, também fazia parte das suas análises o determinismo social, de modo que ele considerava como fundamental a atuação de quatro fatores sobre as sociedades: o clima, a alimentação, o solo e o aspecto da natureza.



noso se não vivesse em um ambiente hostil, dominado pela ignorância, pobreza e abandono estatal. De acordo com Ana Márcia Siqueira, Franklin Távora acreditava que sem o direcionamento das instituições civilizadoras – o estado e a igreja – os homens ficariam à mercê de seus instintos, em um estado de barbárie. A educação e a religião seriam os principais elementos capazes de frear o instinto sanguinário presente naqueles bandidos. Através de Luisinha e seu exemplo de boa conduta inspirada nos ensinamentos religiosos, o Cabeleira pôde se regenerar. Mas, mesmo regenerando-se pelo amor e pela religião, o protagonista não se livrou de seu fim trágico: a condenação à morte. Desse modo, na perspectiva do autor, só a educação seria capaz de civilizar aquela sociedade e solucionar a violência rural nordestina (SIQUEIRA, 2007, p. 180-181). A ideia defendida por Távora em sua obra é que onde não há educação, não há liberdade de escolha sobre a possibilidade de uma vida digna, prevalecendo apenas os instintos e a barbárie.

ATAVISMO E DETERMINISMO RACIAL EM *OS BRILHANTES*

No decorrer da década de 1890, após a publicação de seu primeiro romance, *A Fome* (1890), Rodolfo Teófilo intensificou sua inserção no campo intelectual mediante a publicação de outros romances: *Os Brilhantes* (1895), *Maria Rita* (1897) e *O Paroara* (1899). Embora não possuísse um projeto literário regionalista tão bem definido como Franklin Távora, essa produção parece convergir para o propósito de Teófilo em se consolidar efetivamente no campo das letras cearenses, dando visibilidade ao que ele mesmo chamou de “literatura nativista” (TEÓFILO, 1924). São obras encarregadas de falar sobre o Ceará, dos valores e modo de viver desse povo e de seus problemas, tais como as estiagens, as migrações e o banditismo rural, problemas esses que, de forma mais ampla, atingiam o sertão nordestino. *Os Brilhantes* faz referência a Jesuíno Alves de Mello Calado, famoso criminoso do Rio Grande do Norte no século XIX.



Pernambucano de Mello destaca que Jesuíno Brilhante (1844-1879) entrou para a criminalidade por questões de vingança⁵ e rixas de famílias. Ficou imortalizado na literatura de Rodolfo Teófilo por estabelecer um rigoroso código de conduta⁶ baseado nos valores morais sertanejos: “O serviço é defenderem-se e defenderem-me em caso de perigo. Os que me acompanham, não pegam no alheio e nem faltam com o respeito às famílias honestas. Êstes dous crimes são os que mais abuso. Fugam de cometê-los porque para êles não há perdão” (TEÓFILO, 1972, p. 189). Esse personagem utilizou o poder que possuía pelas armas e se tornou senhor absoluto sobre o bem e o mal naquelas cercanias. Isso também reforça a percepção sobre a ineficácia da justiça estatal do período e o grande valor atribuído à figura do valentão: “E ai daquele que os tendo cometido, não os reparasse com o casamento ou a restituição. [...] Assim, castigando com a maior severidade e justiça os delinqüentes, conseguiu quase acabar com aquêles crimes dentro da área de sua jurisdição” (TEÓFILO, 1972, p. 228).

Além da vingança, o romance de Rodolfo Teófilo apresenta outro elemento como determinante para que Jesuíno se tornasse criminoso: “Portador da nevrose do homicídio, herdada de um de seus ascendentes maternos, mas até então em estado latente, Jesuíno teria talvez logra-

⁵ Pernambuco de Mello, em sua obra *Guerreiros do Sol*, destaca ainda que diversos foram os fatores que levaram à adoção do “viver pelas armas”, sobressaindo-se três formas básicas: o cangaço-refúgio, o cangaço de vingança e o cangaço-meio de vida (MELLO, 2011, p. 88-89). É nesse segundo tipo que a literatura de Rodolfo Teófilo insere Jesuíno Brilhante. Embora fosse bem raro alguém entrar e permanecer no banditismo exclusivamente por motivo de vingança, muitos cangaceiros famosos passaram a utilizar esse motivo como “escudo ético” para justificar sua inserção na vida do crime, pois era uma justificativa aceitável e até louvável naquele universo cultural.

⁶ A existência de um código ético sertanejo, não escrito, era mantida através do costume e estabelecia que um homem devesse vingar o assassinato de um parente próximo ou crimes cometidos contra a propriedade, a moral (uma afronta recebida) e a honra feminina (rapto, violação e estupro). “Muito se tem falado nos paradoxos da chamada moral sertaneja. No Nordeste, talvez melhor que em qualquer outra região, sente-se a existência desse quadro de valores – segundo já comentamos – inconfundível em muitos de seus aspectos” (MELLO, 2011, p. 126).



do viver sem matar, se não tivesse sido testemunha do assassinato de seu parente” (TEÓFILO, 1972, p. 76). Conforme podemos ver, a nevrose do homicídio seria uma doença hereditária, transmitida através da lei do atavismo⁷. A atuação daquele meio social violento apareceu como um fator indissociável do hereditário e fundamental para que a nevrose se manifestasse em Jesuíno. A partir dessa explicação, o crime foi colocado como um fator patológico determinado geneticamente. Aqui se sobressai um elemento muito forte na literatura desse romancista, que é a tendência biologizante de atribuir explicações patológicas aos diferentes fenômenos. Também destacamos a forte influência do pensamento médico da Faculdade de Medicina da Bahia sobre esse intelectual. Nessa instituição, diferentes males sociais eram tratados como doenças hereditárias, tais como o crime, o alcoolismo e a tuberculose. Essas questões estão muito presentes na escrita de Rodolfo Teófilo e na caracterização de seus personagens.

Nesse romance, Jesuíno Brilhante é um personagem bastante complexo e ambíguo, pois, apesar de se mostrar um assassino extremamente violento e frio com seus inimigos, o mesmo foi transformado em um herói, guardião da honra sertaneja, um homem virtuoso que se diferenciava de todos os outros criminosos. Vários elementos influenciaram na construção desse herói. Acreditamos que essa ambiguidade na forma de representá-lo, em parte, reflete um tensionamento entre a estética romântica e naturalista presente na escrita de Rodolfo Teófilo. É possível perceber um esforço por parte desse literato em inserir sua obra nos parâmetros naturalistas através de uma linguagem mais afeita ao cientificismo e das explicações biológicas sobre os fenômenos sociais. Porém, ele não conseguiu romper com o Romantismo no modo de construir esse personagem, atribuindo-lhe ideais bem comuns aos pro-

⁷ Numa chave Lamarckiana, a lei do atavismo afirma a possibilidade de reaparecimento de determinados caracteres físicos ou morais em descendentes, que podem ser distantes e não necessariamente imediatos. Tais caracteres poderiam se manter em estado latente por toda vida caso não fossem estimulados por algum fator externo.



tagonistas românticos, como a honra, a retidão, a benevolência, entre outros. Também ressaltamos a visão paternalista e elitista do autor ao atribuir determinadas ações de domínio e comando àquele homem que se distinguia por ser um fazendeiro, ou seja, que pertencia ao grupo de maior poder aquisitivo e influência social do sertão nordestino daquele período. Por último, e não menos importante, Jesuíno se distinguia dos demais assassinos por pertencer à raça branca.

A teoria das raças ou determinismo racial foi uma das vertentes mais prolíferas do darwinismo social e estabelecia que os seres humanos estivessem divididos em raças e que cada uma delas possuiriam diferentes capacidades de desenvolvimento social e cultural. A raça branca era vista como superior às demais do planeta, enquanto as raças não brancas eram vistas como imperfeitas. Ressaltamos que a noção de raça, enquanto instrumento de análise, foi elaborado por pensadores europeus e serviu de justificativa para práticas imperialistas. Entre a elite intelectual brasileira, “o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais” (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

Por se tratar de um vaqueiro branco e guardião dos valores sertanejos, Jesuíno foi apresentado como um bandido superior aos demais. Enquanto isso, todos os bandidos mestiços e negros, invariavelmente, representavam o descumprimento da ética sertaneja. Esses personagens cometiam os crimes considerados mais torpes e ofensivos à moral sertaneja. A condição racial foi utilizada pelo autor para explicar o comportamento desses sujeitos considerados degenerados. Assim é o caso de Pedro Jurema: “Mestiço e concupiscente, como um bode, não pôs peias ao seu temperamento. Sem educação, com o espírito embrutecido por quinze anos de cárcere, deixava-se arrastar somente pelos instintos de bêsta” (TEÓFILO, 1972, p. 38). Aqui, o narrador propôs que os crimes cometidos por esse bandido se explicavam por seu temperamento irrefreável de mestiço. Essa relação corresponde às premissas do determinismo racial de que haveria continuidade entre os caracteres



físicos e morais e que haveria um predomínio da raça sobre o indivíduo (SCHWARCZ, 1993, p. 78). Desse modo, o sujeito era destituído de sua individualidade e passava a ser visto apenas como pertencente a uma raça, com características definidas e determinantes. Foi através dessas concepções que se tornou frequente o estudo dos temperamentos na literatura naturalista, algo bem marcante na escrita de Rodolfo Teófilo e na construção de seus personagens. Adjetivos como “bêbado”, “libidinoso”, “concupiscente”, entre outros, são colocados, nessa obra, como intrínsecos à condição racial dos mestiços e negros.

Além da predominância do fator racial na definição do temperamento de Pedro Jurema, destaca-se a influência do meio degenerado na afirmação de que esse mestiço era um indivíduo “sem educação, com o espírito embrutecido por quinze anos de cárcere” e incapaz de se regenerar, pois “uma vez restituídos os seus meios de ação, mostrou-se que era o mesmo malvado” (TEÓFILO, 1972, p. 64). Aqui também a ausência da educação foi decisiva para moldar o temperamento, associando-se ao fator racial. A partir da concepção de generescência social, acreditava-se que a exposição do indivíduo a um determinado meio social degenerado poderia atuar de forma negativa na constituição de sua personalidade. No contexto brasileiro, se esse indivíduo fosse proveniente da raça negra ou indígena, vistas como inferiores, já carregava, em sua formação genética, uma propensão maior ao crime, à doença, à perversão e à selvageria. E por carregar elementos contraditórios, provenientes de raças diferentes, os mestiços seriam inferiores às raças que lhes deram origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as obras analisadas apresentam elementos próprios do período em que foram produzidas, tais como as teorias científicas e, mais especificamente, as teorias deterministas, que caracterizam a produção naturalista. Porém, essas obras não conseguiram romper



completamente com a tradição romântica, o que fica evidente através da idealização de alguns personagens. Lembramos que o Realismo/Naturalismo é a manifestação no campo literário da crença na ciência e na objetividade sobre a realidade, de tal modo que foi predominante na literatura brasileira do último quartel do século XIX. No entanto, isso não significa dizer que todos os autores aderiram àquele movimento ou que houve um rompimento total com o Romantismo. Esse momento também foi de transição e coexistência de diferentes modelos estéticos, pois os intelectuais brasileiros liam autores de diferentes épocas, simultaneamente.

Essas narrativas literárias possuem em comum o fato de seus autores serem homens letrados e cidadãos construindo explicações sobre o banditismo rural. Eles compartilhavam a crença no poder civilizatório da educação, o que era bem comum entre os intelectuais do final do século XIX, pois, como já foi destacado inicialmente, muitos deles acreditavam que eram detentores de uma missão civilizadora. Eles se consideravam responsáveis pela tutela dos mais pobres e despossuídos, já que a grande população mestiça e analfabeta seria incapaz, moral e intelectualmente, de tomar decisões coerentes. Assim, deveria ter seu destino guiado pelas luzes da ciência, da educação e do progresso.

Por fim, o que propusemos através de nossa análise é que Franklin Távora e Rodolfo Teófilo se apropriaram de forma bastante singular das teorias deterministas para explicar um mesmo fenômeno social, o banditismo no sertão nordestino. Em *O Cabeleira*, a ação do meio (determinismo social), dominado pela ignorância e pela impunidade, aparece como fator preponderante para que a criminalidade se desenvolvesse naquela região. Já em *Os Brilhantes*, o que provocou a degenerescência social dos bandidos mestiços e negros foi a sua condição racial (determinismo racial). E quanto ao crime cometido por um homem branco e bem sucedido economicamente, Teófilo atribuiu à existência de uma doença hereditária (determinismo genético). Numa chave excludente e moralista, ao invés de atribuir responsabilidade à ineficácia do estado



em criar condições de melhorias para as populações mais afastadas do centro de poder e em gerir uma ação eficiente de combate ao crime, o uso da violência, nessas obras, foi relacionado aos costumes próprios de um povo ignorante e analfabeto ou à sua constituição racial e genética.

FONTES

TÁVORA, F. **O Cabeleira**. 8ª ed., São Paulo: Editora Ática, 2002.

TEÓFILO, R. **Os Brilhantes**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972.

REFERÊNCIAS

ALONSO, A. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **RBCS**, [s. l.], v. 15, n. 44, p. 35-55, out. 2000.

MAIO, M. C. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO, S; SANSONE, L. (Orgs.). **Etnicidade na América Latina**: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MELLO, F. P. de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5ª ed., São Paulo: A Girafa, 2011.

MURARI, L. **Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)**. São Paulo: Alameda, 2009.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIQUEIRA, A. M. A. **O Cabeleira entre a tradição e o cientificismo**: a construção do herói sertanejo e o projeto nacional de Franklin Távora. (Tese) Doutorado em Literatura Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

TEÓFILO, R. **Os meus zoilos**. Fortaleza: Tipografia de Carlos Jataí, 1924.



FRONTEIRAS E SERTÕES: OCUPAÇÃO TERRITORIAL ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ E O ESTADO DO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XVII

 Tamires dos Santos Duarte¹

INTRODUÇÃO

O pesquisador que se propõe a se debruçar sobre o trabalho de compreender o processo de ocupação territorial na América portuguesa logo se depara com algumas palavras importantes para o entendimento de tal prática, tais como, sertão/sertões e fronteira, principalmente, quando se trata do adentramento para o interior de territórios que ainda não possuíam ocupação lusa, podendo citar assim, a ação de sertanistas, bandeirantes, padres, entre outros. Sendo a primeira, a princípio, com o significado bastante trabalhado, sobretudo, quando se trata do avanço da ocupação lusa rumo ao interior e de tentativas de construir o conhecimento sobre determinada região. Muitas vezes, podendo ter o significado confundido com fronteira. Sendo assim, a pesquisa será dividida em duas partes: primeiro, busca-se entender sobre as duas categorias espaciais citadas, depois, analisar a jornada de João Velho do Vale ao descrever um caminho que ligasse os dois Estados. O objeto do estudo é justamente entender como ocorreu esse processo em territórios que estavam no interior da colônia portuguesa.

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (2018). Tem experiência na área de História, com ênfase em História. Pós-graduanda em História e Espaços.”



SERTÃO E FRONTEIRAS: NOÇÕES ESPACIAIS PARA ENTENDIMENTO DA OCUPAÇÃO COLONIAL

O significado de sertão pode variar, podendo ser entendida como um deserto, lugar longe do mar, cheio de índios, terra sem leis e sem rei. Helder Alexandre Medeiros de Macêdo (2009) faz uma análise, no texto intitulado de *Sertão: notas para o uso da palavra no mundo português*, sendo o estudo da temática do sertão justificada pelo autor como um campo próprio de enunciação e, por outro lado, o estudo da constituição de um campo de saber que se propõe a pesquisar sobre a espacialidade e com historicidade. Assim sendo, o uso da palavra, remonta a uma longa tradição, estando diretamente associado à dimensão da espacialidade. O Sertão então é usado para se tratar de uma noção específica de espaço: “o outro, a oposição ao litoral, à costa, ao desconhecido”. Outro sentido é devido ser “a constituição de um campo de saber que se propõe a investigar essa espacialidade, de multifacetadas dimensões históricas e discursivas, se justifica pela própria historicidade do conceito de sertão” (MACÊDO, 2009, p. 1). O autor ainda cita o seu amplo léxico em que as noções/conceitos foram usadas nos diferentes escritos e a questão de eles terem sido abordados por diferentes escritos com referências à experiência histórica ameríndia e luso-afro-brasileira.

O filósofo e linguista alemão Joseph Piel foi abordado por Macêdo para pontuar um autor que diz que a origem da palavra sertão é proveniente do vernáculo português, tendo surgido antes século XV e a disseminação foi depois, com as “navegações ultramarinas, sobretudo, nas terras anexadas ao Império português”. Um autor importante citado por Macêdo foi o escritor moçambicano Mia Couto que afirma ter sido o termo levado para a África pelos portugueses, sendo encontrado apenas nos escritos coloniais e pouco encontrado na atualidade. Nesse sentido, o autor passa a analisar os escritos de alguns cronistas que fizeram uso da palavra para entender como era aplicada. Muitas vezes



utilizadas para designar um lugar longe do mar, como um contraponto ao litoral, “um lugar de passagem ou a ser alcançado”. Como afirma Macêdo (2009, p. 6), “tais narrativas se constituem enquanto relatos das terras e das gentes em processo de conquista por parte dos lusitanos, construídos a partir das vivências dos seus produtores nos diferentes espaços chamados *sertão*”.

O contexto português neste período de conquista foi algo que é necessário de ser abordado porque ele forneceu forte influência na maneira de ver os novos territórios e povos. Cristina Pompa ressalta que se tratava de um imaginário do Renascimento português, logo, estava presente o antagonismo entre o pensamento moderno e medieval. Quando estiveram diante de um novo mundo passaram a descrevê-lo com dicotomia, ou seja, um sertão como um

espaço vazio e lugar de riqueza, reino da barbárie e da selvageria e paraíso de liberdade: território vazio, sertão é o espaço que, no pano de fundo da nascente colônia, povoa-se de imagens, construídas a partir de elementos existentes no imaginário português e conforme às situações específicas criadas pela situação colonial. (POMPA, 2003, p. 200).

Segundo Macêdo (2009), as imagens produzidas pelos viajantes da América portuguesa e que eles “em certa medida, colocam o sertão em contraposição à região colonial, isto é, aos espaços preenchidos pela ordem colonizadora, ‘cheios’ de súditos do Império português, marcados pelo domínio do Estado e da Igreja, unidos pelos laços do Padroado Régio”. Já no dicionário de Rafael Bluteau², o sertão é “região, apartada do mar, e por todas as partes, metida entre terras” (BLUTEAU, 1728, p. 613). O significado, como pode-se perceber, é muito parecido com o descrito

² Religioso que foi importante também como um lexicógrafo da língua portuguesa, em que viveu no século XVIII e até hoje tem seu dicionário muito consultado pelos historiadores do período colonial.



por alguns escritores.

Cristina Pompa, no livro *Religião como tradução: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial*, elabora uma análise que nos ajuda a entender essas relações no sertão ao abordar os modos de entradas, o que seria a compreensão ou compreensões sobre o termo sertão no período colonial, repleto de sujeitos também diversificados e por isso ela percebeu a concepção em torno desse meio. O texto de Pompa será aqui necessário para o entendimento mais de perto de como são construídas as imagens por “agentes sociais”, sendo assim,

os agentes sociais (índios, missionários, colonos, militares) constroem o espaço móvel do sertão, levando cada vez mais longe, junto com boiadas, as missões, os descimentos, as guerras e as fugas, a fronteira entre o ‘eu’ civilizado e o ‘outro’ bárbaro. Paralelamente, pelo menos desde Gabriel Soares de Sousa, as narrativas constroem este lugar cultural cristalizando o sertão enquanto conceito, ao mesmo tempo em que ele se dilui enquanto espaço geográfico (POMPA, 2003, p. 199).

Ainda com referência a essa obra a autora faz uma análise sobre a constituição ou qual é esse sertão estudado por ela, sendo mais precisamente a região do baixo São Francisco e as áreas vizinhas ligadas a expansão pecuarista. Com o avanço da pecuária, existia a oposição entre os tupis e os “Tapuia”, a visão sobre estes sertões mudaram também após conflitos como a invasão holandesa, tendo sido alguns grupos de índios aliados dos holandeses. Os conflitos entre os curraleiros também influenciou bastante na relação entre os lusos e os índios, tais conflitos são explicados como justificadores pela chamada “guerra dos Bárbaros”.

Já quando se trata da palavra fronteira, o seu uso pode ser bem parecido com o de sertão no contexto do período colonial principalmente quando se trata de um local repleto de índios bárbaros e que os sujeitos representantes da coroa têm estas partes como a última de ocupação



lusa. A princípio, o significado no dicionário de Bluteau é usado como exemplo a “fronteiro”, ou seja, “fronteiro a alguma cousa. Que está de frente de outra cousa” em seguida a palavra foi encontrada toda em minúscula e o autor escreveu que “fronteiro. Que está nas fronteiras de hum Reyno. Cidade fronteira” (BLUTEAU, 1728, p. 209). Portanto, essa fronteira tanto pode ser um espaço em que separa o diferente, quanto a separação entre reinos, existindo diversas formas de fronteiras.

Ângela Domingues, destaca um aspecto importante ao se pensar nessa relação continental, ou seja, a fronteira colonial sul-americana, acordada entre os europeus, mais especificamente, Portugal e Espanha, que a fizeram num gabinete e sem levar em consideração os territórios ameríndios. Nesses territórios havia toda uma estrutura, como: de “comunicação, vias de migração, rotas de comércio, relações de parentesco e coligações interétnicos” (DOMINGUES, 2011, p. 38). Segundo a autora essas relações se acentuaram com a chegada dos agentes de colonização nessas áreas porque a partir do momento da sua fixação eles também passaram a demonstrar tanto os desejos dos estados coloniais quanto os interesses próprios.

Segundo Domingues o termo fronteira foi aplicado ao caso brasileiro na historiografia mais atual por ARJ Russell-Wood, o autor teve Frederick Jackson Turner como base devido ao seu conceito de “fronteira como metáfora”. Para Domingues, ele deixe de analisar o termo para além de um território físico e parte para a análise de interações culturais, assim como,

justapõe fronteira e sertão, um termo ambíguo que significava “terra de ninguém”, habitado por grupos marginais ou marginalizados pela sociedade colonial. Assim sendo, o sertão “não era uma fronteira num sentido político ou geográfico, mas antes, um estado de espírito. Sertão não era uma palavra neutra. Era bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado, e hostil aos valores e princípios (justiça, cristandade, disciplina, estabilidade, boa administração) apreciados pelos portugueses. Era uma região esquecida



por Deus e desconhecida do mundo civilizado. Resumindo, a civilização e a ortodoxia terminavam onde o sertão começava”. O sertão significava simultaneamente eficácia de refúgio para os foragidos da justiça, da igreja, da opressão, e hipótese de oportunidade para bandeirantes e intermediários [...]. (DOMINGUES, 2011, p. 37)

Márcio Roberto Alves dos Santos, ao estudar sobre a ocupação territorial do sertão da Bahia³, espaço que correspondia ao interior da capitania da Bahia, Piauí, norte do atual estado de Minas Gerais e margem esquerda do médio São Francisco, entre 1640- 1750, percebeu uma historiografia da primeira metade do século XX que tratava a fronteira como algo que ao ser alçado iria progredindo, ou seja, a partir daquele momento, num contexto de disputas dos lusos portugueses com os índios aquela terra estava tomada, ocupada. No entanto, Santos parte justamente de uma análise que contesta essa ideia. Percebe-se, então, que com rastreamento feito pelo autor e com a problematização sobre a categoria de análise de descontinuidade e reversibilidade espaço-temporal havia as zonas de fronteiras, locais em que eram antigos espaços de “tapuias” e com a disputa passou a ter uma relação de fricção. Com tal afirmação a perspectiva de uma ocupação gradual e que avançava muda porque muitas vezes esses espaços eram retomados e, por isso, percebemos de perto com o trabalho de Santos que fronteira significava toda uma dinamicidade por meio de disputas.

Santos faz uma crítica à historiografia que abordava “a colonização como dilatação de fronteiras, a expansão geográfica como processo que define o contorno ideal do Brasil e a noção do território contínuo” (SANTOS, 2011, p. 18). Portanto, ao fazer menção à expressão “expansão

³ O autor diferencia sertão baiano, compreendido com as extensões territoriais da capitania da Bahia, acrescido do Piauí, do norte das Minas Gerais e das áreas ribeirinhas da banda esquerda do São Francisco e o interior da Bahia, com os espaços correlatos ao interior da Capitania, sem as áreas vizinhas piauienses e mineira. SANTOS, 2010, p. 27.



geográfica” deve-se ter em mente que a partir do momento da ocorrência da expansão de algum território o historiador não pode achar desnecessário acompanhar movimentos mais à frente pois, ele poderia ser retomado. Nesse sentido,

As fronteiras internas estão relacionadas às resistências, no interior da América portuguesa, ao avanço da ocupação luso-brasileira. Não estão ligadas, portanto, à disputa por áreas de soberania portuguesa e espanhola na América, mas a conflitos que se dão no interior do próprio território colonial lusitano, travados entre grupos luso-brasileiros e grupos indígenas, principalmente *tapuias*. Trata-se de limites não institucionais, temporários e colidentes, que se estabelecem entre territórios de ocupação luso-brasileira e espaços habitados por *tapuias* (grifo do autor) (SANTOS, 2010, p. 23).

Ao comparar sertão com fronteira percebe-se que eram áreas de agitação, contatos, conflitos e é importante ressaltar que ao pensar isso, entra a questão do sertão ser um espaço com tentativas de ocupação lusa e a fronteira interna considerada como um local entre esses dois espaços. Outra questão apontada é o fato de mesmo que se possa tratar de sertão ou interior, existiam os locais considerados de fronteiras, sendo eles difíceis de serem encontrados nos documentos, segundo autor, mas que o grupo luso-americano que circulavam o sertão os de “fronteira do gentio bárbaro”, ou seja, mesmo para os que estavam dispostos a adentrar nos novos territórios, como exploradores, conquistadores e ocupadores tinham o entendimento da existência de espaços que não podiam entrar. Aspecto que influenciou esse contexto era a ocupação territorial descontínua e os interesses particulares dos grupos e indivíduos que participavam desse processo.

O autor diferencia a fronteira externa da fronteira interna. A primeira está relacionada a tratados internacionais que são as áreas de disputas pela soberania portuguesa e espanhola na América. Já a segunda, trata-se da fronteira no interior da América portuguesa. Os es-



tudos de Santos (2010) vêm a enriquecer o trabalho porque se detém a perceber também essas fronteiras que eram rompidas por criadores de gado, por exemplo, que próximos aos rios estabeleciam a última zona de fronteiras entre eles e os índios.

Dito isso, as categorias analíticas de sertão e fronteira interna são imprescindíveis para o entendimento do período da ocupação lusa da América portuguesa. Cabendo pontuar que, em boa parte do período colonial, o Brasil não correspondia à atual configuração territorial, sendo assim, em 1621, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com governo separado do Estado do Brasil. Portanto, como o presente trabalho tem como objetivo analisar as noções espaciais de ocupação lusa do interior da América portuguesa, principalmente, à correspondente a tentativas de avanço do Estado do Maranhão, acresce a isso o conceito de “fundos territoriais”, de autoria de Robert de Moraes em que abrange esse espaço à conquistar e tem como significado à compreensão das “áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinalados na cartografia da época” (2008, p. 69).

JOÃO VELHO DO VALE: CAMINHO ENTRE O ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ E O ESTADO DO BRASIL

A partir da segunda metade do século XIX passou a haver maiores tentativas de conhecimento e adentramento ao oriente do Estado do Maranhão. Em 1679, Inácio Coelho, então governador, enviou Vital Maciel Parente para dar fim aos índios que se encontravam nas proximidades do rio Paraguaçu (os índios Tremembés e o rio ficou conhecido depois como o rio Parnaíba), nessa viagem, foi instruído também que se desse atenção ao reconhecimento do rio, adentrando ao interior o máximo possível.

Após alguns anos, o Governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrade (1685-1687), com o fim da Revolta de Beckman, retomou as



investidas do reconhecimento da parte oriental do Estado. Percebe-se que, além disso, ele tinha outros objetivos em vista. O roteiro de João Velho do Valle, de 1685, ajuda a entender esses interesses de Gomes Freire. Mas, quem foi João Velho do Vale? João Velho⁴ é da família Maciel Parente, uma das mais importantes do Maranhão colonial da primeira metade do século XVII, que ficou conhecida e ganhou notoriedade pelas suas conquistas nos sertões. Principalmente, pelo seu tio, Bento Maciel Parente, que chegou a ser governador do Maranhão de 1638- 1641. Ao que tudo indica, as experiências de Bento Maciel foram repassadas aos seus filhos e sobrinhos, tais como: Vital Maciel Parente (filho) e João Velho do Vale (sobrinho). Segundo Rafael Ale Rocha (2013), eles construíram a imagem de uma linhagem de conquistadores. O roteiro trata especificamente desse sertanista que saiu do Maranhão a pé com o objetivo de conhecer e descrever os sertões incógnitos e repassar informações para o governador do Maranhão, como: mapeamento do sertão oriental do Maranhão, rotas para chegar ao Estado do Brasil, grupos nativos e suas respectivas localizações possíveis, aspectos da natureza, riquezas encontradas e que poderiam ser desenvolvidas.

Este documento é composto de correspondências de João Velho com o Governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrade, denomina-

⁴ João Velho do Valle estava presente em alguns movimentos rumo aos sertões do Maranhão e Grão-Pará. Até o momento já foi possível identificar suas ações desde 1644 em fontes encontradas no Arquivo Ultramarino do Maranhão. Essa primeira citação do nome de João Velho do Valle dá conta da denúncia do Vigário-geral do Estado que relatava o desentendimento entre eles e alguns moradores. É curioso que no documento ele diz que João Velho e Pero Maciel Parente são irmãos. O sobrenome do segundo sujeito citado na fonte é bastante conhecido por ter sido o do governador de cerca de três anos anteriores. No entanto, esse nome vai aparecer com mais frequência em documentos do período do governo de Gomes Freire de Andrade e posteriormente a esse período, dando conta das suas ações enquanto sertanista importante para que se conheçam o caminho por terra entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil Ver: REQUERIMENTO do vigário-geral do Estado do Maranhão, Mateus de Sousa, ao rei D. João IV, em que solicita que lhe sejam levantadas as censuras e penas pecuniárias que lhe foram impostas devido ao desentendimento com Paro Maciel Parente e João Velho do Valle. Arquivo Histórico Ultramarino- Maranhão, cx. 2, doc. 148.



do de “*Jornada de João Velho*”. A região era carente de escravos africanos, portanto, os índios que estava nessa área de fronteira, entre os dois estados, estavam sobre forte pressão, tanto devido a “Guerra dos Bárbaros”, principalmente pelo lado do Brasil e conflitos com os curraleiros do Piauí quanto com os moradores do Maranhão, muitos desejosos de ocupar novas terras. Ainda é perceptível também o discurso da necessidade de ocupar esses espaços para proteger contra invasões de europeus.

Em 26 de novembro de 1687, logo após a viagem do sertanista, o rei respondia ao governador do Maranhão, Artur de Sá de Meneses, sobre as informações da paz que havia feito com os índios Taramambezes, que viviam próximo ao rio Parnaíba, os mesmo que tinham tido conflito no período do governo de Inácio Coelho (e logo foi enviado Vital Maciel Parente para dar fim aos índios). A importância desse episódio foi justificada com destaque a “muita utilidade para o novo caminho que João Velho do Valle andava descobrindo” (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Livro Grosso do Maranhão, 1948, vol. 66, p. 79).

Com base nas informações citadas e nas escritas por João Velho, não se sabia até onde estava ocupado o interior, e nem se a parte ocupada pertencia ao Maranhão ou ao Brasil. Sendo assim, retomamos à questão da “fronteira interna” (SANTOS, 2010), e constatar que a última área de ocupação lusa, provinha do “sertão de dentro”⁵. Cabe aqui pontuar que o autor considera a ocupação inicial do Piauí como uma fronteira interna já que ela iniciou com o avanço de criadores de gado, que muitas vezes agiam de forma autônoma, inclusive, esse era um dos argumentos para pedir sesmarias posteriormente, devido os conflitos que eles enfrentavam com os índios para ocupar as terras.

Caso emblemático foi o pedido de datas de terras, por Antônio da Cunha em 1696. O rei mandou resposta ao governador Antônio de Albu-

⁵ “Sertão de dentro” foi usado por Capistrano de Abreu para designar as ocupações do interior da América portuguesa, saindo da Bahia até chegar no território que se tornou a Capitania do Piauí, ver: ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.



querque Coelho de Carvalho

pedindo-vos em meu nome data de seis legoas de terra para apasentar gados por ser mui fertil, ao que não deferistes por não estar determinado a devizão dos limites de hum e outro Estado arespeito dos Dizimos. e como os de todas as terras das conquistas me pertecem e neste cazo fique ao meu livre arbitrio premetir-lhes aquem for servido, atendendo a estas terras de que se tracta ficarem mais vezinhas a esste Estado e que do seu rendimento se poderá ajudar para as consideraveis despezas que precizamente se devem fazer com novas fortalezas. e socorro de gente que as garante para a segurança das mesmas terras e por outros justos respetos. (ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Livro Grosso do Maranhão, 1948, vol. 66, p. 154)

Diferença dessa pesquisa das que foram referenciadas é pretendese perceber esses movimentos de homens que se estavam nos espaços do Maranhão também, rumo a Bahia. Enquanto Santos e Pompa estudaram o movimento de indivíduos que iam por interesse e vontade própria, como representantes da Igreja, paulistas e sertanistas, saindo da Bahia e Pernambuco, a análise a qual pretende-se aqui desenvolver parte de um agente social que saiu do Maranhão e Grão-Pará rumo a Bahia. Segundo Santos (2010, p. 148): “Essas trajetórias individuais sugerem a ideia de uma *circulação colonial* dos homens fronteiros, caracterizada pela movimentação entre distintos espaços e funções no processo da conquista dos sertões.”

Portanto, o sertanista saiu do engenho do Capitão Major Bernardo de Seixas Coutinho no dia 10 de novembro de 1685 acompanhado do gentio *CaiCai* e seguindo sempre o rio Munim. Eles chegaram em 07 de dezembro do mesmo ano a um braço do rio chamado de Pindaré, foi próximo a esse local que João Velho afirmou ter encontrado com os *Guaretis* que saíram das margens do rio Itapecuru devido os *Barbados Ronxés* e outros grupos nativos que entraram nas fazendas daquela região e foi mandada uma tropa de brancos e índios para impedir esses assaltos e agiram com o intuito de inibir tal ação para com qualquer



nativo encontrado. Nesse momento, os *Guaretis* estavam à espera de um dos seus principais e o local do encontro se deu pelo trajeto de João Velho e isso resultou no encontro deles. O contato com esse segundo grupo nativo foi tranquilo e João velho do Valle logo destacou que ele era homem a quem eles podiam confiar.

Em 31 de março de 1686, ou seja, aproximadamente quatro meses depois, houve a primeira carta, após a saída de João Velho, que informava o governador sobre as conquistas até o momento e durante sua viagem ele continuou descrevendo cada detalhe que lhe parecia importante.

O trajeto percorrido pelo sertanista foi fruto da sua coragem, afinal de contas, em sertões repletos de conflitos entre brancos e nativos e entre grupos distintos dos nativos que lutavam pela ocupação daquelas terras era algo presente e constante. Entretanto, a sua jornada foi possível também por ele ter contado com a ajuda dos seus compadres, os CaiCai que serviram como guia e foram sujeitos fundamentais para que ele entrasse em contato com outros povos. Além disso, como visto anteriormente, ele contou com a sua experiência nos sertões e com informações de outras pessoas que já haviam andando por aquela região, por exemplo, Vital Maciel Parente,

Em Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a nomeação de pessoas ao título de capitão-mor de São Luís está presente a narrativa em que descreve como foi a trajetória de João Velho do Valle, de como agiu o governador Gomes Freire de Andrade e da importância de “que todos tomassem conhecimento daquelas terras e que trabalhassem tudo que fosse possível”⁶ além da construção de moradias. O governador, ao informar sobre suas conquistas e mesmo não tendo alcançado seu objetivo por completo, ganha grande notoriedade e o Conselho Ultramarino após a viagem de João Velho do Valle assim

⁶ Ver: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei de D. Pedro II, sobre a nomeação de pessoas para o posto de capitão-mor da cidade de São Luís do Maranhão. AHU_ACL_CU-009, Cx. 7, D. 762.



escreve para o rei:

Pareceu que o grande (ilegível) e cuidado com que o governador Gomes Freire de Andrade se tem havido neste descobrimento merece muito particularmente a Real atenção de Vossa Majestade porque não pode haver outro mais útil para a segurança e comércio do Estado do Maranhão que pudesse comunicar com tanta facilidade como prometiam o avisos de Gomes Freire. Não ainda com a Bahia mas com Pernambuco, por ser a navegação do mar para uma com a outra parte muito larga e arriscada por razão das correntes marítimas da Costa e ser muito mais larga e arriscada a que algumas vezes se intentou por terra.

Nesse empreendimento o conselho ainda chamava a atenção para as conquistas nesse sertão e que para que fosse mantido era necessário manter a paz com os nativos dessa região que até o momento eles não tinham avançado tanto, respeitando a amizade com o gentio, respeitando-os e tendo cuidado com os que tentassem perturbar. Ele destaca o papel do Evangelho para ser pregado aos gentios. Essa era prática comum no período com o intuito de concretizar as conquistas.

Segundo Capistrano de Abreu num segundo momento João Velho do Valle chegou a Bahia, porém, ainda não tinha sido no período da sua narrativa com o governador Gomes Freire de Andrade. Abreu que disse que o sertanista havia falecido na Bahia, após registrar as notícias exatas dos sertões, “descansava suas cinzas em jazigo humilde, na cidade do Salvador”.

Salientamos que tanto Domingos Sertão quando padre Miguel de Carvalho⁷ destacaram ter poucos caminhos entre o Maranhão e Piauí e que era mais fácil, mesmo depois do percurso de João Velho do Vale, as informações chegarem na Bahia pelas navegações que vinham de

⁷ Padre Miguel de Carvalho conhecido também como padre Miguel do couro fez parte do bispado de Pernambuco e é conhecido na historiografia do Piauí devido sua narrativa que informava sobre esse território.



Portugal (SANTOS, 2010). Inclusive, Santos, ao citar Luiz Mott afirmou que ele

não hesitou em afirmar que no Piauí o antagonismo entre colonizadores e índios chegou a ameaçar, em pleno século XVIII, a própria continuidade da colonização. É de fato do Piauí que nos chegam as notícias mais evidentes da reversibilidade da ocupação luso-brasileira. A guerra movida pelos índios contra os enclaves luso-brasileiros constituiu seguramente a ameaça mais dura à precária territorialização desse espaço (SANTOS, 2010, p. 322).

Para tanto, na narrativa do sertanista está descrito uma parte dos conflitos nas terras ocupadas com currais no Piauí. Percebe-se, por fim, que mesmo tendo todo esse processo com o intuito de se estabelecer um caminho entre os dois estados, que fosse por terra, havia vários motivos para não afirmar que com isso houve, efetivamente, o rompimento de fronteiras porque, na medida que os índios perdiam seus territórios eles podiam retomar. Sem falar que só com uma ocupação mais efetiva os sertões poderiam ter um novo caráter, com súditos da coroa e esse foi um processo demorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o presente trabalho, mesmo tratando-se de uma pesquisa ainda em andamento, destaca como é imprescindível o cuidado com os termos usados, situando o seu contexto histórico e espacial. Lembrando que os sentidos podem variar também conforme os interesses. As palavras sertão e fronteira, como o exemplo analisado nesse texto, fornecem uma rica discussão e servem também como categoria de análise, na medida em que se toma um cuidado maior com a sua aplicação. Nos espaços do interior da América portuguesa, em fins do século XVII, estava repleta de uma ambiguidade, ou seja, locais ocultos, “desocupados” *versus* um ambiente com especiarias, pedras preciosas, com a água e pasto para animais, ao mesmo tempo em que havia as disputas pelos territórios. Para que a coroa tivesse avançado contou com a atuação de agentes sociais como João Velho do Vale e que, não como produto final,



mas, como um dos passos, sucedidos de avanços e recuos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8 vols. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 18/12/2019.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Jornada de João Velho do Valle**. Teresina: EDUFPI, 2015.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia colonial**. Belém: Ed. Açaí/UFPA, 2010.

DOMINGUES, ÂNGELA. “Desde Piso e Marcgrave que ninguém com curiosidade tolerável descreveu a natureza brasileira”: os relatos de Cook, Banks e Parkinson e a construção de imagens do Brasil colônia. Almanack. Guarulhos, n. 01, p.35-51, 1o semestre 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alm/n1/2236-4633-alm-01-00035.pdf>. Acesso: 20/01/2020.

MACÊDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Sertão**: notas para o uso da palavra no mundo português. ANPUH-Brasil - 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Recife, 2009

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil**. Geógrafos, Vitória, n. 2, p. 105-113, jun. 2001.

POMPA, Cristina. “O sertão: a ocupação do espaço” (cap. 6), “Os Tapuia” (cap. 7). In: _____. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 199-293.

ROCHA, Rafael Ale. **A elite militar no Estado do Maranhão**: poder, hierarquia e comunidades indígenas (1640-1684). Universidade Federal Fluminense, 2013.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano**: 1640-1750. Tese (Doutoramento) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **O sertão e os sertões na historiografia luso-brasileira**. Edição: v. 19. Revista da História da Sociedade e da Cultura, 05-12-2019. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/article/view/7537/5873> . Acesso em: 03/02/2020.



A SITUAÇÃO SANITÁRIA DO PIAUÍ VERSUS OPERAÇÃO PROGRESSO: INTERIORIZAÇÃO DA MEDICINA E ASSISTÊNCIA MÉDICA NO PIAUÍ (1968-1975)

 Jônatas Lincoln Rocha Franco¹

INTRODUÇÃO

A mortalidade geral, por ano, no Piauí, era estimada em 15 mortes por 1000 habitantes, índice superior em cerca de 50% ao apontado para o Brasil como um todo. O problema era tanto mais grave que aproximadamente 50% dos casos de morte estavam relacionados a menores de 5 anos de idade. A taxa de mortalidade infantil nesta faixa etária indicava a proporção de 200 por 1000 nascidos vivos. Quanto a mortalidade específica, a deficiente situação sanitária do Estado era responsável, em grande parte, pela situação encontrada. (TAVARES, 2018, p. 164)

A citação anterior foi encontrada no texto biográfico a respeito da figura do governador do Piauí, entre os anos 1971-1975, Alberto Tavares Silva. Os dados revelam uma grave situação no que se referia à assistência médica no Estado, indicando que os índices de mortalidade chegavam a assustadores 50% a mais do que a média do restante do país. Destacam-se os índices de mortalidade infantil veiculados pela

¹ Doutorando em História Social – PPG-UFC. Mestre em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – PPGHB-UFPI. Integra os GTs “Cidade, Tempo e Espaço” (DGP/CNPq), História das Ciências e da Saúde no Piauí - (SANA). E-mail: lincolnfranco1377@gmail.com



fonte histórica consultada. Esses dados apontam para uma realidade recorrente que marcara o Piauí desde as primeiras décadas do século XX, que apesar da instituição de políticas públicas materno-infantis, entre os anos de 1930-1940, que visavam amenizar esse quadro, pode-se perceber que os números continuaram alarmantes até o recorte temporal investigado por esse texto.² Esses dados contrariam os desejos por um Estado que, ao menos no campo dos discursos, estava sendo alvo das políticas desenvolvimentistas e caminhando a passos largos em direção ao progresso. As informações contidas no fragmento textual ainda apontam como razão desses alarmantes números a deficiente situação sanitária no Piauí, nesse recorte temporal.

Mas que grupos sociais eram os mais afetados com a ausência de políticas públicas de saúde? A partir das fontes históricas consultadas e a produção historiográfica que já se debruçou sobre a temática, a população pobre acabara sendo a mais prejudicada nesse cenário. A historiadora Talita Kamache (2015) ressalta que os pobres eram acometidos por essas doenças devido, como já foi colocado, às más condições sanitárias e higiênicas em que esse grupo social era submetido. Essa exposição estava diretamente relacionada a falta de estrutura dos bairros, das residências entre outros.

A historiadora destaca ainda, que até mesmo a má alimentação contribuía para que esse grupo social passasse a ser considerado como uma classe perigosa para a elite política, econômica e intelectual do Estado. (LIMA, 2015, p. 74) O presente artigo se debruçará sobre as condições do Piauí nesse recorte em que se desejou através de projetos governamentais estabelecer uma relação entre saúde e os ideais desenvolvimentistas. Buscar-se-á compreender ainda, a partir da análise das fontes históricas consultadas, as tentativas de interiorização da medicina e assistência médica no Piauí no recorte temporal investigado.



“SAÚDE PARA O DESENVOLVIMENTO”: POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA NO PIAUÍ (1968-1975)

Enxergar os pobres como um perigo é algo recorrente e amplamente trabalhado pela historiografia brasileira.² No Piauí, a historiadora Regianny Lima Monte afere que essa relação foi, no decorrer dos anos, uma das representações com maior incidência nos estudos que tratavam sobre o tema. Os pobres seriam, dentro dessas interpretações, classes perigosas, “portanto um problema de ordem social a ser controlado”. A historiadora destaca que:

Em boa medida, esse problema era decorrente da pressão demográfica exercida pela chegada de migrantes a uma cidade cujo setor econômico encontrava-se estagnado, onde a oferta de empregos não acompanhava a demanda. Dessa forma, a imprensa exigia do poder público medidas enérgicas e emergenciais quanto aos problemas que comprometiam o projeto de transformar Teresina no cartão de visitas do Piauí, com o intuito de alterar para melhor a imagem que se tinha do estado. (MONTE, 2010, p. 100)

Para conter esse problema de ordem social, as elites políticas, econômicas e intelectuais, buscavam soluções para promover alterações que associassem as políticas desenvolvimentistas com os problemas sanitários do Estado. Em uma reportagem intitulada “a cidade ameaçada”, veiculada pelo jornal *O Dia*, na época um dos principais veículos de comunicação impressa de ampla circulação local, no dia 2 de março de 1972, expunha problemas que estavam assolando o Piauí e em especial a capital, Teresina. O articulista introduz seu texto ressaltando que

² Para ver mais: SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 2.ed. São Paulo: HUCITRC, 1979. BRESCIANNI, Maria Stella. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febre**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



tanto o “Estado como o município, nas mensagens apresentadas nas sessões de reabertura do legislativo, não esboçaram grandes obras de saneamento que pudessem dar uma ideia harmônica dos programas de infraestrutura comentado pelas administrações no curso do exercício de 1971”. (O DIA, 1971, p.1) O fragmento publicado pela reportagem é digno de destaque por dois traços. O primeiro deles é apontar a relação entre o governo estadual e a prefeitura municipal de Teresina. Uma das maiores críticas direcionadas a Alberto Silva se relacionava com o fato de o governador tratar com maior ênfase a capital do que os demais 113 municípios que compunham o mapa do Piauí no período. O segundo elemento são as críticas direcionadas aos governantes da cidade e do Estado no que aludia a obras de saneamento básico, que no decorrer da reportagem se mostraram como deficitárias tanto no Estado como em sua capital.

O jornalista prosseguiu seu diagnóstico discorrendo a respeito das obras que vinham sendo realizadas, em especial, no que remetia ao abastecimento de água, que em suas palavras “também é parte fundamental do saneamento, os serviços foram muito mais amplos, em ambas as áreas governamentais”, (O DIA, 1971, p.1) ou seja, tanto o Estado quanto o município teriam executado obras que ampliaram o acesso ao abastecimento de água no Piauí. Entretanto, em sequência fora assinalada uma série de problemas que ameaçavam a saúde pública piauiense. O primeiro deles fazia referência ao sistema de escoamento que, na narrativa do jornalista, havia sido uma “negação, causando inclusive estranheza profunda visto ser o setor de esgotos e de galerias pluviais uma parcela própria do saneamento”, (O DIA, 1972, p.1) a falta de investimentos no sistema de escoamento provocava um problema maior: a impossibilidade de incluir programas de saúde, pois qualquer um deles seria deficiente além de constituir uma “incoerência técnica e administrativa antes de atentar contra os princípios da engenharia sanitária e da saúde pública”. (O DIA, 1972, p.1)

Na parte final da reportagem o articulista continua sua análise, referindo-se ao inverno que estava por chegar no Piauí, mas tratando



com ênfase a capital. Nas palavras do jornalista apesar da alegria dos piauienses em receber as chuvas, havia um forte receio dos problemas que seriam acarretados pela falta de estrutura, chegando a “causar desabamentos e obstruções na periferia” de Teresina, novamente o grupo social que mais seria afligido pela falta de estrutura da cidade, ou em face das más alterações realizadas na malha urbana seriam os pobres.

A historiadora Talita Kamache (2015) salienta que o governo de Alberto Silva passou a conceder destaque às políticas públicas de saúde e saneamento, com maior ênfase no início da segunda metade de seu mandato. Kamache (2015) acentua que foi através do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste – PIASS, que foi implementado como um projeto que visava interiorizar as ações de saúde. Pode-se inferir, como principal benefício do PIASS, um esclarecimento da população que habitava no interior do Estado a respeito de diversos temas como: os cuidados com a saúde e os direitos relativos a ela. A historiadora destaca ainda que havia uma intensa procura pelos serviços de saúde em todo o Estado e essa assistência não se dava de maneira satisfatória. (LIMA, 2015, p. 51)

Nas mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, o governador considerava de “indisfarçável importância, porque isto dizia respeito à saúde dos piauienses, que desejamos hígidos e não doentes, que queremos trabalhando e não ociosos”. (PIAUÍ, 1971, p. 12) Os investimentos que seriam realizados no setor sanitário tinham como principal interesse proporcionar saúde para os trabalhadores, visando dar-lhes “condições de continuar em suas comunidades trabalhando e produzindo para o maior aceleração do desenvolvimento de caráter participativo no Estado do Piauí”. (PIAUÍ, 1971, p. 12)

Percebe-se que esses discursos tinham um vínculo direto com o pretenso processo de modernização que ocorria no Estado, estabelecendo uma conexão já explorada entre as políticas higienistas e o intuito de manter a mão de obra dos trabalhadores.⁴ Kamache descreve em sua narrativa a associação intrínseca entre a saúde da população e desen-



volvimento do Estado, e que era possível notar também uma relação entre a Secretaria de Saúde com a Secretaria de Obras Públicas, já que o governo de Alberto Silva colocara, ao menos no campo discursivo, como prioridade, a construção de hospitais e a reforma de outros, tornando assim “perceptível que o interesse em aumentar a rede hospitalar contribuía com o objetivo de colocar-se no rol das cidades desenvolvidas e modernas do país, onde um sistema de saúde bem organizado que supre as necessidades de seus habitantes é o ideal”. (LIMA, 2015, p. 118) Sobre a atuação conjunta entre o poder político e os discursos médico- sanitários, Nascimento ressalta que:

No mesmo governo houve a construção de um hospital com atividades voltadas ao atendimento de pessoas acometidas por doenças infectocontagiosas, percebendo-se, mais uma vez, a atuação do médico- sanitário que orientou a intervenção do poder público no tecido urbano. (NASCIMENTO, 2007, p. 207)

No que diz respeito a construção do hospital com atividades voltadas para o combate as doenças infectocontagiosas, o governador revelava que “não é exagero afirmar que 60% dos óbitos, nesta capital, são causados por doenças infecciosas e parasitárias”, (PIAUÍ, 1971, p. 12) ao tentar destacar obras que estavam sendo executadas, como o Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas e Parasitárias de Teresina, Alberto Silva divulgou um dado alarmante que manifestava a falta de infraestrutura urbana no período, sobretudo no que se referia a rede de esgotos e o sistema de drenagem pluvial da cidade, ocasionando um número excessivo de óbitos na capital resultante dessas enfermidades.

Na reportagem publicada pelo *Jornal do Piauí*, em 16 de julho de 1971, o articulista indica que a população ribeirinha da capital do Piauí não escondia a sua preocupação diante dos problemas de saúde que vinham surgindo constantemente na região da beira do Rio Parnaíba. Na continuação da reportagem o articulista do *Jornal do Piauí*, expõe um quadro preocupante sobre a situação dos moradores ribeirinhos na



capital. O texto indicava que “doenças estranhas na pele veem atacando os habitantes, principalmente crianças”. Na sequência do texto, é apontado que “os focos dessas doenças apresentam aparência de malária, mas os médicos revelaram que não é, pois, os tumores e as feridas que começam com coceiras são consequência da poluição do rio Parnaíba”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 2) Esse aspecto é relevante para a escrita do texto. As doenças que acometiam as populações ribeirinhas causavam estranheza a ponto de não haver um diagnóstico para elas. Kamache escreve um tópico sobre como as políticas de saúde que foram paulatinamente efetivadas no Piauí visavam combater as doenças da pobreza, assinalando as contradições entre o atendimento e a assistência médica aos pobres, e como isso refletia nos ideais modernizadores propagados pelas elites políticas, econômicas e intelectuais piauiense. (LIMA, 2015, p. 101) A historiadora salienta que:

[...] o pobre doente estava conseguindo atingir o rico intocável, disseminando suas doenças e fazendo a cidade moderna tomar ares de um vilarejo adoecido. Os jornais, ao mesmo tempo em que alarmavam a população com suas notícias e manchetes que assustavam o rico, que era quem tinha maior acesso os jornais, também informavam o porquê dessas doenças estarem a fazer parte do cotidiano da urbe teresinense. Chamando a atenção para a necessidade de se acabar com o que representava pobreza e tudo que era fator e desenvolvimento e disseminação de doenças contagiosas. (LIMA, 2015, p. 109)

O jornalista prossegue sua narrativa indicando que as doenças causadas pelo contato com as águas do rio eram resultado da poluição provocada pelos despejos de esgotos na região do cais, que de acordo com a matéria, era o espaço onde “tradicionalmente era utilizado pelas lavadeiras”, e que brevemente poderia se tornar impróprio para o trabalho já que aquele espaço era “exatamente onde descem os resíduos de inúmeros esgotos que poluem o grande rio”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 2)



Em outro artigo, desta vez publicado no jornal *O Dia*, intitulado: “Terresina, progresso e poluição”, esses problemas igualmente são relatados: “têm-se a impressão de que a rede de esgotos não se compatibilizou com a dinâmica de expansão urbana tornando-se atrofiada para a demanda de crescimento, ou de que não existe o sentido de colaboração destinada a resguardar essas deficiências materiais do sistema”. (O DIA, 1971, p. 2) Sobre as condições sanitárias e as doenças epidêmicas, Bresciani destaca que: [...] vale dizer, ser bem menos dispendioso prevenir as doenças contagiosas do que arcar com as despesas para contê-la somadas ainda à perda de braços úteis para o trabalho, já que a taxa maior de mortalidade recaía fortemente na população operária. (BRESCIANI, 2014, p. 70)

Depreende-se a faceta higienista ligada ao processo de modernização que tinha como objetivo evitar maiores gastos para conter as doenças que afastavam o trabalhador da labuta cotidiana, contribuindo desta forma para a inserção do estado no modelo nacional desenvolvimentista. Esses discursos circulavam nos mais diferentes periódicos no Brasil. Mesmo antes da posse do governador Alberto Tavares Silva, durante o mandato do seu antecessor João Clímaco D’Almeida, que realizava um governo de transição, em um editorial veiculado pelo jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, o articulista acentuava que a “assistência médico-hospitalar às populações é uma das maiores preocupações do atual governo, que está empenhado em dar as melhores condições físicas aos hospitais regionais de Floriano, Picos e Campo Maior”. (CORRÊIO DA MANHÃ, 1970, p. 9) Além disso, registrava que um outro problema que o governo tentaria solucionar era o de “levar o maior número de médicos para o interior, oferecendo a essas profissionais condições financeiras mais vantajosas além de outros atrativos”. (CORRÊIO DA MANHÃ, 1970, p. 9)

Essa prática de interiorização da medicina através do deslocamento de médicos para outros municípios perdurou no decorrer do mandato de Alberto Silva. De acordo com a mensagem enviada ao Poder Legislativo, em 1971 o governador declarou que “procurou-se estudar



e dinamizar o problema sob dois ângulos: a Capital e o Interior” demonstrando assim as tentativas de organizar “as Unidades de Teresina e criar serviços ainda não existentes, como também estimular a política de interiorização da medicina”. (PIAUÍ, 1971, p. 12) A capital funcionara como ímã,⁵ atraindo os sujeitos que almejavam melhores condições de vida e acesso a bens de serviço.

Teresina, desde finais do século XIX destacara-se em oferecer bons serviços na área da saúde⁶, contudo, pode-se perceber nos discursos do governador um desejo de fazer com que as populações da zona rural tivessem maior acesso aos cuidados médicos, sem necessariamente serem obrigados a se deslocar para a capital, ou outros centros urbanos maiores. Uma das razões que possivelmente justificariam essa prática política, seria o desejo de diminuir o fluxo populacional em Teresina. O governador continua seu discurso sinalizando que:

É pensamento do Governo descentralizar as atividades da Secretaria da Saúde. Para tanto, programou-se para o exercício de 1972 a criação de seis Centros Executivos Regionais nas cidades de Piri-piri, Teresina, Picos, Floriano, São João do Piauí e Bom Jesus”. (PIAUÍ, 1971, p. 12)

Essa interiorização da assistência médica no Piauí fez parte do plano de governo de Alberto Silva, ao menos no campo discursivo. Em suas mensagens sugerira que “procurou se olhar o Piauí como um todo, empregando políticas de saúde compatível com o estágio de desenvolvimento do Estado” (PIAUÍ, 1971, p. 11) essa preocupação pode ser verificada, por exemplo, nos convênios estabelecidos com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL, que, de acordo com as palavras do governador, foi “traçando um paralelo da situação da saúde, entre a capital e o interior, não se teve dúvida em partir para uma política agressiva de interiorização da medicina”, essa política tinha como principal objetivo “criar condições de fixação do profissional nas cidades interioranas, ampliar e criar novos serviços de saúde”. (PIAUÍ, 1971, p. 12)



As mensagens do governador são analisadas de modo comparativo com outras fontes históricas consultadas. Em uma reportagem que tinha como título: “em cada dois nordestinos, um morre ainda criança”, veiculada pelo Jornal do Brasil do Rio de Janeiro, o articulista apontava para o alto índice de mortalidade infantil na região nordeste do país. De acordo com o editorial “no Piauí, cada uma das 114 cidades tem uma unidade sanitária: porém, apenas 14 funcionam perfeitamente”, a falta de funcionamento fazia com que “apenas 30% da população recebesse cobertura médica”. (JORNAL DO BRASIL, 1974, p. 7) O problema da distribuição médica afetava não apenas o Piauí, mas o Nordeste como um todo. Em um editorial de 1972 do JB o periodista indicava que “50% dos profissionais estão no Rio e em São Paulo, enquanto no interior há quase 2 mil municípios sem médicos”. (JORNAL DO BRASIL, 1972, p. 2) O presidente da Associação Médica Brasileira, Pedro Kassab fazia um alerta para esse problema:

Muito ativo, intensificou os trabalhos das comissões permanentes e especiais. A lei básica da Saúde, por exemplo, recebeu um estudo cuidadoso, na tentativa de corrigir alguns erros existentes no Brasil, como a inadequada distribuição de médicos no território nacional. Se na Guanabara há um médico para 350 habitantes, no Maranhão e no Piauí há um médico para 12 mil habitantes. (JORNAL DO BRASIL, 1971, p. 7)

O jornal *Correio da Manhã* noticiou sobre essa política de interiorização da medicina no Piauí em um artigo intitulado “Assistência médica para o homem do campo”, que indicava o “firmamento de um convênio visando à melhoria das condições de saúde dos trabalhadores rurais e seus dependentes, naquele Estado”, o projeto fazia parte de um “Plano de Interiorização de Assistência Médico-Odontológica do Estado do Piauí, a ser executado nos exercícios de 1972, 1973 e 1974”, período do mandato de Alberto Silva como governador, de acordo com o articulista a proposta “compreenderá atividades médico-sanitárias, consultas



médicas e de enfermagem, imunização, educação sanitária, controle de gestantes e “curiosas”, serviço ambulatorial e medidas de saneamento do meio”. (CORREIO DA MANHÃ, 1972, p. 2) O artigo veiculado no jornal do Rio de Janeiro, endossava as palavras do chefe do poder executivo local, no que se referia aos convênios firmados com órgãos de atuação nacional, como o já citado FUNRURAL, e com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. As políticas sanitaristas postas em prática por Alberto Silva ganhavam força a partir dos investimentos que eram obtidos, conforme o governador:

Através do convênio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL – tem-se aplicado valiosa soma de recursos, - Cr\$ 2.688.300, 00 – quer financeiros quer em equipamentos objetivando a melhoria da rede hospitalar e maior e melhor assistência aos rurícolas do Estado. Para criação de pré-condições de saúde mantém-se o convênio com a SUDENE, o que tem possibilitado o treinamento de pessoal especializado: o Estado aplicou Cr\$ 210 mil e a SUDENE, Cr\$ 245 mil, no treinamento em apreço. A Secretaria de Saúde em 1971 firmou convênio com o Serviço Nacional de Doenças Mentais, Serviço Nacional da Lepra, Fundação Serviço Saúde Pública e com os Sindicatos Rurais e PIPMO. (PIAUI, 1971, p. 11)

As mensagens do governador são fundamentais para a elaboração de um painel que auxilie na compreensão de diferentes elementos. O primeiro deles é que o Piauí, a partir dos convênios firmados com o governo federal, passava a ser um dos Estados que seriam beneficiados pelas políticas desenvolvimentistas com caráter de integração nacional em voga na década de 1970. Os valores apontados pelo governador em suas mensagens indicam que o investimento realizado pela SUDENE fora maior que a quantia aplicada pelo Estado do Piauí. Esse informe leva a percepção de um segundo elemento: se não fossem os valores investidos pelas políticas de integração nacional, com ênfase para o papel desenvolvido pela SUDENE, o governador teria maior dificuldade para



promover suas ações no estado. Esse entendimento é relevante para a captura das contradições de Alberto Silva, que durante todo seu mandato se esforçou para “inscrever imagens na memória coletiva piauiense” (FONTINELES, 2015, p. 154) através de suas ações governamentais.

As políticas desenvolvimentistas, praticadas especialmente durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, tinham como objetivo “uma maior internacionalização da economia brasileira e sua integração ao mercado capitalista internacional, mas mantendo o caráter salvacionista em relação a essa região”. (FONTINELES, 2015, p. 157) Assim sendo, o Programa de Integração Nacional -PIN visava promover o desenvolvimento de regiões como o Norte e o Nordeste. Nesse contexto a SUDENE passava a ter um relevante papel em “atacar os problemas da região, que eram entendidos como problemas fundamentais para a integração de todo o país”. (FONTINELES, 2015, p. 157)

Categorias como desenvolvimentismo, integração nacional, progresso, modernização povoavam o imaginário brasileiro desse período, e um dos instrumentos utilizados para a promoção desses discursos foi a imprensa escrita. Em um editorial intitulado “Nova ordem de progresso”, veiculado pelo jornal diário teresinense *O Dia*, o articulista fazendo um trocadilho com o lema da bandeira nacional, afirmava que o Brasil experimentava um “clima de trabalho, solidariedade humana e progresso”, (O DIA, 1972, p. 3) o pretense sucesso que teria sido vivenciado no ano de 1971 “reforçaram as perspectivas e o otimismo de toda a gente para o novo labor de 1972”, o entusiasta periodista apontara, em sua narrativa, que o Piauí faria parte do desenvolvimento nacional:

O Piauí, contagiado por esse surto desenvolvimentista de prosperidade que assinalou o ano de 1971 no Brasil interior, apresentou um saldo acima das expectativas e passou a contar com o indispensável crédito dos demais Estados, refazendo-se dos prejuízos passados em que estava em grande descompasso com o desenvolvimento regional. Uma nova imagem surgiu e o seu progresso já é palpável. Resta, agora, em 1972, continuar o mesmo trabalho e



fortificar sua capacidade de recuperação para situar-se em termo de igualdade com os níveis de desenvolvimento nacional. (O DIA, 1972, p. 3)

Direcionando-se para a conclusão do artigo, uma última matéria será analisada. Intitulada: “Saúde para o desenvolvimento é meta de Dirceu Mendes Arcoverde”, publicada pelo *Jornal do Piauí* em 19 de agosto de 1971, apresentava um longo editorial que detalhava os planos de ação do “Projeto de Saúde para o Piauí”, que tinha como principal meta “a ampliação e construção de unidades hospitalares, campanha das mais variadas visando ao bem da comunidade, convenio com entidades sindicais e outras medidas importantes para o Piauí”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5) O editorial analisado se apresenta menos crítico as ações governamentais de Alberto Silva, indicando que o secretário de saúde do Piauí na época, o médico Dirceu Mendes Arcoverde, era um “homem de larga visão e de enorme espírito de sacrifício”, aponta ainda que dentro da equipe do governador, o secretário se tornara uma das peças que mais contribuía para a dinamização daquela administração.

Na continuidade do editorial seria detalhado um conjunto de ações a serem desenvolvidas no decorrer do mandato de Alberto Silva. O articulista revela que iniciaria a reportagem pelo interior do Estado “visto que ali certamente estão os principais problemas de saúde pública do Piauí”. A intensificação do processo de interiorização da medicina, iniciado em décadas anteriores, passou a ser visto como um elemento chave que proporcionaria o desenvolvimento econômico e social do Piauí. Para isso, o plano de ações elaborado e veiculado no “Projeto de Saúde para o Piauí” contava com medidas para a maioria das cidades de pequeno e médio porte do estado.

A reportagem indica que para a cidade de Valença do Piauí foi determinado “a mudança completa do teto para oferecer maior higiene. Também toda área de circulação e enfermaria estão sendo azulejadas”. Para a cidade de Oeiras os investimentos hospitalares também se da-



vam com a mudança do forro e o azulejamento das áreas de circulação e enfermaria. Já no município de Barras, o então secretário da saúde indicava que “o Hospital de Barras é um dos melhores do Estado. Já está todo equipado”, mesmo assim, nas palavras do secretário, seriam implantadas instalações “de um gabinete dentário para que esse nosocômio fique perfeito”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5)

Já para a cidade de Picos fora investido cerca de 110 mil cruzeiros em um ajardinamento, colocando azulejos nas áreas de circulação e enfermaria. Campo Maior estava sendo, pelas palavras do secretário, “ultimado os preparativos para inauguração do Hospital Regional de Campo Maior, que terá inicialmente 45 leitos”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5) Para Floriano, o ministro admitia a necessidade de construção de um grande hospital, já que “o que existe atualmente – Hospital Miguel Couto – não satisfaz as necessidades e não oferece condições para a ampliação”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5) O secretário prometia, de acordo com a reportagem, a construção de um grande hospital com capacidade para 145 leitos, tornando-se assim o maior hospital do interior do Estado. Por fim, para encerrar as obras que previa ampliação da assistência médica e interiorização da medicina, visando adequar o estado às políticas desenvolvimentistas, a reportagem indica que na cidade de São João do Piauí, o secretário havia “encontrado uma unidade mista de saúde que tinha tudo para ser um hospital”, e em acordo com a Assembleia Legislativa, “transformaria aquela unidade em um hospital para celebrar convênio e receber ainda mais recursos”. (JORNAL DO PIAUÍ, 1971, p. 5)

As informações contidas no editorial são analisadas a contrapelo. Cabe destacar que houvera uma ampliação da assistência médica nesse recorte temporal. Porém, o entendimento que surge é que essa política de interiorização da medicina não alcançou grande parte da população rural do Piauí e que essa reportagem pode ser analisada como uma peça publicitária do governo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão surgem questionamentos que atravessaram toda a produção desse texto: até que ponto os discursos veiculados pelos mais diferentes meios, como a imprensa de ampla circulação e as mensagens governamentais, se relacionavam com a realidade experienciada por um amplo conjunto populacional que habitava o Piauí durante esse contexto? Qual a relação entre saúde e desenvolvimentismo? Como também, como é possível perceber a relação entre as políticas sanitárias e os processos de modernização no Estado? Foi em busca de respostas a essas inquietações que as fontes históricas consultadas e as demais produções historiográficas auxiliaram na construção de uma trama.

Pode-se inferir a partir das diversas fontes que atravessaram a feitura do artigo, que havia uma discrepância entre o que era veiculado em alguns meios de comunicação, e os próprios discursos do governador, com a realidade que assolava as populações pobres do Piauí. É perceptível que havia uma relação entre as políticas de assistência médica, inclusive com projetos de interiorização da medicina, com os ideais desenvolvimentistas que circulavam pelo Brasil nesse recorte temporal.

Um outro aspecto que merece destaque é o entendimento que os diferentes investimentos que seriam realizados na dimensão sanitária do Piauí tinha como um dos principais intentos proporcionar a saúde para os trabalhadores urbanos e rurais para que os mesmos gozassem das condições necessárias para continuar trabalhando em suas respectivas localidades, contribuindo para o crescimento econômico do Piauí e conseqüente inserção do estado nas práticas desenvolvimentistas que circulavam o imaginário político e social da época.

Essa relação entre saúde e desenvolvimentismo permitiu ao chefe do poder executivo local promover algumas das obras visando interiorizar a medicina no Piauí, já que o número de municípios no estado que contavam com a assistência médica era, comparativamente, bem inferior a outros estados do Brasil. Os acordos que possibilitaram a ob-



tenção de recursos oriundos da esfera federal, como por exemplo da SUDENE, favoreceram a realização de algumas dessas obras, auxiliando ainda na consolidação da figura política do então governador, Alberto Tavares Silva.

A ideia dos dirigentes políticos e intelectuais da nação é que o Brasil alcançaria o desenvolvimento, modernizando os espaços urbanos, e para isso foi empregado esforços nessa empreita. Nesse intuito, pode-se captar a relação entre saúde, desenvolvimento e modernização dos espaços urbanos. A construção dos conjuntos habitacionais pode ser analisada como tentativas de adequar a capital a esse ideal de espaço urbano moderno e desenvolvido, retirando do centro parcelas consideráveis da população pobre e alocando-os em uma outra faixa territorial da cidade. Contudo, esses processos contribuíram, em larga escala, para aprofundar as desigualdades, disciplinar os corpos, e demarcar os limites de acesso as cidades.

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Maria Stela Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, A. e GOMES, M. A. A. de F. (Org.). **Cidade e História**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA-FAU, ANPUH, 1992.

_____. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **URBANA**, V.6, n° 8, jun.2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP.

_____. Cidade e História. IN: CIDADE: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **História e Desafios** /, organizadora. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

_____. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRITO, Nercinda Pessoa da Silva. **O Experienciar da morte**: comportamentos frente à finitude em Teresina de 1900 a 1930. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2012. 230f.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febre**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O Recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: Machado R, organizador. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal; 1984. p. 79-98.

LIMA, Talita Kamache Rodrigues de. **Saúde e progresso**: o discurso da imprensa teresinense sobre a saúde pública e modernização da cidade (1971-1975). 146f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI-PPGHB, Teresina, 2015.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter sadia a criança sã”**: as políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2017.

Milton. **Pobreza Urbana**. 2.ed. São Paulo: HUCITRC, 1979.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida**: (re) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. 235f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, UFPI-PPGHB, Teresina, 2010.

NASCIMENTO. Francisco de Alcides. Cajuína e cristalina: as transformações espaciais vistas pelos cronistas que atuaram nos jornais de Teresina entre 1950 e 1970. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 27, n. 53, jan.-jun., 2007.

_____. **Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

TAVARES, Zózimo. **Alberto Silva**: uma biografia. – Teresina: Biental Editora, 2018.



PROGRESSO PARA OS SERTÕES: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DOS POSTOS DE PROFILAXIA RURAL NO COMBATE ÀS ENDEMIAS RURAIS NO RIO GRANDE DO NORTE (1921-1927)

 Júlia Elisa de Freitas Arcanjo¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga a atuação do Serviço de Saneamento Rural nos sertões do Rio Grande do Norte (1921-1927) através dos Postos de Profilaxia Rural instalados na capital do estado, no Sertão e no Agreste potiguar. O movimento nacional em prol do saneamento rural do início do século XX delineou um projeto modernizador para os sertões através do controle das doenças apresentadas como endemias rurais e que prejudicavam o desenvolvimento da nação.

Diante dessa perspectiva, a análise parte da sondagem, organização e seleção dos Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (RN), no recorte temporal dos anos 20, que, nesse período em análise, apresenta dentro da seção de Higiene e Saúde Pública, informações do Serviço de Saneamento Rural e dos Postos de Profilaxia Rural. O recorte temporal escolhido justifica-se pelo período de instalação e atuação dos postos no estado e pelas fontes analisadas até aqui.

¹ Graduada em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CERES. Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em História do CERES – UFRN, Mestrado em História dos Sertões – MHIST.



Em face a isto, busca-se entender como a noção de progresso é inserida no interior por meio do combate às endemias rurais que limitavam o trabalho e o desenvolvimento do homem sertanejo. Este era visto como aquele que necessitava superar a ideia de incivilidade, a ignorância, a miserabilidade e as doenças. De acordo com Nísia Lima (2013), os primeiros anos da República foram marcados pelo movimento de valorização dos sertões, com a realização de expedições civilizatórias por grande parte do interior do país, como as de Cândido Rondon, do Instituto Oswaldo Cruz, de Louis Cruls e de Euclides da Cunha. O desbravamento destes sertões, nesse sentido, “[...] acompanhou projetos de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política.” (LIMA, 2013, p. 116).

Partindo dessa premissa, o movimento pelo saneamento rural surgiu diante dessas missões civilizatórias pelos sertões, que apontavam a doença como justificativa para o atraso dessas regiões. Seria necessário que o Estado brasileiro voltasse às atenções as políticas de saúde pública, sobretudo de educação sanitária. Como resultado desse movimento, afirma Ana Brito (2014) foi criada a Liga de Pró-Saneamento em 1918, o Serviço de Profilaxia Rural em 1919 e, *a posteriori*, os Postos de Profilaxia Rural em 1921, criados a partir de acordos entre os governos estaduais e o Departamento Nacional de Saúde Pública.

Os Postos de Profilaxia Rural instalados na capital do estado do Rio Grande do Norte, no Sertão e no Agreste potiguar, atuavam em diversos serviços sanitários, como: no tratamento de verminoses, impaldismo, sífilis; realizavam intervenções cirúrgicas, exames laboratoriais, pesquisas, melhoramentos sanitários e construção de fossas, além de campanhas de educação sanitária com panfletagem e palestras.

O quadro social do sertão potiguar demonstrava ser um campo aberto às doenças e tais condições de vida facilitavam o alto índice de contaminação, agravando a situação de pobreza e de saúde da população. Nesse contexto, segundo Rosineia Silva (2003), as doenças, quando apresentavam um caráter epidêmico/endêmico, alteravam significativamente a dinâmi-



ca da região, acentuando ainda mais os problemas sociais e econômicos, tendo em vista que o estado, desde os tempos provinciais, demonstrava uma dependência do meio e precisava lidar com períodos alternados de secas, de escassez de alimentos e com a mortandade do gado.

Mediante a isto, a realidade descrita pelos médicos sanitaristas sobre os sertões do Brasil afirmava este quadro de abandono, de pobreza, de miséria; pessoas famintas e doentes. Assim, problematizar as endemias rurais diante da atuação dos Postos de Profilaxia Rural, levando em consideração a sua dimensão social, amplia os olhares para refletir sobre os problemas frequentes relacionados a falta de saneamento, a alimentação, as condições de vida e a ausência do poder público. Desse modo, pensar na ideia de progresso para os sertões pelo combate às endemias rurais é o ponto de partida deste trabalho.

PELO SANEAMENTO DOS SERTÕES: ATUAÇÃO DOS POSTOS DE PROFILAXIA RURAL DO RN

Em 1º de Novembro de 1921, o então governador do Estado do Rio Grande do Norte, Antônio José de Mello e Souza, proferiu ao Congresso Legislativo a seguinte fala relacionada ao contexto de criação dos Postos de Profilaxia Rural:

Cada dia mais me regosijo pela realização desse accordo, que vem proporcionar a um consideravel numero dos nossos conterraneos o mais precioso dos bens; e o exame attento das estatisticas organizadas pela commissão medica, levando-nos o espirito ás raias do assombro, suggere, antes de qualquer outra, esta interrogação mortificante: como podemos nós, no Brasil inteiro, esquecer por tanto tempo um problema tão urgente? (MENSAGEM, 1º de Novembro de 1921. Prophylaxia Rural, p. 21).

Em seu discurso, evocou um dos maiores problemas enfrentados por todo país no início do século XX: promover o saneamento, educar



para a saúde e levar o progresso aos sertões. Partindo dessa premissa, a discussão nacional do “problema tão urgente”, levantada pelo governador, começou a ganhar importância diante do contexto de construção de uma nação moderna, civilizada, seguindo o modelo europeu do final do século XIX e início do século XX.

De acordo com Carlos Pereira e Micael Herschmann, o modelo europeu que vai surgir no Brasil no século XIX seria ditado por uma elite que desejava incorporar os seus valores como referência para a sociedade. Nesse sentido, “eram inspirados no modelo puritano, ascético e europeu e ganharam corpo nas reformas sanitárias, pedagógicas e arquitetônicas”, (PEREIRA; HERSCHMANN, 1994, p. 26), ou seja, a ciência e a técnica passaram a ser essenciais para o desenvolvimento da nação. Mas, como o “progresso” chegaria ao sertão?

Esta foi uma questão levantada pelo autor Moraes (2013) e justificada diante da ação desempenhada pela Inspetoria de Obras Contra as Secas. O projeto de combate às secas foi enviado em 1909 pelo ministro da Aviação e Obras Públicas Francisco Sá ao presidente Nilo Peçanha, com discurso de que a região necessitava de atenção diante do “abandono” em que se encontrava. “À imagem de lugar fértil, que contribuiria para a riqueza do país, o ministro contrapunha a indiferença da ‘nação’ na mobilização de forças para encetar o desenvolvimento do sertão brasileiro [...]” (MORAIS, 2013, p. 24).

Diante dessa perspectiva, tal discussão permitiu pensar como o progresso alcançaria os sertões por meio da engenharia, da educação e da medicina, combatendo o analfabetismo, as agruras das secas e a proliferação de doenças endêmicas que assolavam a região.

É importante entender aqui o dualismo concebido a categoria sertão². Segundo Nísia Lima (2013), sertão era tido como sinônimo de

² Entre os anos de 1870 e 1940, sertão passou a ser essencial, mesmo quando rejeitado, na construção de uma nação brasileira, como afirma Janaína Amado (1995) dentro de uma categoria do pensamento social. Podem ser citados nomes de historiadores ligados ao IHGB, como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Euclides da



atraso, o que seria distante do moderno, tomado pela natureza e pela barbárie; enquanto que o litoral seria o espaço da civilização, ou seja, não representava apenas o território próximo ao mar, mas aquele que era o espelho do ideal civilizatório em questão. Nesse sentido, seria necessário incorporar esse sertão aos projetos modernizadores, criando uma identidade nacional a partir da conquista e exploração técnica e científica desses espaços.

Diante desse contexto, as missões civilizatórias realizadas pelos sertões do Brasil, em especial a terceira expedição científica contratada pela Inspeção de Obras Contra as Secas, chefiada pelos médicos Belisário Penna e Artur Neiva, nos primeiros anos da República, esboçou por meio do material coletado – fotografias e relatórios sobre as condições da população, as doenças, a fauna, a flora – que o principal problema que impedia o progresso nos sertões percorridos seria a doença. (LIMA, 2013, p. 139).

Esta terceira expedição foi apontada como o marco do movimento pelo saneamento rural do país, tendo em vista que revelou as condições desses espaços abandonados pelo Estado brasileiro. A bandeira do sanitarismo, como aponta Ana Brito (2014), seria uma forma de transformação social, uma vez que os médicos adentrariam os sertões para mostrar o desenvolvimento por meio da ciência, fortalecendo o processo de formação da nação.

Nesse contexto, a criação dos Postos de Profilaxia Rural no RN e em outros estados do país foi fruto desse movimento nacional, a partir de acordos realizados entre o Estado e a União para a execução dos serviços de saneamento rural. Aos poucos, as ações de combate às endemias rurais passaram a ser realizadas e possibilitaram o surgimento de uma infraestrutura de saúde pública no Brasil. (ARAÚJO, 2020, p. 304).

Cunha, Nelson Sodré, Sérgio Buarque de Holanda e Cassino Ricardo, que empregaram o termo em temporalidades e formas diferentes. “Vivido como experiência histórica, “sertão” constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação.” (AMADO, 1995, p. 146).



Cabe aqui destacar a fala proferida pelo governador³ do Estado citada anteriormente, que evidenciou a necessidade urgente de se organizar departamentos e serviços de saúde voltados para o interior. Segundo a Mensagem do mesmo governador, relacionada ao acordo realizado, os serviços foram orçados em 200:000\$ por ano, sendo acordado entre as partes contribuir com metade da quantia⁴. O início dos trabalhos da Comissão dos Serviços de Saneamento Rural data de 27 de junho de 1921, com a instalação dos Postos Centrais do Alecrim, Ceará-Mirim e um Subposto nas Rocas. A justificativa apresentada pela concentração dos postos em torno da capital era dada pela verba ainda insuficiente para construção dos postos no interior.

Nessa perspectiva, os dados coletados até então nesta pesquisa, apontaram os benefícios dos primeiros postos instalados, como descreve o governador Antônio José de Mello e Souza na seção de “Prophylaxia Rural”:

[...] o numero das pessoas examinadas [...] foi de 9.754; destas verificadas com ancylostomose 8.467, com outras verminoses 9.431, pois que em geral as atacadas pela primeira soffre simultaneamente de uma ou mais das outras [...]. Naquelles Postos foram distribuidas 14.153 medicações contra verminoses, alem do tratamento de outras molestias, entre as quaes o impaludismo verificado em 166 pessoas, e a lepra em 8. (MENSAGEM, 1º de Novembro de 1921. Prophylaxia Rural, p. 21).

Apesar de ser uma fonte oficial e ter dados cedidos pelo governo, os números acima mensuravam o grau de infecção das pessoas pelas vermi-

³ Antônio José de Mello e Souza governou o Estado do RN (1920-1924) e realizou diversos serviços na área da educação e da saúde. Além do Serviço de Profilaxia Rural, criou o Serviço de Profilaxia das Doenças Venéreas e ampliou os serviços de Higiene e Saúde Pública com a construção de laboratórios e de um necrotério. Informações disponíveis em: < <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Ant%C3%B4nio%20de.pdf> > Acesso às 16h 30, 16 maio 2021.

⁴ Ver mais sobre: MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte Antônio José de Mello e Souza no dia 1º de Novembro de 1921. Prophylaxia Rural, p. 20.



nozes e por outras moléstias de mesmo caráter, pelo impaludismo e pela lepra, o que revelava como o serviço desses postos era urgente e necessário nessas regiões. Em outros trabalhos realizados sobre os postos rurais pelo Nordeste, como Araújo (2020) nos sertões do Piauí, Brito (2014); (2018) nos sertões da Bahia e Bezerra (2019) nos sertões maranhenses, o autor e as autoras conversam com a reflexão levantada aqui e reforçam o trabalho feito pelos serviços profiláticos de combate às endemias rurais e os relacionados a educação sanitária que serão discutidos posteriormente.

Em dezembro de 1922, um novo acordo foi assinado com o Departamento Nacional de Saúde Pública para a execução dos Serviços de Saneamento e Profilaxia Rural no Estado. Através da intermediação do Deputado José Augusto de Medeiros, a verba anual foi elevada para 400:000\$, dos quais cada uma das partes deveria contribuir com a metade. “Graças a esse aumento de recursos os trabalhos tem sido desenvolvidos, criando-se mais um posto em Assú, um sub-posto em S. José [...], em breve creados outros nas cidades ou villas [...]” (MENSAGEM, 1º de Novembro de 1923. Saneamento e Prophylaxia Rural, p. 32-33).

Nesse contexto, a Comissão de Profilaxia Rural era dirigida pelos médicos Dr. Edgar Figueiras e Dr. Valdemar Sá Antunes e, através do novo acordo, passou a ter novas instalações, como: laboratórios, farmácias, novos postos e o serviço de profilaxia de doenças venéreas em todos os postos, assistência aos leprosos, dentre outros, ambulatório e fundação de uma escola prática de enfermeiras⁵.

De acordo com Brito (2014), além dos tratamentos direcionados as doenças endêmicas, das intervenções cirúrgicas e dos melhoramentos sanitários, os Postos de Profilaxia Rural “priorizavam a ação educativa no intuito de prevenir comportamentos que poderiam levar a reinfestação ou infestação de outros indivíduos e a ação sobre o meio ambiente,

⁵ Ver mais sobre: MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte Antônio José de Mello e Souza no dia 1º de Novembro de 1923. Saneamento e Prophylaxia Rural, p. 34.



isto é, sobre as condições promotoras da presença e expansão da doença.” (BRITO, 2014, p. 4). Em face as medidas educativas, Dr. Sá Antunes, em 1924, forneceu dados sobre as propagandas sanitárias realizadas, principalmente sob o ponto de vista das doenças transmissíveis feita pelos inspetores médicos em palestras e conselhos de higiene. (MENSAGEM, 1º de Novembro de 1924, p. 29).

Diante dessa perspectiva, pode-se refletir aqui sobre o progresso que chegaria aos sertões por meio das medidas sanitárias e educativas, atuando na tentativa de modificar as práticas cotidianas de cuidados com corpo, com os alimentos e com os espaços. José Augusto de Medeiros, governador do Estado a partir de 1924, diz em um das Mensagens Governamentais:

Pertenço ao número dos que reputam necessidade fundamental da nossa terra o velar pela saúde do homem que o povôa, para dar-lhe o vigor physico de que carece de uma força propulsora do nosso progresso sob todos os aspectos. (MENSAGEM, 1º de Novembro de 1924, p. 20).

No entanto, vale ressaltar que todas as medidas tomadas pelos profissionais dos Postos de Profilaxia encontraram uma resistência. O sertanejo manifestava um “sentimento de negação” em relação aos novos conhecimentos, isto é, “(...) encontramos seu caráter estacionário, preso que está ao casulo estéril dos costumes.” (MACÊDO, 2012, p. 160). Havia o predomínio de uma organização socioespacial estruturada no trabalho agropecuário, e o consumo de água e de alimentos não higienizados, o que facilitava o desenvolvimento de muitas doenças. (ANDRADE, 2007, p. 120).

Aos poucos, os Serviços da Comissão de Saneamento Rural foram expandidos para outras localidades. Em 1925 existiam os seguintes Postos e Subpostos de Profilaxia Rural no estado: Posto Central e do Alecrim (Natal), Posto do Ceará-Mirim, de Canguaretama, de São José do Mipibu, de Caicó, de Lages e o Posto Volante, que recebia este nome por não ter sede fixa. Sobposto de Acari, de Angicos, de Goianinha e de Baixa Verde.



Havia um Posto em Assú chamado “Belisário Penna”, mas que foi suprimido para o Posto de Lages. (MENSAGEM, 1º de Novembro de 1925, p. 39).

Os serviços eram divididos em seções: 1) Saneamento Rural, com a realização de melhoramento/construções de fossas; 2) Profilaxia da Sífilis e de Doenças Venéreas, com atendimentos em consultórios, aplicação de injeções e curativos; 3) Profilaxia da Lepra, com atendimentos e tratamento aos doentes; 4) Profilaxia da Febre Amarela, com visitas aos focos de proliferação do mosquito; 5) Laboratório Bacteriológico, onde eram realizadas diversas pesquisas e exames; 6) Profilaxia da Tuberculose, com visitas domiciliares aos doentes; 7) Gabinete de Radiologia, adquirido para ser utilizado no tratamento da tuberculose⁶. (MENSAGEM, 1º de Novembro de 1925, p. 40-42). Em 1927 foi instalado o Serviço de Pré-Natal para atender gestantes matriculadas no programa de profilaxia rural.

Nos anos seguintes, houve uma diminuição do repasse da verba e, por vezes, atraso da parte que cabia ao governo federal no acordo. Desse modo, alguns serviços foram mantidos e outros tiveram que ser cortados por falta de recursos. Ainda sob a mesma direção, a Comissão de Saneamento e Profilaxia Rural suprimiu alguns postos e subpostos e fechou outros⁷, mantendo grande parte dos serviços oferecidos.

ENDEMIAS RURAIS: COMBATE E PROGRESSO

Os Postos de Profilaxia Rural instalados por todo país tiveram um papel fundamental na realização de diagnósticos e mapeamento das

⁶ As Mensagens Governamentais utilizadas como fonte deste trabalho detalham com números todos os serviços realizados pelas seções ao longo dos anos de atuação dos postos e subpostos.

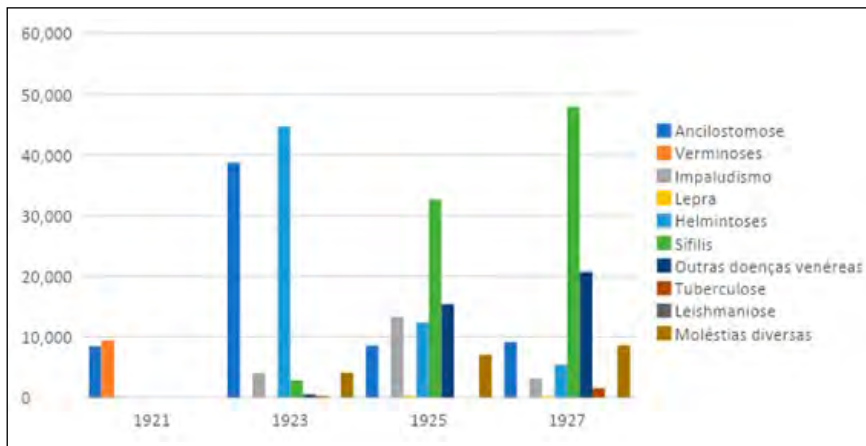
⁷ Os Postos Rurais cortados do serviço foram o de Ceará-Mirim, São José do Mipibu e Caicó; e os Subpostos de Baixa Verde, Goianinha e Acari. As seções até então instaladas foram mantidas, realizando visitas domiciliares e construções sanitárias, vacinação e distribuição de medicamentos e exames. (MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte José Augusto Bezerra de Medeiros no dia 1º de Outubro de 1926. Serviço de Saneamento Rural, p. 70).



principais moléstias que faziam parte do cotidiano dos moradores do interior do Brasil. Algumas doenças já se caracterizavam com endêmicas, ou seja, frequentes em determinadas regiões, diante de fatores sociais, climáticas e higiênicos, como a *ancilostomose*⁸, o *impaludismo*⁹ e a *tripanossomíase americana*¹⁰. (BRITO, 2018, p. 76). No entanto, existiam algumas doenças típicas de cada região, que demandavam cuidados e tratamentos específicos.

No gráfico abaixo seguem os números referentes as principais doenças registradas no período de 1921 a 1927.

Gráfico 1: Principais doenças registradas nos Postos e Subpostos de Profilaxia Rural do RN (1921-1927)



Fonte: Mensagens Governamentais (1921-1927).

- ⁸ É uma doença parasitária provocada pelo ancilóstomo (*Ancylostoma duodenale*), helminto que vive preso à mucosa do intestino delgado do ser humano. Em alguns lugares era conhecida como amarelão, opilação.
- ⁹ Podia ser diagnosticado como malária, uma doença infecciosa, causada por parasitas (protozoários do gênero *Plasmodium*), que são transmitidos de uma pessoa para outra pela picada de mosquitos.
- ¹⁰ Também conhecida como Doença de Chagas, é uma infecção generalizada essencialmente crônica, cujo agente etiológico é o protozoário flagelado *Trypanosoma cruzi*, habitualmente transmitido ao homem pelas fezes do inseto hematófago conhecido popularmente como 'bicho-barbeiro'.



Como demonstrado no gráfico, as principais doenças endêmicas registradas ao longo dos anos 20 foram a ancilostomose, com relativa incidência em todos os anos analisados, a sífilis e o impaludismo. De acordo com o governador José Augusto Medeiro, em 1927, o estado do RN passou por uma epidemia de malária, tendo uma maior incidência de casos nas regiões litorâneas. Quando se trata de sertão, afirmou na mensagem não haver casos. “Os factores que concorrem para a malária não ter penetrado na zona sertaneja, [...] são: index anophelinoco¹¹ muito baixo, escassez dagua, ausencia de humidade, habitações ruraes geralmente situadas á distancia dos açudes.” (MENSAGEM, 1927, p. 55).

Ainda sobre os sertões, o governador acrescentou em sua obra *Seridó* (1980) informações importantes sobre os problemas sanitários enfrentados pela região. Apontou que o sertão do Seridó apresentava algumas condições desfavoráveis quanto ao desenvolvimento das epidemias rurais, tendo em vista que era uma região seca, o que não dava condições ao desenvolvimento de verminoses e de paludismo e até cita a visita realizada por Belisário Penna. Escreveu ele:

Recordo-me de que, certa vez, levando a visitar aquelas paragens um grande sanitarista brasileiro, o Doutor Belizário Pena, que tinha como lema na sua atividade funcional o combate à verminose e ao paludismo, ficou espantado de haver encontrado no Brasil uma região em que não existiam as duas epidemias. (MEDEIROS, 1980, p. 20).

Todavia, apontou ser uma região atingida por outros males, tendo sido construídos espaços voltados para os cuidados com a saúde da população. Mencionou, então, o Hospital do Seridó (1926), Maternidades construídas pelas cidades de Jardim do Seridó, Acari, Caicó e Parelhas e, ainda, postos de puericultura, voltados à saúde da criança, e de higiene. (MEDEIROS, 1980, p. 21).

¹¹ Relativo aos mosquitos do gênero *Anopheles*, responsáveis pela transmissão da malária de pessoa para pessoa.



Vale ressaltar que, mesmo diante das afirmações feitas pelo governador José Augusto, todo este estudo carece de outras investigações. A autora Juciene Andrade (2007), refletiu sobre este cenário sertanejo nos anos 20 e 30, principalmente em períodos de seca, e constatou que a insalubridade e a falta de cuidados com a higiene favoreciam o desenvolvimento de muitas doenças, comumente tidas como não-mortais, como a disenteria, sarampo e outras infecções causadas por parasitas. Afirmou, ainda, que a alimentação era quase sempre deficiente de nutrientes e a água ingerida não era considerada potável, o que podia agravar o quadro das doenças e levar à morte. (ANDRADE, 2007, p. 120). Outras doenças também foram destacadas pela autora, como febre tifoide, paratifo e febre típica, ligadas aos períodos de construções de obras estruturantes, como os açudes. (ANDRADE, 2020, p. 299).

Dessa forma, as doenças endêmicas presentes nos sertões estavam atreladas às vivências daquela população. As condições sociais eram de miserabilidade, de fome e de esquecimento. O homem sertanejo, agora, poderia ser inserido na civilidade e ser curado dos males que o tornava frágil e impotente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a reflexão realizada nesta discussão permitiu pensar sobre as políticas sanitárias de cunho nacional e as suas transformações sociais em torno dos sertões brasileiros, através dos Postos de Profilaxia Rural instalados no estado do Rio Grande do Norte (1921-1927).

Como parte importante desse movimento, pode-se destacar o papel das missões civilizatórias do início do século XX pelo interior que expôs um cenário de um país doente e abandonado, no qual refletia uma imagem de uma nação distante da modernização pensada para o país. Seria necessário, portanto, voltar às responsabilidades governamentais para estes espaços atingidos pelas endemias rurais e que atrapalhavam o desenvolvimento da nação.



Nesse sentido, as ações de combate às endemias rurais passaram a ser realizadas pelos serviços profiláticos e possibilitaram, aos poucos, o surgimento de uma infraestrutura de saúde pública no Brasil. A partir disso, teve a criação de instituições, melhoramentos sanitários, as ações realizadas pela educação sanitária, além do tratamento de diversas doenças.

Por ser um estudo embrionário e em fase de construção, a pesquisa realizada até aqui ainda não permitiu uma análise mais aprofundada dos serviços oferecidos pelos postos, como a visão dos doentes e o retorno dos benefícios dos serviços profiláticos realizados. Diante de novas pesquisas, pretende-se analisar outros aspectos relacionados a saúde e ao progresso dos sertões do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

AMADO, J. **Região, Sertão, Nação**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995. p. 145-151.

ANDRADE, Juciene Batista Félix. **Caicó**: uma cidade entre a recusa e a sedução. 2007. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFRN, Natal, 2007.

ARAÚJO, Romão Moura de. **A saúde pública e a atuação dos Postos de Profilaxia Rural no Piauí (1924-1930)**. Revista Hydra. Volume 4, número 8. Setembro de 2020.

BRITO, A. C. F. **Sanear e curar**: saúde pública, higiene e atuação dos Postos de Profilaxia nos sertões da Bahia (1922-1930). 2018. 1v. Tese (Doutorado) – Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA), Salvador, 2018.

_____. **Os médicos e o saneamento dos sertões**: análise da atuação do Posto de Profilaxia de Juazeiro, Bahia (1922-1940). Anais eletrônicos – 14º SNHCT, 2014.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos A. M. (orgs). **A invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação gráfica da identidade nacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rucitec, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A Penúltima Versão do Seridó**: uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.



MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Senado Federal, 1980.

MORAIS, Kleiton de Sousa. **A questão sertão e a criação de Inspetoria de Obras Conta as Secas**. In: _____. O progresso descobre o sertão: a inspetoria de obras contra as secas (1909-1918). São Paulo: Alameda, 2018, p. 21-81.

SANTOS, LAC. **Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República**: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 249-293. ISBN 978-85-7541-311-1. Available from SciELO Books.

SILVA, Rosinéia Ribeiro de Almeida. **O Seridó em tempos de cólera**: doenças e epidemias na segunda metade do século XIX. Caicó, RN, 2003, p. 45. 64f. (Trabalho de Conclusão de Curso). Curso de História, UFRN.

FONTES

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte Antônio José de Mello e Souza no dia 1 de Novembro de 1921. Typ A Republica. Natal. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=106&s=0&cv=0&r=0&xywh=0%2C-23%2C3775%2C2663> Acesso às 10h em 20 de maio de 2021.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte Antônio José de Mello e Souza no dia 1 de Novembro de 1923. Typ A Republica. Natal. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=110&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1%2C-29%2C3792%2C2675> Acesso às 10h em 20 de maio de 2021.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte José Augusto Bezerra de Medeiros no dia 1 de Novembro de 1925. Typ A Republica. Natal. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=110&s=0&cv=0&r=0&xywh=-212%2C-178%2C4213%2C2972> Acesso às 10h 10 em 20 de maio de 2021.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte José Augusto Bezerra de Medeiros no dia 1 de Outubro de 1926. Typ A Republica. Natal. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=111&s=0&cv=0&r=0&xywh=-222%2C-185%2C4231%2C2984> Acesso às 10h 15 em 20 de maio de 2021.

MENSAGEM lida perante o Congresso Legislativo pelo Exmo. Governador do Estado do Rio Grande do Norte José Augusto Bezerra de Medeiros no dia 1 de Outubro de 1927. Typ A Republica. Natal. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=112&s=0&cv=1&r=0&xywh=-1197%2C0%2C4201%2C2963> Acesso às 10h 20 em 20 de maio de 2021.



VERSOS DO LUTO: SAÚDE E MORTE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX NO RIO GRANDE DO NORTE A PARTIR DA OBRA DE AUTA DE SOUZA (1850-1900)

 Jussier Dantas¹

Auta de Souza é até hoje um dos maiores nomes da literatura nordestino-riograndense. A poetisa nasceu no município de Macaíba no dia 12 de setembro de 1876 e faleceu na cidade do Natal aos 24 anos de idade, no dia 7 de fevereiro de 1901, vítima de uma das doenças mais contagiosas e mortais de sua época: a tuberculose. Sua obra poética está contida em um manuscrito intitulado *Dhálías* (com poesias escritas entre 1893 e 1897) e um livro intitulado *Horto*, publicado em junho de 1900, contendo grande parte das poesias presentes no manuscrito *Dhálías* e mais algumas escritas após 1897, que atualmente encontram-se publicadas na edição do *Horto* organizada pela pesquisadora da vida e obra de Auta de Souza, a profa. dra. Ana Laudelina Ferreira Gomes (SOUZA, 2009).

O contexto em que a poetisa viveu foi marcado por uma série de calamidades que transparecem tanto nos documentos históricos do período quanto na obra de Auta de Souza. O ano de 1876, ano de nascimento da poetisa, antecedeu uma das secas mais severas de que temos conhecimento: a seca de 1877, também conhecida como a seca dos dois sete.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientado pelo Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior.



Era o ano da seca, “a seca dos dois sete”. Macaíba era o caminho dos “retirantes” (o vocábulo é deste ano) descidos dos sertões do Seridó e do oeste, exaustos, sujos, famintos, taciturnos, procurando o refrigério das praias, vendo pela primeira vez água corrente e perene, mas verde, salgada, inútil. Iam aos magotes [sic] para o Rio Grande, sinônimo sertanejo da cidade do Natal. As obras para fixá-los eram improvisadas e eram distribuídos mantimentos, farinha de mandioca, milho, carne do Ceará, jabá, charque seca, dura, coriácea [...] (CASCUDO, 2008, p.51).

Diante desse cenário, a região que hoje conhecemos como Nordeste tornava-se “[...] em grande medida, filho das secas; produto imagético-discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1877 veio colocá-la como o problema mais importante desta área” (ALBUQUERQUE JR., 2011, p.81). Percebemos, portanto, que a seca dos dois sete deixou marcas profundas em todo o estado do Rio Grande do Norte por muitos anos. Auta de Souza e seus familiares tiveram contato com algumas das histórias de perdas ocasionadas pela seca, fossem elas materiais (de pessoas que deixaram seus locais de moradia para fugir da seca e buscar uma condição de vida melhor, geralmente no litoral) ou de vidas que não resistiram às mazelas dos anos de estiagem severa. O político e jornalista Eloy de Souza (1873-1959), irmão mais velho de Auta de Souza, narra uma dessas perdas ocasionadas pela seca de 1877 ao lembrar da primeira pessoa que viu morrer:

A primeira pessoa que eu vi morrer foi um pobre sertanejo, tanguido pela seca de 1877, com a mulher e um filho de criação, chamado José. Abarracaram-se [sic] perto do portão da nossa casa, e comiam os restos do que lhes davam os meus avós paternos. Uma tarde, abri o portão e ouvi, vindo do lado, gemidos e um choro soluçado. Aproximei-me, e deparei [com] um pobre homem deitado numa rede agonizando e sua mulher, com uma candeia de que-rosene, dizendo: - “Jesus, Maria e José, minha alma vossa é!” Pala-



bras que ouvi pela primeira vez e que nunca esqueci [...] (SOUZA, 2008, p.56).

Podemos observar nos trechos citados anteriormente um pouco do contexto no qual o estado do Rio Grande do Norte encontrava-se durante a infância de Auta de Souza até o momento em que realizou suas viagens em busca de condições climáticas favoráveis à sua saúde. Estas características nos levam a pensar que as razões das diversas mortes, principalmente de crianças, transformadas em versos pela poetisa provavelmente teriam relações com as consequências das secas vivenciadas no final do século XIX.

Das secas ocorridas desde o final do século XIX e ao longo do século XX, há registros de vários surtos e epidemias de doenças como: cegueira diurna (hemeralopia), tracoma, cólera, diarreia, disenteria, tifo, paratifo, febre amarela, varíola, peste bubônica, leishmaniose e gripe. [...] Além das doenças e óbitos diretamente relacionados à seca nas regiões onde ocorreram há também os efeitos indiretos, como lepra, tuberculose, malária e beribéri [...] (ALPINO et al, 2016, p.810).

Gestantes e crianças – principalmente aquelas com menos de cinco anos de idade –, nesse contexto, compõem os grupos mais vulneráveis a estes surtos e epidemias (ALPINO et al, 2016, p.813). Esses são os personagens centrais de muitas das poesias de Auta de Souza: mães e crianças. Acredita-se que a poetisa tenha conhecido e convivido entre um deslocamento e outro, mesmo que de forma muito breve, com os sujeitos que apresenta em suas poesias, visto que em geral passava alguns poucos meses nos locais em que costumava realizar suas viagens, assim como pelo fato de a poetisa ser descrita como possuidora de um “[...] espírito de sociabilidade para com outros seres femininos e para com as crianças” (VICTOR apud GOMES, 2013, p.173). Henrique Castriciano comenta, em sua *Nota*, que foi “[...] no campo, onde [a poetisa] passou



o melhor tempo da atormentada existência, [vivenciando] a paisagem triste do sertão nos longos meses de seca, a compaixão pelos humildes, cuja miséria tanto a comovia [...]” (SOUZA, 2009, p.33). Assim, embora esse espaço, descrito por Henrique Castriciano, tenha ocasionado um tempo de tranquilidade e alegria à poetisa, as impressões vistas e vividas nesses locais marcados pela seca proporcionaram histórias de perdas significativas o bastante para, embora não estivessem diretamente ligadas à vida da poetisa, tornarem-se parte de seu *Horto*.

Mas quais os motivos para haverem tantas poesias sobre mortes de outras pessoas na obra de Auta de Souza? Para respondermos essa pergunta, precisamos analisar um pouco mais amplamente o contexto vivenciado por Auta de Souza, uma vez que as causas de morte da população do Rio Grande do Norte oitocentista, e principalmente das crianças em razão de sua maior vulnerabilidade, vão muito além da seca. Embora algumas doenças encontrassem um contexto propício à sua proliferação nestes períodos de intensa estiagem. Segundo o historiador José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), “Além das seccas [sic], a praga das epidemias também vinha, com frequência consternadora, fazer na província a sua ceifa medonha [...]” (ROCHA POMBO, 1922, p.368). Acredita-se, portanto, que a segunda metade do século XIX foi o período de maior concentração de epidemias da nossa história (MEDEIROS, 2006, p.33), pois “a partir da segunda metade do século XIX, a Província foi atingida por uma sucessão de surtos epidêmicos de cólera-morbo, febre amarela e varíola, que mudaram o modo com que os presidentes [de província] tratavam a saúde pública” (DIAS, 2018, p.1). A província do Rio Grande do Norte foi assolada por várias doenças que, em pouco tempo, assumiram um caráter epidêmico, gerando além de um grande número de contaminados, uma elevada mortalidade (MEDEIROS, 2006, p.9).

Antes de abordarmos as doenças que atacaram o Rio Grande do Norte ao longo da segunda metade do século XIX e o cenário ocasionado por estas, é interessante que tenhamos conhecimento do contexto



da saúde e da salubridade do RN neste período. Até 1850, “a província não oferecia nenhuma estrutura financeira nem física para lidar com o quadro epidêmico” (MEDEIROS, 2006, p.14). A razão disso provavelmente estava no que nos apresenta Rocha Pombo ao citar o político e historiador Augusto Tavares de Lira (1872-1958), alegando que a salubridade no Rio Grande do Norte era excepcional, as epidemias eram raras e, em regra, menos graves do que em outros pontos do nosso país, a varíola e o sarampo, que apareciam periodicamente em algumas regiões do estado, não tinham a gravidade que apresentam em outros climas, ainda que contra elas se careça de recursos de higiene e profilaxia que as tornaram cada vez menos mortíferas (LIRA apud ROCHA POMBO, 1922, p.69). No entanto, Rocha Pombo também ressalta que “Não havia, nem na capital, um médico sequer [sic]” (ROCHA POMBO, 1922, p.338).

Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) – citando relatório do presidente de província Antônio Bernardo de Passos, datado de 1º de julho de 1856 – até o ano de 1856, a cidade do Natal não possuía um só asilo de caridade, salvo a enfermaria militar, e contava com apenas uma botica e um médico (CASCUDO, 1984, p.281). Os primeiros rudimentos de assistência social teriam sido mobilizados justamente em razão das secas, a partir das Comissões de Socorro às vítimas da seca, organizadas sempre que o flagelo se declarava mais intenso (CASCUDO, 1984, p.287). Nesses períodos, a aglomeração de pessoas nas capitais e cidades litorâneas era a principal causa apontada pelos poderes públicos, do quadro sanitário desolador que se apresentava; eram retirantes que saíam de diversas regiões, fugindo da fome e da seca, na busca de socorro dos poderes públicos nestes locais (ARAÚJO apud MEDEIROS, 2006, p.10). “Devido a essas aglomerações urbanas, as epidemias encontravam um campo muito fértil para se disseminarem, gerando grande pavor na população dessas cidades e no próprio poder público” (MEDEIROS, 2006, p.10).

Dentre as doenças de caráter epidêmico comuns à segunda metade do século XIX, a tuberculose esteve profundamente ligada à vida de



Auta de Souza, havendo lhe tirado a mãe em 1879 e o pai em 1881, além de acometer também seu irmão, o político e poeta Henrique Castriciano de Souza (1874-1947). A doença tornou-se realidade para a jovem Auta de Souza no ano de 1890, quando contava 14 anos de idade. Sobre este período, seu irmão, Eloy de Souza, declarou que

[...] veio a moléstia terrível que não perdoou nem lhe deu esperanças de voltar à vida almejada num sonho de mocidade. Por isso sua poesia é triste, tristes seus pensamentos, tristes os dias que nunca mais amanheceram na claridade de futuro promissor. As noites de longas insônias eram marcadas por acessos de tosse quintosa que a prostravam [sic] exausta (SOUZA, 2008, p.78).

Apresentando sintomas da doença, Auta de Souza foi levada por sua avó materna “Dindinha [...] para consultas com médicos do Recife e no diagnóstico os pulmões apareciam fracos, anúncios dos primeiros sinais de uma possível tuberculose. A família a tirou do Colégio” (GOMES, 2013, p.73). O acontecimento marcaria a vida de Auta de Souza a ponto de ela dedicar diversas de suas poesias a amigas do colégio, assim como procurou dedicar sua obra “Às boas irmãs do Colégio da Estância, em Pernambuco, almas formosas e santas que me educaram o coração e o espírito, ofereço o que há de mais puro nestes singelos versos” (SOUZA, 2009, p.27). A saída do colégio e a viagem de Recife até Macaíba marcaria uma nova fase da vida de Auta de Souza, na qual realizaria constantes “peregrinações pela terra natal na esperança de melhoras” (SOUZA, 2008, p.80).

“A tuberculose é uma doença infectocontagiosa de evolução crônica, causada por bacilos pertencentes ao gênero *Mycobacterium tuberculosis*, que são bactérias aeróbias [...]” (SANTOS, 2016, p.13). A doença afeta principalmente os pulmões, mas pode atingir também outros órgãos como os rins, as meninges e até os ossos. As esperanças de erradicação da doença - com a descoberta da penicilina em 1928, pelo médico e bacteriologia escocês Alexander Fleming (1881-1955), e com o desenvolvi-



mento de antibiótico com base na penicilina, pelos cientistas Howard Florey e Ernst Boris Chain, no ano de 1940 - acabaram sendo frustradas em razão da pobreza, da fome e da desigualdade social em todo o mundo permitirem, desde sempre, a manutenção e disseminação da doença, levando a uma situação em que praticamente todos se encontram sob risco (HIJJAR, 1999, p.265). Esse risco em relação à tuberculose - fosse por enfermos, familiares ou amigos de pessoas acometidas pela doença - não era algo raro no século XIX. Na segunda metade desse século, a taxa de mortalidade da doença nas capitais europeias ia de 400 a 600 pessoas a cada 100 mil, atingindo 30% da mortalidade geral (ROSEMBERG, 1999, p.3), enquanto no Brasil há estimativas de que, por volta de 1855, a mortalidade por tuberculose aproximava-se de 1/150 habitantes (MACIEL et al, 2012, p.227).

Apesar da sombra que pairava sobre o tuberculoso e do medo que a sua enfermidade poderia causar, as biografias de Auta de Souza apresentam que a poetisa nunca foi evitada, repelida ou distanciada (CASCUDO, 2008, p.174). Essas afirmações têm base no que apresenta Cascudo em sua biografia sobre a poetisa, ao declarar que Auta de Souza não chegou a sofrer qualquer tipo de ofensa ou segregação devido à sua condição de saúde. “Ninguém a desconhece, a nega, a fere, literariamente. Unanimidade de elogio, de carinho, de admiração compreensiva, de estímulo. A partir de 1898 seu nome era um orgulho para a província inteira” (CASCUDO, 2008, p.183). Cascudo ressalta ainda que “É o que dizem depoimentos verbais e toda documentação impressa” (CASCUDO, 2008, p.183), embora não apresente fontes ou referências acerca destas afirmações.

Além da tuberculose, outras doenças de caráter epidêmico se destacaram durante a segunda metade do século XIX. Dentre as que temos registros na história do Brasil, a mais antiga é a varíola, sendo a primeira referência a ela realizada pelo padre jesuíta espanhol José de Anchieta (1534-1597) no ano de 1561 (GAZETA, 2014, n.p). Acredita-se que a varíola tenha surgido na Índia, sendo descritos casos desta doença



nos continentes asiático e africano desde antes da era cristã (MCNEILL apud SCHATZMAYR, 2001, p.1526). Segundo a historiadora Arlene Gazêta, “A varíola foi introduzida no Brasil pelos ‘descobridores’ europeus. Com o processo de colonização, a doença foi se disseminando” (GAZETA, 2014, n.p). A varíola era uma doença exclusiva dos seres humanos causada por um vírus denominado *Orthopoxvirus variolae*, sendo transmitida de pessoa para pessoa por meio das vias respiratórias e que caracterizava-se pelo aparecimento de erupções avermelhadas por toda a pele. Com o tempo, as erupções transformavam-se em pústulas (pequenas bolhas cheias de pus), que provocavam coceira intensa e dor (FIOCRUZ, 2005, p.44-45).

Acredita-se que o primeiro surto de varíola no Brasil tenha ocorrido “na Ilha de Itaparica, na Bahia, disseminando-se para Salvador e causando grande número de casos e óbitos, principalmente entre os indígenas” (SCHATZMAYR, 2001, p.1526). Cascudo corrobora a letalidade da varíola para o Rio Grande do Norte, principalmente entre os indígenas, afirmando que “A varíola devorou o indígena na mais ampla porcentagem dos males” (CASCUDO, 1984, p.275). Rocha Pombo, por sua vez, tratando do Rio Grande do Norte oitocentista, descreve que a varíola foi o terrível mal que perseguiu muitos pontos da província com maior frequência (ROCHA POMBO, 1922, p.368). Ainda na primeira metade do século XIX, em 7 de setembro de 1838, o vice-presidente de província João Valentino Dantas Pinajé relata que “a peste das bexigas costuma de quando em quando visitar nossa Província, e por cada vez condenar [sic] a morte centenaes [sic] de vidas” (PINAJÉ apud DIAS, 2018, p.9). Por sua vez, “Em 1872, no relatório do Dr. Henrique Câmara, Inspetor da Saúde, dizia-se que a Varíola assaltara novamente a província. Em Natal adoeceram mais de quinhentas pessoas” (CASCUDO, 1984, p.279). Cascudo aponta ainda que a “peste das bexigas” prolongou-se até início do século XX, observando-se, entre os anos de 1904 e 1905, “[...] cenas dolorosas da epidemia variolosa. Ruas e ruas despovoadas, doentes em abandono, fome, o Governo em pleno combate desvairado contra dois inimigos clássicos, varíola e seca” (CASCUDO, 1984, p.280). Nesse período



do, com a cidade repleta de sertanejos fugidos da seca, morriam, entre estes, cerca de vinte por dia (CASCUDO apud MEDEIROS, 2006, p.12).

A febre amarela também deixou marcas profundas no Rio Grande do Norte oitocentista. Segundo Rocha Pombo, a febre amarela – que tinha feito a sua primeira aparição na Bahia e em Pernambuco entre 1686 e 1692 – visitou pela primeira vez o Rio Grande do Norte em 1850, concentrando-se nas zonas marítimas e impondo seu maior tributo a Natal e S. José, onde registrou mais de duzentas vítimas (ROCHA POMBO, 1922, p.368). A febre amarela é uma doença infecciosa causada também por um vírus, sendo este do gênero *Flavivirus febricis* da família *Flaviviridae*. Em sua forma silvestre, o vírus hospeda-se em primatas e sua transmissão se dá por meio de mosquitos. A forma urbana da febre amarela é transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* ao picar uma pessoa infectada com o vírus e, em seguida, uma pessoa saudável. O vírus é passado das glândulas salivares da fêmea do mosquito para os vasos linfáticos de um humano, caindo, em seguida, na corrente sanguínea e infectando células do fígado, rins, coração, pulmões, mucosas do sistema digestivo e até do cérebro. A pele e os olhos do doente adquirem um tom amarelado próprio da icterícia, daí o nome febre amarela.

O impacto ocasionado pela febre amarela – assim como por outras epidemias, como a varíola e a cólera, no mesmo período – foi tão grande que gerou uma abertura e incentivo do governo imperial para a implantação de políticas destinadas à melhoria da saúde pública no Brasil (WITTER apud DIAS, 2018, p.7). Uma vez que as condições de saúde do Rio Grande do Norte não eram diferentes das demais províncias brasileiras, caracterizando-se por um estado de salubridade precário, condições sanitárias irregulares e ausência de profissionais da saúde que atendessem principalmente as pessoas mais pobres, isso facilitava a propagação de doenças infecciosas (ARAÚJO & MACEDO apud DIAS, 2018, p.11), como era o caso da febre amarela.

No ano de 1856, uma nova doença se instalou sobre o Rio Grande do Norte. Dessa vez foi a cólera (ou cólera-morbo) que atingiu a pro-



víncia, sendo relatada pelo presidente provincial Antônio Bernardo de Passos (DIAS, 2018, p.12). Segundo Cascudo:

Em 1856 visitou-nos a Cólera Morbo. Natal possuía um médico e uma Botica. O presidente Antônio Bernardo de Passos criou dívidas perpétuas para a gratidão da província. Foi incomparável de atividade, iniciativa, energia. Morreram 2.563 pessoas. A cifra não está completa, informava o presidente Passos (CASCUDO, 1984, p.278).

Em razão do número de vítimas, acredita-se que a cólera tenha sido a epidemia que mais se destacou na província do Rio Grande do Norte durante a segunda metade do século XIX (MEDEIROS, 2006, p.15). No ano de 1857 a doença apresentou um avanço significativo, atingindo os municípios de Nova Cruz, Extremoz, Acari, Touros, Papari e Vila Flor até cessar seus estragos em 1858 (CASCUDO, 1984, p.278). No entanto, a doença retornou na segunda metade do ano de 1862. No ano seguinte, em outubro de 1863, o então presidente de província Olinto José Meira registrava que “O Cólera Morbo, a Variola e a Febre Amarela encarregaram-se de fazer estragos em diferentes localidades, n’algumas [sic] das quais o último daqueles flagelos tem-se demorado até esta data, e parece haver-se tornado endêmico” (MEIRA apud CASCUDO, 1984, p.279).

A cólera é uma doença infectocontagiosa aguda que afeta o intestino delgado dos humanos, provocando diarreia volumosa, acompanhada de vômitos. A causa dessa doença está em uma enterotoxina produzida pela bactéria *Vibrio cholerae*. A transmissão se dá de forma fecal-oral, por meio da água e de alimentos contaminados pelas fezes ou pela manipulação de alimentos por pessoas infectadas. Epidemias de cólera são comuns em regiões de acampamentos e aglomeração humana, onde as condições de higiene e saneamento básico são precárias ou inexistentes. No Rio Grande do Norte oitocentista, o mau estado de salubridade era potencializado pela atuação de poucos pro-



fissionais de saúde na província, assim como pela existência de mata-douros públicos, enterros de cadáveres nas igrejas, águas poluídas, ruas sem calçamento, falta de saneamento básico, habitações inadequadas, entre outros exemplos de lugares insalubres, citados nos relatórios dos presidentes de província, que favoreciam o aparecimento e a proliferação de doenças (DIAS, 2018, p.9-11). Diante dessa realidade, não restam dúvidas de que as epidemias foram o principal vetor de mudança, na proporção que causaram um estado de caos na província, despertando, assim, o interesse das autoridades na busca de soluções emergenciais que viessem a sanar, ou pelo menos, dirimir os problemas sanitários e de salubridade (MEDEIROS, 2006, p.35).

No caso da cólera, a principal medida preventiva era a quarentena (ARAÚJO, 1997, p.130), denominação atribuída aos locais destinados ao isolamento dos doentes com o intuito de impedir que as doenças se espalhassem entre a população (ROSEN apud DIAS, 2018, p.10). Além disso, eram frequentes os casos de interrupção das atividades no exercício do Poder Público e no cotidiano da população quando um surto epidêmico se instalava numa determinada região (ARAÚJO, 1997, p.129).

A palavra *quarentena* deriva da palavra *quadragesima* e do italiano *quaranta*, atribuída ao período de quarenta dias de isolamento de passageiros e cargas em navios, imposto por autoridades de um porto caso suspeitassem que houvesse portadores de infecção entre os passageiros ou tripulantes, obrigados à incomunicabilidade a bordo dos navios ou em um lazareto de um navio, [sendo] condicionados a permanecerem sem atracar (SANTOS & NASCIMENTO, 2014, p.175).

Os “lazaretos” eram instituições voltadas ao recolhimento e isolamento de pessoas infectadas principalmente pela varíola, mas isso não impedia que pessoas acometidas por outras doenças também fossem colocadas nestes locais. Câmara Cascudo descreve os lazaretos do Rio Grande do Norte como



[...] barracões de palha, erguidos às pressas nos lugares onde a varíola se instalara. Os variolosos ficavam nas esteiras de palha de piripiri. Para acolhê-los convenientemente o presidente Francisco de Gouveia Cunha Barreto começou o “Lazareto da Piedade” na estrada velha de Guarapes. Em Natal fizeram três barracões. Um dêsses [sic] foi financiado pelo inglês Francis Artur Bowen, em dezembro de 1882. O Lazareto da Piedade, de remodelação em remodelação, chegou aos nossos dias. É o Hospital de Alienados, no Alecrim (CASCUDO, 1984, p.279).

Assim, percebemos que “Havia uma grande resistência contra a adoção do isolamento, também conhecido como quarentena, como maneira de prevenir uma possível transmissão pelo contágio” (MEDEIROS, 2006, p.23). Uma das razões dessa resistência estava no fato de a medicina social do período caracterizar-se por uma forma de controle constante, por uma vigilância contínua sobre o espaço e o tempo sociais, sendo, a luta contra as epidemias, pautada pelo comando político e não médico (MACHADO apud ARAÚJO, 1997, p.128). Algumas pessoas defendiam que

[...] as medidas de quarentenas e cordões de isolamentos [eram] ineficazes, mas o verdadeiro motivo para o descontentamento era o medo de que o isolamento da população prejudicasse o desenvolvimento do comércio, que dependia intensamente da mobilidade populacional entre regiões; dessa forma, lutavam pela liberdade do indivíduo e do comércio (ALCKERKNECHT, 1948; ALMEIDA, 2011 apud DIAS, 2016, p.39).

Observamos, portanto, que a preocupação das instituições políticas regulamentadoras da salubridade “[...] não era devolver a saúde aos indivíduos, mas sim a saúde às cidades, isto é, à ordem urbana, por meio do enquadramento social e controle da população, inclusive modificando seus usos e costumes ‘comprometedores’” (ARAÚJO, 1997, p.134). Nesse enquadramento e controle social estavam incluídos prin-



principalmente a população pobre e os seviciados pelas secas que procuravam asilo nas regiões litorâneas e nas capitais. No entanto, segundo depoimento de Henrique Castriciano, parece ter sido exatamente essas pessoas que mais contribuíram para a poesia de Auta de Souza, pois foi “no campo, onde [a poetisa] passou o melhor tempo da atormentada existência, a paisagem triste do sertão nos longos meses de seca, a compaixão pelos humildes, cuja miséria tanto a comovia” (SOUZA, 2009, p.33), compuseram o espaço vivenciado por Auta de Souza ao longo de seus deslocamentos.

Nesse cenário de miséria, seca e epidemias, um ponto importante a ser destacado é a grande mortalidade infantil existente no período. Esse aspecto foi registrado pelo presidente de província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves em relatório acerca do ano de 1858, no qual apontou que “[...] foram sepultados no cemitério público da capital 160 cadáveres, sendo 87 do sexo masculino e 73 do feminino, 153 livres e 7 escravos. Dos 160 cadáveres é singular que 89 [...] fossem de meninos menores de 7 anos!” (GONÇALVES apud MEDEIROS, 2006, p.16).

Fatores como o organismo ainda em processo de desenvolvimento, o sistema imunológico pouco apurado e a falta de uma alimentação regular das crianças somavam-se ao contexto de um enorme contingente populacional fugitivo das secas que superlotavam as cidades, de proliferação das doenças epidêmicas que assolavam o estado frequentemente, de problemas urbanos e sanitários que só foram ser modificados após a situação do estado chegar a níveis alarmantes e de falta de alimentos e água, resultando em um aumento da mortalidade a níveis drásticos (DIAS, 2018, p.7). Assim, os registros paroquiais de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, nos dão uma ideia de como os períodos de seca eram dramáticos nesse sentido:



Tabela 1: óbitos por ano em Natal entre 1870 e 1878

Ano	Valor absoluto	%
1870	112	6,31
1871	76	4,28
1872	102	5,74
1873	43	2,42
1874	128	7,21
1875	132	7,43
1876	139	7,83
1877	189	10,64
1878	855	48,14
Total	1.776	100%

Fonte: registros paroquiais de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (Natal), disponível na Cúria Metropolitana de Natal (DIAS, 2019, p.9).

A tabela acima – desenvolvida e apresentada pela historiadora Dayane Júlia Carvalho Dias em seu trabalho *Secas e epidemias: o contexto da mortalidade em Natal e Fortaleza (1870-1878)* – apresenta os óbitos registrados pela paróquia da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, entre os anos de 1870 e 1878. Do total de 1.776, chama a atenção o fato de os dois últimos anos, 1877 e 1878, concentrarem 1.044 óbitos (58,78%). Nesse período o estado do Rio Grande do Norte vivia a grande seca de 1877, assim podemos compreender a significativa elevação da quantidade de óbitos no período.

Observamos, portanto, que o contexto vivenciado por Auta de Souza foi marcado pela grande seca de 1877, além de uma série de epidemias que, se não surgiram a partir da seca, tiveram sua proliferação intensificada por esta, encontrando também um ambiente propício diante das precárias condições de saúde e de salubridade existentes no estado do Rio Grande do Norte. Diante dessas informações, não nos parece estranho o fato de as poesias de Auta de Souza apresentarem a morte como uma das temáticas mais constantes. Procuramos, neste trabalho, explorar o contexto histórico vivenciado por Auta de Souza



como um meio de ampliar as possibilidades de leitura da obra da poetisa, assim como procurando ampliar o arcabouço de documentos que podem ser utilizados como fontes históricas acerca do estado do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, mais uma vez a literatura se mostra como uma importante fonte ao estudo e à escrita da História. Dessa forma, esperamos haver ampliado um pouco mais as imagens acerca dos espaços vistos, vividos e poetizados por Auta de Souza em meio à “paisagem triste do sertão nos longos meses de seca” nos “diversos lugares em que estive em busca de melhoras aos padecimentos físicos”, como descrito por Henrique Castriciano em sua *Nota à 2ª edição do Horto* (SOUZA, 2009, p.33).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALPINO, Tais Ariza et al. Desastres relacionados à seca e saúde coletiva: uma revisão da literatura científica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.21, n.3, p.809-820, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232015213.21392015>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

ARAÚJO, Maria de Fátima S. Espaço urbano e medicina social no Nordeste do século XIX. **Revista de Ciências Sociais, Política & Trabalho**, [S.l.], v.13, p.117-143, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6398>. Acesso em: 5 jun. 2021.

CASCUDO, Luís da C. **História do Rio Grande do Norte**. Natal, RN / Rio de Janeiro, RJ: Fundação José Augusto / Achiamé, 1984.

_____. **Vida breve de Auta de Souza: 1876-1901**. Natal, RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 2008. 196 p. (Coleção Câmara Cascudo: Memória e Biografias)

DIAS, Dayane J. C. **O comportamento da mortalidade no Rio Grande do Norte entre 1801 e 1870**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Exatas e da Terra. Programa de Pós-Graduação em Demografia. 2016, 124 f.

_____. **Relatórios dos Presidentes de Província - possibilidades para o estudo de saúde e da mortalidade no Rio Grande do Norte (1835 a 1889)**. Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, p.1-15, 2018.



_____. **Secas e epidemias: o contexto da mortalidade em Natal e Fortaleza (1870-1878)**. Anais do IX Seminário Nacional do Centro de Memória - UNICAMP, 2019. Disponível em: <https://www.ixseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/8/1565381368_ARQUIVO_TrabalhocompletoCMU-Dayane-Anais.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

FIOCRUZ. Fio da História: os últimos dias da varíola. **Revista de Manguinhos**, n.8, p.44-45, out. 2005. Disponível em: <<https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/revistaManguinhos/RevistadeManguinhos08.pdf>>. Acesso em: 5 jun. 2021.

GOMES, Ana L. F. **Auta de Souza**: a noiva do verso. Natal, RN: EDUFRRN, 2013. 382 p.

GAZÊTA, Arlene A. B. **Dossiê História & Saúde**: com a varíola, nasce a saúde pública. 2014. Disponível em: <<http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/dossie-historia-saude-com-a-variola-nasce-a-saude-publica/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

HIJJAR, Miguel Aiub. Tuberculose. **Jornal de Pneumologia** [online], v.25, n.5, pp.265-266, set.-out. 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-35861999000500008>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

MACIEL, Marina de S. et al. A história da tuberculose no Brasil: os muitos tons (de cinza) da miséria. **Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica**, v.10, n.3, p.226-30, 2012. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2012/v10n3/a2886.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

MEDEIROS, Leonardo Câmara de. **Epidemias e práticas de saúde pública no Rio Grande do Norte (1850-1890)**. Monografia (graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Departamento de História, 2006. Disponível em: <<http://177.20.146.152/handle/123456789/487?mode=full>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

MONTEIRO, Denise M. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. 4.ed. Natal, RN: Flor do Sal, 2015.

ROCHA POMBO, José F. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro, RJ: Anuario do Brasil, 1922.

ROSEMBERG, José. Tuberculose - Aspectos históricos, realidades, seu romantismo e transculturação. **Boletim de Pneumologia Sanitária**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.5-29, dez. 1999. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-460X1999000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 jun. 2021.

SANTOS, Darliana P. dos [et al]. Resistência aos fármacos de primeira escolha utilizados no tratamento da tuberculose pulmonar por *Mycobacterium tuberculosis*. **Revista de Saúde**, v.3, n.1, pp.13-25, 27 set. 2016. Disponível em: <<http://>



editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RS/article/view/76>. Acesso em: 3 jun. 2021.

SCHATZMAYR, Hermann G.. A varíola, uma antiga inimiga. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ, vol.17, n.6, nov-dez, 2001, p. 1525-1530. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csp/2001.v17n6/1525-1530/>>. Acesso em: 4 jun. 2021.

SOUZA, Auta de. **Horto, outros poemas e ressonâncias**: obras reunidas. Natal, RN: EDUFRN - Editora da UFRN, 2009. 276 p.

SOUZA, Eloy de. **Memórias**. 2.ed. Organização, notas e índice onomástico de Rejane Cardoso. Macaíba, RN / Brasília, DF: Instituto Pró-Memória / Senado Federal, 2008.



MEDICINAS E DOENÇAS NOS SERTÕES: UMA ANÁLISE DAS PLANTAS MEDICINAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

 Rodrigo Perles Dantas¹

INTRODUÇÃO

Como parte de uma pesquisa de mestrado que estamos realizando na área de História das Ciências da Saúde, esta proposta tem como objetivo analisar a medicina colonial e o uso de plantas curativas pela população da América portuguesa no século XVI. Assim como todo conceito, o de “sertão” também é histórico, passando por modificações ao longo do tempo e variando de acordo com o contexto em que está inserido. Porém, o que movimenta nosso estudo é a busca, presente na documentação da época, de uma interiorização cada vez mais profunda da colonização lusa em terras do denominado “Novo Mundo” e todo um arcabouço de fontes produzidas sobre as entranhas deste território. Nestas, acaba sempre ocupando um papel de destaque uma botânica de uso terapêutico, encontradas em meio à grande biodiversidade local.

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestrando na área de História, Cultura e Narrativas na mesma instituição e buscando o aperfeiçoamento na temática de História das Ciências da Saúde, com foco na pesquisa sobre plantas medicinais na América Portuguesa nos séculos XVI e XVII.



Justamente por conta da pluralidade da biota *brasílica*, processou-se, como fruto dos primeiros contatos dos europeus com o litoral americano, uma grande idealização desta natureza, radicalmente diversa daquilo que possuíam até então em seu repertório de conhecimento. Isso os motivou a narrarem, a partir de crônicas, cartas e relatos de viagens, as “maravilhas” presentes no território e o usufruto (ora econômico, ora estratégico) que poderiam advir de uma possível exploração. São estes documentos que utilizamos como fontes de pesquisa. Nestes, além do já descrito enaltecimento das terras americanas, também levou os colonizadores a aprofundarem a investigação da localidade ao longo dos séculos, descrevendo os potenciais elementos curadores presentes nos biomas do atual território brasileiro (SEIXAS, 2003, p. 33-35).

Fruto do milenar arcabouço de conhecimento dos povos originais, as plantas medicinais que se proliferavam nos sertões da “terra do pau-brasil”, passaram a figurar nas narrativas coloniais. Precisamos destacar este protagonismo na criação de saberes sobre os recursos naturais da América portuguesa, já que, por conta dos processos colonialistas, este saber foi apropriado pelos europeus e seus descendentes, passando a atender seus interesses comerciais ou exploratórios (EDLER, 2013, p. 104).

Desta forma, por conta do contato prolongado com a natureza local, as etnias ameríndias encontraram em meio às matas a cura para diversos de seus males. A partir das Grandes Navegações e ao contato com os europeus, processou-se uma intensa circulação destes saberes, seja entre os continentes ou então internamente na própria América, constituindo-se este último caso como nosso principal foco de análise.

Desde os estudos mais tradicionais acerca da História do Brasil, a colonização deste território foi, em grande medida, pensada a partir do interesse português². Por meio de pesquisas mais recentes, porém, per-

² Desta maneira, a História do Brasil foi pensada apenas em função da Europa. Foi dado grande enfoque nos ciclos econômicos que, de alguma maneira, beneficiavam a Europa com produtos tropicais e metais preciosos. Mais recentemente, a historiografia vem chamando a atenção para o estudo da dinâmica interna da própria colo-



cebemos uma maior busca por entender nossa história através de uma lógica interna. Desta forma, a interiorização da colonização, as trocas de conhecimentos sobre a biota local e o uso e circulação de plantas medicinais precisa passar por esta revisão de cunho historiográfico, abrindo espaço para a análise da colônia lusa em si.

Devido a um cotidiano vivido em grande parte dos casos em meio às matas fechadas ou então na área rural, já podemos imaginar os perigos a que a população da América portuguesa estava sujeita³. Cortes, quedas, possibilidade de esbarrar em espinhos, envenenamentos por plantas ou picadas de animais, diarreias, vômitos, vírus, bactérias ou infecções por outros micro-organismos fazia parte da realidade de então.

Felizmente, a resposta para muitos destes problemas estava na própria natureza, fruto do saber local dos povos indígenas, que acabaram sendo apropriados pelo restante da população colonial. Dessa forma, cicatrizantes, purgantes, remédios para cortar “câmaras de sangue”⁴, antídotos e contravenenos foram elencados nas fontes do século XVI e utilizados em caso de necessidade. Com o tempo, passaram a formar um mercado interno que, para além de gêneros alimentícios, também movimentavam estes elementos de cunho médico presentes na biota local, sendo vendidos nas boticas ou em praças públicas a fim de aliviar os sofrimentos inerentes aos seres humanos (EDLER, 2006, p. 67).

nização, como a formação de um mercado interno ou, como no caso deste texto, a forma como as pessoas preveniam e curavam suas doenças na América portuguesa. Esta apresentou-se como uma medicina, em grande medida, pautada no uso de plantas locais de conhecimento indígena (ANDRADE, 2014, p. 1-2).

³ Ao longo deste trabalho, quando falamos em população colonial, estamos nos referindo a todos os grupos que compuseram a sociedade colonial no século XVI, portanto: povos originais, europeus, africanos e seus descendentes.

⁴ As câmaras de sangue foram muito citadas nas fontes do século XVI. Causadas especialmente por infecções de micro-organismos, era responsável por gerar secreções (fezes) sanguinolentas, causando grandes preocupações e, por vezes, a morte (GURGEL, 2009, p. 69).



CIÊNCIAS E SAÚDE NOS SERTÕES: O CASO DAS PLANTAS MEDICINAIS NA AMÉRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

As doenças, sejam elas autoimunes ou então causadas por agentes externos, como vírus, bactérias, protozoários ou outros parasitas, acompanham a existência humana desde os primórdios. Dessa forma, interpretando-as por meio de um viés ao mesmo tempo naturalístico e religioso, foi na própria natureza que as diversas sociedades organizadas ao longo da história encontraram substâncias capazes de amenizarem as dores delas decorrentes ou, possivelmente, atingir a cura (COMPANY, 2006, p. 13).

Não foi diferente entre os povos ameríndios que, vivendo por milênios em meio aos biomas do atual território brasileiro, foi-lhes possibilitado a construção de um grande arcabouço de saber sobre as matas e suas propriedades terapêuticas. Devido à grande biodiversidade encontrada, por exemplo, na Floresta Amazônia, Mata Atlântica ou Cerrado, diversos elementos da fauna e flora locais puderam ser tesados e, por meio da experiência empírica, aplicados interna ou externamente ao corpo a fim de viabilizar a cura do moribundo ou enfermo (CARNEIRO, 2011, p. 14 e 21).

Dentro desta vasta gama de uso medicinal, destacaram-se, talvez como mais legítimo recurso terapêutico, as plantas. Estas, por sua vez, podem abrigar muitos componentes em suas estruturas, como cascas, raízes e folhas que podem auxiliar no tratamento de enfermidades diversas, sem contar àquelas com efeitos anestésicos e cicatrizantes, funcionando como bloqueadoras da sensação de dor e potencializando a epitelização no caso de ferimentos expostos (GURGEL, 2009, p. 170).

Por serem ágrafos, os primeiros relatos escritos que temos acerca do uso destas substâncias por parte da população indígena foi feita pelos colonizadores europeus, especialmente portugueses, franceses, alemães e holandeses durante os primeiros séculos de ocupação da região. Esta documentação, mesmo que vasta ou escrita por interesses diversos, busca, de maneira geral, retratar o “novo” que se lhes apresentava aos olhos.



Por meio de autores que trataram da alteridade, podemos analisar estas fontes, sobretudo, através do viés da semelhança e diferença com o “nosso” que se faz presente nestas narrativas (HARTOG, 1999, p. 231 e 259).

Dos elementos de destaque, a natureza e os povos indígenas ocupam um lugar de destaque como parte da “curiosidade” europeia neste momento de “interligação do mundo”. Desta forma, ao refletirem uma visão que a crítica recente denomina de “eurocentrismo”, devem ser analisadas com certa cautela, mas ainda assim acabam sendo preciosas fontes de informação para os historiadores atuais.

Nesta documentação, podemos perceber, para além de toda a reflexão teológica sobre este “encontro” com “o novo” e a busca por explicá-los, também houve uma incessante necessidade de refletir a respeito desta paisagem e seus habitantes por meio do viés naturalístico. O conhecimento sobre a natureza de então estava condensado nos estudos de Filosofia Natural⁵ que, conforme podemos perceber por meio das fontes e da historiografia a respeito deste período, sofreu grande abalo com as “descobertas” advindas das explorações marítimas do século XVI (GRANT, 2009, p. 19-20).

Até então, muito da explicação do mundo estava baseado na “autoridade dos autores Antigos”, sendo reformulados e adaptados ao passar pelo crivo da Igreja durante o período medieval. É com as Grandes Navegações e, especialmente com a chegada ao continente americano, desconhecido pelos pensadores da Antiguidade, que este campo de saber passará por diversas transformações de paradigma ao colocar em xeque a primazia do conhecimento Antigo. Isso se deu, especialmente pela valorização do empirismo e da experiência direta do observador

⁵ A Filosofia Natural era o paradigma de análise da natureza presente nas fontes do século XVI. Nascida na Grécia Antiga, buscava explicar de maneira naturalística e livre da influência dos mitos os fenômenos naturais, os animais, plantas e minerais. Foi apropriada e adaptada por romanos, bizantinos e árabes, “retornando” ao Ocidente durante o período de expansão religiosa, comercial e militar da cristandade medieval a partir do século XI (GRANT, 2009, p. 19 e 176).



ao estudar a natureza, já que aquilo que se apresentava como “novo” precisava ser mais profundamente conhecido (GESTEIRA, 2004, p. 73).

Assim, para alguns autores, essa mudança nas bases do saber da Filosofia Natural e, conseqüentemente a chegada ao “Novo Mundo” somado ao saber ameríndio, foram fundamentais para o estágio conhecido como “Revolução Científica” a partir do século XVII, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento das ciências (MELO, 2013, p. 2). Entender todo este processo é fundamental para que possamos analisar melhor nossas fontes de pesquisa acerca deste tema e de sua tipologia.

Para além disso, foi esta curiosidade e anseio de saber que levou os colonizadores a aprofundarem suas idas aos sertões a fim de recolher informações sobre a flora local, dentro da qual sempre se destacaram aquelas de uso medicinal. Queremos enfatizar que, para além de uma importância externa, ou seja, a circulação destes espécimes pelo globo, houve grande interesse local e estratégico para o conhecimento e pesquisa sobre estas plantas.

Refletindo uma necessidade quase diária de tratar-se de dores ou enfermidades, esta botânica terapêutica teve importância ímpar para compreendermos o próprio processo colonial, já que, sem elas, a vida na colônia provavelmente seria dificultada ou mesmo, em alguns casos, impossibilitada. Seja por conta de doenças tropicais, às quais os europeus ainda não tiveram contato, ou então pelas doenças infectocontagiosas que trouxeram com as navegações, a população colonial em geral adoecia e precisava, para isso, de tratamentos (GURGEL, 2009, p. 170).

Por conta da impossibilidade de obter as “mezinhas” a que estavam acostumados no continente europeu, precisaram adaptar-se com as plantas que a natureza americana fornecia e que era conhecida pelos povos originais. Não é à toa que aqueles grupos que mais próximos estavam das etnias ameríndias foram os que mais se beneficiaram deste saber, como os jesuítas e os bandeirantes. Estes últimos, como sabemos, deixaram um rastro de sangue indígena por onde quer que passassem, além de serem responsáveis diretos por prisões e posterior escravização



destes grupos. Porém, devido ao contato pelo interior da colônia lusa, foram um dos agentes coloniais responsáveis por popularizar estas plantas com ação terapêutica, tanto que muitos medicamentos ficaram conhecidos como “remédios dos paulistas” (GURGEL, 2009, p. 149-150).

No caso dos jesuítas, que vieram para a América com o intento de converterem os povos locais para a fé cristã, a convivência com os indígenas tornou-se norma, conforme podemos perceber pelas cartas por eles escritas para trocar informações entre os próprios padres da companhia ou então com seus superiores de além-mar. Para atingir seus objetivos, construíam aldeamentos, nos quais “concentravam” os grupos ameríndios para a catequização. Com isso, ao mesmo tempo que levavam para eles as enfermidades europeias, da quais os americanos ainda não possuíam anticorpos para combatê-las, precisavam também lidar com esta situação de caos provocados nas aldeias (LEITE, 2011, p. 22-23 e 32).

Isso acontecia pelo fato de que, sem uma experiência imunológica prévia, as enfermidades do “Velho Mundo”, como gripes, sarampo ou varíola acabaram gerando uma grande mortalidade entre os grupos originais. Presentes nas aldeias, os missionários inicianos passaram a atuar de maneira mais enfática nas artes de cura do período. Seja por meio de suas enfermarias e boticas próximas aos colégios nas grandes cidades ou então agindo nos próprios aldeamentos no interior, para além de “médicos de almas”, os membros da Companhia de Jesus passaram a ser também “médicos de corpos”, atendendo, com o tempo, toda a população colonial que a eles recorressem (CALAINHO, 2005, p. 74).

Quanto aos medicamentos utilizados, faziam parte de seus repertórios terapêuticos muitas das plantas americanas. E, por mais que muitos dos rituais de cura dos povos indígenas fossem proibidos ou demonizados, não significa que desapareceram por completo. Muito pelo contrário, os padres precisaram adaptar-se a fim de chegarem até os povos indígenas, fazendo com que muito da tradição destes permanecesse viva no interior da estrutura colonial. A partir disso, podemos entender a medicina até mesmo como uma forma de resistência (ALGRANTI, 2013, p. 186).



Talvez o elemento que permaneceu com maior força, mantendo-se, em grande medida, até os dias atuais na ciência e na moderna indústria farmacêutica, foi esta flora de uso medicinal e o conhecimento ameríndio a ela inerente. Com destaque para o uso interno na própria América portuguesa, como mencionado anteriormente, elas acabaram sendo apropriadas para uso estratégico na própria colonização.

Pelos sertões afora da *Terra Brasilis*, os perigos de uma vida seja ela no meio rural, urbano ou convivendo em matas fechadas, era inerente ao cotidiano na colônia. Muitos são as categorias de medicamentos que poderiam ser extraídas a partir das plantas locais, mas, até mesmo pelos limites desta pesquisa, focaremos em alguns dos que mais chamaram a atenção no século XVI, caso dos cicatrizantes, purgantes e contravenenos.

Já podemos imaginar a importância que estes compostos tiveram no contexto aqui em análise, que justifica a intensa descrição desta biota americana que se apresentou como grande objeto de interesse pelos cronistas, copilando um saber ancestral sobre a natureza da região (CARDIM, 2015, p. 15 e 21; LÉRY, 1961, p. 104-137; SOUSA, 1971, p. 171-211; THEVET, 1978, p. 151; VICENTE DE SALVADOR, 1627, p. 8-10). Problemas como quedas, fraturas expostas, cortes ou outras situações que poderiam causar um rompimento do tecido epitelial apresentavam uma grande preocupação, já que um sangramento intenso poderia complicar a saúde do afetado. Por isso os cicatrizantes ganham amplo espaço nas narrativas destes atores coloniais, sendo um dos grupos da botânica medicinal que mais aparecem em todas elas.

Talvez aquela que chamou mais a atenção neste momento tenha sido a Copaíba (*Copaifera spp.*), árvore da qual se extrai, de suas entranhas, um óleo que auxilia no processo de epitelização. Um outro perigo iminente era, ao ter um ferimento exposto, a possibilidade de penetração de micro-organismos, a exemplo de bactérias, que, através da corrente sanguínea poderia causar algum tipo de infecção e, em alguns casos, evoluir para uma sepse com eminente perigo de morte (FILHO;



SANTOS, 2011, p. 6). Interessante que neste momento, séculos antes da teoria microbiana das doenças, isso foi relativamente percebido de maneira empírica como na narrativa do senhor de engenho Gabriel Soares de Sousa que, ao falar da planta acima mencionada nos diz que “se cria a carne até encourar, e não deixa criar nenhuma corrupção nem matéria” (SOUSA, 1971, p. 203).

Um outro grupo medicinal que chama a atenção nas descrições de então sobre a natureza americana são os purgantes. Geralmente trabalhados em conjunto com os vomitivos e antídotos, possuíam um uso estratégico tanto na medicina indígena quanto europeia, de base Hipocrático-Galênica⁶. Para além de expulsar algo “indesejado” do corpo ou reequilibrar os humores, percebemos nas fontes que diarreias, as já citadas “câmaras de sangue” ou então prisões de ventre poderiam ser muito comuns, seja na colônia ou então em qualquer comunidade humana ao longo da história, sendo tratadas com estes compostos (CARDIM, 2015, p. 21; MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 10-12).

Já no caso dos contravenenos, os cronistas destacam sobremaneira a quantidade de animais e plantas venenosas presentes nesta localidade a ponto do padre jesuíta português Fernão Cardim nos dizer que “parece que este clima influi peçonha” (CARDIM, 2015, p. 8). Portanto, conhecer os perigos das matas, sabendo separar aquilo que pode ser usado para alimentação daquilo que é venenoso foi fundamental neste contexto, contanto sempre com o saber indígena. Além disso, em caso de picadas/

⁶ Nascida na Antiguidade grega, teve como seus principais representantes Hipócrates e Galeno. Este paradigma médico sobreviveu por mais de 2000 anos e abarcou diversas culturas como cristãos, judeus, bizantinos e árabes. Basicamente compreendia a fisiologia corporal humana como composta por quatro humores (fluidos): sangue (quente e úmido), fleuma (frio e úmido), bÍlis amarela (quente e seco), bÍlis negra (frio e seco). A saúde dependia do perfeito equilíbrio entre estes elementos no corpo, sendo a doença causada pelo excesso, falta ou corrupção de um ou mais humores, que poderia ser causado pelo ar, alimentação ou hábito de vida. Quando aos purgantes, apresentavam-se como fundamentais nesta concepção de medicina, já que, em conjunto com os vomitivos, eram responsáveis por ajudar no equilíbrio humoral ao expurgar os maus humores ou aqueles que estivessem em excesso (MARTINS; SILVA; MUTARELLI, 2008, p. 10-12).



mordidas de animais venenosos, era sempre importante conhecer ou ter por perto algum antídoto para possibilitar a sobrevivência do afetado.

Por conta disso, muitos destes medicamentos ou, por vezes, as plantas em si passaram a ser objeto de interesse e cobiça a partir do século XVI, formando um mercado interno. Estes compostos medicinais poderiam ser comercializados em praças públicas ou então nas boticas, que se apresentavam como locais mais especializados para a produção e comércio deste material.

Elas se faziam presentes também nas chamadas “caixas de boticas”, uma espécie de maleta “portátil” nas quais uma infinidade de “mezinhas” eram guardadas ou transportadas. Estas, por sua vez, poderiam ser encontradas tanto nas câmaras municipais das cidades, a serem usadas em caso de emergência, ou então eram levadas para o interior nas expedições para os sertões (EDLER, 2006, p. 67-68). Ao penetrarem nas entranhas da América portuguesa, os perigos do cotidiano se multiplicavam, até mesmo por lidarem com o desconhecido. Portanto, ter sempre por perto medicamentos como estes eram fundamentais para a exploração do território. Este elemento constitui-se como muito importante para compreendermos os “sertões” e caravanas para o interior do continente.

CONCLUSÃO

Dessa forma, neste texto, buscamos trabalhar com o cotidiano colonial e a importância do conhecimento e uso das plantas medicinais encontradas nos “sertões” da América portuguesa ao longo deste processo. Acreditamos que esta pesquisa tem muito a contribuir nos estudos coloniais já que as doenças acompanham a existência humana desde os primórdios e, a partir disso, as comunidades ao longo da história buscaram na natureza possibilidades de curar-se destas enfermidades (CARNEIRO et al, 2014, p. 44-46).

Por conta da riqueza e grande diversidade da biota americana, somado ao milenar arcabouço de conhecimento dos povos originais,



muito pôde ser catalogado na documentação a partir do século XVI, que servem como preciosas fontes de análise para o historiador contemporâneo. Pensar a medicina colonial e o uso de plantas medicinais neste contexto, pressupõe sobremaneira a compreensão de uma lógica interna da colonização, já que estas tinham papel estratégico na sobrevivência, ganhando espaço nos mercados locais.

Porém, isso tudo não significa que esta botânica terapêutica tenha ficado restrita à América. Muito pelo contrário, já que, com o tempo, estes compostos medicinais ganham certa “fama”, alguns sendo tratados até mesmo como “milagrosos” e, a partir de então, já durante os Quinhentos, passam a circular por todo o mundo alcançado pelas Grandes Navegações. Com isso, podemos encontrar plantas da natureza local em pelo menos quatro continentes (GESTEIRA, 2004, p. 71-74).

Além disso, todo este espaço que se apresentava como “novo” aos olhos europeus, incitou a curiosidade dos mesmos que passam a penetrar cada vez mais no interior de suas colônias a fim de catalogarem o saber nativo sobre as matas e suas propriedades. A partir disso, estudiosos passam a se debruçar sobre o estudo destes vegetais, contribuindo sobremaneira para a expansão do conhecimento e o próprio desenvolvimento da ciência em si, já que a grande variedade da natureza americana, conforme nos demonstra Henrique Carneiro (2011) processou uma mudança de paradigmas no ramo dos estudos naturalísticos de então. A análise e experimentação passa a ser mais valorizada, colocando em xeque antigos dogmas, inclusive a própria concepção de medicina europeia⁷ (CARNEIRO, 2011, p. 15 e 23). Tudo isso foi movido pelo

⁷ Henrique Carneiro nos diz que a própria medicina indígena era mais efetiva do que a europeia, baseada em processos muito invasivos como incitação à purgas e vômito ou sangrias. Baseado nesta grande diversidade natural, os povos ameríndios tinham à sua disposição um grande conjunto de plantas medicinais que serão incorporadas no processo de colonização. a partir disso, seus benefícios serão divulgados pelo globo, sendo até atualmente muito utilizadas pela indústria farmacêutica (CARNEIRO, 2011, p. 22-23).



espírito da “Cultura do Renascimento” e desembocou na “Revolução Científica” dos séculos XVI e XVII.

Soma-se a isso o fato de que muitas das plantas que passaram a abastecer os mercados do mundo todo nesse momento são até hoje utilizadas pela indústria farmacêutica. Com isso, as plantas americanas e o saber ameríndio foram fundamentais para o atual desenvolvimento da ciência moderna e da farmacologia, substituindo modelos terapêuticos por vezes extremamente invasivos por outros mais eficazes.

FONTES

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2015.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Edusp, 1971.

THEVET, André. **As singularidades da França Antártica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

VICENTE DE SALVADOR. **História do Brasil**. 1627. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2148. Acesso em: 02/10/2020.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila Mezan. A arte de cozinha e as plantas do Brasil: séculos XVI – XIX. In: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulações de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013, p. 138-179.

ANDRADE, Magali Alves de. Dinâmica do mercado interno na América portuguesa. **Anais do VII Encontro de Pós-Graduação em História Econômica e 5º Conferência Internacional de História Econômica**. ABPHE: UFF, Rio de Janeiro, 2014.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil Colonial. **Tempo**, n. 19, p. 61-75, 2005.



CARNEIRO, Fernanda Melo. *et al.* Tendências dos estudos com plantas medicinais no Brasil. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 3, n. 2, p. 44-75, 2014.

CARNEIRO, Henrique. O saber fitoterápico indígena e os naturalistas europeus. **Fronteiras**, v. 13, n. 23, p. 13-32, 2011.

COMPANY, Zeli T. **Os salvadores das garras da morte: medicamentos populares, medicina humoral em Bom Jesus/RS (1898-1927)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas e Farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

_____, Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias portuguesas e europeias: séculos XVII-XVIII. In: KURY, Lorelai (org). **Usos e circulações de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2013, p. 94-137.

FILHO, Wellington Bernardelli Silva. Além do Paraíso: animais, insetos e peçonha na América portuguesa do século XVI. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH: São Paulo, 2011.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A cura do corpo e a conversão da alma: conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XVI e XVII. **Topoi**, v. 5, n. 8, p. 71-95, 2004.

GRANT, Edward. **História da filosofia natural: do mundo antigo ao século XIX**. São Paulo: Madras, 2009.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin. Índios, jesuítas e bandeirantes: medicina e doenças no Brasil dos séculos XVI e XVII. 2009. Tese (Doutorado em Clínica Médica) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Bruno Martins Boto. **Medicina de padre: estudo sobre os fundamentos culturais da medicina jesuítica no Brasil Colonial**. Fundação Biblioteca Nacional: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2011.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; SILVA, Paulo José Carvalho da; MUTARELLI, Sandra Regina Kuka. A teoria dos temperamentos: do corpus hippocraticum ao século XIX. **Memorandum**, n. 14, p. 9-24, 2008.

MELO, Ana Rita Peixoto Carvas Guedes Sousa. **História das drogas e doenças no Império Português (séculos XV-XVII)**. 2013. Dissertação (Mestrado em



Ciências Farmacêuticas) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013.

SEIXAS, Maria Lucília Barbosa. **A natureza brasileira nas fontes portuguesas do século XVI**: para uma tipologia das grandezas do Brasil. Viseu: Passagem Editores, 2003.



“CÍCERO DOIDO”: VISÕES SOBRE A LOUCURA NOS SERTÕES DE CAICÓ NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

 Sérgio Medeiros de Almeida¹

INTRODUÇÃO

Partiremos nosso estudo a partir do caso do Sr. Cícero Leandro da Silva, vulgarmente conhecido por “Cícero Doido”, natural da cidade de Caicó do estado do Rio Grande do Norte, nasceu por volta do ano de 1920 (o único documento dele é o seu atestado de óbito), um homem solteiro e analfabeto, filho de José Leandro da Silva e Dona Vicência Teodora do Nascimento; sem ter residência certa, ou seja, morador de rua naquela cidade. Em especial, iremos nos voltar para a análise do processo que foi instaurado contra o mesmo. O Processo de Medida de Segurança encontramos através de pesquisas realizadas no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no Fundo da Comarca de Caicó, na Caixa 230, de 1942, tratando o Cícero como um “deficiente mental”, natural de Caicó.

O saber e a prática sobre a loucura no Brasil fora do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, será um pouco tardio, sobretudo no que diz respeito as construções de hospitais e de um saber entendido como legítimo

¹ Aluno do Programa de Mestrando em História Social pela Universidade Federal do Ceará.



para o diagnóstico do que chamavam de ‘doente mental’. Neste sentido, é de fundamental importância ressaltar o papel imprescindível que as Casas de Caridade, ou Santas Casas, (ou ainda casas de misericórdia), desde o início do período colonial, tiveram no acolhimento das pessoas com agravos à saúde ou com alguma queixa social. Em 1841, tem a criação, no Rio de Janeiro, do Hospício Pedro II, posteriormente denominado Hospício Nacional de Alienados, que somente foi inaugurado em 1852, como sendo a primeira instituição específica e especializada para o tratamento da loucura em território brasileiro (MACHADO, 1978).

Há, no século XIX, uma busca de se explicar a loucura pelo método do discurso científico, sobretudo o discurso médico, onde fazia as prescrições de que tipos de tratamentos deveriam ser feitos com aquelas pessoas que fugissem da “norma” social, os primeiros tratamentos que eram de preferência dos médicos eram a viagem, o repouso, o passeio, o retiro, o corte com o mundo vã e artificial da cidade, (MACHADO, 2009) e posteriormente, no início do XX há uma ampliação dessa discussão com o surgimento da psiquiatria, onde se começa a prática do internamento que começa a pensar a loucura como uma desordem no agir, no querer e controle das paixões e tomada de decisões desses indivíduos que não se enquadrasse nas normas sociais vigentes da época.

É justamente nesse ponto, que o caso do Cícero será analisado, pois mesmo com todas as mudanças ocorridas em várias partes do mundo e do Brasil, em relação ao modo de tratar e cuidar daquelas pessoas tidas como loucas, a cidade de Caicó, nos idos da década de 1940, ainda permanecia deixando essas pessoas soltas pelas ruas da cidade.

O processo abarca o período de 1942-1947, desde o momento em que o acusado foi denunciado, processado, julgado e cumpriu a pena. Como veremos mais adiante, nos autos de seu julgamento consta que o Cícero havia sido denunciado por andar pelo centro da cidade de Caicó falando palavras de baixo calão e perturbando o sossego de algumas pessoas e ao final ele recebeu uma sentença para ser internado no Hospital dos Alienados de Natal, onde lá permaneceu por alguns anos.



No ano de 1942 foi aberto um processo de medida de segurança, para que o mesmo fosse investigado e julgado, após ser denunciado por perturbar a moral e bons costumes das famílias que residiam no espaço urbano do centro de Caicó. Sendo assim, trabalharemos com as representações e práticas sobre a loucura em Caicó. O processo pode trazer à lume o que se compreendia e o que se veiculava sobre a o louco e a loucura não apenas nos espaços sociais, mas no saber médico em Caicó, e mesmo no Brasil, da primeira metade do século XX.

O PROCESSO DE MEDIDA DE SEGURANÇA DE CÍCERO DOIDO (1942-1947)

No dia 5 de agosto de 1942, Cícero Leandro da Silva, “vulgo Cícero doido” foi autuado, na Delegacia de Polícia de Caicó, por violar, conforme os autos, o artigo 61 do decreto de lei nº3.688 de 2 de outubro de 1941. De acordo com o texto legal, Cícero foi acusado de “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor” (CAICÓ, 1942, p. 2). A descrição feita pelo delegado, Rafael Afonso de Oliveira, seguiu a mesma definição apresentada na lei, posto que o relato apontava que Cícero vivia “perambulando pela cidade, importunando os transeuntes, com palavras e gestos imorais, altamente ofensivos ao pudor” (CAICÓ, 1942, p. 2).

No entanto, importa ressaltar que essa referência foi acrescida de outras duas expressões para caracterizar Cícero, quais sejam os de “pessoa irresponsável e contraventor”. A questão não parecia se resguardar necessariamente numa questão jurídica, Cícero, ao receber o epíteto de ‘doido’ já estava condenado a ficar à parte da sociedade, por não se encaixar nos moldes esperados para o convívio social. Por tal razão, o processo correu com certa celeridade. A denúncia foi feita dia 5 de agosto e logo depois um inquérito policial, onde o senhor Cícero Leandro da Silva, mais conhecido por Cícero Doido, foi chamado para comparecer a Delegacia de Polícia de Caicó, onde foi instaurado um processo de Medida de Segurança no dia 11 do mesmo mês de agosto de 1942.



Apesar de relativamente recente, posto que promulgado no ano anterior ao inquérito, o artigo que tratava da importunação foi citado corretamente. O código anterior, promulgado sob as mudanças advindas com a implantação da República no Brasil, em 1890, não tratava diretamente a questão, deixando em aberto as atitudes a tomar em casos de importunação. No decreto nº 847, de 11 de outubro, em seu título III, o qual versava acerca da responsabilidade criminal, mais especificamente das causas que dirimiam a criminalidade e justificavam os crimes, os artigos apontavam:

Art 27. Não são criminosos:

§3. os que, por imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação;

Art 29. “Os individuos isentos de culpabilidade em resultado de affecção mental serão entregues a suas familias, ou recolhidos a hospitaes de alineados, si o seu estado mental assim exigir para segurança do publico”.

Mais adiante, no capítulo IV, foram consideradas, no artigo 378, ‘contravenções de perigo comum’, sendo prevista uma pena em multa, “deixar vagar loucos confiados à sua guarda, ou, quando evadidos de seu poder, não avisar a autoridade competente, para os fazer recolher” e “receber em casa particular, sem aviso prévio à autoridade, ou sem autorização legal, pessoas affectadas de alienação mental”. Dessa forma, os chamados loucos, sendo considerados inimputáveis por esse código, não tinham culpabilidade imputadas nas suas ações.

A mudança na maneira de lidar com o louco, e mesmo definir a loucura, foi fruto da busca por um ideal de progresso e de ordem trazidos pelo positivismo sobre o direito penal. Este seria pautado na periculosidade, e não na culpabilidade. Na análise de Paulo Vasconcelos Jacobina (2004, p. 72), o Direito Penal se voltou a “prevenção de crimes futuros e inevitáveis, a serem cometidos por esse sujeito irremediavelmente mau contra os demais sujeitos irremediavelmente bons, a quem



competete proteger para zelar por uma evolução adequada da sociedade” (GOMES, 1940 *apud* 1994, p. 28-29).

De seu lado, e ainda no mesmo ano da publicação do código legal de 1940, o professor Hélio Gomes, no seu livro *Noções de higiene* (1940), considerou os danos causados pela doença e seguiu enumerando, por exemplo, a possibilidade de multiplicação da doença, que geraria um dano higiênico, ou a redução da capacidade de trabalho do doente e o aumento das despesas com a profilaxia e o tratamento, um dano econômico, ou a diminuição da resistência biológica do doente, dano eugênico; atrofia de alguns sentimentos sociais pela doença, um dano social; e a tristeza, contrariedade, pessimismo, falta de fé – consequências da doença, um dano moral. Assim, “cada mal se entrosa com os demais, formando um todo: dano para o homem, isto é, dano geral para a sociedade”.

Era preciso, na perspectiva de Hélio Gomes, que representa bem a visão higienista do século XX, regerar os indivíduos de maneira a contribuir para o bem social. O direito foi, então, o recurso para pensar o lugar e a condição dos doentes, sobretudo os chamados doentes mentais. Maria Fernanda T. Peres e Antônio Nery Filho (2002, p. 343), em artigo intitulado *A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança*, apontaram que “a doença mental nesse novo código - compreendida não mais apenas como uma lesão do entendimento - não é determinante absoluta da inimputabilidade”. Nesse novo código, de 1940, ainda segundo os autores, para a determinação da imputabilidade do criminoso, estavam previstas apenas as ‘causas biológicas’, que poderiam “suprimir a capacidade de entendimento e determinação”. Assim, os entendidos como doentes mentais, embora não pudessem ser culpabilizados criminalmente, poderiam ser responsabilizados penalmente.

Essa estratégia era decorrente de um processo de organização e disciplinarização dos corpos a fim de servirem a um projeto higienista que marcou as primeiras décadas do século XX. Para o caso dos doentes



mentais, a medida de segurança foi o recurso utilizado para permitir o direito penal atuar na disciplinarização de seus corpos e, por isso, seu caráter indeterminado. Ficava à escolha do juiz a determinação do tempo de tratamento, sendo fixado apenas o tempo mínimo (PERES; NEY FILHO, 2002).

Esse caráter indeterminado e a própria novidade do código podem ser percebidos no processo de medida de segurança aplicado a Cícero Leandro da Silva. No decorrer do processo, chama atenção a leitura feita pelo promotor e redigida no libelo de acusação. O acusado foi descrito pela filiação e sua condição civil e social “solteiro, analfabeto, sem profissão e sem residência certa” e o processo serviria para “averiguar a periculosidade do mesmo”. Assim, sentenciou: “Cícero Leandro da Silva é um louco. Vive a mendigar e a perambular pelas ruas dessa cidade, insultando aos transeuntes com palavras ofensivas à moral e aos bons costumes” (CAICÓ, 1942, p. 2). E seguiu em sua denúncia ressaltando que a periculosidade que o senhor Cícero Leandro da Silva representava para a cidade: desafiava a própria ordem da sociedade ao não demonstrar respeito nem as mulheres casadas, nem moças e crianças que transitavam pela cidade. A todos dirigia, segundo o relato,

pilherias indecentes e pornografias acompanhadas de gestos indecorosos ultrajando e importunando a todos, não só em lugares públicos como até na casa de particulares, provocando muitas vezes algazarra e gritaria dentro da cidade, perturbando o trabalho e o sossego alheios, pois não só de dia como também a noite essas perturbações se verificam, com violação plena da lei das contravenções (CAICÓ, 1942, p. 9).

O uso do termo periculosidade era um artifício trazido pelo próprio código legal de 1940, uma vez que ele traduzia, em termos jurídicos, a possibilidade de realização do delito. Cícero, então, merecia atenção do poder público, na percepção do promotor, pela suposição, baseada em seu comportamento, que ele poderia cometer um crime. Nesse sentido,



o Estado se via no direito de consideração do ‘fato provável’ e agia em atividade defensiva (HUNGRIA; FRAGOSO, 1978, p. 28). Por essa razão, o estado psíquico do acusado era ressaltado como provável causa de crimes, como foi com Cícero.

Assim, sendo Cícero Leandro um irresponsável porque sofre de doença mental, isto é, o seu desenvolvimento mental é incompleto ou retardado, incapaz de entender o carácter criminoso dos fatos a cima (sic) narrados, e, portanto, presumidamente perigoso nos termos do art. 78, n. 1, do Código Penal em vigor (PEREIRA, 1942, p. 2).

Cícero não estava apto à convivência em sociedade por ser considerado um doente mental. É válido considerar que, para fazer tal consideração, ainda não constava no inquérito nenhum laudo médico que pudesse basear a posição do promotor. Dessa maneira, pessoas assim consideradas eram marginalizadas e mal entendidas pelos órgãos judiciais, os quais utilizavam de adjetivos ofensivos e termos pejorativos para descrever essas pessoas tidas como “loucas”. A leitura sobre a loucura perpassa os papéis do processo de Cícero, seja pelos juristas, seja pelas testemunhas. Estudá-las permitiu ter um vislumbre das definições sociais para os chamados doentes mentais, retardados, alienistas entre tantos outros termos.

Nas folhas que seguem no processo, começam a ser feitas as inquirições das testemunhas arroladas. Inicialmente foram intimadas três testemunhas para comparecer na Delegacia de Polícia e prestarem suas devidas considerações em relação ao acusado Cícero Leandro da Silva, a saber: Milton Alves da Nóbrega, José Avelino da Silva e Cícero Pereira de Carvalho, todos residentes na cidade de Caicó, sendo o último militar, pertencente a 5ª Companhia de Força Pública do Estado.

No primeiro depoimento arrolado, foi ouvido o posicionamento de Milton Alves da Nóbrega a respeito de Cícero. Este se apresentou como casado, com vinte oito anos de idade, comerciante, brasileiro residente na



cidade de Caicó, filho de Abdon Alves da Nóbrega e alfabetizado. Por sua idade, era contemporâneo de Cícero, posto que afirmou que este deveria ter também 28 anos, muito provavelmente por isso, afirmou, em seu depoimento, que conhecia bem a pessoa do acusado e que, para ele, aquela pessoa “não era propriamente um louco e sim um imbecilizado em estado avançado”. Completou seu testemunho ressaltando que Cícero “perambulava pelas ruas da cidade, maltrapilho e proferindo palavras imorais e com gestos indecorosos perante as famílias”, o que o impossibilitava ao convívio. Assim, sentenciou “que Cícero é uma pessoa incapaz de viver solto na cidade em virtude do seu mau comportamento e modo de compostura; que Cícero é ofensivo aos ouvidos castos da juventude em virtude das palavras indecorosas que continuamente profere pelas ruas desta cidade”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, o senhor José Avelino da Silva, “com trinta e cinco anos de idade, casado, comerciante, brasileiro residente na cidade de Caicó, filho de Manuel Avelino da Silva, sabendo ler e escrever”, também afirmou em seu depoimento que “conhecia bem a pessoa de Cícero Leandro, conhecido por Cícero Doido”. A respeito de sua impressão sobre o acusado, alegou que “não o tem como louco propriamente e sim um imbecilizado em estado avançado” e que vivia continuamente perambulando pelas ruas da cidade a dizer pornografias com gestos indecorosos, prejudicando a moral pública. Para finalizar, ressaltou que Cícero “era um indigente, que vivia maltrapilho e pilheriando um e outro e por vezes desferindo pilherias as famílias”, e que não tinha residência certa.

Por fim, a terceira testemunha Cícero Pereira de Carvalho, “com vinte e cinco anos de idade, casado, militar, brasileiro, aquartelado em Caicó, filho de Aluísio Pereira de Carvalho, sabendo ler e escrever”, foi o único que não disse conhecer o Cícero. Seu depoimento, ao contrário dos anteriores, se resumiu na sentença a Cícero. Para o depoente, Cícero era “um verdadeiro imbecilizado e bem assim um irresponsável”, que vivia consecutivamente pelas ruas da cidade maltrapilho, soltando pornografias e indiretas as próprias famílias, faltando com a moral de



quem quer que seja. Assim como as outras testemunhas, também utilizou a expressão “imbecilizado em estado avançado” acrescentando ser “inconvenientíssimo em virtude do seu gênio”².

O aparente consenso das três testemunhas sobre Cícero Doido ser um “imbecilizado em estado avançado”, numa repetição de termos técnicos mais ajustado ao saber jurídico do que ao palavreado cotidiano, sugere uma preocupação em classificar os indivíduos a uma norma social com lugares pré-determinados. Não cabendo nas especificações de uma pessoa normal, o senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, era classificado como um “imbecilizado em estado avançado” que perambulava as ruas da cidade proferindo pornografias e fazendo gestos indecorosos que prejudicavam a moral pública.

De outra parte, também sugere a cada vez maior prerrogativa de controle sobre os indivíduos considerados loucos ser transferida do âmbito familiar para representantes dos poderes públicos, fossem eles da esfera jurídica ou médico-hospitalar. Em consulta a um dicionário de época identificamos que o termo “imbecilizado” nesse período significava “alguém que era imbecil ou sofria de idiotia”, indicando a preocupação de estabelecer uma relação entre o ‘retardo’ observado em determinadas pessoas com uma deficiência de desenvolvimento fisiológico. Assim, o indivíduo considerado doido passava a ser assunto de saúde pública, devendo ser tratado em instituições destinadas a tal fim, posto ser “inconvenientíssimo”.

² Em relação a outras testemunhas arroladas no processo, foram convocados os senhores Francisco Medeiros, Evaristo Severino e José Teixeira, todos comerciantes e residentes em Caicó, mas que seus depoimentos não foram possíveis encontrar nos autos do processo analisado. E como o primeiro defensor do senhor Cícero Doido, foi nomeado Agostinho Santiago de Medeiros, que em alguns momentos deixa de aparecer nas audiências.

³ Do grego *idiotia* «ignorância» Idiotia: Grau avançado de atraso mental e em que o coeficiente de inteligência (Q.I.) é inferior a 20 e a idade mental é igual ou inferior ao de uma criança de cerca de 3 anos. Dicionário infopédia de Termos Médicos [em linha]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/termos-medicos/idiotia>. Acesso: 11 dez. 2018.



O estranhamento em relação ao louco e seu comportamento foi, como já afirmado, fruto das alterações vividas na primeira República na busca pela organização da urbe e dos corpos convenientes a ela. Em pesquisa intitulada *O Espelho do Mundo - Juquery, A História de um Asilo*, Maria Clementina P. Cunha (1986) ressaltou que, como participante da paisagem urbana, a loucura possuía uma ‘visibilidade imediata’, sendo identificada pela população por meio do vestuário extravagante, dos hábitos estranhos, da fala incompreensível, dos gestos e principalmente pelo delírio, considerado, nesta época, a forma por excelência da loucura.

Todavia, se anteriormente, no período imperial, a loucura era reconhecida pela diferença, não provocando desconforto maior, na República, a loucura passou a ser lida como um inconveniente em alto grau, como afirmou Cícero Carvalho, terceira testemunha a se pronunciar no caso de Cícero Leandro da Silva; quando o aumentativo do termo passou a ser acionado para descrever quão insustentável se mostrava a situação para a sociedade – “incovenientíssimo”.

Por tamanha inconveniência, o saber jurídico passou a ser paulatinamente amparado pelo saber médico, e, principalmente, científico. Para que se procedesse a uma análise mais acurada e um diagnóstico certo para pessoas, assim como Cícero, consideradas inconvenientes. Assim, o que era visto, no século XIX, como uma anormalidade, algo oposto à ordem, passou a ser considerada como campo para o saber médico, posto que passou a ser considerado uma doença. Conforme Vera Portocarrero (2012, p. 15), “o anormal torna-se não só inconveniente à disciplina, mas sobretudo patológico, e como tal deve ser submetido à ‘tratamento racional’, ou seja, científico”.

O JULGAMENTO E A TRANSFERÊNCIA PARA O HOSPITAL DOS ALIENADOS DE NATA

O saber médico em relação à cura da alienação pode ser considerado um espaço de discussão profícuo no século XX. Não apenas o



diagnóstico, mas era esperado que, sobretudo pela psiquiatria, também fosse descoberta a cura para a chamada anormalidade. Em *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios*, Magali Engel (2001, p. 139) discutiu como os médicos brasileiros começaram a reivindicar para si a legitimidade do saber sobre a loucura. Com isso defendendo a necessidade da construção de hospícios, onde os chamados doentes mentais pudessem ser tratados.

Esse foi o momento também que a categoria das degenerações passou a fazer parte das listas, formuladas pelos psiquiatras brasileiros, para a definição de todo o universo das moléstias mentais. Na prática, o que se viu foi a ampliação dos limites entre a “normalidade” e a “anormalidade”, definindo o extravagante, o inconveniente como necessariamente anormal. Ou nas palavras das testemunhas do processo de Cícero, um “imbecilizado em estado avançado”.

Cícero Leandro da Silva, ou como foi definido Cícero Doido, foi assim considerado não apenas pela sociedade, pelo saber jurídico e, no decorrer do seu processo, pelo saber médico através do recurso à definição de degenerescência, a qual permitia considerar um tratamento especial de reeducação. Nesse sentido, seria possível pensar numa ressocialização do ‘degenerado’ na sociedade. Essa perspectiva foi apresentada no parecer médico de Cícero, após a difícil tarefa de localizá-lo, visto que ele vivia ‘na rua’.

No decorrer do processo havia outras documentações, em específico, mandados, solicitando o comparecimento do senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, para depor na Delegacia de Polícia de Caicó, mas que nunca tinham sucesso em encontrá-lo. A única documentação que descreve o comparecimento de Cícero na polícia foi um “Auto de Qualificação”, onde no dia 8 de agosto de 1942, ele compareceu a delegacia e foi interrogado pela polícia.

Em seu interrogatório, Cícero, respondeu, sem oferecer resistência ou incompreensão, a cada pergunta que o delegado lhe fez. Dentre as perguntas que foram feitas: qual era o seu nome, sua nacionalidade, sua



naturalidade, sua idade, quem eram seus pais, seu estado civil, sua profissão, onde residia e se ele sabia ler e escrever. Chama a atenção, porém, o questionamento acerca da sua profissão, o qual respondeu que era “viver de esmolos”. Certo que era uma pergunta padrão, todavia aponta para a incongruência do tratamento dado a Cícero tanto na justiça, como mais tarde nas instituições médicas. E, por outra, da clareza de entendimento do acusado em responder que seu sustento vinha através de seu pedido de esmolos. Em continuidade, tendo sido solicitada a folha de Antecedentes Criminais e nela não constasse nenhum crime ou processo, julgando Cícero como um “imbecilizado em estado avançado” com “traço de louco pacato”, o encaminharam para o exame de suas funções mentais.

Em outro mandado, o juiz de Direito Janúncio Gregório da Nóbrega solicitou o comparecimento do “tresloucado⁴” Cícero Doido em frente ao Hotel Avenida (hoje Loja Patriarca) para ser julgado, e como o mesmo mais uma vez não compareceu - pois estava longe da cidade - a Justiça seguiu solicitando seu comparecimento até encontrá-lo. Ao final das várias tentativas “foi o acusado submetido a um exame médico – Exame de Sanidade Mental”. Para esse procedimento, o juiz Janúncio Gregório da Nóbrega adiou a realização de uma audiência para que os peritos José Medeiros e Inácio Mayer, médicos residentes em Caicó, procedessem, o devido exame no senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido, no dia 13 de outubro de 1942 no Hospital do Seridó. Assim foi descrito o resultado do exame:

atestamos que após um Exame Mental procedido na pessoa de Cícero, constatamos ser o mesmo portador de debilidade mental congênita, com estigmas somáticos de degeneração, com idade inferior a 10 anos e anormal. Caicó, 13 de outubro de 1942.

Drº Inácio Mayer e Drº José Medeiros.

⁴ Tresloucado no Dicionário Aurélio significa: 1 - Tornar louco; desvairar. 2 - Perder o siso; enlouquecer. Disponível em: <https://dicionarioaurelio.com/tresloucado>. Acesso: 11 dez. 2018.



O atestado por meio do poder do discurso médico (FOUCAULT, 2012) apresentou como conclusão que o senhor Cícero era ‘portador de debilidade mental’ e que era preciso a Justiça tomar as devidas providências para a sua retirada das ruas da cidade, tendo em vista o seu alto teor de periculosidade. Em vista dessa definição médica, em audiência no dia 15 de dezembro de 1942 foi considerado o “estado mórbido do acusado” e, assim, sua periculosidade para a justificativa de Cícero ser levado a juízo.⁵

Para o julgamento, as testemunhas do processo foram novamente convocadas para prestar seus depoimentos. Importa destacar a consideração da segunda testemunha José Avelino da Nóbrega de que “o acusado já esteve internado no Hospício em Natal, e que a seu ver, quando ele regressou do Hospício não apresentando nenhuma melhora” e que a informação foi ignorada tanto pelo promotor e seu defensor quanto pelo juiz do caso. Assim, no dia 21 de dezembro de 1942, o juiz da comarca de Caicó, ainda o senhor Janúncio Gorgônio da Nóbrega, proferiu a sentença do acusado, onde afirmou sobre a periculosidade do acusado, o senhor Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido; considerando o mesmo incurso no Art. 78 n° I do Código Penal⁶, combinado com o Art. 14 da Lei de Contravenções Penais – determinar a sua internação, pelo prazo de dois anos, a uma casa de custódia e tratamento, ou estabelecimento congênere, como medida de segurança, nos termos do §2° do Art. 91, do referido código, solicitando de imediato sua captura e consequente internação.

Após a sentença ser proferida, o juiz solicitou por meio de um ofício endereçado ao diretor e médico Ricardo Barreto a internação de Cícero no Hospital dos Alienados em Natal; aonde o mesmo foi aceito e

⁵ Nas páginas que se seguem no processo, foi solicitado o comparecimento do acusado para participar das audiências, mas sem obter sucesso. Foi nomeado um novo defensor provisório do aludido réu, o cidadão Heriberto Martiniano Pereira, que prometeu cumprir com esse compromisso perante a Justiça.

⁶ Ver: Art. 78 n° 1 do Código Penal.



chegou naquela instituição no dia 22 de janeiro de 1943 permanecendo lá até o dia 20 de setembro de 1947, data bem posterior ao que foi sentenciado pelo juiz. Algo que não podemos ainda identificar nessa pesquisa é os reais motivos e as causas que levaram Cícero passar mais de quatro anos no Hospital dos Alienados de Natal, já que sua pena era de apenas dois anos. Existe anexado do processo uma carta dos médicos de lá solicitando que a Justiça fosse buscar Cícero Doido, já que o mesmo tinha cumprido sua pena e encerrado o tempo de sua permanência naquela instituição de custódia, mas não houve como de fato descobrir o porquê a justiça demorou tanto em dar sua soltura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, é possível perceber o quanto a loucura era cada vez menos entendida e tratada no âmbito familiar ou da caridade pública e era controlada pelo saber jurídico e médico, em Caicó, uma cidade pequena do interior nordestino, em 1940. Esses novos parâmetros, técnicos e pretensamente científicos, terminavam por determinar uma transformação do indivíduo considerado louco, lunático, numa pessoa “imbecilizada” ou com “deficiência mental”. Bem como instituir, novas forma de tratamento para os doentes, que continuavam marginalizados e mal compreendidos pela sociedade caicoense. Isso se tornou evidente no Processo de Medida de Segurança de Cícero Doido, que mesmo que não tendo cometido algum crime contra a vida ou patrimônio de alguém, foi considerado “perigoso”, “louco” e “irresponsável”: além de morar nas ruas, ser pobre, analfabeto, proferir palavras pornográficas e fazendo gestos obscenos que ‘afetavam a moral e os bons costumes’ da época. Portanto esperamos que a história de outros “Cíceros” possam ser pesquisadas, para que assim, a história dessas pessoas, que ao longo do tempo foram invisibilizadas, estigmatizadas e enclausuradas em hospitais, prisões e hospícios sejam contadas e escritas, mostrando assim as outras versões da história.



REFERÊNCIAS

ALVES, Lourence Cristine. **O Hospício Nacional de Alienados: Terapêutica ou higiene social?** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. 131p

AZEVEDO, Juliana Rocha de. **Dos alienados aos psicopatas: o processo de institucionalização da loucura no Rio Grande do Norte (1857-1957)**. 2003. Monografia (Monografia em História). UFRN, 2003.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848 de 07 dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=2848&ano=1940&ato=1bb0za61ENNRkTf8b>. Acesso em: 29 de out. 2020.

CAICÓ, Juízo de Direito da Comarca de. Denúncia nº 25. Processo de Medida de Segurança do réu Cícero Leandro da Silva, vulgo Cícero Doido. Delegacia de Polícia: Caicó, RN, n. 25, 38 p., 04 set. 1942.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo – Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DANTAS, Adelantha Sunnály de Souza. **Hospital do Seridó: uma história ainda pouco contada (1926-1980)**. 58f. Monografia (Bacharelado) - Curso de Graduação em História, Departamento de História, Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó, 2015.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios** (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMES, Hélio. **Noções de higiene – Para o curso complementar e o concurso de habilitação às Faculdades de Direito**. Rio de Janeiro: Of. Gráficas do Jornal do Brasil, 1940.

JACOBINA, Paulo V. **Direito penal da loucura: medida de segurança e reforma psiquiátrica**. Revista De Direito Sanitário, 5(1), 2004, pp 67-85.

HUNGRIA, Nelson e FRAGOSO, Heleno. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

MACHADO, Roberto *et al.* **Danação da Norma: a Medicina Social e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1978.

ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.




HISTÓRIA DOS SERTÕES: CIÊNCIA E NATUREZA

PERES, M. F. T.; NERY FILHO, A. A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. **História, Ciências, Saúde Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 335-355, maio-ago. 2002.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.



MULHERES, MÉDICOS E FORMAS DE NASCER: A MEDICALIZAÇÃO DO PARTO NA IMPRENSA DE PETROLINA (1920-1940)

 Vanessa Dias da Silva Batista¹

 Ana Clara Farias Brito²

O presente trabalho tem o objetivo de entender o processo de medicalização do parto no sertão de Pernambuco entre os anos de 1920-1940, através das publicações do jornal “O Pharol”, periódico de maior circulação na região. O início do século XX foi palco da ascensão do saber médico e de críticas as práticas de cura populares. Neste sentido, pretende-se entender como os médicos utilizam o jornal da cidade de Petrolina para divulgar a medicina científica e convencer, as mulheres e mães da região, a trocarem as parteiras pelos médicos na hora do nascimento. Para tanto, faz-se necessário entender o contexto de ascensão social dos médicos e a sua relação com os corpos femininos.

O Movimento Sanitarista, iniciado nos anos de 1910, foi organizado e dirigido por médicos higienistas e surge em um contexto de desordem ocasionada pela presença de epidemias e corpos adoecidos. Entre os anos 1910 e 1920, as viagens ao interior do país, dirigidas pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, chamaram a atenção das elites para

¹ Graduanda em Licenciatura Plena em história pela Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Petrolina-PE e Bolsista de Iniciação Científica.

² Orientadora, Professora Adjunta do Colegiado de História da Universidade de Pernambuco - UPE, Campus Petrolina-PE.



a relação entre doença e civilização, fazendo com que os médicos pasassem a ocupar lugar central nas decisões nacionais. Desse modo, os higienistas organizam um movimento que visava, sobretudo, civilizar os sertões Brasileiros e torná-los livres dos males considerados evitáveis, a exemplo da Ancilostomíase e da Doença de Chagas, a fim de levar o país ao desenvolvimento e a modernidade (HOCHMAN, 2012).

Nesse contexto, o movimento de cunho médico-higienista ganha grande preponderância nacional e, junto ao estado “traçam um programa sanitário que tem como principais metas a luta contra os flagelos sociais representados pelo alcoolismo, a tuberculose, as doenças venéreas, a prostituição, a criminalidade” (ROHDEN, 2001, p. 37). Logo, o corpo feminino passa a ser um dos objetos de análise dos médicos brasileiros, especificamente a figura da Mulher/Mãe, responsável pela moral e pelos bons costumes familiares.

O século XIX marca o início de um novo modelo de feminilidade baseada no tripé mulher-esposa-dona de casa. Tal construção social apontava a mesma como responsável pela saúde, moral e estabilidade dentro dos lares, onde a mulher atuava ainda como provedora e educadora da infância, sendo esta uma preocupação por parte dos médicos e do estado (RAGO, 1985, p.62). Nesse cenário, o matrimônio passava a ser defendido como uma instituição social necessária para que houvesse a reprodução segura dos cidadãos brasileiros. Conseqüentemente, esse modelo veio a excluir as mulheres dos trabalhos extra domésticos, cabendo a ela se dedicar apenas ao lar, aos filhos e ao bem estar do seu marido. A recusa desses papéis sociais levaria a construção de uma mulher desviante, “qualificada como antinatural” (DEL PRYORE, 2018, p. 332-333) e, portanto, fora do seu destino biológico.

Deste modo, a medicina científica apresenta o útero feminino como a possível causa de distúrbios e transtornos (MATOS, 2003), sendo, portanto, necessária a intervenção médica para atuar no controle de suas enfermidades e, conseqüentemente, no exercício da sua sexualidade. Diante disso, os médicos apresentaram a maternidade como a única



responsável por trazer dignidade para as mulheres, defendida como um destino biológico que visava enaltecê-las e glorificá-las (MATOS, 2003).

Em relação ao entendimento sobre o corpo e as mudanças trazidas com a gestação, os médicos procuravam quebrar essa resistência, associando as mudanças não como um fator negativo, ou o fim da beleza feminina, mas sim a um tipo de vida e felicidade específica que a mulher viria a desfrutar com a maternidade, logo, mesmo tendo conhecimento dos efeitos da gravidez no corpo de uma mulher, os mesmos prometiam uma vida feliz para a parturiente. Esse processo de exaltação do corpo materno atuou como uma importante ideologia no século XIX (MARTINS, 2004). Desse modo, o cientificismo passou a se dedicar ao estudo e controle dos corpos antes, durante e após o puerpério, inserindo os partos na sua propaganda higienista e ditando como a mãe deveria ser e se comportar diante ao cuidado com seus filhos, assim como ocorreu na cidade de Petrolina – PE.

MÃES, PARTEIRAS E INSTITUIÇÕES

Com o início do projeto de higienização na esfera pública, o discurso médico adentrou-se aos lares, buscando controlar as altas taxas de natalidade e mortalidade (NUNES, 1991, p. 51) principalmente nos espaços pobres dos centros urbanos, logo, buscavam atuar como educadores da prática da puericultura científica. Todavia, faz-se necessário refletir a condição das formas de nascer anteriormente a sua institucionalização no século XX, destacando o papel exercido pelas parteiras. Estas, conhecidas como comadres, tiveram um papel central nos partos, principalmente entre as mulheres das camadas médias e baixas, que por sua vez, foram inseridas em um cenário ausente de serviços médicos e hospitalares de forma gratuita.

Maria Lúcia Mott (2002) ressalta que até o final do século XIX, a maioria dos partos eram realizados a domicílio através das parteiras curiosas e, raramente, por parteiras diplomadas. Diante disso, muitas



mulheres buscavam auxílio médico apenas em casos de complicações, onde pode-se citar a figura das mães solteiras, das prostitutas e pobres, por exemplo, que recorriam aos serviços das Santas Casas de Misericórdia para ter seus filhos (MOTT, 2002). As comadres destituídas de formação científica, se utilizavam de tratamentos e técnicas medicinais variadas. Logo, faziam uso de ervas e plantas da flora Brasileira, bem como das rezas e simpatias para sanar os males. Nisso, aconselhavam as parturientes a buscar os serviços dos médicos apenas em casos de extrema necessidade (ROHDEN, 2001).

Essas mulheres, de conhecimentos seculares, foram vítimas de um constante negacionismo por parte dos médicos, que passam a inseri-las na categoria de charlatãs, alegando que as mesmas se utilizavam de práticas empíricas e técnicas medicinais naturais vistas como perigosas por fugir do cenário presente nos hospitais (COSTA, T. ET AL, 2006). Para além do negacionismo, as mesmas também foram acusadas pela morte de parturientes e crianças, influenciadas pela falta de condições de salubridade nas residências, ausência de equipamentos e formação de modo geral, cabíveis apenas a medicina institucional.

Todavia, o cenário inicial do exercício médico nos partos foi precário e ineficaz, tendo em vista que, até o final do século XIX, houve, entre outras deficiências formativas, a escassez de cadeiras de obstetrícia nas instituições de ensino, “o que levou a muitos médicos se formarem sem ter assistido a um parto sequer” (MOTT, 2002, p. 200). Tal despreparo foi, sem dúvida uma grande influência, para o aumento das taxas de mortalidade infantil e materna. No que refere a modificação desse cenário, destaca-se a “Reforma Saboia” de 1882. Esta foi responsável pela ampliação da grade curricular das faculdades de medicina, que por sua vez, vieram a criar as disciplinas práticas dedicadas a clínica obstétrica e ginecológica, introduzindo assim, o ensino prático, em substituição a antiga base teórica (MARTINS, 2004). Deste modo, a institucionalização do parto no ambiente hospitalar ocorre com o surgimento das instituições destinadas às práticas clínicas.



Diante disso, Mott (2002) ressalta que já nas primeiras décadas do século XX, introduz-se no Brasil uma campanha em defesa da criação de hospitais e maternidades destinadas, inicialmente, para o público materno de baixa renda. Destaca-se, nesse processo, o papel exercido pelos médicos e pelas organizações governamentais, que por sua vez, viariam a ser responsáveis pelo financiamento dessas instituições e por garantir a gestante uma estabilidade durante esse período. Estava a cargo dos mesmos garantir o sustento familiar da parturiente, visto que esta estaria afastada do trabalho, garantindo uma espécie de licença, além de assegurar o aleitamento e alojamento dos demais filhos das mulheres, caso tivessem, na ausência de outros responsáveis (MOTT, 2002).

Assim, essas instituições passaram a ser defendidas como os únicos locais de garantia de um parto seguro, comportando uma grande estrutura composta por enfermarias, macas, medicamentos, anestésicos e profissionais capacitados para assegurar os partos. Inicialmente, a política dessas instituições visava destiná-las às mulheres pobres, todavia, as primeiras maternidades comportavam dois grupos: Mulheres de classe baixa e indigentes que viam a ocupar salas e enfermarias específicas, e mulheres de classe média e alta, a qual recebiam atendimento especializado e melhores condições de estrutura (MOTT, 2002).

Anteriormente ao advento dessas instituições, a prática obstétrica era restrita aos lares, onde os médicos faziam os exames e diagnósticos. Com isso, mesmo após a criação dos hospitais e maternidades, os serviços das parteiras ainda se faziam presentes nas primeiras décadas do século XX, mesmo que de forma reduzida, simultaneamente ao aumento da divulgação de médicos e parteiros, que ainda passavam a oferecer seus atendimentos nas residências (MOTT, 2002).

As primeiras instituições de ensino destinadas a formação das parteiras no Brasil foram criadas no Rio de Janeiro e na Bahia, em 1832, e em São Paulo em 1912 (PALHARINI; FIGUEIRÔA, 2018). Aqui, vale ressaltar que as comadres que possuíam essa formação atuaram nas primeiras maternidades fundadas no Rio de Janeiro, entretanto, atuavam



sob controle e tutela dos médicos (ROHDEN, 2001). Destarte, o processo de medicalização dos partos, a instituição do parto hospitalar e o advento dos médicos parteiros e parteiras diplomadas atuaram como agentes civilizatório. “Civilizar o parto não significava apenas levá-lo para o interior da Maternidade, era também interferir no comportamento da mãe nos cuidados com o bebê, que trazia consigo as possibilidades do futuro de uma nação” (AMARAL, 2005, p. 23).

A MATERNIDADE NA IMPRENSA DO SÉCULO XX

No século XX, o Brasil foi palco de um grande avanço nos meios de comunicações, impulsionados pelos jornais e revistas, que, atuando em conjunto com a medicina científica, modelavam socialmente a população. Além disso, difundiam práticas e comportamentos que resultariam em um país apto ao progresso, logo, cita-se as revistas femininas, os almanaques e a difusão da puericultura nesse contexto.

No que cerne ao público feminino, destaca-se inicialmente os manuais de economia doméstica, que tinham como principal função difundir os saberes restritos aos lares, bem como ensinar as mulheres sobre a forma de administração das residências e de sua família. Além disso, realizavam campanhas e propagandas de eletrodomésticos e utensílios que iriam facilitar a vida da dona de casa (KOBAYASHI, 2018, p. 744). Aqui, vale ressaltar que as propagandas eram destinadas ao público feminino letrado e de classe média, sendo este o modelo de mulher retratado nas revistas femininas.

Em sua maioria, o conteúdo desses materiais estava voltado a alimentação e nutrição, vestuários, higiene, eletrodomésticos e orientações de comportamento nos lares, com destaque na difusão da puericultura (KOBAYASHI, 2018, p. 746). Nesse contexto, Maria Martha de Luna Freire (2014) ressalta que as revistas femininas atuavam como propagadoras da maternidade e do seu caráter patriótico. Tais periódicos vinham a apresentar em suas propagandas, a imagem de mulheres



belas e bem vestidas, junto aos seus filhos, em cenas romantizadas, apreciavam principalmente em anúncios de medicamentos, bens de consumo e formulas lácteas.

No que se refere a puericultura, esta pode ser definida como o conjunto de práticas realizadas pelos médicos referentes ao acompanhamento e desenvolvimento dos estágios da criança após o seu nascimento (FREIRE, 2014, p. 983). Logo, ensinavam as mães a como dar banhos corretamente nas crianças, informações sobre vestuário, amamentação, vacinas, educação e, no geral, os cuidados higiênicos necessário para evitar doenças no recém-nascido. Tais aspectos eram apresentados nas revistas e seguidos de um conteúdo imagético, com fotografias e tutoriais de como realizá-los (FREIRE, 2014, p. 985). Diante disso, difundia-se nos manuais a “construção discursiva da mãe leitora, passiva e paciente, aluna ideal para a recepção dos saberes especializados e autorizados dos médicos puericultores” (MARTINS, 2008, p. 145).

Esse direcionamento da imprensa dava visibilidade as medidas governamentais de assistência a infância que se encontravam em curso no Brasil. Já no ano de 1923 o Departamento Nacional de Saúde Pública criava a Inspetoria de Higiene Infantil que tinha a função de gerir as medidas públicas voltadas a maternidade e a infância. O órgão atuou na fiscalização de maternidades no Rio de Janeiro, e por todo o país, além de ofertar atendimento médico e especializado “nos postos ou ambulatórios de pré-natal, mantendo também alguns lactários no Distrito Federal e distribuindo leite esterilizado para as mães pobres que não podiam amamentar” (MARTINS, 2008, p. 145).

Junto com a adesão de novos hábitos, a oferta de medicamentos voltados para o público feminino, endossava o encaminhamento sugerido pelos médicos e cerceada pelos poderes públicos que demonstrava a importância da mulher, mãe no processo civilizador. No início do século XX, a imprensa divulgava constantemente serviços de farmácias e de medicamentos com ou sem atestados de eficácia ou licença para comercialização. Um dos medicamentos mais populares nos anúncios



foi o *Regulador Gesteira*, um medicamento utilizado para incômodos femininos e problemas menstruais, que era ainda utilizado nas dores do parto. Outro medicamento muito famoso foi a *Fluxo-Sedatina*, utilizada em hospitais, maternidades e casas de saúde do Rio de Janeiro e São Paulo. Livia Suelen Moraes (2014) ressalta a presença e a difusão deste tipo de medicamento em periódicos do estado do Piauí, o que indica que esse tipo de fármaco circulava nacionalmente. Tais medicamentos, atingem não só as capitais, como ao interior do país, prova disso é a sua massiva divulgação nas páginas de “O Pharol”, periódico de circulação no Vale do São Francisco e objeto de estudo desse artigo.

Deste modo, a imprensa foi utilizada como um mecanismo de difusão de ideais de cunho político e social pelos médicos brasileiros. Para além de um regulador social, a mesma atua como uma importante fonte para os estudos historiográficos, possibilitando a compreensão de contextos sociais distintos e seus sistemas comportamentais. Como veículo educativo, a imprensa tenta, entre outras coisas, padronizar comportamentos e legitimar instituições.

A insistência em publicar certos temas, discursos e mensagens contribuiu consideravelmente para que houvesse adesão a proposições capazes de engendrar novas mentalidades (AMARAL, 2008). É indubitável questionar a influência exercida pela imprensa nas grandes capitais e cidades brasileiras, todavia, é importante compreender que estas também se fizeram presentes no contexto das cidades interioranas do país, a qual também necessitam de visibilidade. Logo, o presente artigo irá se debruçar na análise do jornal “O Pharol”, periódico criado na cidade de Petrolina – Pernambuco.

PETROLINA E A MEDICALIZAÇÃO DO PARTO NAS PÁGINAS DE “O PHAROL”

O Jornal “O Pharol” teve sua origem na cidade de Petrolina, interior do estado de Pernambuco. Esta faz fronteira com a cidade de Juazeiro – Bahia, numa região denominada de Vale do São Francisco. No



início dos anos de 1920, já existia em Petrolina uma elite religiosa, política e médica, onde pode-se destacar a figura do médico Pacífico da Luz, prefeito da cidade nesse contexto, e do médico João Cardoso de Sá (O PHAROL, 1925, n. 6, p.1).

Ambos foram prefeitos da cidade e, tanto Pacífico como Cardoso de Sá foram médicos formados pela Escola de Medicina da Bahia (O PHAROL, 1925, n.16, p.1) vindo a exercer grande influência na difusão de práticas higiênicas e sanitaristas através do jornal “O Pharol”, dentre elas, informações destinadas ao público feminino. Assim, eram publicadas no referido periódico, matérias e propagandas que orientavam sobre os cuidados com o corpo, medicamentos utilizados na cura de patologias femininas e no parto, a fim de aliviar contrações, assim como nutrição e higiene das crianças.

A história de “O Pharol” iniciasse em 1925 com a figura de João Ferreira Gomes ou *Joãozinho do Pharol*. Este foi responsável pela criação do periódico que viria a circular na região do Vale do São Francisco por 74 anos ininterruptos. Para além do jornal, faz-se necessária destacar a criação da Tipografia, Papelaria e Gráfica do periódico (O PHAROL, 1921, n. 13, p.4) dirigidas pelo próprio João Ferreira Gomes, onde vendiam-se os livros de registros de nascimento, necrologias e matrimônios. Ademais, esse “órgão livre de opinião” funcionava sob o sistema de assinaturas (O PHAROL, 1926, n. 47, p.2) vindo a circular tanto na cidade de Petrolina e Juazeiro como em cidades vizinhas, a exemplo de Lagoa Grande, Orocó e Alagoinha.

O presente artigo irá propor uma análise da atuação do médico Pacífico Rodrigues da Luz, a mortalidade de mulheres no pós-parto e os medicamentos ligados as formas de nascer presentes nas páginas de “O Pharol”. Dessa forma, propõe-se identificar no jornal a divulgação de métodos ligados a medicalização do parto em Petrolina entre 1920-1940, período de maior influência das ideias médicas na esfera pública.



O MÉDICO PACÍFICO RODRIGUES DA LUZ

Pacífico Rodrigues da Luz foi um médico Piauiense formado na Escola de Medicina da Bahia. Este, que foi redator de “O Pharol” e prefeito por diversos mandatos, iniciou sua carreira política na cidade entre 1919-1922, seu primeiro mandato, a qual foi responsável por muitas transformações no cenário urbano, a exemplo da urbanização de praças e espaços públicos, além de fomentar a criação do hospital da cidade.

Dessa maneira, já nos anos de 1920, o médico piauiense difundia os seus serviços nas páginas do jornal. Inicialmente, o mesmo denominava-se como “Médico e Operador”, realizando suas consultas na *Pharmacia Pasteur*, além de apresentar em suas notas o endereço da sua residência (O PHAROL, 1920, n. 38, p.4), vindo a atender nesses espaços e, em casos necessários, na casa dos pacientes. Em 1924 passa a se apresentar como “Médico Operador e Parteiro”, publicizando esse tipo de serviço até o final da década de 1930 nas páginas de “O Pharol”. Para além dos partos, o mesmo atuava em “moléstias de olhos, nariz, ouvido e garganta”, vindo a estabelecer consultórios tanto em Petrolina – PE como em Juazeiro -BA (O PHAROL, 1937, n.5, p. 2).

A forma utilizada para divulgar seus serviços passou a evidenciar o exercício de médicos nos partos, praticando a obstetrícia que, até aquele momento, era reclusa aos lares e aos atendimentos particulares (MOTT, 2002) devido à ausência de hospitais e maternidades em Petrolina. Diante disso, o crescimento na divulgação dos seus atendimentos, bem como a sua presença nos partos domiciliares, evidenciadas nas páginas do jornal, atuaram como mecanismos de influência, procurando convencer as parturientes, de classes baixas e altas, a buscarem o serviço médico para dar à luz, afastando-se dos serviços das parteiras e de suas práticas denominadas como empíricas e perigosas pelos médicos (COSTA, T. ET AL, 2006).



MORTE DE MULHERES NO PÓS-PARTO

No que se refere a morte de parturientes, presentes no jornal estudado, destaca-se, inicialmente, a nota de falecimento de Bernardina Padilha da Luz. Esta tinha 35 anos de idade e foi a primeira esposa de Pacífico da Luz, atual prefeito de Petrolina-PE naquele ano. Nesse âmbito, a matéria que destacava a morte de uma mulher da elite, veio a ocupar toda a primeira página de uma edição da década de 1920.

Mãe de família – vítima d sua missão de genetriz, atingida pela fatalidade de um phenomeno da geração [...] A exma. d. Bernardina Padilha da Luz falleceu no dia 24, ás 13 horas, em consequência de parto, parecendo tratar-se de um caso de teratologia, visto os dois médicos assistentes terem notificado a existencia de dois fetos ligados ao que se lhes afigurou, pelo cérebro e em posição difficilima para a délivrance. A sciencia foi importante para livrar a signa senhora das garras da morte, mau grado os esforços ingentes dos drs. Vital Rego e Pacifico Luz, sendo que este se revelou um espirito superior no duplo papel de medico e marido, num caso em que, já pela sua singularidade, já pela escassez de recursos cirúrgicos, ele tinha a clarividência da fatalidade do seu resultado final [...] Teve 10 filhos [...] A digníssima senhora, deixa, em synthese, o nome de boa filha, irmã dedicada, esposa extremosa, mãe desvelada, amiga sincera e mulher virtuosa [...] (O PHAROL, 1920, S/N, p.1)

Isto posto, é possível analisar a forma como a mulher era representado nas páginas do jornal, ligadas à sua função reprodutiva (RAGO, 1985; MARTINS, 2004; ROHDEN, 2001). Além disso, a presença de Vital Rego e Pacifico Luz comprovam a atuação de profissionais denominados como médicos familiares (MOTT, 2002) nos partos, embora não destacasse o local onde foi realizado, todavia, tudo indica que o procedimento ocorreu na residência particular da parturiente, levando-a a óbito devido a complicações e escassez de recursos cirúrgicos para lidar com o caso de teratologia, uma má formação no desenvolvimento embrionário, notificando-se a existência de dois fetos ligados.



Ainda tratando das mortes de parturientes, destaca-se mais dois registros. O primeiro se trata do falecimento de Maria Vaz de Oliveira na cidade de S. João do Piauí. Esta “falleceu a 8 do corrente, em consequência de parto” (O PHAROL, 1923, n. 7, p. 2). O segundo destaca a celebração de uma missa na cidade de Juazeiro – BA em decorrência da morte de Adelia Vianna Costa, “falecida a 1º do corrente em consequência de laborioso parto” (O PHAROL, 1925, n. 12).

Nos casos apresentados, foi perceptível uma ausência de informações sobre as condições e os locais em que os partos foram realizados, com exceção do caso de D. Bernardina Padilha da Luz. Logo, leva-nos a compreender que ser uma mulher de elite e esposa de um homem influente na cidade corroborou para a divulgação de um caso mais detalhado, o que por sua vez não veio a ocorrer nos outros dois registros. Diante disso, faz-se necessário refletir a mortalidade de parturientes nas camadas médias e baixas da população, a qual não eram pautadas no periódico.

Ademais, a atuação médica nos partos não impediu que as parturientes viessem a óbito, influenciados pelo despreparo para lidar com futuras complicações, além da ausência de recursos e espaços hospitalares para realizá-los, evidenciando o debate apresentado por Maria Lúcia Mott (2002) quanto ao cenário dos partos anteriores ao advento dessas instituições. Aqui, vale ressaltar que o Hospital/Maternidade da cidade de Petrolina só viria a ser inaugurado no ano de 1936, durante a gestão de Pacífico da Luz, sendo este, até a atualidade, uma grande referência de instituição Materno-Infantil no Vale do São Francisco.

OS MEDICAMENTOS E AS FORMAS DE NASCER

A Indústria farmacêutica foi responsável por oferecer através do mercado medicamentos, supostas soluções que viriam a aliviar a dor ocasionada pelas contrações, além de acelerar o trabalho de parto (MOTT, 2002). Destaca-se nas páginas de “O Pharol” a presença de dois medicamentos voltados para as formas de nascer, utilizados por médi-



cos parteiros e pelas próprias parteiras nos partos domiciliares. No primeiro momento, destaca-se o *Fluxo-Sedatina*, este teve o seu primeiro registro no ano de 1923 nas páginas do periódico

Tomando 15 dias antes de dar a luz, facilita o parto, diminui as dores e as cólicas produzindo-se com facilidade, não havendo mais perdas de vida em consequência das hemorragias muito fica nos mesmos [...] Para todas as doenças femininas [...] Recommenda-se aos Médicos e Parteiras (O PHAROL, 1923, n. 8, p.2)

Aqui é necessário ater-se ao seu enunciado. Além de apresentar a forma como tal medicamento deveria ser utilizado, o mesmo destaca as hemorragias como um fator recorrente nos partos, ocasionando a morte não só da parturiente, mas também da criança, logo, o medicamento é apresentado como uma solução eficaz para ambos. Destarte, a presente nota (1923) destaca que o mesmo era utilizado por médicos e por parteiras, o que leva a compreender que as mesmas recorriam aos medicamentos de farmácia para realizar os partos nas residências. A nota também nos permite compreender que os saberes de médicos e parteiras coexistiam no contexto da década de 1920, e o nascimento em domicílio era uma realidade de muitos locais. No entanto, era necessária uma casa estruturada, com água encanada e materiais como gazes e álcool para ficaz-los (MOTT, 2002). Ademais, destaca-se a propaganda do mesmo no ano posterior, vindo a sofrer alterações.

[...] Emprega-se com vantagem nas ficaz uterinas, mesmo de partos por ser ficazs calmante, e na ficazsncia menstrual: flores brancas, corrimentos, sendo estas duas ultimas ficazs muito ficaz nas moças ficazs. É muito ficaz nos incommodos próprios das senhoras, sendo usado com optimo resultados nos hospitais e Maternidades. (O PHAROL, 1924, n. 18, p.2)

Aqui, o mesmo passa a ser utilizado em outros fins, a exemplo da insuficiência menstrual e dos corrimentos, além de destacar que o *Flu-*



xo-Sedatina atua como um enérgico calmante nos partos. A diante, destaca-se na nota a utilização dos fármacos nos hospitais e maternidades, evidenciando a existência do parto hospitalar, além de apresentar a utilização de medicamentos farmacêuticos em seu contexto. Ademais, cita-se o *Regulador Gesteira*.

Os bons Medicos Parteiros sabem que os mais perigosos sofrimentos das mulheres são sempre causados pelas congestões e inflamações de importantes órgãos internos [...] Regulador Gesteira para congestões e inflamações internas [...] evita e trata os padecimentos nervosos produzidos pelas molestias do utero, a asma nervosa, dor e colica no ventre, as perturbações e doenças da menstruação [...]. (O PHAROL, 1939, n. 22, p.2)

Esse medicamento foi apresentado no periódico Petrolinense durante muitas edições da década de 1930, recebeu diversos enunciados e um deles era destinado aos médicos parteiros. Normalmente, grande parte dos medicamentos encontrados no periódico se tratava de calmantes para os partos, além de atuar em diversas outras especificidades, denominadas como “moléstias femininas e do útero”. A menção a essa temática evidencia o debate trazido por Matos (2003), que discute como os médicos viam o útero feminino como o centro de todas as doenças e distúrbios das mulheres.

Aqui, vale ressaltar que a imprensa evidencia o combate ao dito charlatanismo, a qual as parteiras estavam inseridas em seu meio (ROHDEN, 2001; COSTA, T. Et al, 2006; MOTT, 2002), tendo em vista que poucas foram as menções encontradas em “O Pharol” que evidenciasse a existência dessas mulheres, que estavam presentes, porém eram invisibilizadas e fortemente censuradas pelo saber médico. Destaca-se também a grande difusão de medicamentos utilizados nos partos nas páginas de “O Pharol”, a exemplo do *Fluxo-Sedatina* e do *Regulador Gesteira*, utilizados por médicos parteiros e parteiras tanto no contexto hospitalar como familiar, difundidos em rede nacional, tendo em vista



sua presença em periódicos do Piauí, por exemplo (MORAES, 2014). Ao trabalhar com a fonte em questão, busca-se, primeiramente, dar visibilidade à região do Vale do São Francisco, destacando que esta foi marcada por uma forte presença dos saberes médicos. Por fim, o presente artigo teve o intuito de apresentar que a medicalização do parto perpassou o espaço das capitais, sendo fortemente presente no interior, assim como apontado no jornal “O Pharol”.

FONTE

Jornal O Pharol (1920-1940)

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marivaldo Cruz do. **Da comadre para o doutor: Maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher (1910-1927)**. 2005. 161 pág. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador.

AMARAL, Marivaldo Cruz do. Mulheres, imprensa e higienização: a medicalização do parto na Bahia(1910-1927). **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4,out.-dez. 2008, p.927-944

COSTA, T Et al. Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. **Interface – Comunic., Saúde, Educ**, v.10, n 20, p. 263-80, jul/dez 2006.

DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 10°. Ed. 6° Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. 678 páginas.

FREIRE, Maria Martha de Luna. A Puericultura em Revista. Rio De Janeiro: **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Vol.24, 2014.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**.3°ed. São Paulo: Hucitec, 2012. 253 páginas.

KOBAYASHI, Elizabete Mayumy. **A saúde via consumo: a representação idealizada das donas de casa, mães e esposas nos manuais de economia doméstica e nos anúncios das revistas O Cruzeiro e Manchete, 1940-1960**. São Paulo: Hist.. Cienc. Saúde - Manguinhos (online). Vol.25. 2018.



MATOS, Maria Izilda Santos. **Delineando corpos**: As Representações do Feminino e do Masculino no Discurso Médico. (São Paulo 1890-1930). In: SOIHET, Rachel (org). O Corpo Feminino em Debate. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino**: A Medicina Da Mulher Nos Séculos XIX E XX. IN. A Obstetrícia e a Ginecologia no Brasil. Rio De Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p.107-137.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do Feminino**: A Medicina Da Mulher Nos Séculos XIX E XX. IN. O Médico de Senhoras e a Clínica de Mulheres. Rio De Janeiro. Editora Fiocruz, 2004, p. 171-215.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.135-154, jan.-mar. 2008.

MOTT, Maria Lúcia. **Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960)**. Projeto História Corpo & Cultura: Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História – PUC, São Paulo, 2002.

MORAES, L. S. S. **Saúde Materno-Infantil, Mulheres e Médicos em Teresina (1930-1950)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Piauí, 2014. p. 199.

NUNES, Silvia Alexim. A Medicina Social e a Questão Feminina. **Physys online**. V.1. p 49-74, 1991.

PALHARINI, Luciana Aparecida; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Gênero, história e medicalização do parto: a exposição “Mulheres e práticas de saúde”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez. 2018, p.1039-1061.

ROHDEN, Fabíola. **Uma Ciência da Diferença**: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. 224 páginas.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Editora Paz e Terra, 1985.



O CERRADO É MINHA CASA: A PRESENÇA DAS POPULAÇÕES EXTRATIVISTAS NO SUL DO MARANHÃO

 Ana Karina Almeida Teotonho¹

 Jaime Garcia Siqueira Jr²

INTRODUÇÃO

Com origem ainda nos anos de 1970, mas sendo efetivamente instituído apenas no ano de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado através da lei federal nº 9.985/00, tem como objetivo a conservação da biodiversidade Brasileira. Conforme disposto nesta legislação, entende-se por unidade de conservação: “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (Brasil, 2000).

A lei 9.985/2000 regulamenta a criação, a implementação e a gestão de unidades de conservação nas esferas municipais, estaduais e federais, tendo a missão de proteger e manter a integridade de determinadas áreas importantes para a preservação ambiental. Cabe salien-

¹ Universidade Estadual do Sul do Maranhão/UEMASUL - Graduada do curso de licenciatura em História – Programa de Iniciação Científica/PIBIC-UEMASUL

² Universidade de São Paulo/USP – Doutor em Antropologia



tar que, segundo Arruda (1997), no plano das unidades de conservação federais, o Ibama tem o domínio de apenas 40% das terras nas categorias Parques e Reservas, cerca de 30% não estão sob seu domínio, isto é, estão documentadas na posse de terceiros. Essas múltiplas presenças tem gerado conflitos com a administração das unidades por conta das ameaças do agronegócio.

O SNUC apresenta doze categorias de Unidades de Conservação, que se organizam em dois grandes grupos: de Uso Sustentável e de Proteção Integral. Nas unidades de uso sustentável, se encaixam as categorias de Reserva Extrativista (Resex), Reserva Particular do Patrimônio natural, Reserva de Fauna, entre outras, neste grupo concilia-se a conservação da natureza com o uso sustentável de alguns elementos naturais.

O segundo grande grupo são as unidades de proteção integral, as quais tem a finalidade de preservar a natureza, contudo, somente é admitido o uso indireto dos recursos naturais, nesta categoria as regras e as normas são mais restritivas. Pertencem ao grupo de Unidades de Proteção Integral: Reservas Biológicas, Estação Ecológica, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Parque Nacional, neste último se encontra o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o qual é objeto de estudo desta pesquisa.

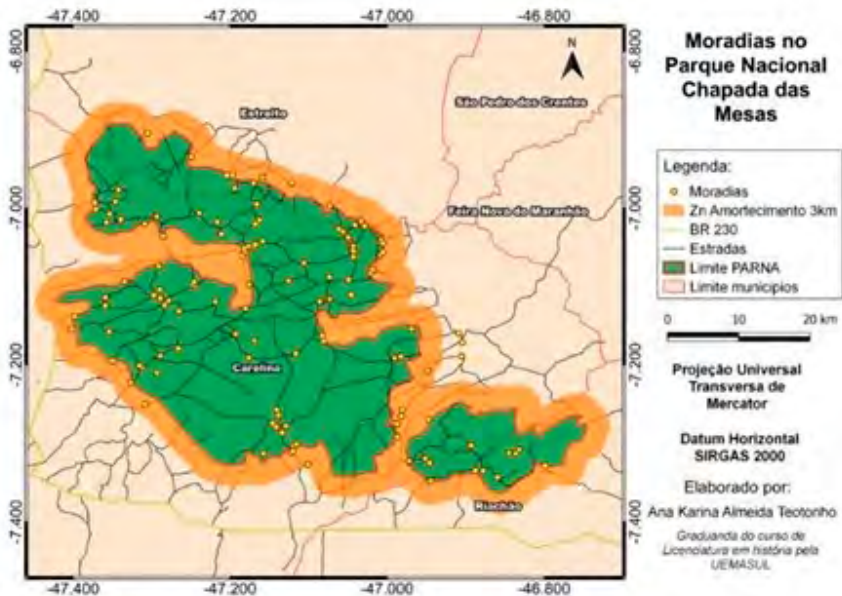
Localizado na região centro - Sul do Maranhão e abrangendo os municípios de Estreito, Carolina e Riachão, o Parque Nacional da Chapada das Mesas foi criado oficialmente em 2005 após anos de luta da população local para proteger este espaço dos avanços de atividades predatórias capitalistas, como a expansão da fronteira agrícola; além de contribuir para o desenvolvimento do turismo na região.

Abrangendo um área de 159.951,62 hectares do cerrado maranhense (Figura 1), o Parque Nacional da Chapada das Mesas é de fundamental importância para a manutenção e preservação dos biomas Cerrado, Amazônia e a Caatinga, um lugar de belezas cênicas e majestosas, composto por florestas de buritizais, apresentando uma grande diversidade em espécies da fauna e da flora, podendo ser encontrados neste



ambiente animais como a Anta (*Tapirus terrestris*), Tamanduá bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e árvores como o Ipê (*Tabebuia* sp.), Jatobá (*Hymenaea*) Copaíba, (*Copaifera* sp.) e Araçá (*Myrcia* sp.).

Figura 1 - Mapa referente ao Parque Nacional da Chapada das Mesas e localização das moradias.



Fonte: elaborado pelos autores

Geograficamente, o parque tem uma topografia predominantemente plano – ondulado, seus morros chegam a 120m de altitude, e cerca de 82,91% do solo do parque são classificados como arenosos (MORITA, MACHADO & DIAS, 2012).

Uma das características mais notáveis do PARNA são os morros de arenito que tem os seus topos planos, que foram esculpidos naturalmente ao longo do tempo pela ação da natureza (como chuvas e ventos) e são intitulados de mesas ou mesetas e por conta desta classificação o PARNA leva o nome de Parque Nacional da Chapada das Mesas.



A criação do parque está intimamente ligada ao apego dos moradores que vivem na chapada e em seus arredores, estes foram fortes influenciadores na luta para tornar o parque legalmente protegido e conter os avanços de atividades predatórias nesta região, como o avanço da fronteira agrícola, principalmente de monocultivos como soja e eucalipto, além da instalação de indústrias siderúrgicas e a expansão da pecuária.

Reconhecidos através do decreto nº 6.040/2007, os residentes do parque são considerados como comunidades tradicionais que, segundo este decreto, se classificam como:

“Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

Ainda sobre o termo “Populações tradicionais”, Arruda (1999), também discorre sobre as populações classificadas, segundo ele, como “tradicionais, são aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável (...) Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente” (ARRUDA, 1999, p.79 – 80).

Adequando-se a esta definição a população residente do PARNA vive predominantemente de atividades de subsistência e estima-se que nos anos de 2009 e 2011 existiam um pouco mais de 100 moradias dis-



persas pelo parque. Segundo uma pesquisa realizada por Silva, Araujo e Conceição (2017, p.44) são agricultores familiares que cultivam arroz, milho, mandioca, extrativistas de produtos tais como Pequi (*Caryocar coriaceum*), Bacuri (*Platonia* sp.), Babaçu (*Attalea* spp) ou vivem de trabalhos ligados ao ecoturismo, como a venda de artesanato, pequenos restaurantes e afins, cabe destacar que, após os investimentos dos governos municipal e estadual, a visitação de turistas nessas localidades do PNCM passou a ser fomentada.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Considerando a natureza protecionista dos Parques Nacionais, o Estado, imbuído de seus poderes administrativos e coercitivos, utiliza diferentes estratégias de gestão ambiental para cumprir com seu papel de agente protetor, dentre estes, cabe destacar o geoprocessamento no ordenamento territorial, o licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental, educação ambiental, e o plano de manejo empregados na regulação de atividades potencialmente poluidoras. (BRANDÃO E VIEIRA, 2012, p. 5-6)

LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

O Licenciamento Ambiental surge como instrumento de gestão ambiental após a promulgação da Lei 6.938/1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, através deste, o Estado restringe e controla atividades que sejam potencialmente poluidoras, o que é devidamente descrito no Art. 10. Vale ressaltar que todas as licenças são concedidas com exigências do órgão licenciador que se apresentam na forma de condicionantes ambientais, estas deverão ser atendidas pelo empreendedor nos prazos e periodicidades definidas na licença, onde o descumprimento das mesmas poderá ocasionar em suspensão da licença ou mesmo sanções jurídicas diversas. (BRASIL, 1981)



Para o pleno funcionamento do licenciamento ambiental enquanto instrumento de gestão, o Estudo de Impacto Ambiental se faz essencial, uma vez que, por meio deste, o empreendimento demonstra ao Estado os impactos ambientais de suas atividades, além do plano de ação a ser adotado para mitigá-los. Através do estudo de impacto ambiental, o órgão licenciador pode emitir parecer favorável, ou não, concedendo a licença ambiental neste primeiro caso. (FONTENELLE, 2004, p. 291)

Desta maneira, tanto o licenciamento ambiental, quanto o estudo de impacto ambiental, se constituem como importantes ferramentas de gestão ambiental dos Parques Nacionais, uma vez que controlam, regulamentam, monitoram e restringem as atividades potencialmente poluidoras que possam incidir sobre estes. (KOBELITZ *et al.*, 2011, p. 245)

GEOPROCESSAMENTO

Um dos grandes desafios da gestão ambiental nas unidades de conservação é o monitoramento e ordenamento territorial. Os entraves relacionados a ações que visem disciplinar o uso e ocupação do solo ocorrem essencialmente em relação as grandes proporções de área destes espaços em relação ao efetivo de profissionais. Para mitigar estas dificuldades, é imprescindível o uso Geotecnologias voltadas para o Sensoriamento Remoto aplicado em análise espacial. (COSTA & VIEIRA, 2018, p. 74).

Através de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), os gestores da unidade de conservação podem delimitar o espaço territorial a ser protegido no momento da concepção da UC, quando implementada, podem ainda monitorar crimes ambientais como desmatamento, queimadas e qualquer uso do solo de forma irregular. (JACINTHO, 2003, p. 101); (ASSIS, 2002, p. 12); (SOUZA *et al.*, 2013, p. 4949).



EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Termo Educação Ambiental surge na década de 60, mas só passa a ganhar forma na década seguinte (anos 70), após a Conferência das Nações Unidas realizada na Suécia, com a preocupação com a crescente devastação da Natureza surge o interesse de se pensar o meio ambiente no contexto educacional. No Brasil este conceito surge apenas a partir da Constituição Federal de 1988, segundo a Lei Art.1º nº 9.795, de 27 de abril de 1999 “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. (Brasil, 1999)

No que tange a Educação Ambiental na Chapada das Mesas o decreto (federal) S/ , de 12/12/2005 expõe claramente a respeito de atividades de Educação e desenvolvimento Ambiental da região (Brasil, 2005), pautado neste decreto a UC Chapada das mesas realiza atividades de capacitação com os moradores da área de proteção, entre as qualificações encontra-se o uso da terra, manejo do fogo em área protegida e o treinamento para Guias, se tornando assim uma das ferramentas fundamentais no âmbito dos instrumentos de gestão ambiental.

Apesar de já serem conhecedores da necessidade de preservar este espaço, os moradores, através da Educação Ambiental, têm acesso a informações valiosas sobre o PARNA, adquirem conhecimentos de valores científicos que os auxiliam também em suas atividades de Ecoturismo.

Plano de Manejo

A Lei Nº 9.985, que como supracitado, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, prevê em suas normas no artigo 27, que todas as UCs devem dispor de um Plano de Manejo:



“O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente” (BRASIL, 2000).

Os Planos de Manejos (PM) das Unidades de Conservação do Brasil são de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado em 2007 pela lei nº 11.516, um órgão ambiental do governo brasileiro e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), o qual tem como missão “proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental”.

Em diversas Ucs espalhadas pelo Brasil as populações tradicionais são muitas vezes excluídas da elaboração do PM, tomando nota deste apenas após sua publicação, segundo Arruda (1999, p.93) “As pessoas que vivem no interior ou no entorno das áreas não participam em nada destas decisões. Mais que isso, as decisões costumam ser mantidas em sigilo até sua transformação em lei, justamente para evitar movimentações sociais que possam criar embaraços para os planejadores oficiais”.

O Caso da elaboração do plano de manejo da Chapada das mesas foi singular, tendo havido uma expressiva participação dos atores sociais locais, a título de exemplo, em Julho de 2006 foi organizado um evento intitulado Expedição ao Parque Nacional da Chapada das Mesas no qual contou com a participação de diversos setores da sociedade como O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Ordem dos Advogados do Brasil (seccional maranhense), secretaria estadual de turismo, Instituto Chico Mendes (ICMBio), representantes carolinenses e a comunidade local.



O principal intuito da expedição era a busca em estabelecer parcerias para a construção de um plano de manejo inclusivo e participativo. A palestra que se destacou entre os interesses dos moradores do parque foi a respeito da questão da regularização fundiária. O saldo desta expedição foi positivo levando em consideração a tomada de passos cruciais para a elaboração do Plano de Manejo, que enfim começaria a ser desenvolvido a partir deste ponto.

Apesar de ter se tornado parque em 2005, a chapada das mesas só recebeu seu PM no ano de 2019, neste plano de manejo encontram-se informações técnicas consideráveis para o entendimento de como deve ser gerida está UC, explora com clareza as informações sobre aspectos geográficos e ambientais. Há ainda o levantamento das necessidades mais urgentes e expondo as normas gerais do Parque Nacional da Chapada das Mesas, como regras para o turismo, pesquisas e atividades esportivas.

Dentro do Plano de Manejo estão desenvolvidas também as declarações de significância, no qual apontam porque os recursos e valores de uma UC são importantes a tal ponto de ser necessária a sua criação e integração ao sistema federal de unidades de conservação, segundo o plano de manejo:

As declarações de significância descrevem a natureza única da UC, bem como por que a área é importante no contexto global, nacional, regional e sistêmico, inclusive pela provisão de serviços ecossistêmicos, que podem ser especificados. Tais declarações são usadas para orientar as decisões relativas ao manejo e ao planejamento, a fim de garantir que os recursos e valores que contribuem com a qualificação da UC sejam preservados (PLANO DE MANEJO, 2019, p. 10-11)

Outro importante ponto do plano de manejo são os “componentes dinâmicos”, os quais, conforme descrito no PM “Incluem os subsídios para interpretação ambiental, o levantamento das necessidades de da-



dos e planejamento, a análise dos recursos e valores fundamentais, a identificação das questões-chave e a priorização das necessidades de dados e planejamento. Esses componentes são dinâmicos, porque irão mudar com o tempo”. (PLANO DE MANEJO 2019, p.12).

Apesar dos diversos termos e jargões técnicos utilizados no transcorrer da PM, podemos notar nos seis conteúdos para se interpretar o Plano de Manejo da Chapada das mesas, o uso da geopoesia, a sua utilização em um documento oficial é capaz de aflorar em quem o lê o sentimento de afeto pelo PARNA, termo este concebido por Kenneth White, que segundo Bouvet(2012, p.10) “a geopoética visa desenvolver uma relação sensível e inteligente com a Terra”. É provável que nenhuma outra ferramenta textual possa transmitir tão bem aos leitores do PM o sentimento do sertanejo com a terra, como a geopoesia o faz.

Foram formulados seis conteúdos para a interpretação ambiental do PNCM apresentadas abaixo:

1. aborda as águas do sertão, as quais compõem a hidrografia desta região na forma dos rios Farinha e Itapecuru, ribeirão Lajes e afluentes da bacia do Sereno , que desaguam na bacia do rio Tocantins (MARQUES ET AL,2014). O PARNA também abriga mais de 400 nascentes, e apresenta em suas belezas diversas cachoeiras. “Águas que rabiscam o sertão: Águas que brotam da terra e dão vida a rios e riachos, fontes de beleza que derramam incessantes, rabiscando o sertão com toda a pureza, calor e paz de um pedaço cristalino do Brasil, constituído pelo Parque Nacional da Chapada das Mesas”. (PLANO DE MANEJO,2019, P.13)

2. Com mesetas espalhadas por diversos pontos do PARNA, esculpidas ao logo de milênios, o formato dos morros influenciou na nomeação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, se apresentando como o segundo ponto de interpretação ambiental de acordo com o Plano de Manejo, “ Beleza cênica das mesas: Com sua beleza exuberante, composta por morros que lembram mesas, vales e chapadas, desperta sentimentos únicos de paz, em harmonia com a natureza, além de cores, cheiros, sabores e texturas, o que proporciona experiência única em



contato com a arte desenhada pela natureza no Parque Nacional da Chapada das Mesas” (PLANO DE MANEJO,2019, P.13).

3. Rico em biodiversidade e belezas excepcionais o terceiro ponto do PM destaca a variedade de aspectos físicos existentes no PARNA, poeticamente intitulado como “A melodia da vida”, o qual o Plano de manejo compõe “ A melodia da vida: O Parque Nacional da Chapada das Mesas é um recanto de sossego, onde a natureza diversa se abraça em uma mistura de cantos, cores, cheiros e sabores, qualquer alma encanta”(PLANO DE MANEJO,2019, P.13).

4.Neste ponto dos subsídios para a interpretação ambiental, retorna-se a 10 mil anos atrás quando a região da Chapada das Mesas foi habitada pelo homem primitivo, as provas de sua existência podem ser encontradas no morro das Figuras e no morro das Araras através dos grafismos rupestres, além de diversos sítios arqueológicos que em sua maioria foram encontrados pelos sertanejos. Tais morros e sítios são hoje pontos de estudos para arqueólogos e outros pesquisadores interessados em examinar mais profundamente a vida dos primeiros habitantes desta região.

Pontanto no quarto ponto temos: “Nossas origens reveladas: Os grafismos rupestres, que aguçam a curiosidade do saber e entender, trazem respostas de nossa origem, cultura e modo de vida, testemunhos dos povos antigos revelados nos paredões do Parque Nacional da Chapada das Mesas (...)”(PLANO DE MANEJO,2019, P.13).

5. No quinto ponto que temos uma introdução ao turismo da região em “Caminhos do sertão” onde são apresentadas as atividades recreativas, que em grande parte contam com a ajuda dos moradores da área, utilizando das informações obtidas através de anos em contato com a natureza local, estes se dispõem a auxiliar os visitantes, “Caminhos do sertão: No Parque Nacional da Chapada das Mesa, os amantes da vida ao ar livre podem desfrutar de trilhas de diferentes durações, onde podem apreciar mirantes, cachoeiras, cavernas e rios, com o apoio do conhecimento dos sertanejos”(PLANO DE MANEJO,2019, P.13).



6. É indiscutível a força e a tradicionalidade de natureza sertaneja encontrada nesta região, fazendo parte da cultura em todos os âmbitos, na música, nos objetos, na culinária e em cada aspecto dos sertanejos, e são estas características, que embora simples, fazem parte da riqueza cultural sertaneja maranhense, e é sobre estes importantíssimos aspectos que aborda o sexto e último subsídio para a interpretação do PM:

“Raízes sertanejas: As raízes culturais dos povos da região onde se encontra o Parque Nacional da Chapada das Mesas podem ser vivenciadas por meio da hospitalidade sertaneja, em casas típicas de adobe e palha, sentados no tamborete e sob a luz da lamparina, ouvindo-se lendas de Trancoso sob a luz do luar, enquanto se aguarda a galinha caipira, acompanhada de arroz com pequi e farinha de puba, ao som do forró pé-de-serra, com zabumba, triângulo, sanfona e pandeiro”. (PLANO DE MANEJO, 2019,P.13).

No que concerne a essa abordagem, Morais ressalta que “Estes viam e vivem predominantemente da criação de gado e da agricultura de subsistência, aderindo, no entanto, às influências indígenas observadas nos seus modos de saber, fazer e viver, e refletidas, sobretudo, na apropriação da cultura material, no uso da terra e de seus recursos naturais”. (MORAIS, 2016, p.65)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar ainda algumas questões que devem ser resolvidas para uma melhor qualidade de vida desta população tradicional como investimentos em saneamento básico e eletricidade e melhorias na educação local, é necessário ainda, maiores fiscalizações na região para evitar a retirada ilegal de madeira ou a atividades de caça realizados por agentes externos ao PARNA.



Quanto ao turismo nota-se uma via de mão dupla: para o visitante há a experiência e para os moradores locais há o ganho econômico, o parque recebe hoje visitantes de todos os lugares do Brasil (e do exterior), é importante para a experiência humana estar em contato com a beleza natural, mas é necessário a busca por imbuir a consciência ambiental e respeito ao local que se visita, sem degradá-lo ou agredi-lo, o deixando protegido para gerações futuras.

Quanto aos benefícios do ecoturismo, é possível afirmar que melhorou a vida de diversos pequenos empreendedores da região que passaram a investir em ferramentas turísticas tendo um retorno econômico e uma fonte de renda, segundo Araújo, Silva e Conceição (2019, p. 185) “o turismo dos municípios de abrangência da UC da Chapada das Mesas, impactando diretamente na melhoria da vida dos habitantes locais que passam a contar com a geração de emprego e renda, notadamente, no setor de serviço do turismo e do comércio e para os visitantes que usufruirão dos serviços e da contemplação das belezas naturais”.

Inicialmente surgido na década de 1970 mas só tomando forças nos anos 2000, os movimentos em busca da preservação do parque foram protagonizada pelos seus atores sociais, “sua” gente em busca de proteger “sua” terra e o que tinham por “Casa”, exigências estas que começaram tímidas mas que crescem juntamente com as ameaças de destruição, com a participação de representantes locais, ambientalistas e a comunidade conseguiriam finalmente realizar o sonho vivido em conjunto, o de tornar aquela região o “Parque Nacional da Chapada das Mesas”, protegido legalmente, e que segue sendo zelado pelos moradores (emparelhado com o ICMBio). E foi esta busca partida dos próprios moradores locais que torna este Parna um caso raro na realidade brasileira.



REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo - **“Populações ‘Tradicionais’ e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação”**. In Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1 Conferências e Palestras, pp. 262-276. Curitiba, Brasil, 1997.

ASSIS, JS de. **O uso do sensoriamento remoto no planejamento de unidades de conservação**. Simpósio regional de geoprocessamento e sensoriamento remoto, v. 1, 2002. Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/labgeo/srgsr1/pdfs/pa_rf_01.PDF>

BOUVET, R. **Como habitar o mundo de maneira geopoética?** Interfaces Brasil/Canadá, v. 12, n., 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/7200/5017>

BRANDÃO, Eraldo José; VIEIRA, Edinúbia Macena. **Instrumentos de gestão ambiental nas Unidades de Conservação**. Revista do Curso de Direito da UNIABEU, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2012. Disponível em: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/rcd/article/view/529>

BRASIL, **LEI Nº 11.516 DE 28 DE AGOSTO DE 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm. Acesso em: 22/05/2021.

BRASIL. **Decreto de 12 de dezembro de 2005**. Cria o Parque Nacional da Chapada das Mesas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/dnn/dnn10718.html. Acesso em: 21/05/2021

BRASIL. **decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 20/05/2021

BRASIL. **Lei nº 4.771, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Institui a Educação Ambiental**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 19/maio/2021.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Brasília, 1981. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm > . Acesso em: 22/05/2021

BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de Abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.



BRASIL. **LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.** institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.html.com. Acesso em:19/maio/2021

COSTA, Grenda Juara Alves; VIEIRA, Carla Iamara De Passos. Geotecnologias para análise da vulnerabilidade ambiental do núcleo de desertificação do Piauí. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 40, p. 59-76, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6043/4823>>

DIAS, P. A.; MORITA, J. P. & MACHADO, L. M. F. 2013. **Nota Técnica 001/2013 – PNCM**, de 21 de março de 2013 Carolina, MA. 13p.

FONTENELLE, Miriam. **Aspectos da política nacional do meio ambiente:** o estudo de impacto ambiental como instrumento preventivo da gestão ambiental. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Campos dos Goytacazes, ano, v. 4, p. 271-302, 2004. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/16013656.pdf>>

ICMBIO. **Plano de Manejo do Parque nacional chapada das mesas.** Brasília, 2019. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de manejo/plano_de_manejo_parna_chapada_das_mesas.pdf

KOBLITZ, Rodrigo Vasconcelos et al. **Ecologia de paisagens e licenciamento ambiental.** Natureza & Conservação, v. 9, n. 2, p. 244-248, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236849313_Ecologia_de_Paisagens_e_Licenciamento_Ambiental

PAROLA, CÍNTIA M. & FERREIRA, Lourdes M. 2018. **Oficina de Plano de Manejo.** Guia do Participante. Parque Nacional da Chapada das Mesas. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio):Brasília. 78p.

ROCHA, Danielly Moraes. **Entre os morros e as figuras:** gravuras rupestres no parque nacional chapada das mesas, carolina, maranhão. Sergipe. 2016. Tese de Mestrado. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riu>

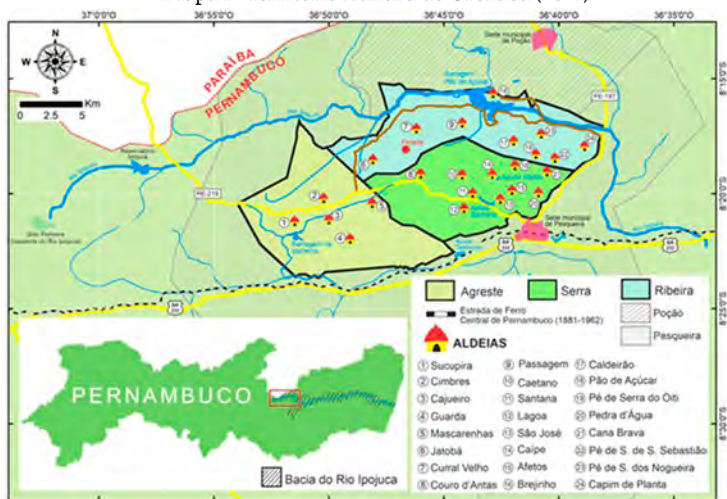


XUKURU DO ORORUBÁ: OS INDÍGENAS NA HISTÓRIA E A HISTÓRIA AMBIENTAL NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

 Edson Silva¹

O povo Xukuru do Ororubá, foi contabilizado em mais de 12 mil indígenas, habitando 27.555 hectares nos municípios de Pesqueira e Poção, distante 217 km do Recife, no Semiárido pernambucano, região com poucas chuvas, longas estiagens ou secas prolongadas.

Mapa 1 - Território Xukuru do Ororubá (2021)



Fonte: SILVA, CUNHA, PINHEIRO FILHO, 2022, p.80.

¹ Professor Titular de História da UFPE.



Em um mapa recente (2022) estão as três regiões geoclimáticas (ver mapa), como os indígenas dividiram o território demarcado: a Serra, mais povoada e próxima a zona urbana de Pesqueira. Região do Brejo de São José, com uma quantidade de fontes d'água na maior parte do tempo perenes; o Agreste, região seca, de altitude, predomínio de solo pedregoso e onde em 1669 missionários fundaram o Aldeamento do Orubá (atual Aldeia Vila de Cimbres); e a Ribeira, região extensa e bastante seca cortada pelo intermitente rio Ipojuca, sendo parte do Município de Poção tendo como limite o rio, e se estendendo até próxima à fronteira com a Paraíba. Essa região é também chamada pelos indígenas a "Ribeira do Ipojuca", onde a maioria das aldeias estão localizadas próximas ao longo do percurso do rio.

Os povos indígenas no Nordeste, a maioria habitantes no Semiárido, desde as primeiras décadas do Século XX conquistaram considerável visibilidade sociopolítica nas mobilizações afirmando as identidades étnicas diferenciada e direitos específicos, sobretudo a demarcação das terras. Estas, no Semiárido, localizadas em regiões onde historicamente ocorreram conflitos violentos com colonizadores e invasores nas disputas pelos recursos naturais, as fontes de água, as terras disponíveis garantindo a vida para os humanos, animais e plantas

A região do Semiárido brasileiro foi oficialmente definida com aquela onde chove uma média anual igual ou inferior a 800 mm, com um déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano. E delimitada compreendendo estados do Nordeste, à exceção da fronteira do Piauí com o Maranhão e apenas dois municípios desse estado, incluindo ainda o Norte de Minas Gerais (TEIXEIRA, 2016). E também excluindo a região litorânea, como observado no mapa acima. O Semiárido brasileiro é considerado o mais habitado na Terra. Em grande parte, caracterizado pelo Bioma Caatinga, no Semiárido ocorrem secas periódicas ou longas estiagens, com consideráveis impactos para os humanos, a fauna, a flora e o Ambiente.



A colonização/ocupação portuguesa na região do atual Agreste/Semiárido pernambucano iniciou após meados do Século XVII, quando ocorreu uma grande pressão demográfica na região litorânea impulsionando a colonização para o interior. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar, uma gramínea bastante suculenta apreciada pelos bovinos. Multiplicaram-se os pedidos à Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993, p.23-26). Foram concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial, com invasões das terras indígenas.

Para a instalação das fazendas de gado no atual Agreste/Semiárido pernambucano era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava sobre o aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993, p.35). Dez anos mais tarde, por volta de 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de índios Xukuru (MEDEIROS, 1993, p.51-53).

Os missionários Oratorianos dedicavam-se ao comércio de gado, tornando produtivas as terras sob o domínio da Congregação, permitindo com isso a compra de mais terras, até então ocupadas por sesmeiros, nas localidades próximas a missão (MEDEIROS, 1993, p.63-64). O local era considerado como “a chave de todo aquele sertão”; esta foi a razão de ter sido mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no atual Semiárido pernambucano até o cearense.

Como determinou a legislação portuguesa, com o Diretório do Marquês de Pombal de 1757, o antigo Aldeamento do Ararobá foi elevado em 1762 à categoria de Vila com o nome de Cimbres. A transformação das missões/aldeamentos em vilas por determinação foi justificada como um projeto para a civilização dos índios e a incorporação à cultu-



ra colonial portuguesa por meio, dentre outras medidas, que os lugares seriam nomeados com denominações de povoações portuguesas. Cimbres é um povoado no Distrito de Viseu, Norte de Portugal.

As vilas tinham uma administração civil em substituição aos missionários. Sendo proibidos aos índios falar a língua nativa, a nomeação apenas com nomes e sobrenomes portugueses. E com o estímulo oficial para os casamentos mistos, o incentivo para moradia nas novas vilas de colonos vindos de Portugal, favorecendo a mestiçagem e as invasões das terras indígenas. Nas terras das antigas missões transformadas em vilas de índios, onde como determinava o Diretório Pombalino se instalara arrendatários, ocupantes dos territórios tradicionais indígenas. A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório de Pombal, reconhecendo outra vez os aldeamentos indígenas, mas desconsiderando nas terras o livre estabelecimento de não índios. Aos indígenas restavam pequenas glebas de terras e o trabalho como mão-de-obra para os fazendeiros (SILVA, OLIVEIRA, SANTOS JÚNIOR, 2018).

As vilas de índios passaram a ser oficialmente vilas sem índios, os moradores considerados pelos não indígenas mestiçados, foram chamados de caboclos. Amparados pela legislação, por regras que estabeleceram e com a omissão, conivência ou apoio das autoridades, os fazendeiros invasores se apossaram de grandes extensões de terras indígenas. E pouco a pouco por meio da ocupação de cargos públicos, impuseram o controle político hegemônico em Cimbres e adjacências, situação que se concretizou ao longo do século XIX.

A Constituição de 1822 não tratou dos índios e até 1845 as províncias legislaram sobre a temática indígena, favorecendo arrendamentos e esbulhos de terras indígenas. Em 1845 o Governo Imperial por meio do “Regulamento das missões de catequese e civilização indígenas”. Estava revogada a legislação pombalina e reconhecidos as povoações indígenas existentes. Mas, foi instituída em cada província uma Diretoria Geral dos Índios, geralmente ocupada por um político fazendeiro, para administração das aldeias. Em Pernambuco ocuparam o cargo de Dire-



tor Geral dos Índios senhores de engenho e latifundiários vinculados ao Partido Conservador (SILVA, 1995).

Em 1850 o Governo Imperial promulgou a Lei de Terras determinando o registro de propriedades em cartório. Após a Lei de Terras os fazendeiros e as autoridades provinciais solicitaram sistematicamente ao Governo Imperial a extinção do aldeamento de Cimbres. Os limites das terras do aldeamento foram objeto de uma longa discussão quando em 1862 a Câmara de Cimbres e a Diretoria Geral dos Índios chegaram a um acordo. Todavia, o conflito permaneceu, e aumentaram as pressões sobre o aldeamento de Cimbres. Um “Aviso” de 1863, enviado pelo Ministério da Agricultura, autorizou à Presidência da Província de Pernambuco o aforamento das terras indígenas (SILVA, 2017).

A Câmara de Pesqueira em ofícios endereçados as autoridades provinciais, alegando que não existiam mais índios Xukuru e sim caboclos e da necessidade de expansão do Município, requeria continuamente as terras indígenas como patrimônio. Atendendo as solicitações, em 1879 o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres. Com a extinção do antigo foram favorecidos os arrendatários, muitos deles vereadores e fazendeiros invasores das terras Xukuru, membros da oligarquia, local com consideráveis relações e influências na política provincial e nacional (SILVA, 2077).

Os indígenas Xukuru do Ororubá nas memórias orais relatam que com as invasões sistemáticas de suas terras e a decretação da extinção do aldeamento de Cimbres, poucas famílias migraram para terras de outros aldeamentos, também posteriormente declarados oficialmente extintos. Dezenas de famílias indígenas engrossaram o grande contingente de mão-de-obra que se dispersou por regiões vizinhas. Ora trabalhando nas fazendas em suas próprias terras invadidas, como moradores ou agregados, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-teto, ocuparam as periferias dos centros urbanos próximos, em cidades no Agreste pernambucano como Garanhuns, Pesqueira, Lagoa dos Gatos, Correntes (SILVA, 2009).



Como a Serra do Ororubá está localizada na fronteira pernambucana com o Sertão paraibano, muitos indígenas também migraram para o Sertão daquele estado, onde foram trabalhar nas lavouras de algodão. Outras famílias indígenas fugindo de perseguições, da fome e da seca, foram trabalhar nas plantações da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, se estabelecendo nas cidades próximas a lavoura canavieira (SILVA, 2017).

Após a extinção oficial do aldeamento de Cimbres em fins do século XIX, na Serra do Ororubá muitos xukurus sem-terras passara a morar “de favor” em terras nas mãos dos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam nas lavouras que próximo as colheitas, eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro. Outra opção para os índios sem-terras era o chamado trabalho arrendado. Em suas memórias orais os Xukuru do Ororubá narram que eram grandes as pressões dos fazendeiros sobre aqueles com pequenos pedaços de terras, para arrendá-las, comprá-las ou tomá-las à força. O que provocou a dispersão de famílias indígenas (SILVA, 2017).

Na atual região de Cimbres, onde foi instalada a Missão do Ararobá, a área montanhosa favoreceu a formação de brejos que se constituem em espaços subúmidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante. Estudos apontaram que uma derivação da Serra da Borborema que se estende pela região do Semiárido, desde o Ceará até Pernambuco, se inicia exatamente no município de Pesqueira, espalhando-se por regiões vizinhas. Nas cercanias do vale do intermitente rio Ipojuca que corta o território dos indígenas Xukuru do Ororubá, estão localizados os brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção (PÔRTO; CABRAL; TABARELLI, 2004).

No Semiárido existem também os chamados “brejos”. Em meio ao conhecido Ambiente das Caatingas, as áreas úmidas agricultáveis historicamente são disputadas por invasores não indígenas. Os Brejos de Altitude são áreas com matas serranas, lugares úmidos com cobertura



vegetal volumosa e há milênios densamente povoados, concentrando maiores índices anual de chuvas e fontes de água. E nos Brejos de Pé de Serra estão áreas agricultáveis, com as lavouras, a roça de feijão, milho, mandioca, hortaliças, fruteiras, a criação de bodes e galinhas para o consumo e os excedentes que abastecem as feiras de cidades vizinhas ou os centros urbanos maiores e até capitais nordestinas (SOBRINHO, 2005, p.163-164).

Nos brejos pernambucanos nascem riachos irrigando os sopés das serras e rios intermitentes correndo em direção ao São Francisco ou para o litoral. Na Serra do Ororubá, na região do “Agreste” nasce o Rio Ipanema que deságua no Rio São Francisco. E na vizinha Serra do Pau d’Arco estão as nascentes do Rio Ipojuca, ambos com águas somente após as chuvas e o Ipojuca irrigando os plantios na região da “Ribeira”, área mais seca no território indígena.

A fertilidade das terras na Serra do Ororubá foi sempre ressaltada. No “Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”, elaborado na última década do Século XIX e publicado em 1908, foi destacada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece” (GALVÃO, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e os usos medicinais.

As referências sobre as plantas medicinais evidenciam a utilização tradicional pelos indígenas. O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer



as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam algumas engenhocas para produção de rapadura e também aguardente. Enfatizando a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando escreveu: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citando ainda artigos produzidos pelos índios: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da Serra de Ororubá” (GALVÃO, 1908, p. 182).

No Semiárido pernambucano, os brejos são pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira e a região seca. Os brejos com matas de serras e cursos d’água, favorecem a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p.176). Assim, durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

No verbete “Cimbres”, encontrado no “Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco”, publicado em 1863, além de ter reconhecido a existência de índios na Serra do Ororubá, o autor ressaltou a riqueza natural do lugar, quando escreveu:

Esta vila é propriamente uma aldeia, habitada por indígenas, que muito se gloriam de ser descendentes dos Xucurus e Paratiós, porém muito preguiçosos. Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado. (HONORATO, 1976, p.38)

Um exemplo para compreender a situação dos indígenas nesse contexto, foi a trajetória de vida de Gercino Balbino da Silva. Nascido em 1924, na Aldeia Cana Brava, uma das muitas localidades na Serra do



Ororubá, conhecido por “Seu” Gercino, faleceu aos 83 anos em junho de 2007. Na época em que nasceu as terras do antigo aldeamento estavam invadidas por fazendeiros criadores de gado e senhores de engenhos, que nas áreas dos brejos plantavam cana para produção de cachaça e rapadura.

Os brejos das serras foram sendo usados como refrigério para o gado dos fazendeiros, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao gado certas serras, como as de Jacarará, da Moça e de Ororobá, em Pernambuco. (ANDRADE, 1998, p. 157)

Uma grande produção de leite era também contabilizada e exaltada pelos jornais no município de Pesqueira naquela época. Fartura para uns poucos, miséria para muitas famílias Xukuru. Um período difícil rememorado por “Seu” Gercino.² Época de muita fome, com muitas crianças mortas por desnutrição como evidenciados nos próprios dados oficiais disponíveis nos arquivos da Prefeitura de Pesqueira. O menino Gercino foi um dos sobreviventes. A opção para a família de Gercino assim como para muitas outras famílias indígenas, era o chamado trabalho alugado. Sem terras para plantar e viver, os pais de Gercino foram morar em Sítio do Meio, também localizado na Serra do Ororubá, com os avós do menino que trabalhavam “de alugado” para um fazendeiro local. Desde criança Gercino enfrentou uma vida árdua.

² A entrevista com “Seu” Gercino, na época com 80 anos, foi realizada em agosto/2004, na Aldeia Pedra d’Água. Território Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE (SILVA, 2017).



Aos oito anos, como seus pais e avós, trabalhava no “cabo da enxada”, porém só recebia cinco tostões por dia. Era a metade de uma diária paga a um trabalhador adulto.

Como muitas famílias indígenas na Serra do Ororubá, além do trabalho alugado os familiares de Gercino eram moradores nas terras em mãos dos fazendeiros. Moravam “de favor” e plantavam roça: milho e feijão para a subsistência. Com o compromisso de plantar também o capim para o gado do invasor. Muitas vezes, mal dava tempo para colheita da lavoura plantada para o consumo. Com o milho ainda verde o fazendeiro soltava o gado na plantação destruindo a roça. O gado engordava, enquanto os indígenas viviam a fome.

Acompanhando os parentes índios xukurus o jovem Gercino migrou para “o sul”, como chamavam a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Para trabalharem nos canaviais e nas usinas de cana-de-açúcar. Na esperança de retornar trazendo um pouco de dinheiro para os familiares como os mais idosos, mulheres, crianças e todos que não podiam ir para “o sul”. A falta de terras para trabalhar, provocava a migração em busca de trabalho em locais distantes de onde habitavam.

Os dados sobre óbitos na década de 1940 encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira evidenciam uma elevada taxa de mortalidade infantil. Foram registradas muitas mortes de crianças com apenas meses, ou ainda nos dois primeiros anos de vida nos “sítios” Cana Brava, São José, Santana, São Braz, Tionante e Lagoa, todos localizados na Serra do Ororubá. Estão registradas também as mortes de pessoas adultas, a maioria com idade avançada, que, assim como as crianças, trazem sobrenomes de conhecidas famílias indígenas habitantes nessas localidades, a exemplo de Bispo, Romão e Nascimento, em Cana Brava; Simplício, em São José.

Jornais registraram o aumento de pedintes na cidade de Pesqueira. E possivelmente muitos eram indígenas. Fome e mendicância para muitos, fartura e alegria para uns poucos. Situação evidenciada no trecho de uma reportagem: os campos tomateiros da firma Carlos de Brito



S.A. (fábrica Peixe) em uma área de quase cinco mil hectares, com recorde de 60 milhões de quilos colhidos do tomate. O noticiário prosseguiu exaltando as qualidades do “Comendador” Manoel de Brito, o proprietário da “notável organização Peixe”, que, com um trabalho intensivo, a cada ano (SILVA, 2017).

A inauguração da estação ferroviária de Pesqueira em 1906, além de favorecer o transporte seguro de passageiros até Recife e cidades no trajeto, possibilitou o escoamento de produtos daquela região e o trânsito comercial com a Capital. A indústria de doces iniciada timidamente também no início daquela década, teve um grande impulso inclusive para compras de máquinas que ampliaram o parque fabril e a capacidade produtiva. Mas, com um custo socioambiental considerável impactando os Xukuru do Ororubá e o Ambiente na região.

O desmatamento e o uso indiscriminado dos mananciais de água agravaram a situação em períodos de seca. Na Serra do Ororubá e áreas vizinhas, o gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate. Os roçados de umas poucas famílias indígenas, os sítios, eram pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas. As matas úmidas características da Serra foram derrubadas. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois a cobertura vegetal de outrora continuavam a ser substituída por cafezais, goiabeiras, bananeiras e outras frutas (SETTE, 1956).

As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que trafegava de Pesqueira ao Recife, e mais “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p.12). Ocorria, portanto, a destruição do patrimônio natural para atender às exigências da lógica econômica em vigor com o crescimento da agroindústria e a criação de gado. A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a “plantation” do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe



os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação” (SETTE, 1956, p. 14).

Também a água para as fábricas e para o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica Peixe possuía açudes que abasteciam suas unidades fabris. Contudo, era vivenciado o “cruciente problema da água”, agravado principalmente na época das secas, como citou um pesquisador: “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas” (SETTE, 1956, p.94).

As colheitas de frutas, tomates eram destinados a agroindústria de doces, conservas e os plantios capim a alimentar o gado para a produção de laticínios, nas várias fábricas como a Tigre, Paulo de Brito, Peixinho, Recreio, instaladas na área urbana de Pesqueira, sendo a Peixe e a Rosa as maiores. Todavia, os custos sociais do exaltado progresso eram socioambientais questionáveis. Nesse contexto, famílias indígenas na Serra foram forçadas a migrarem para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos fazendeiros, tornara a situação social muito grave na cidade. Não existiam emprego para todos nas fábricas. Ocorreu o surgimento de aglomerações na periferia, formadas, na maioria, pelas habitações do operariado. Dentre estes, muitos eram índios da Serra do Ororubá, que se concentravam no Bairro “Mandioca”.

No final dos anos 1980 após a participação na campanha da Assembleia Nacional Constituinte, com a atuação marcante do Cacique “Xicão”, os Xukuru do Ororubá retomaram as mobilizações por direitos. Em novembro de 1990, os indígenas reocuparam a área da Pedra d’Água que se encontrava nas mãos de 15 posseiros não-índios. Afirmavam os índios que a Pedra d’Água era um local de rituais indígenas sagrados e estava sendo desmatada por posseiros. Motivados pelas conquistas na Constituição de 1988 e contando com o apoio de outros povos indígenas no Nordeste e de setores da sociedade civil, reocuparam áreas de várias fazendas até então nas mãos de posseiros.



O acirramento dos conflitos entre os “Xucurus” e fazendeiros que eram posseiros nas terras então reivindicadas pelos indígenas, entre os fins dos anos 1980 e meados dos anos 1990, foi motivo de extensas reportagens publicadas do Recife e do Sudeste. Enquanto os fazendeiros negavam a presença de índios “puros” ou a ocorrência dos conflitos, os Xukuru do Ororubá denunciavam as violências, a miséria e a fome em razão de terem suas terras invadidas por grandes criadores de gado (SILVA, 2017). Para impedir as mobilizações indígenas a mando dos fazendeiros o Cacique “Xicão” foi assassinado por um pistoleiro em 1998, e posteriormente, outras lideranças do povo Xukuru do Ororubá. Todavia, organizados e com o apoio da sociedade civil, os indígenas pressionaram as autoridades públicas para a demarcação do território indígena, ocorrida em maio de 2001.

A história dos Xukuru do Ororubá é, portanto, pautada por mobilizações pela afirmação, conquista e garantias de direitos no diferentes cenários sociopolíticos, em diversos contextos sociohistóricos onde assumem o protagonismo enquanto um povo indígena no Nordeste (OLIVEIRA, 2004; 2011) e habitante no Agreste/Semiárido pernambucano. Sendo muito necessário refletir sobre essa trajetória histórica para compreendermos as reivindicações indígenas na atualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6. ed. Recife, Edufpe, 1998.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Diccionario Chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco**. 2. ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)**. João Pessoa, Ideia, 1993.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes**. Recife, SUDENE, 1980.



OLIVEIRA, J. P. de. (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2004.

OLIVEIRA, João P. de. (Org.) **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2004.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro. Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance!** Movimento indígena no Nordeste. Recife: Fundaj, 2013.

PÔRTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P.; TABARELLI, Marcelo. (Orgs.) **Brejos de Altitudes em Pernambuco e na Paraíba**: História Natural, Ecologia e conservação. Brasília, MMA, 2004.

SETTE, Hilton. **Pesqueira**: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

SILVA, Edson. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife, UFPE, 1995 (Dissertação Mestrado História).

SILVA, Edson. Os Xukuru e o “sul”: migrações e trabalho indígena na lavoura canaveira em Pernambuco e Alagoas. **Clio** (UFPE), v. 26.2, p. 215-244, 2009.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1950-1988**. 2. ed. Recife, EDUFPE, 2017.

SILVA, Edson; OLIVEIRA, Edivania G. S.; SANTOS JUNIOR, Carlos F. Os povos indígenas no “Sertão verde”: mobilizações, conflitos e afirmações identitárias no Semiárido pernambucano. In: **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência no Semiárido. Campina Grande/PB: INSA, 2018, p. 129-149.

SILVA, Edson; PINHEIRO FILHO, João Domingos; CUNHA, Maristela Casé. O Ipojuca, um rio na História no Semiárido brasileiro: caminhos de águas, de terra e de ferro. In: **Rios e histórias: séculos XIX e XX**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2022, p.78-104.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31 n. 3, setembro/dezembro 2016, p.769-797.



“O CARIRI É LINDO E RICO, NÃO PODE SER SERTÃO”: INSTITUTO CULTURAL DO CARIRI, NATUREZA E NARRATIVAS DA REGIÃO (1950-1970)

 Jane D. Semeão e Silva¹

A princípio éramos terra deserta coberta de luxuriante vegetação, cheia de águas que brotavam das nascentes do planalto do Araripe, rica de caça e mel e frutos silvestres. Pasmaram os primeiros povoadores [...] da imponência e da beleza da região que, de futuro, tomaria o nome de Cariri (PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 29)

A fundação do Instituto Cultural do Cariri (ICC)² em 1953 na cidade do Crato, localizada no sul cearense, resultou da ação de representantes da elite local em trabalhar pela valorização e progresso do Cariri, alinhando interesses políticos, materiais e o sentimento afirmado de “amor à terra” ao projeto de “alevantamento moral, intelectual e material da região”. Com esse intuito, seus idealizadores mobilizaram alguns intelectuais e outros membros de destaque da sociedade caririense, especialmente cratense, para que, a partir de suas especialidades, atuassem em favor do “engrandecimento” e “valorização” do Cariri cearense.

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Doutora em História pela UFRGS.

² Daqui em diante será referido apenas como ICC. A agremiação está em funcionamento até hoje, mas seu período de maior efervescência intelectual correspondeu às décadas de 1950 a 1970.



No percurso traçado com tal fim, elaboraram representações sobre a região a partir de seus diversos campos de atuação produzindo, em função de demandas do presente, uma regionalização do Cariri através da invenção de tradições e atualização de imagens que circulavam desde o oitocentos. Os investimentos simbólicos mobilizados por seus agentes, inventavam uma identidade caririense produzindo, dessa forma, uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008) a partir da regulação de aspectos que identificariam o Cariri ao Nordeste e à nação, mas que também o distinguiria (SILVA, 2019). As temáticas da História, Cultura (folclore) e Natureza forneceram os principais elementos necessários a essa imaginação.

Dentro do projeto político e cultural do ICC de valorização e visibilidade do sul cearense, a (re)escrita da História do Cariri ocupou lugar de honra entre as preocupações e ações de seus intelectuais. Atribuía-se à História a função de promover a união pátria, garantir a continuidade histórica e, nesse sentido, alimentar o “espírito” e a “mentalidade regionalista”. Tendo em vista esta compreensão, alguns dos principais nomes da instituição dedicaram-se a revisitar o passado caririense a fim de melhor integrá-lo à história nacional, explorando as especificidades da experiência local - o que também incluiu alguns trabalhos de caráter histórico-sociológico. Para dar contornos ao que se definia como “Cariri cearense”³, sistematizaram uma produção historiográfica em que, além dos acontecimentos políticos, aspectos de seu povoamento, organização econômica-social, cultura e natureza compuseram seus quadros representativos. O que tornou a escrita da história regional *locus* privilegiado para a construção de representações sobre o Cariri.

³ No Nordeste brasileiro há duas regiões designadas por “Cariri”, a do sul cearense e a que fica ao centro do estado paraibano. Durante algum tempo foi comum referir-se à região da Paraíba como “Cariris Velhos” e à do Ceará como “Cariris Novos” para diferenciar seus processos de ocupação, já que o Cariri cearense foi conhecido e colonizado após o paraibano.



Nesse sentido, este texto problematiza, a partir da obra *O Cariri. Seu descobrimento, povoamento, costumes*, lançado em 1950 por Irineu Pinheiro, como uma regionalização do Cariri, a partir da historicização de sua identificação com elementos do mundo natural, foi operacionalizada na invenção de uma identidade paisagística através da transmutação da natureza em uma paisagem tipicamente carirense em que se opunha “Sertão” e “Cariri”.⁴ O livro tornou-se grande referência para a escrita de uma história regional, tendo sido citado inúmeras vezes por pesquisadores locais e de outras localidades ao longo das décadas seguintes, satisfazendo o desejo expresso pelo autor em seu preâmbulo: “tudo o que escrevi, julgo, é um subsídio modestíssimo, mas útil, certamente, aos que se aventurarem a construir nossa História” (PINHEIRO, 2009, p.5).

ESCRITA DA HISTÓRIA NO PROGRAMA DO ICC

A escrita da história caririense foi pauta principal no projeto do ICC, como pode ser percebido em seus estatutos, nas ações de pesquisa, publicações e ensino empreendidas entre as décadas de 1950 e 1970. O próprio discurso pronunciado por Irineu Pinheiro, em sua posse como primeiro presidente da instituição, expôs essa bandeira ao destacar, exclusivamente, a necessidade de se (re)escrever a história do sul cearense. Utilizando-se de alguns exemplos, como a imprecisão em torno da “data de nosso descobrimento”, demonstrou e argumentou em sua longa exposição que havia “muito que se rever e corrigir” sobre alguns dos episódios e principais personagens históricos do Cariri (PINHEIRO, 2010, p.539-555).

⁴ Trabalharei aqui com a edição fac-símile de 1950, lançada pela Fundação Waldemar Alcântara no ano de 2009. Este artigo é resultado de um dos capítulos de minha tese de doutoramento, financiada pela CAPES e defendida em 2019. O objetivo do trabalho foi analisar a inserção da natureza nos projetos e representações da regionalidade dos fundadores e sócios do Instituto Cultural do Cariri, examinando suas formas de “culturalização” enquanto paisagem na construção de uma representação paisagística identitária para o Cariri cearense entre os anos 1950 e 1970 (SILVA, 2019).



Da mesma forma, e como condição para a realização das investigações no campo de Clio, invocou Seignobos, Guizot e José Honório Rodrigues para ressaltar a importância dos documentos históricos e lastimar o estado em que se encontravam os locais de seu armazenamento na cidade do Crato. A preocupação com o destino dessa “riqueza histórica” era alimentada pelo valor de prova atribuída às fontes histórica, portanto, de garantia de legitimidade às interpretações sobre o passado, e pela crença no papel unificador e pedagógico da História - capaz de gerar sentimentos de identificação regional ao estabelecer pontos de articulação entre passado, presente e futuro e de criar amor à terra de nascimento (PINHEIRO, 2010, p.539-555). Nesse aspecto, os fundadores do ICC e demais membros seguiram, em suas linhas mestras, homólogos protocolos de constituição das identidades nacionais no que se refere à apropriação e usos do passado (SILVA, 2019). As representações históricas sobre o Cariri cearense, difundidas nos mais diversos suportes de vulgarização, funcionariam, então, como fundamento ao princípio coesivo necessário à invenção de sua identidade enquanto região: uma experiência e memória históricas que, ao conectar os indivíduos a um passado comum, lhes dariam existência e sentido enquanto comunidade imaginada.

A abordagem, discussão e difusão de temáticas históricas em jornais, livros, rádio, revistas, em comemorações de efemérides e na disciplina de “História do Cariri” da Faculdade de Filosofia do Crato⁵ indicam o investimento e sucesso, pode-se dizer, da empreitada historiográfica levada à cabo pelos fundadores do ICC. Os esforços empregados em pesquisas e sua publicização pelo Cariri a fora, somado ao estabelecimento de uma rede de contatos com instituições congêneres e intelectuais de outros estados, além de intervenções em favor da fixação de uma me-

⁵ A Faculdade de Filosofia do Crato, criada em 1959 e instalada no ano seguinte, foi fruto dos esforços da Diocese do Crato e de alguns intelectuais ligados ao Instituto Cultural do Cariri.



mória histórica – como em torno da data de 1817 e da família Alencar –, tornaram em pouco tempo a agremiação e alguns de seus membros referências obrigatórias para os que buscavam informações e conhecimento sobre a região.

No campo das investigações históricas, seus principais nomes, em função do volume de pesquisas e sua divulgação, foram Irineu Piniheiro, Padre Antônio Gomes de Araújo e José de Figueiredo Filho que, não coincidentemente, destacaram-se como os maiores responsáveis pela criação do ICC e seu direcionamento às preocupações de ordem histórica.⁶ De fato, as ações sistematizadas de (re)escrita e vulgarização da história do Cariri promovidas por esses agentes repercutiram significativamente durante e para além das décadas aqui recortadas através da publicação de livros, textos em jornais, revistas e Anais de congresso – como o fez José de Figueiredo Filho, que participou dos encontros da ANPUH em 1967 (Rio Grande do Sul), 1969 (Campinas-SP) e 1973 (Goiânia).

O engajamento desses intelectuais no projeto de (re)escrita do passado caririense foi guiado pelo entendimento do valor da história como chave importante para criar e alimentar o sentimento de pertencimento à região, compreender o presente e orientar ações no futuro. Seguindo, nesse aspecto, uma cultura histórica oitocentista e protocolos de construção da história nacional, concentraram-se com afinco sobre o tema das “origens” e na instituição de uma representação heroica e progressista para marcar a singularidade do Cariri e dos carirenses no conjunto estadual e nacional. A (re)escrita da história do Cariri cumpria, assim, um duplo papel: 1- o de marcar e firmar o devido lugar do sul cearense na historiografia estadual e nacional; 2- o de função cívico-pedagógica (SILVA, 2019).

⁶ Com formações iniciais diferenciadas, médico e padre, respectivamente, os dois primeiros intelectuais (auto)legitimaram-se enquanto historiadores antes mesmo de se congregar no ICC, enquanto José de Figueiredo Filho, diplomado farmacêutico, consagrou-se historiador somente ao longo de sua permanência na instituição.



Conforme anunciado na introdução deste artigo, trarei para análise o historiador Irineu Pinheiro e sua obra de maior repercussão, *O Cariri. Seu descobrimento, povoamento, costumes* - que veio à público em 1950 após alguns anos de trabalho e pequenas publicações em jornais locais de partes de seu conteúdo -, para pensar a inserção da natureza em suas narrativas históricas e a invenção de uma identidade regional a partir da transfiguração da natureza em paisagem. Formado em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1910, Irineu Pinheiro nasceu no Crato em 1881 e faleceu em 1954. Apesar do exercício da medicina, dedicou grande parte de sua vida às pesquisas históricas sobre o Crato e Cariri tornando-se, em pouco tempo, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e da Academia Cearense de Letras. Com a criação do ICC em 1953, ocupou o cargo de primeiro presidente da agremiação. Além de seu trabalho aqui em foco, escreveu também *O Juazeiro do Padre Cícero e a revolução de 1914* (1938), *Efemérides do Cariri* (1963) e *Cidade do Crato* (1953) – este escrito em coautoria com José Alves de Figueiredo Filho.

Neste ponto, gostaria de fazer uma observação que diz respeito aos motivos da seleção do autor e da referida publicação. Apesar de seu lançamento ter ocorrido em data anterior à criação da agremiação, três aspectos justificam sua escolha: 1- a repercussão e influência em produções posteriores de intelectuais da região e de outras partes do Brasil, tendo sido referenciada várias vezes quando se buscava operacionalizar uma definição e cartografia do espaço regional; 2- a abordagem das interações entre habitantes e a natureza nos processos de povoamento e formação social, política, econômica e cultural da região; 3- por ser a materialização narrativa de algumas das ideias e anseios que estiveram na base da construção do ICC e que persistiram fortemente entre os anos 1950-1970. Em sua relação e em conjunto com outras produções, considero que o livro do primeiro presidente do ICC exerceu forte influência na atualização e fixação de representações paisagísticas para o sul do Ceará.



“É VERDADE PODERMOS CONSIDERAR O CARIRI UMA ZONA À PARTE NO INTERIOR DO NORDESTE”⁷. IRINEU PINHEIRO, ESCRITA DA HISTÓRIA E NATUREZA

Na apresentação de *O Cariri. Seu descobrimento, povoamento, costumes*, Irineu Pinheiro classifica-a como trabalho “puramente regional”. Mas apesar de seu conteúdo referir-se a um recorte espacial específico do território brasileiro, ressaltou acreditar “que não desinteressará ao leitor do norte, do sul ou do centro do Brasil” já que, afirmou ele, “é um grande todo indiviso a nossa Pátria, ligada pela mesma língua, pela mesma religião, pelas mesmas tradições, pelos mesmos costumes que, aqui e ali, bem poucas vezes, se poderão diferenciar” (PINHEIRO, 2009, p.5). Integrado o Cariri ao Brasil, enquanto pertencente a uma unidade pátria, o movimento seguinte de Irineu Pinheiro foi o de, em consonância com o discurso regionalista em voga de valorização das particularidades regionais, marcar as singularidades da região. E o fez iniciando, justamente, por sua inscrição no espaço a partir da valorização de sua natureza:

Neste meu livro procurei narrar o descobrimento e o povoamento de um dos mais característicos trechos do nordeste brasileiro, o Cariri, no extremo meridional do Ceará, sua principal agricultura, sua criação na serra do Araripe, sua pequena indústria, alguns hábitos de sua gente, algo de seu folclore (PINHEIRO, 2009, p.5, grifos meus)

Nesse sentido, realizou, nos três primeiros capítulos, uma descrição de aspectos concernentes à sua geografia detendo-se em características de seu solo, vegetação, hidrografia, clima e de seus limites ao relacionar os municípios que o comporiam. Dedicou especial atenção ao

⁷ A frase foi retirada da obra de Irineu Pinheiro que será analisada neste tópico (PINHEIRO, 2009, p.7).



acidente geográfico que singularizaria a região, a Chapada do Araripe, fornecendo a etimologia de seu nome e suas características geológicas recorrendo, para tanto, a trabalhos de geólogos e naturalistas. Inseriu também nesse momento inicial de sua narrativa a ocupação do território pelos índios, seu processo de “descobrimento e povoamento”, sua formação econômica-social e alguns dos “costumes” de seus primeiros colonizadores relacionados às economias agrícola e pecuária. Assim, deteve-se, por exemplo, na descrição das práticas agrícolas e criatórias, nas formas de tratamento da terra e dos animais, no trabalho e hábitos dos criadores e vaqueiros.⁸

É perceptível a preocupação do autor em abordar as condições ambientais como mecanismo explicativo na formação histórica da sociedade caririense e da identidade regional. Dessa maneira destacou, por exemplo, a importância dos rios e das nascentes para o estabelecimento dos primeiros núcleos populacionais, a “uberdade do solo do Cariri” como fator de atração de correntes migratórias, a sobreposição da pecuária pela agricultura em função da fertilidade das terras, a alimentação dos habitantes, a posse e divisão das propriedades rurais. Em uma das passagens mais famosas de seu livro, situada em capítulo que trata da Chapada do Araripe – onde ressalta a origem de seu nome, suas características geológicas e nascentes, sua importância para a sobrevivência dos que vinham dos sertões vizinhos

8 O livro contém 44 capítulos distribuídos em 283 páginas. Cada seção possui certa autonomia em relação à precedente e à posterior, já que não estão organizadas na perspectiva de um tempo linear. Leitor de Capistrano de Abreu, reteve de Capítulos de História Colonial, na abordagem e estruturação de sua história do Cariri, dois dos principais aspectos ordenadores da narrativa daquele: a relação homem-natureza e a perspectiva de uma história socioeconômica e dos costumes, adentrando o cotidiano de homens e mulheres comuns no processo de conquista e ocupação do espaço. Não à toa, iniciou pela valorização da natureza, inserindo também o índio nesse primeiro momento de sua exposição, para em seguida tratar da interação do homem com o meio a partir de algumas atividades econômicas e de aspectos sociais e culturais (religiosidade e festas religiosas, lazer, trabalho feminino, casamento, família, organização do trabalho, doenças e seus tratamentos, imigração, alimentação, mobiliário etc.).



em tempos de estiagem, a devastação a que estava submetida pelas técnicas agrícola e de criação -, Irineu Pinheiro acentuou o caráter condicionador da natureza:

Lê-se em Heródoto que o Egito é um produto do Nilo e egípcios são os que bebem as águas do grande rio.

Parodiando o historiador grego, podemos dizer *que o Cariri é um presente da Chapada do Araripe e caririenses os que lhe bebem as águas das nascentes*, as quais, em número de cento e tantas, originaram as cidades do extremo sul do Estado *e as têm feito progredir* (PINHEIRO, 2009, p.21, grifos meus)

O meio natural teria, assim, atuado no sentido de proporcionar a civilização e o progresso ao “Cariri Novo”, uma vez que a distância e os limites de comunicação com os governos centrais, concentrados no litoral, teriam relegado ao abandono a região. A combinação terra e água concentrava toda capacidade de condicionamento do ambiente e dos caracteres humanos, algumas vezes explicitado em pontos de vista determinista: “a fertilidade do solo do Cariri e suas águas perenes o fadaram à agricultura” (PINHEIRO, 2009, p.45).

Apesar da prodigalidade da natureza, é o domínio do meio pelo homem que ganha força em sua narrativa. É a transformação e humanização das terras ocupadas - resultando em estradas, povoados, vilas, plantações, comercialização de produtos, costumes e na produção de uma cultura material -, a composição principal de seu enredo. Ou seja, de “terra deserta, coberta de luxuriante vegetação”, como escrito na epígrafe que abre este artigo, a território “que de futuro tomaria o nome de Cariri” em função da ação civilizadora de seus colonizadores e das gerações seguintes o principal enredo de seu livro. Intervenção humana no espaço em que, segundo o autor, se “revezam triunfos e derrotas” na “evolução de sua vida coletiva” (PINHEIRO, 2009, p.30). O enfrentamento entre o homem e o meio e o aproveitamento de suas singularidades influíram, como Irineu Pinheiro procurou demonstrar, no desenvolvi-



mento da economia, na organização social e no curso histórico da região, ou seja, na produção de uma regionalização do Cariri.

A obra *O Cariri. Seu descobrimento, povoamento e costumes*, portanto, pode ser considerado como a materialização de uma ideia, em termos de uma representação identitária, do que seria o Cariri e os caririenses. Nessa perspectiva, o parágrafo que principia sua representação histórica, e que leva o título principal do livro, apresenta imediatamente ao leitor os onze municípios que corresponderiam, “*in totum* ou em parte”, à região. Mais ainda, atribui um sentido coletivo e consensual à sua inteligência do espaço caririense ao afirmar ser “assim que o povo caririense entende a região em que mora, sem dar-lhe limites exatos de rios, relevos geográficos etc.” (PINHEIRO, 2009, p.7, grifos meus).⁹ Mas, se as fronteiras não estavam definidas de forma geométrica, as cidades elencadas participavam do mesmo recorte espacial pela combinação de elementos naturais que lhes davam unidade e particularidade: “sua vegetação sempre verde e suas águas perenes”. Para garantir a valorização desses elementos como força simbólica e sentido diferenciador, completou a frase frisando o quanto eles “contrastam singularmente” o Cariri “com os sertões semiáridos que o circundam” (PINHEIRO, 2009, p.7).

O espaço denominado “sertão” representava, portanto, a antítese daquilo que se conhecia e reconhecia como distintivo e constitutivo de uma identidade regional caririense. Esse “outro” território imaginado, sobre o qual se atribuiu ao longo do tempo diversos valores simbólicos que o transfiguraram em muitos sertões, foi o principal vetor orientador e de consistência interna aos enunciados que metaforizaram o Cariri como “oásis do sertão” e “paraíso terreal”. Na narrativa de Irineu Pinheiro, o corte realizado entre sertão e Cariri toma, de forma evidente, as “condições geográficas meta-históricas” (KOSELLECK, 2014) de am-

⁹ Os municípios citados são: “Crato, Barbalha, Juazeiro, Missão Velha, Milagres, Mauriti, Brejo Santo, Jardim, Santanópolis [atualmente Santana do Cariri], S. Pedro, hoje Caririassú, Quixará [atualmente Farias Brito]” (PINHEIRO, 2009, p.7).



bos os espaços como marcadores de diferenciação. Nessa perspectiva, a Chapada do Araripe, as águas correntes e o verde da vegetação, por exemplo, são aspectos de uma realidade ambiental não reconhecida-mente associados à ideia de sertão, ou seja, de semiárido com suas imagens recorrentes de vegetação ressequida, sol escaldante, terras estéreis, paisagens monótonas e melancólicas. O Cariri, nesse aspecto, não seria sertão. O sertão seria o *outro*.

Ao fazer sobressair em seu livro os elementos naturais e seu papel definidor de uma geografia e sentimento regional, Irineu Pinheiro reforçava, portanto, representações do espaço firmadas em divisores ambientais e geográficos que desde meados do século XIX, empírica e metaforicamente, estabeleciam distinções entre “Cariri” e “Sertão”. A configuração linguística “oásis do sertão” utilizada desde o oitocentos, por exemplo, carregava ao mesmo tempo um sentido de exclusão e inclusão. Exclusão porque as categorias “oásis” e “sertão” opunham-se àquilo que as tornavam identificáveis e legítimas sentimental e imageticamente. Inclusão porque o uso da preposição “do” entre os termos indica lugar de pertencimento, revelando o significado implícito de sertão como terras distantes do litoral.

Tal duplicidade foi recuperada após apoiar-se nos dicionários de Antonio de Moraes (1890), Frei Domingos Vieira (1873) e na “História do Brasil” (1889) de Frei Vicente do Salvador para afirmar que “quer queiram ou não, o Cariri é puro sertão. Apenas um trato mais feliz de nosso *hinterland*,” pois “se consultarmos nossos dicionários, veremos que o vocábulo sertão significa ‘floresta, mato, longe da costa, no interior de um continente’” (PINHEIRO, 2009, p.8). Considerando, então, a palavra em seu sentido positivo é que Irineu Pinheiro pôde consentir ser “o cariri uma estreita faixa de terreno sertanejo, com fontes que nunca secam”. (PINHEIRO, 2009, p.8). Portanto, apenas destituído de sua carga negativa é que “Sertão” e “Cariri” coincidiriam. A configuração geográfica do Cariri enquanto região, dessa maneira, foi desenhada em sua narrativa, primeiramente, por oposição à significância cultural de sertão



enquanto lugar submetido a condições climáticas e hídricas propícias às estiagens, conferindo uma homogeneidade paisagística diferenciada ao sul cearense. Marcada essa diferença, somente em seguida é que ele identificou o Cariri ao sertão, mas apenas por sua posição em relação ao litoral. Nessa perspectiva é que, ao longo dos quarenta e quatro capítulos de seu livro, ora toma o Cariri por sertão ora toma-o distinto deste. Vejamos os exemplos a seguir:

Na época das crises climáticas sobem o Araripe *centenas de emigrantes dos sertões*, e ali arraidos em ranchos de teto de capim ou à sombra de árvores colhem o fruto preciosos [o pequil], dele se alimentam [...]. (PINHEIRO, 2009, p.20, grifos meus).

Antes da via férrea e da época dos automóveis, exportava-se toda a safra dos engenhos caririenses em costas de animais [...]. De longe, nos caminhos, ouvia-se naquele tempo, como inda hoje se ouve muito menos, o estalo seco das linhas dos tangedores dos comboios. [...] Prolongavam-se os estalidos vibrantes dessas linhas por dezenas de metros *através do silêncio das caatingas, dos tabuleiros alpestres dos sertões, ou pelas estradas do Cariri cheias de fruteiras que, de manhãzinha, parece cantarem, tanto os pássaros que as povoam*. (PINHEIRO, 2009, p.109. grifos meus).

As recepções dos hóspedes distintos, dos políticos locais faziam-se a cavalo, em plena estrada, em sítios mais ou menos distantes das cidades, das vilas, dos povoados. A essas recepções chamavam encontros. [...] Encontrado aquele que esperavam, agrupavam-se todos em sua volta e regressavam em meio a uma densa e escura nuvem de pó. À entrada da rua, baterias de foguetes de bombas de macaúba e morteiros que explodiam abalando os ares. *Deste modo as homenagens nos sertões cearenses antes da época dos automóveis e trens de ferro*. (PINHEIRO, 2009, p. 109-110, grifos meus).

Como se vê, no Cariri, também nos sertões, entre os proprietários agrícolas e seus arrendatários transaciona-se, geralmente, em



espécie, mui raro em dinheiro. (PINHEIRO, 2009, p.122, grifos meus).

Todos sabem que nossa gente [refere-se a Crato], em sua maioria, *especialmente no sertão*, não registra nos cartórios, por incultura, nem os nascimentos de seus filhos nem seus casamentos. (PINHEIRO, 2009, p.281, grifos meus).

De modo geral o que se observa, levando também em conta outras passagens do livro, é que as distinções são realizadas, predominantemente, para afirmar o contraste entre a paisagem sertaneja e a carirense, como no caso das duas primeiras citações. Em relação ao segundo excerto, por exemplo, percebe-se que o viajante sai do cenário da caatinga para as estradas do Cariri repletas de fruteiras e pássaros a cantarem. O que o difere do sertão, marcado por seu silêncio e tabuleiros alpestres. Quanto às situações de identificação, essas são comuns nas descrições dos costumes caririenses. Nesses casos, o Cariri não se distinguiria radicalmente do restante do interior cearense ou mesmo do Brasil, pois seus aspectos sociais e culturais, apesar de alguns traços genuinamente caririenses, integrava a região à unidade pátria não constituindo-a, como em relação à sua natureza, em uma “zona à parte”. Em seu sentido de terra distante do litoral e de lugar que guardava a autêntica identidade nacional, ou seja, em seu caráter valorativo, o Cariri seria então sertão.

O historiador cratense recuperava, portanto, formas de percepção paisagística que desde o século XIX vinham sendo construídas e educavam olhares, como o dele próprio, sobre essas duas espacialidades. Sua contribuição foi o de tornar as condições espaciais meta-históricas da realidade ambiental do Cariri, e os enunciados que as metaforizavam, em elementos de uma representação histórica sobre a região e seus patrícios. Tempo e espaço são, então, entrelaçados na construção de uma paisagem identitária para o Cariri em que se cruzam processos subjetivos e narrativas históricas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da relação entre homem e meio e dos condicionamentos que acreditava serem daí resultantes, é que Irineu Pinheiro praticou uma regionalização do Cariri fundamentada em aspectos de sua natureza levando-o, ao parodiar Heródoto, à seguinte formulação: se o Egito seria um “produto” do Nilo e egípcios os que bebem suas águas, poder-se-ia dizer que o Cariri seria “um presente do Araripe e caririenses os que lhe bebem as águas das nascentes” (PINHEIRO, 2009, p.21). Em sua narrativa histórica a referência à natureza assumia, então, o sentido de marca de origem e, dessa maneira, em fator de unidade e coesão.

A configuração geográfica e identitária da região vinculou-se, portanto, a um conjunto de elementos naturais que, incorporados às explicações das condições históricas propiciadoras da sociedade caririense, definiram a particularidade regional e as qualidades de seus habitantes. A instrumentalização da natureza como vetor de identidade por seu discurso historiográfico tornou, dessa maneira, quase que obrigatória sua descrição, funcionando como operação de demarcação de fronteiras e importante mecanismo de fixação de significados sobre a região. A percepção do Cariri como região e povo caracterizados por condições geográficas especiais ganhou reforço nos trabalhos de outros membros do ICC, a exemplo de Padre Antônio Gomes de Araújo e José de Figueiredo Filho. Em relação a este último, por exemplo, o “exercício descritivo-paisagístico”¹⁰ da fisionomia regional também está presente em uma coleção que teve grande repercussão: *História do Cariri*, cujos dois primeiros volumes foram lançados em 1964 e seguidos pelos demais em 1966 e 1968. No primeiro volume da coleção, José de Figueiredo Filho reedita, logo no parágrafo inicial, as marcas de identificação e distinção geográfica da região em relação às terras circunvizinhas:

¹⁰ Expressão tomada de empréstimo a SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



O *Cariri* é região do sul do Ceará situada ao sopé do Araripe. É irrigado, em grande parte, por dezenas e dezenas de fontes perenes brotadas daquela serra que o separa de Pernambuco e causa principal da situação privilegiada, que sua natureza desfruta, em contraste com a caatinga ressequida que o circunda (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p.5, grifos meus)

Dessa forma, transpor o sentimento de alteridade e distanciamento em relação ao sertão, enquanto espaço caracterizado pelas estiagens e paisagem cinza, para os textos históricos seguiu, basicamente, duas estratégias: 1- destaque às relações seculares entre sociedade e natureza explicando e validando, assim, o passado e presente em termos de território e formação social; 2- caracterização do Cariri a partir de elementos do mundo natural, o que normalmente ocorria antes do relato historiográfico propriamente. Neste caso, o uso recorrente de “É o Cariri...” ou “O Cariri é...” principia a narrativa de sua fisionomia singular. Em *Efemérides do Cariri*, Irineu Pinheiro iniciou a introdução de seu livro justamente indicando que “é o Cariri, no sul do Ceará, uma região caracterizada por suas águas perenes jorrantes das faldas do planalto do Araripe, sua vegetação verde nos sítios [...]” (PINHEIRO, 2010, p.13, grifo meu). Em seguida relacionou os municípios que dele faziam parte, os mesmos que estão em *O Cariri. Seu descobrimento, povoamento, costumes*.

Nessa perspectiva, enquanto produto histórico, a região expressaria a relação dos caririenses com o meio físico constituindo, dessa maneira, uma unidade espacial por sua paisagem diferenciada das áreas limítrofes. Nos limites da moldura estabelecida por Irineu Pinheiro e, podemos afirmar, por outros membros do ICC em suas narrativas da região (SILVA, 2019), a representação paisagística e identitária do Cariri cearense colocava em relação elementos da natureza – “condições geográficas meta-históricas” (KOSELLECK, 2014) - e as marcas impressas pela ação dos homens em seu espaço físico e nos costumes – condições históricas. Dessa forma, os pés-de-serra e brejos, a água, o clima, a



chapada, as palmeiras, os pequizeiros, os carros de boi, a bagaceira, as moendas, chaminés e levadas, os burros e bois, as casas de engenho, a cidade e o elemento humano apareciam como elos da paisagem que se inventava.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, Coleção Biblioteca Básica Brasileira, 1998. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089.pdf>>. Acesso em 22/05/2017.

AMADO, Janaína. **Região, sertão, nação**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, 1995, p.145-151.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, v.1, 2010 [fac-símile da edição de 1964].

KOSELLECK, Reinhart. **Espaço e história**. In: *Estratos do tempo. Estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014, p.73-89.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro**. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, 1998, p.195-215.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri. Seu descobrimento, povoamento, costumes**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009. [fac-símile da edição de 1950].

PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, José de. **A cidade do Crato**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile da edição de 1955].

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010. [fac-símile da edição de 1963].

REIS, Carlos. Anos 1900: Capistrano de Abreu. **O surgimento de um povo novo: o brasileiro**. In: _____. *As identidades do Brasil. De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 5ª ed., 2002, p.85-114.

SILVA, Jane Semeão e. **Um “oásis” chamado Cariri: Instituto Cultural do Cariri, natureza, paisagem e construção identitária do sul cearense (1950-1970)**. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado em História, 2019.



SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WELING, Arno. **Capistrano de Abreu e a História do Brasil.** In: *Trajetos*, Fortaleza, v.3, n.5, 2004, p.49-63

.



UM NOVO MUNDO A SUA FRENTE: A VIAGEM DE HERBERT HUNTINGTON SMITH PELOS CAMPOS DA FRONTEIRA MERIDIONAL DO BRASIL

 João Davi Oliveira Minuzzi¹

O objetivo deste trabalho é analisar o relato de viagem do americano Herbert Huntington Smith dentro da perspectiva da História Ambiental buscando cobrir um bioma ainda pouco estudado pela historiografia brasileira que é o Pampa. Smith realiza uma viagem entre o Rio de Janeiro e Cuiabá e passa pelo território pampeano entre os anos de 1881 e 1882 no caminho deste longo percurso. Suas anotações de viagem são publicadas primeiramente em jornal e posteriormente reunidas em livro intitulado “Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um naturalista”, se tornando uma importante fonte histórica tanto sobre o cotidiano quanto sobre a natureza daquele período.

Dentro da perspectiva da História Ambiental estaremos aqui desenvolvendo uma análise focada nas interações humanos-natureza e especialmente no pensamento e percepção ambiental, se enquadrando em uma das grandes linhas de pesquisa da área definidas por Donald Worster que é o estudo das “percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação [que] se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p.202).

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, bolsista CAPES-DS. Membro do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA).



Estudar relatos de viagem no Pampa do século XIX não é apenas uma escolha para cobrir um bioma e um período pouco estudados pela historiografia, mas também destrinchar um recorte espaço-temporal que vivenciava uma interessante e intensa confluência de diferentes formas de pensamento ambiental. Estas diferentes linhas de pensamento ambiental existentes no período foram estudadas para o caso inglês por Keith Thomas (2010) e para o caso brasileiro por José Augusto Pádua (2002), sendo ambos trabalhos importantes como pontos de partida para a compreensão do que também se vivenciou no Pampa quando se fala a respeito de percepções da natureza.

O bioma Pampa é um dos seis biomas brasileiros e se encontra no território nacional apenas na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, sendo o segundo menor bioma brasileiro em extensão. Todavia sua real dimensão territorial é muito maior, pois o bioma se estende por todo o Uruguai e por boa parte da zona central da Argentina, estando desde o século XIX abrigando importante zona comercial, urbana (através de Buenos Aires e Montevideú, especialmente) e estratégica devido ao acesso ao estuário do Rio da Prata e todo o complexo hídrico da bacia hidrográfica do Rio da Prata, a segunda maior do continente sul-americano. O Pampa é uma extensa região de planície levemente ondulada composta de campos com vegetação rasteira e pouca presença de árvores. Geralmente associado ao deserto pela sua baixa densidade populacional e pela vastidão de seu cenário paisagístico com um horizonte de campos a perder de vista. Esta visão errônea de vazio gera inúmeras consequências tanto as populações de fauna e flora nativas quanto a população indígena que passou a ser cada vez mais deslocada e por vezes dizimada através dos projetos de ocupação e colonização da terra geridos pelas coroas ibéricas e posteriormente pelos jovens Estados nacionais que se formavam em solo pampeano.

Ao longo do século XIX este bioma recebeu um grande contingente populacional vindo da Europa através da colonização e da África através da escravidão. A conexão de diferentes culturas formadoras



do povo e as diferentes correntes políticas levaram a vários momentos distintos de união e de conflito. Neste processo as fronteiras nacionais foram sendo reformuladas até terem o desenho atual, recortando politicamente o bioma Pampa em três pedaços, mas não necessariamente criando três espaços separados tanto para humanos quanto para a própria natureza. Essa continuou a ver suas águas percorrerem os diferentes territórios nacionais e desaguarem no oceano Atlântico, viu suas aves continuarem a sobrevoar os céus dos países, viu suas plantas se espalharem ao vento de ambos os lados da fronteira ou serem carregadas nas botas de viajantes e nos cascos de seus cavalos.

O crescimento populacional ocorrido no período e as guerras certamente geraram impactos ambientais no bioma, porém não foram os únicos. Escolhas humanas tomadas séculos antes continuavam a afetar a biodiversidade e a paisagem dos campos do Pampa. O maior exemplo foi a introdução de flora e fauna nativas do velho mundo (CROSBY, 2011), com grande destaque para a introdução do gado que se tornou símbolo regional e preferência em relação ao uso da terra.

O tempo passou e novos desafios ambientais surgiram no bioma Pampa, que continua até hoje muito atrás de outros biomas brasileiros em termos de conservação e proteção ambiental, apesar de ser um dos biomas que mais sofreu alteração devido à ação antrópica (OVERBECK, Et al, 2015). Ao longo do tempo dentro da esfera nacional brasileira o Pampa representou um território fronteiro e quase sempre distante dos principais centros populacionais e econômicos do país. Sendo apenas uma pequena parcela do território nacional, a região nem sempre esteve no foco dos interesses nacionais, passando a ser relacionada a ideias de interior, sertão e principalmente de fronteira, como já mencionado. Movimento oposto ao que ocorre nos países vizinhos, onde o bioma Pampa está localizado nas principais zonas dos referidos países e ganha papel central na formação de sua cultura e sociedade.

Cabe salientar que nesse momento focaremos nos trechos do relato referentes ao Pampa brasileiro, realizando a análise dos demais



trechos da viagem pelo Pampa uruguaio e argentino em posterior oportunidade. Todavia destacamos que o espaço pampeano não pode ser compreendido perfeitamente se fragmentado por divisões fronteiriças delimitadas pela ação humana. Deve-se sempre procurar compreender o bioma através de uma macro escala e de forma que perpassa as questões fronteiriças, entendendo nesse processo as possíveis interferências que a fronteira exerce sobre o bioma e sobre a população humana e não-humana que vive nele. Outro ponto importante antes de avançarmos é compreendermos que bioma é uma classificação recente e generalizante de um conjunto de ecossistemas que nem sempre apresentam características idênticas. Acompanharemos Smith em sua viagem por diferentes Pampas.

HERBERT HUNTINGTON SMITH E SUAS INCANSÁVEIS VIAGENS

Alguns aspectos da trajetória de vida de Smith são importantes de serem destacados para uma compreensão melhor de seu pensamento e de sua relação com a natureza. Nascido em Manlius, o americano Herbert Huntington Smith (1851-1919) estudou na Universidade de Cornell onde teve contato com o professor Charles Hartt, que o incentivou a participar de uma excursão ao Pará no ano de 1870. Aos 19 anos, o jovem Smith desembarcava para a sua primeira viagem ao Brasil e começaria ali uma sequência de viagens científicas que o levaria a percorrer diversos países da América nas décadas seguintes.

No Brasil realizaria quatro viagens entre 1870 e 1885, sendo que a quarta e última seria sua passagem pelo Brasil meridional e os Estados platinos entre os anos de 1881 e 1882 da qual iremos analisar neste artigo. Já fluente em português e acostumado com a tropicalidade brasileira, Smith sai do Rio de Janeiro em direção à Cuiabá em uma rota não muito usual aos olhos atuais, mas bastante percorrida naquele período: ele parte em direção ao sul de navio, passa um período de seis meses explorando o interior do Rio Grande do Sul e novamente embarca em di-



reção à Montevideu e Buenos Aires para então subir o rio Paraná rumo ao norte onde se localiza o Paraguai e o seu destino final, Cuiabá, onde permaneceria alguns anos estudando a fauna e flora do local.

Smith parte acompanhado de Amelia 'Daisy' Woolworth Smith, sua esposa, da qual infelizmente temos poucas informações. Recentemente casados eles possuíam uma forte união no trabalho também, com Amelia realizando boa parte das tarefas de coleta, preparação e armazenamento de espécimes coletados. Assim como muitas outras mulheres na ciência do período a sua participação e importância acabaram silenciadas ou ofuscadas atrás de uma figura masculina. A comitiva do viajante ainda empregava uma variedade de trabalhadores fixos e temporários, entre eles os caçadores 'Paraguayo' e o 'Conversador', os ajudantes americanos Guilherme e Alberto, os jovens irmãos Peter e Karl, além de uma grande quantidade de guias ao longo da jornada. Karl chama atenção pois tinha apenas 14 anos quando começou a trabalhar para Smith o que não o impediu de o acompanhar até Cuiabá, pois era considerado muito inteligente e vivo e que "em pouco aprendeu a colleccionar aves e insectos, tornando-se auxiliar precioso" (SMITH, 1922, p.47).

Trabalhando com zoologia para o Museu Nacional do Brasil, "Smith deveria realizar viagens de exploração ao interior do Brasil formando coleções de história natural, parte das quais pertenceriam ao museu" (KUNZLER, et Al. 2011, p.52), este contrato foi renovado outras três vezes. Durante este período realizou a viagem entre a capital do Império brasileiro e a cidade de Cuiabá, coletando no caminho diversos exemplares da fauna e flora brasileira que parte ficou sob posse do Museu Nacional e outra parte sob posse do próprio viajante. Devido ao seu trabalho e interesse pela ciência, muitos elementos do mundo natural ganham destaque no relato de Smith. Se compararmos com outros viajantes do período, podemos perceber que há uma grande variedade de menções a espécies animais e vegetais que não são usuais de serem encontradas nestes outros relatos, como a importância que Smith dá



às samambaias, libélulas, cochonilhas e tantos outros exemplos. Esta característica de escrita é bem perceptível e muito interessante pois possibilita acessarmos uma quantidade maior de informações sobre a existência e hábitos de espécies do Pampa e dos demais biomas percorridos pelo viajante.

Ao longo do relato de Smith podemos notar como ele louvava a essência trabalhadora dos colonos, especialmente os alemães e como era extremamente racista em relação aos indígenas e aos negros. Seu relato sobre as ilhas do Guaíba demonstra bem seu pensamento preconceituoso, comum no período. É um trecho muito chocante e pode ser extremamente revoltante ao leitor atual (SMITH, 1922, 42-44), e que necessita ser analisado por outros historiadores e cientistas que analisem a questão racial e social.

Outra característica de Smith é que o mesmo possuía uma deficiência auditiva da qual não conseguimos informações muito detalhadas, mas que parece ter surgido ainda cedo na vida deste viajante e se agravado ao longo do tempo até o mesmo ser atropelado por um trem que o vitimou² em 1919 enquanto se deslocava para a Universidade do Alabama, onde trabalhava.

TRAJETO NO PAMPA

Herbert Smith não era um estranho ao Brasil quando desembarcou pela primeira vez no Pampa. Sua experiência nas províncias do Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Ceará, além de rápidas passagens por São Paulo, Paraná e Santa Catarina garantiam a ele uma ideia mais

² Sua morte é um tanto quanto curiosa e soma-se a outras mortes diferentes a sua volta, sendo a primeira de seu professor Hartt que aos 38 anos morreu de febre amarela no Brasil. James Wells Champney, um pintor que o acompanhou em algumas excursões pelo país e morreu em Nova York em 1903 em um acidente de elevador. Orville Derby, seu colega e que lhe apresentou a Capistrano de Abreu, morreu em um quarto de hotel no Rio de Janeiro, apontado como suicídio após realizar críticas ao governo e tendo deixado, estranhamente, uma carta incompleta.



profunda do que era o país. Sua facilidade com o idioma também auxiliava sua interação com os habitantes de cada local visitado. Geralmente os viajantes do período chegavam ao Brasil com a perspectiva de encontrar toda uma exuberância tropical que não possuíam em seus países, e a experiência destes no Pampa, um ambiente de clima subtropical e campestre poderia se tornar uma verdadeira decepção. Para Smith, acostumado com o Brasil tropical isso poderia ter ocorrido, mas por já ter tido a experiência em diversos locais distintos do país a diferença não foi tão presente.

O primeiro ponto de chegada no Pampa foi no porto de Rio Grande, experienciando uma parte do bioma bem distinta das demais. Devido a sua proximidade com a costa, a região em torno de Rio Grande e São José do Norte apresenta uma grande quantidade de areia que formam dunas através da ação intensa dos ventos. A cidade portuária de Rio Grande era constantemente o ponto de entrada na província e outros tantos viajantes já haviam desembarcado ali. Em 1821, Auguste de Saint-Hilaire registrava que “nada se iguala à tristeza desses lugares,...., e nossa alma se enche, pouco a pouco, de melancolia e terror (SAINT-HILAIRE, 1987, p.70)” ao observar a região. Percepção muito semelhante da que Smith toma do local “leguas e leguas de brancura monotona,...., paisagens tristonhas como não se póde descrever” (SMITH, 1922, p.21), este “immenso deserto em movimento” (SMITH, 1922, p.22) era constantemente remodelado pela ação dos ventos. Na cidade vizinha, São José do Norte, “as ruas terminam em terrenos planos, tristonhos, húmidos, cobertos de grama grosseira e entremeiados de cacimbas, inçadas de mosquitos, rescendendo a lixo” (SMITH, 1922, p.29).

Seu primeiro contato com o Pampa é bastante negativo e cheio de críticas, porém o viajante ainda não menciona estar em território pampeano, vendo esta região da província como algo a parte. Vale salientar que o conceito de bioma e sua divisão no Brasil é bem recente (IBGE, 2004), mas no século XIX já havia a noção de Pampa bem difundida. Smith utiliza o termo diversas vezes e consegue traçar uma diferença



entre os campos do Pampa na parte sul da província em relação a parte norte da província, muito mais próxima do ambiente encontrado entre Santa Catarina e Rio de Janeiro (Mata Atlântica). “Não tardou muito (para) descobrirmos que as aves e insectos do *mato geral* eram quasi todos os mesmos do Rio de Janeiro” (SMITH, 1822, p.60, grifo do autor).

Depois desta primeira experiência em Rio Grande, ele embarca em um navio a vapor até Porto Alegre, capital da província onde permanece por alguns dias até subir o rio Caí e chegar na atual cidade de Montenegro. Esta cidade fica em uma zona ecótone, ou seja, uma zona de encontro entre dois biomas e é nos arredores da cidade que o viajante vai destacar as diferenças entre estas duas zonas e descrever efetivamente os campos como pertencentes aos Pampas. Montenegro foi a base de Smith por muitos meses, mas ele continuou fazendo viagens curtas pelos arredores chegando nas atuais cidades de Triunfo, São Jerônimo e Arroio dos Ratos. Mais ao sul da província ele visita a importante cidade de Pelotas, Piratini, Bagé e Pinheiro Machado. Em 1822 ele parte do porto de Rio Grande em direção a Montevideu onde continua excursionando pelo Pampa, desta vez do lado uruguaio e argentino, até chegar ao Chaco paraguaio e finalmente ao seu destino Cuiabá onde permanecerá pesquisando por mais alguns anos.

Resumindo este trajeto dentro da província do Rio Grande do Sul podemos destacar que o viajante permaneceu em ecossistemas costeiros como o das redondezas da cidade de Rio Grande, locais mais urbanos como Porto Alegre, zonas de Mata Atlântica e de transição de biomas como Montenegro, zonas de Pampa com maior elevação como em Arroio dos Ratos e suas minas de carvão. Portanto ele vivencia diferentes partes do Pampa e o que de mais rico tem em seu relato é o contraste que ele percebe e destaca entre o bioma florestal da Mata Atlântica e o bioma campestre do Pampa.



VISÃO SOBRE O PAMPA – DIFERENÇAS SENTIDAS EM UMA ZONA DE TRANSIÇÃO DE BIOMAS

A transição faz-se tão **de chofre e de surpresa** que dir-se-ia **uma mágica**. Para quem vem de cavalgar na floresta sombria e calada, **salta aos olhos um mundo novo**, - mundo de paisagens largas, abertas, de luz que caracola, de ventos que varrem victoriosos, mundo onde **cada planta e animal que vemos, differe dos da floresta**,..., para traz, em rumo á serra Geral, todo o paiz parece embuçado de arvoredos. Mas para o Sul e para o Oeste derramam-se léguas após léguas de **campo ondulado até o horizonte** (SMITH, 1922, p.89-90 – grifos nossos)

Ao chegar neste trecho de floresta que se encontra com uma vastidão de campos no sul do atual município de Montenegro, Smith descreve as diferenças entre o ambiente em que estava e aquele que se mostra a sua frente. Associar a floresta as sombras enquanto os campos são luz é um artifício recorrente em vários escritos do período como demonstra Keith Thomas (2010, p.275): “Um dicionário poético de meados do século XVII sugere, com epítetos apropriados a uma floresta ‘terrível’, ‘sombria’, ‘selvagem’, ‘deserta’, ‘agreste’, ‘melancólica’, ‘desabitada’ e ‘assolada por feras’”. Em contraposição os campos geralmente eram vistos positivamente por serem mais facilmente cultivados e habitados, todavia nem todos os campos eram exaltados. Vemos tanto no relato de Herbert Smith quanto em outros viajantes que percorreram o Pampa (MINUZZI, 2017) que os campos não cultivados são sinônimo de uma natureza inaproveitada e de uma sociedade preguiçosa e pouco laboriosa.

A transição, deve dizer-se, é maior ainda do que parece. Fisicamente é aqui o extremo do Brasil, e entramos no Estado-Oriental. Plantas e animais, paisagens, a própria vida, indústrias e comércio do Brasil ficaram atrás. Politicamente o império vai algumas centenas de quilômetros adiante; socialmente todo o resto da província gravita para as repúblicas platinas,...., a mudança pare-



ce estender-se a tudo. É diferente o clima – mais frio, chuvas menos frequentes, a estação da secca mais fortemente contrastada com a das águas,..., rios permanentes são aqui menos comuns do que na região das florestas; os alagadiços, ao contrário, são mui numerosos,..., as plantas de campos diferem das da floresta (SMITH, 1922, p.90-92)

Em sua percepção não apenas ambientalmente, mas também socialmente e culturalmente a divisão ocorria. Para trás estava o Brasil e suas florestas e a sua frente o mundo platino e seus campos. A região dos campos “é distintamente menos tropical – menos brasileira” (SMITH, 1922, p.92) do que a das florestas que rodeiam Montenegro. Claramente o estado do Rio Grande do Sul apresenta muita influência da esfera platina e da esfera brasileira e todas essas fronteiras ambientais, sociais, culturais e políticas tornam a História dessa região tão interessante e cheia de encontros e desencontros. Não seria diferente em relação ao modo como a natureza é percebida e utilizada.

No pensamento do viajante, e de muitos da época, o norte do Rio Grande do Sul com sua Mata Atlântica teria predestinação à agricultura enquanto os campos do sul teriam valor para a atividade pastoril. “A floresta fornece a madeira e outros produtos, e suas terras férteis se prestam à agricultura, depois de derrubadas; a terra de campo, ao contrário, não serve ou pelo menos não se usa para a agricultura, mas proporciona excelente pastoradouro ao gado” (SMITH, 1922, p.93-94). Esta concepção acaba se ressaltando ainda mais ao longo do século XIX devido as formas de ocupação da terra e aos diferentes grupos étnicos que se estabelecem em cada região. Os imigrantes europeus (italianos, alemães e outros tantos) se estabelecem no Norte, em pequenos lotes de terra e já chegam da Europa com a ideia de produção agrícola. Enquanto isso o Sul é dominado por grandes estâncias e criação de gado que havia sido introduzido séculos atrás e proliferado com incrível intensidade. “Os hábitos e o caráter do povo” (SMITH, 1922, p.94) variam de acordo com as ocupações, sendo o povo do Norte apegados ao lar e



ao trabalho na lavoura, enquanto os do Sul são errantes e vagam pelos campos junto ao gado (SMITH, 1922). Claro, que esta análise posta aqui é bem simplista e serve mais para apresentar a visão da época do que para explicar o processo histórico de ocupação da terra.

A característica do Pampa mais referida pelo viajante não é a presença de um elemento, mas sim a ausência de algo: a falta de árvores. Em diversos momentos o viajante se depara com árvores em matas ciliares e pequenos bosques, mas fica bastante surpreso da pouca quantidade delas ao longo de toda a região que percorre nos campos. A ausência de um elemento da natureza em determinada localidade nos permite pensar em como a sociedade que ali se estabeleceu reagiu a isso, especialmente quando notamos que a madeira é um elemento de extrema importância no cotidiano dessa sociedade herdeira dos costumes europeus (PERLIN, 1992) e o relato de Smith pode se somar com outras pistas deixadas por outros viajantes sobre essa temática.

De forma geral, Smith apresenta pensamentos bastante típicos do período. Descreve São José do Norte como “uma cidadezinha branca de cegar e sem sombra, situada ao pé de dunas de areia,...., aqui anima-se o rio com as muitas embarcações ancoradas” (SMITH, 1922, p.27), ressaltando positivamente o elemento humano (embarcações) no meio da paisagem pouco convidativa. E assim o faz mais vezes ao ressaltar os armazéns das cidades, os hotéis no meio dos campos e todos os empreendimentos realizados. Os vastos campos sem produção lhe incomodam e ele sugere modificações e melhoramentos para diversos locais como a introdução de estradas de ferro, canais, estradas, pontes e outras infraestruturas. Este pensamento mais utilitarista da natureza, bastante comum ao longo do século XVIII e ainda no XIX (THOMAS, 2010), se choca por vezes com um pensamento mais romântico e contemplador das belezas naturais. Como quando visitou uma cachoeira cercada de samambaias no interior de Montenegro, no bioma Mata Atlântica: “ainda hoje esta scena esvoaça-me no espirito como o lampejo de uma terra de fadas, cujo par nunca mais vi e talvez nunca mais veja” (SMITH, 1922, p.83).



A coexistência de pensamentos mais utilitaristas com pensamentos mais românticos é bem comum nos viajantes, pois eram correntes de pensamento que possuíam e disputavam muito espaço no período (THOMAS, 2010; PÁDUA, 2002). Podemos evidenciar a marca destes pensamentos no relato de Smith quando se trata da sua relação com os animais.

O TRABALHO DE ZOOLOGISTA E SUA RELAÇÃO COM OS ANIMAIS

Smith provavelmente é um dos viajantes que mais dá espaço para anotações sobre a presença de animais e seus hábitos em seus escritos. Ele acredita que “para conhecer completamente qualquer espécie, temos de acompanhá-la á casa” (SMITH, 1922, p.61), ou seja, observar os animais em seu habitat para uma compreensão completa de sua existência. Uma variedade de mamíferos e aves são descritas, o que é bastante recorrente em relatos pois são espécies mais fáceis de observação ou de importância econômica. Mas Smith vai além e registra uma grande variedade de insetos, aracnídeos, peixes, moluscos e outros tantos seres.

Uma passagem marcante e digna de praticamente um capítulo inteiro é o relato sobre a vida de Billy, seu sagui³ de estimação. Aqui Smith descreve todos os hábitos, gostos e desgostos do pequeno macaco. A ligação forte com Amélia além da interação entre Billy e as pessoas e os outros animais. Billy infelizmente viveu pouco tempo ao lado do casal e parece ter adoecido com o clima frio do sul do Brasil, “não houve quem não chorasse em casa, porque todos eramos muito afeiçoados ao bichinho. Minha senhora recusou-o absolutamente para nossa coleção,

³ Provavelmente um sagui de tufo preto - *Callithrix penicillata*, que Smith diz ter comprado em Pernambuco. Um detalhe curioso é que Smith escreve sentir muito de nunca ter registrado em fotografia as caretas que Billy fazia. Hoje não temos nenhuma foto de Amélia e poucas imagens do próprio Herbert. Isso nos faz pensar o quanto registros que achamos que poderiam ser eternos podem se esvaír em apenas algumas décadas e de quanto material poderíamos ter acesso sobre o passado e que infelizmente se perderam.



enterrou-o com honras fúnebres debaixo de uma roseira e semanas depois encontrei-a juncando-lhe de flores o tumulo saudoso” (SMITH, 1922, p.72). O sagui fora tão importante aos dois que não juntou-se a coleção e em vida possuía inúmeros benefícios que o humanizavam com uma cama própria, presença na mesa de jantar e um casaco de flanela confeccionado especialmente para ele.

Um filhote de jaguatirica também fez parte do grupo sob os cuidados de Guilherme, porém em poucos meses o filhote também adoeceu e morreu. A forte ligação que o grupo fizera com a pequena jaguatirica e com Billy demonstram que determinados animais podiam ocupar um espaço de atenção, sociabilidade e carinho, enquanto outros, como os cavalos do grupo, eram basicamente tratados de forma distante cuja importância estava em sua função e não em sua existência. O pensamento utilitarista de Smith é bem presente quando ele relata sobre um passeio malsucedido próximo de São José do Norte, todavia o passeio não havia sido inteiramente sem proveito pois “os pássaros e animais achados n’estes sítios são quase todos peculiares, e muitos d’elles interessantes. As cacimbas também, apesar de sua apparencia de poucos amigos, estão cheias de peixes, carangueijos, camarões, planarios, insectos aquáticos: um zoólogo lucraria passando aqui algumas semanas” (SMITH, 1922, p.29). O caráter peculiar dos animais e o possível lucro gerado por eles torna o péssimo passeio em algo valioso. As cochonilhas encontradas nos arredores de Pinheiro Machado poderiam render muito dinheiro na venda de pigmento vermelho extraído das mesmas (SMITH, 1922, p.151-152).

O próprio trabalho de Smith, capturando, matando e colecionando diversos espécimes demonstra que ele e o restante do grupo possuíam uma relação mais utilitarista com os animais quando se tratava de trabalho e por vezes uma relação mais afetiva, como com Billy. O abatimento de uma capivara (SMITH, 1922, p.75-77) sem nenhuma necessidade é uma passagem que mostra o pouco caso que o grupo fazia da vida animal que encontravam nas matas e campos. A longa lista de



cerca de 315.000 espécimes de animais coletadas (MARTINS, MOREIRA, 2013) demonstra o grande impacto que a comitiva de Smith teve sob a fauna por onde passaram entre 1891-1895 em última viagem pelo Brasil, além do lucro que Smith teve com a venda de parte dessa coleção para outras instituições (KUNZLER, et Al., 2011).

CONCLUSÃO

O relato de viagem de Herbert Smith sobre o Pampa é extremamente rico em informações sobre a paisagem e a vida animal e vegetal deste território. A partir de seus registros escritos podemos acessar diversas informações sobre o ambiente e a sociedade, as interações entre ambos e especialmente sobre formas de pensamento ambiental. Este relato nos possibilita refletir sobre como este bioma se encontra atualmente e como é a relação que desenvolvemos com ele ao longo do tempo, demonstrando inúmeras transformações ocorridas desde então.

O pensamento de Smith sobre a natureza e as formas ideais de ocupação da terra e constituição da sociedade do Pampa nos possibilita pensar em como os discursos eram realizados no período e como muito destas ideias de valoração e depreciação do mundo natural continuam extremamente presentes no pensamento corrente da atualidade. A relação com a natureza do Pampa também está intimamente relacionada as questões identitárias nacionais e regionais, e estudar a natureza dessa região possibilita ao campo historiográfico uma compreensão mais profunda e complexa da sociedade do período.

FONTES

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987.

SMITH, Herbert Huntingdon. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**. São Paulo: Melhoramento, 1922.



REFERÊNCIAS

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

IBGE. **Mapa da vegetação do Brasil e Mapa de Biomas do Brasil**. 2004.

KUNZLER, Josiane; et Al. Herbert Huntingdon Smith: um naturalista injustiçado? In: **Filosofia e História da Biologia**, v.6, n.1, p.49-67, 2011.

MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). **Herbert H. Smith**: um naturalista em viagem pela América Meridional. São Leopoldo: Oikos/Editora da Unisinos, 2013.

MINUZZI, João Davi Oliveira. **Uma impressão a cada viagem**: percepção da natureza do Pampa na visão de viajantes europeus 1818-1858. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017 [Dissertação de mestrado em História].

OVERBECK, Gerhard; et al. Conservation in Brazil needs to include non-forest ecosystems. In: **Diversity and Distributions (Print)**, v. 21, p. 1455-1460, 2015.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PERLIN, John. **História das florestas**: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. In: **Estudos Históricos** vol. 4, n. 8, 1991.



SERTÃO E SERTÕES NA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

 Leila Mourão¹

A temática deste simpósio é provocativa em múltiplas perspectivas e possibilita reflexões e abordagens singulares, na medida em que abrange um universo reflexivo múltiplo e plural, resultando em narrativas historiográficas diversas e/ou complementares

Começo este texto com um pequeno trecho da obra de João Guimarães Rosa sobre o termo sertão: “Meu sertão está aqui. É metafísico. Eu mesmo o invento e faço o cenário de minhas estórias [...]” (GUIMARÃES ESROSA, 1969). E como tal, o termo Sertão tem sido uma categoria importante para a literatura, para geografia e para a história. Está presente em romances, poemas, prosa, letra de música, na historiografia brasileira e regional, de Norte ao Sul, do Leste ao Oeste. As narrativas sobre o Sertão e sertões do Brasil têm sido um marco imaginário para a ilustração do pensar e narrar sua história do início da colonização até o século XX.

Silva (1995) informa que a colonização da terra de Santa Cruz e nela o extremo Norte significou, além da exploração econômica, “transplantar para a América portuguesa uma língua, uma religião e uma organização eclesiástica, instituições administrativas, leis e uma máquina judiciária, uma estrutura familiar, formas de convívio, sociabilidades” e as maneiras de apreender e significar os espaços, as paisagens,

¹ Professora do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia/IFCH/UFPA.



ambientes e as pessoas, reconfigurando em nível do imaginário e nas narrativas sobre a nova realidade (SILVA, 1995, p. 9).

A elaboração de imagens mentais ou ilustradas expressa desejos, visões e sentimentos sobre a realidade e a ‘natureza’. As imagens são percebidas a partir de referenciais que dão significados, significâncias e sentidos aos processos de interação sociedade-natureza. Elas representam, em nível do imaginário, a faculdade de formar imagens da realidade que contam e cantam a realidade

Os termos Sertão, Sertões e Sociedade/s podem ser analisados como categorias “reais ou imaginárias”, em perspectiva espacial, cultural, política, social, ambiental, socioeconômica e senso comum. Sempre se refere ao distante, pouco ou nada habitado por portadores de “civildade”, significando um lugar de alteridade, distante de “um litoral”. Como tal, configura signos e sentidos, substantivados em elementos comuns que se evidenciam nas narrações: fala-se de um espaço-lugar do “outro”, em termos de gente, da flora, fauna, solos, águas, climas e vivências, sempre se referindo à ideia de uma suposta ou verdadeira interioridade, em tese, de um determinado marco de referência espacial e cultural. Traduz-se na linguagem em uma substantivação qualificada deste outro e do “espaço-lugar-social”, referenciando-o como potencial e potencialidades, de forma positiva ou negativa.

Sampaio (1901) registra que os colonos e a corte imaginavam e acreditavam na firme crença que nos sertões, a Oeste na colônia, em áreas contíguas ao Peru, ainda existiam tesouros escondidos, e a imaginação popular propagava em prol dos sertões, recriando contos fantásticos, versões maravilhosas a respeito das terras ocidentais, “pintadas como uma região de riquezas incalculáveis”. O autor exemplifica informando que, em relação às “regiões superiores onde estariam as nascentes do Grão Pará”, imaginava-se a existência do “riquíssimo reino de Paititi, emulo do El Dorado”, mas que tais tesouros do sertão eram guardados “por montanhas altíssimas, por caudais imensos e invadeáveis, por tribos ferozes e por monstros de terrificantes aspectos” (SAMPAIO, 1901, p. 90).



Sertão é uma palavra que tem sua historicidade quanto ao signo e significado para os portugueses, colonizadores de vasta região no planeta. No século XIV, era escrita com **C** e se referia a áreas distantes de Lisboa; no XV, também escrita com **C**, se referia a áreas além de Ceuta; no século XVI, passou a ser escrita com **S** e se aplicava aos lugares-espacos interiores de ilhas e continentes a serem apropriados e colonizados. Processo em curso no dezessete, de modo geral orientado pela imaginação de aventureiros e pela preação dos nativos. Teodoro Sampaio escrevia, em 1901, que, ao final do século XVI, os colonos iniciaram os descobrimentos de sertões da Colônia, “pois as costas litorâneas já estavam dominadas, ainda que escassamente povoadas”. Para esse autor, o sertão na colônia brasileira, à época, “a despeito das muitas entradas que já nele se fizeram, quedava-se desconhecido e envolvido muna obscuridade misteriosa e cheia de encantamentos” (SAMPAIO, 1901, p. 79).

No século XVIII, se explicita o sentido de lugar “deserto” da cultura civilizatória ibérica, e passou a indicar, no caso brasileiro, o lugar para conquistar e dominar e explorar suas riquezas sob a égide da ação colonizadora, instaurando as suas três ordens de ações: do culto, do cultivo e a da cultura.

As viagens filosóficas à colônia, na segunda metade do século XVIII, contribuíram para a ressignificação e reconfiguração da ideia da vastidão do seu interior, designadas até então como sertão. De acordo com a documentação da época, principalmente os relatos constantes nos relatórios e descrições de viajantes autônomos, ou a serviços da administração reinol, a vastidão passa a ser identificada como território de domínio português, com pequena presença de colonos em vilas, fazendas, engenhos etc. Neste caso, as vila-cidade e as pequenas vilas ou “lugares” (antigos aldeamentos ou missões), como ponto de inflexão da vida cotidiana, tornaram-se a referência para a fixação e expansão do processo de apropriação e domínio português na região e aparece como tal nos documentos. As narrativas informam sobre a população e suas condições de vida, ressaltando o que era conveniente explicitar, de



acordo com a finalidade da informação, mas de modo geral relatando o vivido na colônia.

Ao longo do século XIX, ocorreram esforços para reconfigurar, em nível do conhecimento e significação, esses domínios, em especial após a chegada da família real às terras brasileiras, e a formalização de sua independência nas extensas vastidões em territórios civilizados. Os conhecimentos implementaram a reconfiguração desse território em termos administrativos em províncias, municípios, cidades e vilas sob os auspícios dos modelos de modernidade e progresso, na perspectiva indutora da extinção dos sertões imaginários do Brasil.

Cabe ressaltar que o termo sertão, por longo tempo, foi utilizado na Historiografia, Literatura, Geografia, Sociologia e em outras áreas de conhecimento como dado a-histórico, interpretando-o como evidente por si mesmo, ao referir-se às áreas interiores e relativamente distante do litoral, significando-o em dimensão abstrata. A partir de meados do século XX, tornou-se objeto de reflexões e questionamentos. Mas foi, sem dúvida, na última vintena daquele século, que a historiografia produziu reflexões consistentes sobre o signo, sentido, significado e historicidade do vocábulo “sertão”. Nesta Perspectiva, os estudos de Amado (1995), Lippi (1998) e Lima (1999) tratam sobre os sertões da Amazônia, mas foi o trabalho de Farage (1991) “As Muralhas do Sertão” (1991), que reportou a existência e a resistência das sociedades que viviam na espacialidade vinculadas ao Rio Branco à colonização – ao sertão do Rio Branco.

Nessa primeira vintena do século XXI, ocorreu uma importante produção na área de ciências humanas, por todo o país, que tem resultado na elucidação do termo e de sua utilização nas narrativas historiográficas e assemelhadas, promovendo espaços e momentos que dão visibilidade à diversidade de abordagens, que revelam a riqueza, multiplicidade e a pluralidade das pesquisas dedicadas à historicizar o sertão e os sertões brasileiros, assim como os diversos grupos sociais que neles viviam e vivem, ainda que sob as qualificações político-administrativas.



Estas são reflexões que resultaram e resultam em importantes recuperações em narrativas que promovem a compreensão sobre a temática sertão e sertões, como os estudos de: Macedo (2019), Borges (2016), Rego (2016), Moraes (2012), Fonseca (2011), Silva (2010), Silva, K. (2006), Sena (2010), Neves (2003), Araújo (2000), Arruda (2000) e outros. Destaco também a produção apresentada no I Seminário Nacional de História Social dos Sertões, realizado em 2018, que resultou em importantes reflexões e pesquisas.

Segundo Silva (2006), a ideia de sertão no imaginário da sociedade colonial do século XVI, construída a partir de uma pseudo oposição entre as regiões colonizadas do litoral da América portuguesa e aquelas não inseridas na “Jurisdição metropolitana”, expressava a dicotomia entre os espaços coloniais, considerados “civilizados” e aqueles considerados “selvagens”. De acordo com esta autora, foi Capistrano de Abreu, em fins do século XIX, o primeiro historiador a se preocupar com a construção histórica do sertão colonial. Outros autores têm analisado a temática sertão, incluindo sua origem etnológica, explicitando sua genealogia, como originada do termo “desertão”, derivado de deserto, significando-o como o grande espaço socioambiental, caracterizado por um vazio de súditos da coroa portuguesa.

Há que registrar a contribuição do engenheiro-geógrafo Teodoro Sampaio, já citado, em “O sertão antes da conquista (século XVIII)”, em que decompõe os sentidos contidos nas representações do sertão em face às transformações socioespaciais no processo de formação territorial do Brasil. Araújo (2000), também analisando textos de cronistas dos tempos coloniais, chama a atenção dos/as leitores/as para a presença da ideia e do sentido de “vastidão dilatada” dos ambientes/terras interiores, sem a presença de colonos ibéricos no interior da América portuguesa, sempre referenciada como espaço físico apartado do litoral, regida pela noção de “inóspita”, oriunda da tríade “sem rei, sem fé, sem lei, sem cultura e sem cultivo. Ele menciona uma síntese da situação de dificuldades enfrentadas pelos colonos, limitados pelo desco-



nhecimento dos ambientes e seus climas e solos nos diferentes sertões, destacando as ‘secas’ provocadas por ausências das chuvas nos sertões, registradas pelos cronistas:

No século XVI dizia Cardim (1978:199) que no ano de 1583, devido a uma seca rigorosa, “houve uma grande fome principalmente no sertão de Pernambuco” ... Na Bahia, toda a capitania foi assolada pela estiagem por um período de cinco anos na década de 1660 e novamente 1671 e 1673. No Ceará o fenômeno deu-se em 1710, 1736 e 1744, mas particularmente severas e duradouras foram as secas de 1725-1727 e 1777-1778 e a de 1791-1793, denominada Seca Grande (ARAÚJO, 2000, p 53)

O Sertão, ou sertões do extremo Norte, instituído historicamente como Amazônia no século XX, tem despertado algum interesse para a historiografia nestas primeiras décadas do século XXI. Foi tema abordado em finais do século vinte, mas de forma tangencial e ilustrativa na historiografia.

A colônia do Maranhão se instalou juridicamente e orientou-se inicialmente pelo Regimento de 14 de abril de 1615, dado a André Vidal de Negreiros. Complementado por outros regimentos e demais legislações em vigor nos séculos XVII e XVIII, instituiu administrativamente o Estado do Maranhão em 1621. Essa legislação continha, em linhas gerais, as normas legais, atribuições e procedimentos a serem adotados em todos os níveis da sociedade que nele se organizaria, em especial no que se refere à transformação socioespacial dos domínios portugueses. A instituição das Câmaras e eleição de seus Senados, seguidas pela colocação do Pelourinho, construção da Cadeia e da Igreja, davam início à orientação jurídica, política, administrativa e social das vilas-cidades, e orientava a vida cotidiana de seus moradores nas vilas, povoações engenhos, fazendas e lugares de povoações (aldeamentos, missões etc.). Nesta perspectiva, a vila-cidade como ponto de inflexão da vida cotidiana, tornou-se a referência para a fixação e expansão do processo de



domínio e colonização português na região e aparece como tal nos documentos. Os relatos informam sobre a população e suas condições de vida, ressaltando o que era conveniente explicitar, de acordo com a finalidade da informação, mas de modo geral relatando o vivido na colônia.

O estudo da documentação permite perceber as prescrições das atitudes culturais, os interditos sociais, morais, econômicos, sansões, o medo e as penalidades que deviam vigorar naquela sociedade. O Senado da Câmara, apoiado em vasta jurisdição, algumas vezes auxiliados por juntas de conselho especializadas, intervia em todos os aspectos da vida dos moradores. Qualificava os ambientes/espacos (em especial o sertão e os sertões), autorizava, controlava as entradas nos sertões e as navegações pelos rios. Impunha e extinguiu tributos, concedia e caçava licenças de trabalho, comércio, produção e produtos, festas e demais manifestações sociais. Criava e extinguiu povoações, prendia e punha a ferros os moradores em caso de desobediência à suas determinações. Nas primeiras décadas da colonização no extremo Norte ocidental, o termo sertão se referia a toda “vastidão” da região e era considerada um “celeiro de força de trabalho e conhecimento da flora, fauna, solos, águas, solos e climas”. O padre Antônio Vieira (2008) em sua correspondência com a corte, utilizou-se do termo sertão para se referir ao lugar de onde se retirava os nativos para a escravidão e buscava as ‘drogas do sertão’, insinuando a necessária e urgente domesticação daquela vastidão, para não se perdê-la para os vizinhos espanhóis.

Na primeira metade do século XVII, a região que atualmente denominamos Amazônia brasileira era relativamente desconhecida pelos colonos portugueses, ainda que sobre ela tivessem informações através de notícias fornecidas por francêss, espanhóis, mas principalmente obtidas pelos diversos grupos humanos nativos – povos indígenas. O uso do termo sertão constante na documentação, ao se referir ao interior, é comum. No “livro Grosso do Maranhão”, encontra-se referência ao Sertão como sendo o lugar para o envio de tropas para o descimento de índios e coleta das “Drogas do Sertão”. Em correspondência de 21 de novembro



de 1673, do rei ao governador Pedro Cesar de Menezes, informa normas e regras para as tropas que vão ao sertão a justo ou imposto cativoiro (LIVRO GROSSO DO MARANHÃO, v. 66, p. 36).

O jesuíta João Felipe Bettendorff, no século XVII, utilizou o termo sertão em sua obra, principalmente para se referir à região do Rio Negro, ao indicar a presença de noventa e seis (96) aldeias dos “Araquises”, descrevendo esse rio e as qualidades de seu clima.

É o rio de água doce muito clara, e olhando para ela parece negra como carvão, levantando-a em alto toma cor de cristal. O sítio é frio e mui saudável, e tanto, que se conta a maravilha de não adoecer da tropa ninguém por este sertão, sustentando-se a gente mais de um mês de maniçoba, que se faz da folha da mandioca pisada e cozida, sem outro sustento, porque o rio é estéril de peixe (BETTENDORFF, 1990, p. XXVI)

O uso do termo sertão adquire sentido mais preciso para qualificar o espaço e os nativos da e na vastidão do interior regional. Em correspondência de 27 de setembro de 1709 do rei a Cristóvão Costa Freire, governador Geral do Maranhão, ele utiliza a expressão “na Forma da Ley” para estabelecer a qualificação dos nativos aldeados, os que estão ‘vivendo domesticamente’, distinta dos que viviam ‘selvagemmente nos sertões (LIVRO GROSSO DO MARANHÃO, v. 67, p. 7).

Na obra do Padre João Daniel “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”, se constata e se reconhece que as margens visíveis do Rio Amazonas são desertos, ou seja não habitadas por selvagens, explicitando a reconfiguração do termo sertão para a região, ao informar que na atual Baía do Guajará já havia uma pequena povoação e aldeia de índios numa ilha (Ilha de Mosqueiro), descidos dos vastos sertões do Amazonas. E mais, que os índios nessa época já eram designados como: índios selvagens, mansos e domesticados (DANIEL, 1976, p. 81, 203).

Em tempos recentes, para a Amazônia, os trabalhos de Sommer (2005) e Chambouleyron (2008, 2013) têm incentivado pesquisas, dis-



sertações e teses, como a Tese de Vania Alexandrino Viana “Gente de Guerra, Fronteira e Sertão: índios e soldados na Capitania do Pará (1700-1750)”, defendida em 2019.

Nesta comunicação, discutem-se as idealizações/narrativas de Sertão e Sertões na história da Amazônia em perspectiva da História Ambiental.

O passado ambiental é histórico e registra as interações entre humanos e ambientes-natureza, expressa dinâmicas de movimento e transformações ambientais e humanas. A história ambiental recupera e reproduz em narrativas os processos de movimento e mudanças, possibilitando a compreensão da interação entre sociedades e ambientes como sertão, selva e ribeira, orientada por preocupações relacionadas ao presente. Ela permite explicitar os objetivos e finalidades dos ambientes para os distintos grupos humanos que neles interagem, no tempo, em distintas conjunturas naturais, socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais.

A recente produção intelectual contribuiu para que a historiografia se reposicionasse, revisitando e explicitando parcelas de processos históricos dessas interações nas histórias e subjetivações, realizados em diferentes regiões do Brasil. Nesse processo, o conceito de natureza como sertão vem sendo desvendado e pluralizado, de modo a desvelar sua multiplicidade e complexidade: Sertão da Amazônia (sertão dos rios, das serras, de dentro); Sertão da Catinga; Sertão de Pernambuco; Sertão da Bahia; Sertão de São Paulo; Sertão de Minas Gerais; Sertão do Paraná; Sertão de Goiás; Sertão do Pantanal e muito mais. Assim, a diversidades dos socioespaços e culturas emergem de modo a atribuir qualificações específicas e distintas às ideias de sertão, cada qual realizando sua história singular.

Em relação aos sertões da Amazônia, foi possível identificar na documentação distintas atribuições aos termos referenciais aos sertões, que informam inicialmente o uso do termo para designar a vasta interioridade ao grande Rio Amazonas, que historicamente se configurou e



se configura como lugar dos primeiros olhares de apreensão da paisagem regional e das gentes que ali viviam. O nosso principal litoral era e é fluvial. Registrava-se como o Sertão do Rio das Amazonas, de onde se obtinham vários produtos de interesse comercial para os ibéricos, e os povos nativos para a escravidão ao longo dos séculos XVI e XVII: as Drogas do Sertão, como também toda a força de trabalho necessária à colonização.

Entretanto o reconhecimento da região efetivado pela rede hidrográfica existente, demonstrou que os produtos acunhados de Drogas do Sertão, assim como os distintos povos nativos preados, eram oriundos de diferentes afluentes do grande rio, de distintas regiões ao longo do grande rio. Para explicitar e registrar as potencialidades locais dos rios, sua exploração e fiscalização, instituíram-se os sertões dos rios: Amazonas, Tocantins, Tapajós, Negro, Trombetas, Nhamundá, Capim, Madeira, Guamá e outros. Assim, eles passaram a se configurar e instituir como os sertões das drogas: sertão do cacau, sertão da salsaparrilha, sertão das madeiras etc. e, principalmente, sertão dos “índios” catequizados e dos “selvagens bárbaros”.

Cabe ressaltar que na Amazônia, como deve acontecer em outros lugares, o termo sertão, ainda como primaz da ideia de interioridade e ausência da civilização, rapidamente incorporou o sentido socioeconômico, sendo requalificado e reconfigurado nas narrativas e práticas na colônia portuguesa do extremo Norte. Era nos sertões amazônicos que buscavam as Drogas do Sertão, a principal força de trabalho e saberes-conhecimentos sobre a região. Os estudos de Chambouleyron (2013) em muito contribuíram para desvelar e compreender as “Práticas Coloniais nos sertões” da Amazônia”.

As ideias e certo conhecimento dos sertões amazônicos, consolidados no imaginário e na experiência, foram fartamente registradas na documentação oficial dos séculos XVII e XVIII, e descritos principalmente na segunda metade do século XVIII e no século XIX. Os relatórios das autoridades regionais, à época - governadores, ouvidores, clero



etc. -, trazem informações sobre as sociedades dos “sertões amazônicos”. Os autos dos ouvidores da segunda metade do dezoito são mais ricos em informações, em face às devassas determinadas pela metrópole, para qualificar e quantificar os lugares, as vilas, as gentes e os produtos existentes.

Em fins do século XIX, já orientados pelos signos da Modernidade e progresso, alguns intelectuais, políticos e administradores começaram a questionar o uso do termo Sertão para qualificar a região dos estados do Grão Pará, Rio Negro e suas adjacências como Sertões.

A pluralidade dos sertões amazônicos já era indicada nos relatórios oficiais, como o de José Coelho de Gama Abreu - Barão de Marajó “As Regiões Amazônicas: Estudos Coreográficos dos Estados do Gram Pará e Amazonas”, de 1895. Trata-se de um estudo descritivo dos dois estados: suas características geográficas, climáticas; solos; fauna; flora; sua potencialidade econômica; e sua produção organizada em termos da sociedade do trabalho, com a finalidade de reapresentá-los a caminho da Modernidade e Progresso na “exposição nacional” de 1894 e na Exposição internacional de 1895, realizada no Chile, sob a temática dos minerais e da mineração na América Latina.

E por isso, o Barão de Marajó inicia sua obra questionando as ideias pejorativas com que os estados do Norte eram referenciados em vários escritos de literatos, parlamentares e políticos “sulistas”, principalmente pelos paulistas. E destaca um pequeno trecho escrito nos anais do parlamento: “são dois Estados somente com serras habitadas por hordas de selvagens bravios, como inóspitos e ínvios sertões com poucos e minguados povoados em que habitam os animais e aves [...]”. (ABREU, ano, p. 5)

Abreu (1895) discordando da opinião dos “paulistas”, informa, lista e descreve as cidades e vilas fartamente habitadas por caboclos, colonos e sertanejos (expressão utilizada para designar os migrantes nordestinos e seus descendentes). Informa também que “ainda existiam sertões nas cabeceiras de rios”, mas a região não era sertão! E faz uma descri-



ção da região, indicando seus rios, populações, produtos e importância para a economia local, nacional e particularmente internacional, pela extração e comércio do látex da seringueira. Os seringais e os seringueiros estavam inseridos à socioeconomia industrializante e moderna local, regional, nacional e internacional

Os registros e narrativas sobre sertões explicitam as ideias elaboradas de Sertão e Sertões, como signos, imagens e representações, expressam desejos, visões e sentimentos humanos sobre realidades ambientais, instituídas como “naturais”. As imagens são elaboradas em nível mental, a partir de referenciais que dão significados, significâncias e sentidos aos processos históricos de interação sociedade-ambientes, elaborando em nível do imaginário a faculdade de formar imagens da realidade que contam e cantam a natureza-cultura em sua diversidade de sertões na Amazônia.

Informam os sertões como categoria: ambiental, espacial, cultural, social, socioeconômica e política: sertões da selva, da floresta, dos rios, dos bárbaros, do cacau, da madeira, da castanha, do látex, sertão dos quilombos, sertão de dentro e de fora (em relação às fronteiras) etc., para a instituição de lugares distantes, pouco conhecidos, incultos, selvagens...para fazer “resgate de gente e de recursos naturais”, ou para degredo, desterro ou desbravamento, exploração e ações civilizacionais. O livro de Urgate “Sertões de Bárbaros” (2009) contrapõe informações sobre inveracidade relatada sobre a selvageria dos habitantes nativos nos sertões do rio Amazonas na época da conquista da região.

Definir Sertão é tão complexo como definir floresta, selva, hileia ou hinterlândia para a Amazônia brasileira. Porém, este termo vem sendo utilizados na historiografia para representar uma dada espacialidade e suas potencialidades humanas e ambientais e não há possibilidade de homogeneização, seja enquanto bioma, tipos de florestas, savanas ou outras configurações e, principalmente, de populações.

A História Ambiental, “stricto sensu”, surgiu no contexto do debate intelectual de crise ambiental, econômica, política, filosófica e cultu-



ral, refletindo nas formulações semânticas e linguísticas significadoras, e desde então promove revisões paradigmáticas, epistemológicas das ideias de Sociedade e Natureza, e também de Sertão, Sertões e sertanejos, reconfigurando e rerepresentando o modelo relacionado com o mundo exemplar das ideias do qual faz parte o mundo sensível e, na linguagem, recuperando e ressignificando o conjunto das formas vocabulares que servem de modelo/padrão para o sistema de compreensão de algo. Já a historiografia revê constantemente o modelo referencial através do qual se elabora o pensamento/compreensão da história, pois são normas orientadoras baseadas em elementos de linguística - os conceitos.

Para encerrar, segundo Borges (2016): “Esses ‘sertões’ brasileiros que apresentados nos discursos dos grupos hegemônicos tinham como ponto em comum a associação de que todos eles eram áreas consideradas ‘periféricas’ à civilização, articuladas às demais conotações pejorativas: eram ‘caóticas’, ‘indisciplinadas’, ‘desordenadas’, ‘isoladas’, ‘desabitadas’, ‘selvagens’”, precisavam e precisam ser incorporadas à civilização hegemônica. Mas a ideia de sertão reconfigurada ainda permanece no senso comum.

A leitura de “O Sertão Prometido: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro”, de Levine (1995), provoca uma reflexão sobre o imaginário de Sertão, sempre imaginado como “promessa” de tesouros, terras e território e de resistência.

REFERÊNCIAS

ABREU, José Coelho de Gama. **As Regiões Amazônicas**: um estudo Choreográfico dos Estados do Gram Pará e Amazonas. Belém: SECULT, 1992. (Coleção Lendo o Pará)

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. **Estudos históricos**, RJ, v. 8, ano. 15, p. 145-151, 1995.

ARAÚJO, Emmanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: DEL PRIORE, Mary. **Revisão do paraíso**: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.



ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

BETTENDORFF, Pe. João Felipe. **Crônica dos padres da companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Belém: Fundação Cultural do para Tancredo Neves; Secretária de Estado da Cultura, 1990.

BORGES, Ana Carolina da Silva Borges. **Incivilizado sertão**: as representações sociais e o cotidiano dos agregados e camaradas do Pantanal do Norte. Orientador: Paulo Celso Miceli. 2016. 462 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia Colonial (Século XVII). **Revista Outros Tempos**, v. 10, n.15, 2013.

DANIEL, Pe. João. **Tesouro descoberto no Rio Amazonas**. Separata dos Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.

FARAGE, Nádia. **As muralhas do sertão**: os povos indígenas no Rio Branco e a Colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Do sertão ao território: ocupação e políticas do espaço nas Minas Gerais. In: FONSECA, Cláudia Damasceno. **Do sertão de Catingas às Minas Gerais**: as modalidades e o léxico da ocupação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LAVINE, Robert M. **O sertão prometido**: o massacre de Canudos no Nordeste Brasileiro, 1893. São Paulo: EDUSP, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica da identidade Nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

LIPPI, Lucia Oliveira. A Conquista do Espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, RJ: FIOCRUZ, v. 5, p. 125-215, 1998. Suplemento.

MACEDO, Helder A. Medeiros de. Sertões: notas para o uso da palavra no Mundo português. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Simpósio [...]**, Recife, 2019.

MORAES, Antônio Carlos R. Um outro Geográfico. **Terra Brasilis** (Nova Série) 4-5, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia, vitória da Conquista**, v. 3, n. 1, p. 153-162, 2003.

REGO, André Heráclito do. O sertão e a geografia. **Revista do Instituto de Estudos brasileiros**, São Paulo, n. 63, p 42-66, abr. 2016.

ROSA, João Guimarães. **Primeiras estórias**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.



ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. Apud SALES, Juscelino. Do Local ao Universal: a espacialização como pedra angular no romance Grande Sertão: Veredas. Revista Guarapuava, Paraná, v. 12, n. 2, p. 11-31, julho/dezembro, 2011.

SAMPAIO, Teodoro. O sertão antes da conquista (século XVIII). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**, São Paulo: Typografia do “Diário Oficial”, v. 5, p.1899-1900, 1901. p.79.

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão. **Avá**, Goiás-Goiana, n. 17, jun. 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Do sertão de Pernambuco pelas vilas nas solidões vastas e assustadoras**: a conquista açucareiras nos séculos XII E XVIII. Recife: CEPE, 2010.

SILVA, Kalina Vanderlei. O sertão na obra de dois cronistas coloniais: a construção de uma imagem barroca (séculos XVI-XVII). PURS, **Estudos Ibero-Americanos**, vol. XXXII, n 2, p. 43-63, dezembro 2006

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 9.

SOMMER, Barbara. Colony of sertão: Amazonian expedition and indian slave trade. **The Americas, WC**: the Academy of American Franciscan History, v. 61, n. 3, 2005.

URGATE, Axiliomar Silva. **Sertão de Bárbaros**: o mundo natural e as sociedades indígenas na Amazônia na visão dos cronistas ibéricos- séculos XVI-XVII, Manaus: Valer, 2009.

VIEIRA, Antônio. **(1608-1697) Cartas**. São Paulo; Globo, 2008. v. 1.



O PAPEL DOS RIOS NA CONQUISTA DAS CAPITANIAS DO NORTE

 Olga Suely Teixeira¹

 Magnus Rodrigues de Medeiros²

PARA INICIAR A CONVERSA...

Pensado no contexto da Disciplina Seminário de História do Brasil I do Bacharelado em História da UFRN (2014), na qual se pensava sobre as ideias recorrentes na historiografia brasileira acerca da expansão territorial na América Portuguesa entre os Séculos XVI e XVII considerando a relação Natureza e Cultura neste recorte espaço-temporal específico, o trabalho teve como objetivo identificar o(s) papel(is) desempenhado(s) pelos rios no processo de conquista das Capitanias do Norte da América Portuguesa.

Já nas primeiras leituras da bibliografia utilizada na disciplina, percebemos que o rio era um dos elementos naturais que mais se destacavam em todas as referências. Claro, sendo a água um elemento primordial para a existência humana desde a origem de nossa espécie, no processo de conquista das Capitanias do Norte não poderia ter deixado de ser crucial para a interiorização do espaço colonial.

¹ Mestre em História – PPGEH/UFRN. Professora da Rede Particular de Ensino na cidade de Natal/RN.

² Graduado em História pela Universidade Potiguar/Natal. Professor da Rede Particular de Ensino na cidade de Ceará Mirim/RN.



Sobre essa região específica da América Portuguesa, à época dessa pesquisa, havia um número consideravelmente diminuto de trabalhos publicados em contraponto à riqueza de informações referentes às outras regiões, o que fez com que a discussão adquirisse significância.

Perguntamos qual(is) o(s) papel(is) desempenhados pelos rios durante o processo de expansão das fronteiras coloniais em direção ao norte do território, levando em consideração três hipóteses: proporcionavam meios para subsistência? Eram locais de proteção? Ou desempenhavam o papel dos instrumentos de orientação para os diversos grupos envolvidos no processo?

Para dar conta de apresentar informações que permitissem responder essa questão recorreremos ao *Sumário das Armadas* (1873) como fonte primária de investigação. Trata-se de um relato missional escrito pelos religiosos Jesuítas que acompanharam as guerras de conquista na Capitania da Paraíba a partir de 1574, empreendidas pelos Portugueses contra os Potiguara e os franceses e que acabaram por dar origem àquela localidade.

A fonte parece não ter sido usada anteriormente no intuito de encontrar o tipo de informação que buscávamos, embora venha sendo usada por pesquisadores desde que Frei Vicente do Salvador escreveu sua *História do Brasil* (1627), passando por Varnhagen, Capistrano de Abreu e alguns pesquisadores contemporâneos.

Quanto a trabalhos que problematizassem o papel dos rios na história das Capitanias do Norte, nenhum foi encontrado durante a exploração prévia realizada; mesmo assim, não se ousou descartar a possibilidade de que eles existissem. Diante dessa aridez de resultados, a bibliografia básica do seminário permitiu encontrar e pensar questões sobre os elementos naturais – entre eles os recursos hidrográficos – de forma consonante com as ideias propostas inicialmente para o trabalho.

Os autores que contribuíram nesse sentido foram os historiadores Maria José e Arno Wehling (1999), no que tange aos conhecimentos sobre a organização do Brasil Colonial entre os séculos XVI e XIX; a partir deles, pudemos pensar sobre as questões historiográficas que



motivaram a maior quantidade de registros sobre o Sul nesses primeiros tempos da América Portuguesa, enquanto o Norte acabou ocupando um lugar periférico não só no cotidiano, mas também na literatura informativa.

A professora de Literatura Latino-Americana e Literatura comparada Mary Loiuse Pratt (2005) trouxe ideias sobre a tomada de consciência europeia de que existia no mundo algo além do que a própria Europa; foi do desejo dos europeus de conhecer esse algo a mais que nasceu o fenômeno da exploração – tanto marítima como dos interiores das novas terras.

Informações sobre os rios no cenário de expansão territorial brasileira foram extraídas dos historiadores Capistrano de Abreu (2004) e Sérgio Buarque de Hollanda (2001). Especificamente sobre as Capitanias do Norte o historiador Pedro Puntoni (2002) revelou alguns dados importantes.

Consultamos ainda uma bibliografia complementar sobre o tema e sobre a fonte³.

A metodologia seguiu com a seleção de informações pontuais em todo o material bibliográfico, que auxiliaram o tratamento dos dados referentes ao tema do trabalho, comparados com as nossas hipóteses iniciais, enfim chegando a um resultado que, frente a informações mais recentes e aprofundadas, pode perfeitamente ser modificado.

Este percurso está organizado no presente texto, que após apresentar uma visão geral do trabalho, constitui-se de três partes; na primeira, a relação homem-Natureza é apresentada, priorizando a questão da água; a segunda trata dos rios na América Portuguesa; a terceira parte discute o papel desse elemento geográfico na conquista das Capitanias do Norte.

Nas últimas reflexões pretendemos responder de forma satisfatória à questão inicialmente proposta para investigação, explicitando o

³ BATISTA, Adriel Fontenele. **O Sumário das Armadas**: guerras, missões e estratégias discursivas na conquista do Rio Paraíba, 2013.



resultado ao qual chegamos, partindo do princípio de que a expansão das fronteiras coloniais foi um capítulo do complexo processo de territorialização do espaço colonial português na América.

Os rios, dessa forma, apresentaram-se como importantes elementos do cotidiano do Brasil ainda por se constituir. Na região aqui enfocada, seu papel mudava de acordo com os vários contextos vivenciados pelos grupos participantes da demanda, ora colonizadores/conquistadores, ora nativos.

Esperamos, a partir do estudo, ter aberto novas possibilidades de pesquisa, deixando o caminho a outros questionamentos.

NATUREZA E SERES HUMANOS: O CAMINHO ATÉ AQUI

Desde sempre a Natureza tem desafiado os seres humanos. Em alguns momentos, eles surpreenderam pela capacidade de se integrar à mesma; em outros, acabaram sucumbindo frente aos desafios que lhes eram impostos.

Hoje, o meio ambiente reflete de forma violenta os maus-tratos aos quais vem sendo submetido ao longo da evolução humana; a problemática da água é um dos aspectos mais contundentes nessa relação e uma breve linha do tempo pode corroborar esse raciocínio.

Já as primeiras civilizações dependeram, desde cedo, dos mananciais aquíferos para sua organização e sobrevivência, considerando que “(...) as condições geoclimáticas eram (...) diferentes. A chuva (...) praticamente inexistente. A fertilidade da terra, após as cheias, é excelente. Mas para ela ser utilizada pela agricultura (...), os rios precisam ser domados” (PINSKY, 1987, p. 43).

E o autor continua demonstrando o enfrentamento entre Natureza e ser humano, indício de que essa relação nunca seria fácil:

Tome-se o Nilo, por exemplo. (...) Junto com os benefícios que trazia a cheia criava pântanos e infestava as margens de crocodilo.



Era necessário construir diques e reservatórios para controlar a água. Com o Tigre e o Eufrates, na Mesopotâmia, o processo (...) caminhava na mesma direção (PINSKY, 1987, p. 44)

Assim, o meio natural foi sendo modelado pela atividade coletiva. Essa relação interativa, na qual o homem se sentia parte da Natureza, iria mudar ao longo do tempo. No período medieval, essa seria divinizada e o homem se tornaria seu cuidador.

A partir da Expansão Marítima, os ambientes naturais passam a figurar nos relatos de viagem ora como paraíso, ora como inferno. A Natureza passou a ser nomeada, classificada, mensurada, pelo aparato cientificista da Idade Moderna, desenvolvendo-se o que Pratt (2005) chama de consciência planetária⁴.

O fenômeno de ampliação das fronteiras universais e interiores nos espaços recém-descobertos apenas deu continuidade ao enfrentamento entre os seres humanos e o meio ambiente.

Na contemporaneidade, territórios nacionais e internacionais permanecem nesse processo, configurado, entre outros aspectos, na escassez de recursos hídricos frente a enorme contingente populacional.

Frente a essa exposição fica clara a complexidade da relação que o homem desenvolve com o mundo natural, do qual continua fazendo parte, mas de cuja importância perdeu a consciência; a linha de tempo também deixa óbvia a importância da água para a vida na Terra.

Essas observações e problemáticas foram centrais no contexto de expansão marítima europeia, quando da organização da vida nas terras recém descobertas.

4 Uma relação entre a mudança de pensamentos teocêntrico/antropocêntrico.



A NATUREZA NA AMÉRICA PORTUGUESA

A relação conflituosa é largamente encontrada na América Portuguesa, conforme nos diz o historiador Caio Prado Jr. (1997, p. 10): “Muito diversa é a história da área (...) tropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo. (...) as condições naturais tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores repelem o colono (...)”.

Mesmo levando em conta as observações de Wehling (1999) para que não nos iludamos com questões relativas à verdade sobre a organização do território brasileiro a partir do século XVI – uma vez que os conhecimentos são elaborados apenas a partir de interpretações que foram feitas ao longo do processo historiográfico -, não há como se anular a importância que a Natureza da terra assumiu naqueles tempos.

Ela se constituía em tremendo obstáculo mesmo para o português “(...) fragueiro, abstêmio, de imaginação ardente, propenso ao misticismo (...)” descrito por Capistrano de Abreu (1988, p. 10).

Nesse sentido, identificamos os rios como importantes caminhos pelos quais os colonizadores/conquistadores desbravavam as novas terras, pois foi através deles que o ambiente natural da América Portuguesa foi, aos poucos, sendo dominado pelo homem. Os próprios registros de Abreu (1988, p. 56) corroboram essa ideia. “O Tietê corria perto; bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata. (...) encontrava-se o Paraíba, encaixado entre as serras do Mar e da Mantiqueira, apontando o caminho do Norte”.

Os primeiros tempos da América foram marcados pelo ciclo dos descobrimentos geográficos; a partir destes ciclos ocorre a “revelação do imenso espaço em estado de Natureza” (HOLLANDA, 1993, p. 258), o que reafirma a necessidade de conhecer e dominar o meio ambiente para que seja estabelecido o processo de interiorização. Nesse autor, o Rio Amazonas aparece como o caminho que



guia a expedição do sertanista Pedro Teixeira⁵ no ano de 1626 até o Rio Tapajós.

Mais tarde, em outra obra⁶, o autor traz a percepção dos rios como caminhos que orientavam a locomoção pelo território: “o valor dos rios estava, aparentemente, menos em servirem de via de comunicação, do que de meios de orientação” (HOLLANDA, 2001, p. 34).

OS RIOS, A EXPANSÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA PORTUGUESA E AS CAPITANIAS DO NORTE

Ao estudar/pesquisar o processo de territorialização do espaço⁷ e expansão das fronteiras da América Portuguesa, nos deparamos com uma problemática historiográfica: a escassez de registros sobre o processo de conquista das Capitanias do Norte.

Dessa forma, para obter os dados necessários ao nosso trabalho, recorreremos a – além das fontes bibliográficas já apresentadas – uma fonte primária específica, o Sumário *das Armadas* (1873); considerando que a fonte é um suporte de memória produzido no passado, analisamos a mesma a partir das prerrogativas da História Ambiental, atentando para o lugar de fala de quem a redigiu, uma vez que havia ali um contexto histórico específico e um sentido particular para a sua produção.

O documento trás em sua essência a leitura de mundo sob o prisma da fé, embora haja a preocupação de demonstrar o sentido prático que pode ser encontrado no ambiente natural. Já em seu início, a narrativa se refere ao Rio Paraíba, descrevendo-o fisicamente e constatando não só a capacidade de navegação, mas também a produtiva:

⁵ No contexto da Dinastia Filipina, participou na campanha para expulsar os franceses de São Luís do Maranhão e na expedição para consolidar a posse da Coroa sobre a região do Amazonas.

⁶ Caminhos e Fronteiras, 2001.

⁷ ABREU, João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.



Este rio, que torna depois sete ou oito léguas ao sul, tem uma várzea de mais de quatorze de comprido (...) toda retalhada de esteiros e rios caudales de agua doce, que podem dar mais de quarenta engenhos de assucar, por toda a terra ser singular para a canna (...) (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 6-7)

Fica claro o embate Natureza-seres humanos, pois ela se mostra útil, desde que se esteja disposto a beneficiá-la.

Na perspectiva de um diálogo com a fonte, consideramos a questão dos rios nas Capitânicas do Norte sob a ótica de Puntoni (2002), pois os aspectos da utilidade econômica da Natureza, prioritariamente dos rios, são também ressaltados em seu texto. O autor aponta o desinteresse inicial dos portugueses pelo sertão – o que talvez possa esclarecer a falta de registros historiográficos.

A importância da pecuária para a interiorização e conquista da fronteira norte das posses coloniais portuguesas apresentada na obra permite mencionar a presença dos rios enquanto elemento primordial nesse processo: “As fazendas de gado, (...), acompanhavam as margens dos rios, uma vez que na região semiárida o fornecimento de água era fator essencial para garantir a ocupação e a criação de gado” (PUNTONI, 2002, p.24).

Puntoni refere-se ainda à descoberta do salitre no médio São Francisco como um fator que contribuiu para despertar o interesse da Coroa pelo sertão norte da colônia. Novamente, o rio favorecia a expansão territorial da América Portuguesa. “No caso do sertão norte (...) um outro elemento menos nobre concorreu deveras para o devassamento (...) do médio São Francisco: o salitre (...) que era utilizado para fabricação de pólvora negra” (PUNTONI, 2002, p. 30).

De acordo com o autor, por obra do movimento favorecido pela exploração do salitre, ao final do Século XVII, as Capitânicas do Norte estavam devassadas, embora raramente povoadas. Essa atividade, no entanto, acabou por causar o agravamento das tensões entre os Tapuia e os colonos; enfim, ao se desencadear a Guerra dos Bárbaros, os rios mudaram de papel.



Para garantir a mobilidade das tropas, privilegiava-se os caminhos a pé, mesmo que por entre uma vegetação agressiva, composta de arbustos espinhosos ou canas selvagens. Esses caminhos e mesmo as veredas do semiárido “(...) por onde fluíam as tropas e os guerreiros, acompanhavam sinuosamente o sistema resultante da respiração sazonal da bacia hidrográfica” (PUNTONI, 2002, p. 39).

Ou seja, de favorecedores da atividade econômica, os rios passam a servir novamente como instrumentos de orientação no deslocamento dos grupos humanos.

Nos registros do *Sumário das Armadas* (1873), o processo de conquista dessas capitânicas apresenta-se penoso em face dos conflitos cruentos, mas o cenário em redor dos acontecimentos também é relevante na visão dos autores, tanto que anotam suas impressões sobre a região de forma objetiva e muito clara: “(...) fallo por várzeas, porque esta é somente a boa terra do Brasil, (...) ao menos nestas capitânicas do norte” (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 7); e ajuntam, sobre o sertão “(...) onde não há rios nem água, senão de poços (...) (IDEM).

Em dados momentos aparecem na narrativa variados rios espalhados por essas capitânicas e ligados às questões econômicas pensadas pelos Jesuítas naquele momento:

(...) as várzeas que se estendem ao longo d’aquelles grandes rios que vão de Pernambuco para o Parahyba (...) dão mostra bem clara (...) de serem muito rendosas (...) como são as do caudaloso Garamane (sic) e as dos rios Copesuras e o Ibiay, Guajana, Capibariyby (...) (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 11)

E ainda: “Além do Parahyba, outro grande rio que chamam de Manguape (...) tem ao longo de si muito e boas várzeas (...)” (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 11).

Outras funções dos rios parecem ao longo do relato a partir do momento em que se principiam as anotações sobre o invasor francês. Algumas passagens registram o estabelecimento dos Potiguara às mar-



gens dos rios no intuito de auxiliar os aliados europeus no tráfico do pau-brasil, causando enorme prejuízo à Coroa Portuguesa.

No contexto das batalhas, os rios eram vias de navegação para as naus combatentes: “Chegou Fructuoso Barbosa a Pernambuco em formoso galeão (...) ordenando-se com o licenciado Simão Rodrigues Cardoso (...) e entraram pelo rio acima por terem aviso que sitiou oito não francesas que lá estavam surtas (...)” (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, 18).

Ou podiam ser praças de guerra, quando do encontro entre portugueses e franceses – sempre auxiliados pelos nativos; ou ainda eram locais de estabelecimento de fortes para proteção da terra: “(...) perto do Rio Parahyba (...) assentaram fazer um forte para que à sua sombra se povoasse a terra (...)” (SUMÁRIO DAS ARMADAS, 1873, p. 22-23).

Os indígenas tinham nos rios seus locais de proteção como registrado no *Sumário* (p. 36) na descrição do Rio Teberi e seu alagadiço, onde os indígenas iam se acolher após as escaramuças contra os portugueses e esses não se atreviam a perseguí-los.

Naquele contexto, a região ao norte da capitania de Itamaracá recebeu “várias expedições militares que marcharam contra as populações indígenas” (BATISTA, 2013, p. 15).

PARA FINALIZAR A CONVERSA...

Os Jesuítas elaboraram o primeiro relato escrito sobre as guerras de conquista da Paraíba. Esses acontecimentos fizeram parte de um processo mais amplo, o da conquista das Capitânicas do Norte da América Portuguesa. Seu discurso, passados mais de quatrocentos anos, permanece atual no sentido de revelar aspectos da história ainda desconhecidos da organização territorial do Brasil.

Dessa forma, o resultado dos dados anotados durante a pesquisa revela alguns pontos interessantes; quanto à relação homem-Natureza e considerando a visão divinizada produzida na Idade Média, nesse momento específico das guerras no território que viria a se constituir



na Capitania da Paraíba, os missionários mesmo ainda imbuídos de um sentimento de fé medieval, apresentam a Natureza local como algo criado por Deus, mas para ser útil ao homem.

Esse posicionamento talvez possa ser explicado por Robert Lenoble⁸ (2002, p. 256) ao dizer que “(...) com a filosofia do Renascimento, a Natureza torna-se o fim do homem e poderia chegar-se a um impasse; (...) no século XVII a Natureza tornar-se-á, com efeito, uma simples mecânica (...)”.

Tem-se, assim, o surgimento do conceito de utilidade para a Natureza e nessa relação é que vamos localizar os rios e identificar a importância dos mesmos, tanto na organização da América Portuguesa como um todo, como no que compete ao processo de conquista das Capitanias do Norte.

Partindo das hipóteses iniciais do trabalho quanto à subsistência, proteção, orientação, concluímos que os rios desempenhavam todos esses papéis. O que determinou a mudança foi o contexto vivenciado pelos grupos envolvidos no processo de explorar, expandir e povoar o território.

Os rios, naqueles primeiros momentos, eram os caminhos possíveis nas novas terras. Os conquistadores/colonizadores objetivavam se locomover na intenção de reconhecer e beneficiar as possessões e os caminhos aquáticos, via-de-regra, facilitavam esse deslocamento, penoso pelas terras desconhecidas e habitadas por nativos e Natureza exuberantes.

Em se considerando a expansão para o Norte o que aparece primeiro é a questão econômica e/ou a subsistência. Os religiosos autores do *Sumário das Armadas (1873)* pontuam amplamente esse tema. A pecuária e o salitre só existiram porque os rios permitiram.

Em um momento secundário – pelo menos nas narrativas -, os rios aparecem como instrumentos de orientação; em terceiro plano, eles

8 Filósofo e Historiador das Ciências.



são vistos como locais de proteção, primeiro para o conquistador/colonizador e depois para os grupos indígenas.

Assim, afirmamos que a presença dos rios foi fundamental para o desenvolvimento da nação brasileira em seus primeiros momentos de organização. A partir de então, percebemos que o papel mudou de acordo com os objetivos e a sede de sobrevivência dos vários grupos envolvidos nesse processo de desenvolvimento.

O caminho das águas na América Portuguesa também foi o caminho da história dos homens. Para as Capitanias do Norte, dotadas de características naturais peculiares, restou um papel secundário em muitos aspectos.

Para elas, não para seus rios, que mesmo se transmutando de acordo com os acontecimentos, provaram ser elemento basilar na fundamentação da vida de um Brasil que ainda estava por se constituir.

Ao final, não há uma única resposta. Todas estão corretas. E todas ainda podem mudar.

FONTE

Sumario das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba. Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil. Tomo XXXVI. 1873.

REFERÊNCIAS

ABREU. João Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Veredas de pé posto. In: **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 19-35.

ABREU. João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BATISTA, Adriel Fontenele. **Sumário das Armadas**: guerras, missões e estratégias discursivas na conquista do rio Parahyba. Natal: EDUFRN, 2013.



HOLANDA, Sérgio Buarque de. **A ocupação portuguesa do vale amazônico.** In: **História Geral da Civilização Brasileira: A Época Colonial; Administração, Economia, Sociedade.** 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LENOBLE, Robert. **História da Ideia de Natureza.** Lisboa: Edições 70, 2002.

PINSKY, Jaime. **As Primeiras Civilizações.** São Paulo: Atual, 1987.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 23ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PRATT, Mary Louise. **Olhos do Império:** relatos de viagem e transculturação. Florianópolis: EDUSC, 2005.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros:** povos indígenas e a colonização do sertão do Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec – Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

WEHLING, Maria José. WEHLING, Arno. **Formação do Brasil Colonial.** São Paulo: Nova Fronteira, 1999.



Índice Remissivo

A

Algodão 10, 11, 12, 13, 14, 15, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

América Portuguesa 10, 15, 125, 247, 248, 249, 252, 253, 254, 256, 257, 258

Assistência médica 11, 77, 78, 83, 85, 90, 91

Auta de Souza 11, 12, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 120, 121, 122, 123

C

Cadeia de Pombal 9, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 28

Caminhos 4, 5, 6, 7, 11, 15, 46, 62, 71, 74, 181, 199, 211, 252, 253, 255, 257, 258

D

Desbravamento 15, 95, 243

Desenvolvimentismo 88, 91

Doenças 12, 57, 78, 82, 83, 84, 87, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 118, 120, 127, 128, 130, 133, 134, 137, 156, 161, 167, 168, 207

F

Fronteiras 4, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 62, 66, 67, 68, 69, 75, 95, 209, 213, 219, 226, 243, 248, 250, 251, 253, 262

H

História 4

História Ambiental 9, 14, 217, 231, 240, 243, 253



I

Índios 13, 63, 65, 67, 69, 71, 72, 75, 137, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 197, 198, 199, 207, 238, 239, 240, 241

Instituto Cultural do Cariri 14, 200, 202, 203, 215

L

literatura 10, 11, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 108, 122, 232, , 235, 249

Loucura 12, 139, 140, 141, 142, 145, 148, 149, 152, 153, 154

Luta pela terra 14

M

Maternidade 156, 157, 160, 161, 166, 169

Medicalização do parto 12, 155, 163, 169, 170

O

Oobstetrícia 13, 158, 164, 170

Ororubá 13, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199

P

Plantas medicinais 12, 125, 126, 127, 134, 135, 137, 192

Progresso 10, 11, 48, 60, 78, 84, 88, 93, 95, 96, 97, 98, 101, 106, 107, 142, 160, 197, 200, 208, 235, 242

R

Rios 15, 199

S

Saúde 9, 11, 12, 61, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 107, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 132, 133, 138, 140, 147, 153, 156, 161, 162, 169, 170, 215, 245

Sertão 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 35, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 94, 95,



97, 98, 104, 106, 107, 111, 120, 122, 125, 155, 180, 181, 188, 191, 193, 199, 202, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 219, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 254, 255, 259

Sertão Paraibano 28

U

Unidades de Conservação 171, 172, 177, 178, 184, 185

X

Xukuru 13, 186, 188, 190, 191, 194, 196, 197, 198, 199



Realização



Apoio

